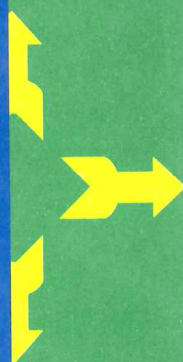
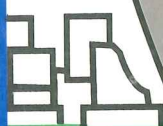


ISSN 0104-7728

ANAIIS

da Câmara Legislativa do Distrito Federal



S VENTIS

Anais da CLDF

Brasília

vol. 1

nº 4

p. 347 a 540

28 de Janeiro a
6 de fevereiro de 1991

ANAIIS
da Câmara Legislativa
do Distrito Federal

© 1996. Câmara Legislativa do Distrito Federal
Vice-Presidência

Vice-Presidente:

José Edmar Cordeiro

Chefe de Gabinete:

Reinaldo Mendes

Coordenador de Editoração e Produção Gráfica:

Nelson Pantoja

Colaboradores:

Sebastião Luis Rocha dos Santos (in memoriam)

Cláudio Antônio de Deus

Sandra Regina de Oliveira

Mara Stella Mignon Marquez de Oliveira

Anamaria Silva Pinheiro

Vania Maria Codeço Velloso

Oscar R. M. Monterrojas

Tereza Christina C. Boavista da Cunha

Capa:

Cláudio Antônio de Deus

Composição, revisão, arte e impressão:

Imprensa Nacional

Anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal. — 1ª Sessão da 1ª
Legislatura (1991)-. — Brasília: Câmara Legislativa do Distrito
Federal, 1991-.

v.

ISSN nº 0104-7728

1. Distrito Federal. Câmara Legislativa. — Anais. 2. Discurso
parlamentar. I. Título.

CDD 328(817.4)(093.2)

Sumário

16ª	Sessão Ordinária de 28/01/1991	pág. 351
17ª	Sessão Ordinária de 29/01/1991	pág. 373
18ª	Sessão Ordinária de 30/01/1991	pág. 393
19ª	Sessão Ordinária de 31/01/1991	pág. 423
20ª	Sessão Ordinária de 1º/02/1991	pág. 445
21ª	Sessão Ordinária de 04/02/1991	pág. 469
6ª	Sessão Extraordinária de 04/02/1991	pág. 483
7ª	Sessão Extraordinária de 04/02/1991	pág. 493
22ª	Sessão Ordinária de 05/02/1991	pág. 497
23ª	Sessão Ordinária de 06/02/1991	pág. 519

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Primeira Legislatura - 1º Biênio
1991 - 1992

Mesa Diretora

Deputado SALVIANO GUIMARÃES - **Presidente**
Deputado TADEU RORIZ - **Vice-Presidente**
Deputado PEDRO CELSO - **Primeiro-Secretário**
Deputado JOSÉ ORNELLAS - **Segundo-Secretário**
Deputado BENÍCIO TAVARES - **Terceiro-Secretário**
Deputado JOSÉ EDMAR - **Suplente**
Deputado FERNANDO NAVES - **Suplente**

Deputados Distritais

Angelo Queiroz	PC do B
Aroldo Satake	PDS
Benício Tavares	PDT
Carlos Aloberto	PCB
Cláudio Monteiro	PRP
Edimar Pireneus	PDT
Eurípedes Camargo	PT
Fernando Naves	PDC
Geraldo Magela	PT
Gilson Araújo	PTR
Jorge Cauhy	PL
José Edmar	PSL
José Ornelas	PL
Lúcia Carvalho	PT
Manoel de Andrade (Manoelzinho)	PTR
Maria de Lourdes Abadia	PSDB
Maurílio Silva	PTR
Padre Jonas	PDT
Pedro Celso	PT
Peniel Pacheco	PST
Rose Mary Miranda	PTR
Salviano Guimarães	PFL
Tadeu Roriz	PSC
Wasny de Roure	PT

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE JANEIRO DE 1991

ABERTURA

PEQUENO EXPEDIENTE

COMUNICADOS DA MESA

- Projeto de lei, de autoria do Deputado Cláudio Monteiro, que «Autoriza o Governo do Distrito Federal a criar a Secretaria de Justiça, mediante a estrutura que especifica, e dá outras providências».
- Projeto de lei, de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que «Institui pensão especial para as viúvas de motoristas de táxi assassinados em serviço, e dá outras providências».
- Projeto de lei, de autoria do Deputado Maurílio Silva, que «Assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades civis, militares e de internação coletiva e regulamenta o item VII, do art. 5º da Constituição Federal».
- Projeto de lei, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho e outros, que «Dispõe sobre a utilização de áreas abertas ao público para realização de reuniões no DF».

COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do PST

- Conclamação a todos os parlamentares a preservar o bom nome da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Referências à matéria publicada na revista «Veja» com o título «Mentiras Retratadas» e solicitação de sua publicação nos Anais da Câmara Legislativa.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, em nome da Bancada do PT

- Encaminhamento de projeto de lei que trata da destinação de áreas públicas para realização de reuniões, atos, manifestações e passeatas.
- Críticas à Portaria nº 011, de outubro de 1989, da Secretaria de Segurança Pública, que proíbe manifestações em locais públicos no Distrito Federal.
- Questionamento das medidas administrativas para sanar a falta de material de expediente na Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Ponderações a respeito do dia do pagamento dos funcionários desta Casa.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE, em nome do PTR

- Considerações a respeito da Portaria nº 011, de outubro de 1989, da Secretaria de Segurança Pública, e ao projeto de lei de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que trata da destinação de áreas públicas para realização de reuniões, atos, manifestações e passeatas.

DEPUTADO JORGE CAUHY, em nome do PL

- Agradecimento ao Governador Joaquim Ronz pela indicação do novo Administrador do Núcleo Bandeirante.

COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO JORGE CAUHY (PL)

- Comunicação de apresentação de projeto de lei que amplia benefícios das obras sociais de Brasília.

- Comentários sobre sua participação na abertura do Seminário «Nossas Crianças», no auditório do IDR, com a presença do Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO PADRE JONAS (PDT).

- Ponderações sobre as conseqüências da guerra do Golfo Pérsico para a sociedade brasileira.
- Considerações sobre o papel dos novos administradores regionais e a política de geração de empregos.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Repúdio ao aumento dos preços das passagens de ônibus autorizado pelo Governo local.
- Considerações a respeito da Assembléia Geral dos Rodoviários, convocada para decidir sobre proposta de reajuste salarial.
- Ponderações sobre as péssimas condições de vida de mais de quatro mil famílias que residem nas Quadras 429, 431 e 433, no Setor de Expansão de Samambaia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT).

- Reflexões sobre o modelo agrário criado para o Distrito Federal no início da construção de Brasília.
- Questionamentos a respeito da atuação da Fundação Zoobotânica na distribuição e uso de terras no Distrito Federal.

DEPUTADO AROLD O S A T A K E (PDS).

- Elogio ao espírito de corpo que existe entre os Deputados Distritais, principalmente na aprovação de projeto de lei de interesse da população brasiliense.
- Menção à visita do Secretário de Agricultura, Dr. Renato Simplicio Lopes, à Câmara Legislativa e ao convite da Comissão de Assuntos Sociais a outros secretários de Governo.

DEPUTADO FERNANDO NAVES (PDC).

- Manifestação de preocupação com a situação dos inquilinos no Distrito Federal.

GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO CLÁUDIO MONTEIRO (PRP)

- Considerações sobre a precariedade de recursos materiais da polícia civil e o seu reduzido efetivo de policiais para atender a população do Distrito Federal.
- Comentários a respeito da fragilidade do sistema penitenciário do Distrito Federal.
- Registro de encaminhamento de projeto de lei, de sua autoria, que «Cria a Secretaria de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências».
- Análise da problemática social e reeducação do indivíduo que transgrediu as normas da sociedade em que está inserido.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE (PTR)

- Registro de encaminhamento de projeto de lei que «Institui Pensão Especial para as viúvas de motoristas de táxi assassinados em serviço, e dá outras providências».
- Considerações sobre a escalada da violência e os assassinatos de motoristas de táxi no Distrito Federal.
- Ponderações sobre o desamparo das famílias dos motoristas de táxi que são assassinados.
- Apelo aos órgãos competentes para que instalem torres repetidoras de sinais de televisão e rádio na cidade-satélite do Gama.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Denúncia de greve de fome de funcionários dos jornais «Correio do Brasil» e «O Povo», em virtude de demissões nas empresas e de falta de pagamento dos salários daqueles funcionários.
- Esclarecimentos sobre o pagamento dos funcionários dos Gabinetes dos Deputados Distritais.

- Registro de encaminhamento de projeto de lei, de sua autoria, que «Dispõe sobre a proibição de intermediação de mão-de-obra, e dá outras providências».
- Comentários a respeito da intermediação de mão-de-obra nos órgãos públicos do Distrito Federal.

ENCERRAMENTO

Ata da 16ª Sessão Ordinária, em 28 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso

Às 15 horas e 25 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

— Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
— Deputado **José Edmar** (PSL)
— Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
— Deputado **José Ornellas** (PL)
— Deputado **Benício Tavares** (PDT)
— Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
— Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
— Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
— Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
— Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
— Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
— Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
— Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
— Deputado **Pedro Celso** (PT)
— Deputado **Fernando Naves** (PDC)
— Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
— Deputado **Geraldo Magela** (PT)
— Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
— Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
— Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
— Deputado **Padre Jonas** (PDT)
— Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
— Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
— Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —

Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há requerimentos, projetos, avisos ou petições sobre a mesa.

Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

1. Jorge Cauhy
2. Padre Jonas
3. Pedro Celso
4. Wasny de Roure
5. Aroldo Satake
6. Fernando Naves

Iniciando a segunda parte do Pequeno Expediente, convido o Deputado Jorge Cauhy a fazer uso da palavra.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, meus caros colegas, primeiramente quero agradecer aos amigos o abraço fraternal e carinhoso que recebi hoje em meu gabinete. O nobre Deputado Padre Jonas parece que gostou muito da torta, e eu fiquei muito satisfeito porque foi uma demonstração de que a cada dia maior é a nossa união, a nossa aproximação. Tenho dito que esses encontros em nossos gabinetes, para comemorar aniversários, trarão sempre novas oportunidades de confraternização, de união, e é disso que precisamos nesta Casa para acabar com as cobras cascavéis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, comunico que dentro em breve apresentarei projeto que amplia os benefícios das obras sociais de Brasília. Estou estudando minuciosamente o setor, fazendo pesquisas para que o projeto esteja à altura das necessidades de nossa cidade.

Venho a esta tribuna profundamente sensibilizado, após haver participado da abertura do seminário «Nossas Crianças», pelo Governador Joaquim Roriz, no auditório do IDR.

Na presença de Secretários de Estado e de diversos representantes da sociedade civil, o Sr. Governador afirmou: «Não ficarei tranqüilo enquanto um só menino estiver jogado nas ruas de Brasília. Podem estar certos de que o Governo vai cumprir a sua parte».

Depois acrescentou dados assustadores: «No Distrito Federal, existem 70 mil crianças carentes, das quais mil dormem pelas ruas.»

Sr. Presidente, todos sabemos que o problema do menor é nacional. Em qualquer grande cidade brasileira, legiões de meninos perambulam pelas praças e ruas, sem estudos, orientação, um mínimo de atenção e calor huma-

no. Ficam expostos à fome e ao desalento. São vítimas, e não cúmplices, dos maus elementos que, com seduções e péssimos conselhos, manipulam seu medo e suas dúvidas ante uma realidade desfavorável, para revoltá-los contra a sociedade.

Mas todos nós que estivemos no auditório do IDR no dia 23/01/91, percebemos claramente que na Capital da República, esse triste quadro vai mudar.

O Sr. Governador, ao expor o plano do trabalho que se inicia, nos convocou a participarmos, unirmos forças com ele e sua equipe, para o quanto antes ampararmos essas crianças.

Eu me senti imediatamente engajado na campanha, não apenas como Deputado Distrital, mas também como cidadão e Presidente do Parque Assistencial do Centro Espírita Sebastião, o Mártir.

Na verdade, desde que a Secretária do Desenvolvimento Social, Sra. Maria do Barro, expôs o projeto daquela Secretaria visando ao menino e ao adolescente de rua, reservamos 160 leitos do Parque Assistencial para aqueles menores, como já referimos nesta Casa.

Concluindo, Sr. Presidente, renovamos a todos os presentes a convocação do Dr. Joaquim Roriz, para apoiarem, no que estiver ao alcance de cada um, esta grande transformação social da Capital Federal. Encerramos nosso pronunciamento no Pequeno Expediente, com uma frase basilar do Sr. Governador: «É necessário que se trabalhe o homem, que serve de exemplo à criança».

Digo mais, investir na criança é assegurar a paz social para as gerações futuras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero ratificar, em nome da comunidade de Sobradinho, o alto nível das negociações, o espírito profundamente democrático que guiou os nossos passos nesses últimos dias, quinta e sexta-feira, para que confirmássemos aquilo que os diversos segmentos da comunidade desejam. E neste momento agradeço ao nosso Governador a liberalidade político-administrativa que demonstrou, não obstante estarmos nós em um partido de oposição, mas procurando, através do diálogo inteligente, negociar a favor da comunidade, chegar a termos altamente positivos para aquela comunidade.

Não se trata aqui de um retorno, de uma pendência política, mas, sim, de uma colaboração cada vez maior com aqueles que buscam o bem da comunidade, através de negociações cada vez mais concretas a favor dos menos favorecidos.

Gostaria de fazer algumas considerações, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero deixar registrada aqui a minha preocupação diante do grave e ao mesmo tempo especial momento em que presenciamos o desenrolar de uma guerra no Golfo Pérsico, cujas dimensões e consequências para a Humanidade são de difícil previsão neste instante, mas que certamente afetarão a todos nós, brasileiros.

Independentemente da guerra, já vimos atravessando dificuldades terríveis, seja pelos elevados níveis dos índices da inflação, seja pelas altas taxas de desemprego, cujos reflexos, dentre outros, são a fome, a falta de moradia, o analfabetismo, as doenças, a miséria, a aflição e o desespero da família brasileira.

No Distrito Federal, não é diferente a situação. Embora grandes esforços estejam sendo feitos no sentido de reverter esse estado de coisas, pouco se vislumbra no horizonte, diante da imensidão das carências sociais. É realmente um grave momento, este que estamos vivendo, mas, por outro lado, há algo de especial que precisa ser focalizado e que poderá renovar nossas esperanças e a esperança do nosso povo. Refiro-me ao fato de que as nossas Administrações Regionais estão tomando conhecimento do nome daqueles líderes institucionais que estarão, durante os próximos anos, à frente das respectivas comunidades, por delegação expressa do Chefe do Executivo do Distrito Federal, que neste momento da vida brasileira, de grande valorização da Democracia, em que o poder é exercido por alguém em nome do povo, saberá escolher aquelas pessoas que mais se identifiquem com este sábio primado do mundo civilizado, para desempenhar essa espinhosa e nobre missão, uma vez que as Administrações Regionais ainda não ganharam autonomia política.

Esses Administradores adotarão posturas e estratégias renovadoras, buscando definir, em primeiro lugar, qual a vocação, qual o potencial, digamos assim, de sua cidade. Para a realização dessa tarefa inicial é muito importante que não se exclua a participação explícita das universidades e de outros órgãos de estudo e pesquisa, como o Conselho Nacional de Pesquisas — CNPq e a Fundação Getúlio Vargas, por exemplo. Essas instituições, lado a lado com todas as forças de cada comunidade, de **per si**, incluindo-se, evidentemente, as instituições de financiamento e os empresários, tenho certeza, em muito pouco tempo, propiciarão a cada Administrador aquelas condições ideais e indispensáveis para o passo seguinte que será o de implantação das idéias e projetos ali brotados e produzidos. Essa implantação continuará contando sempre com todas aquelas entidades e pessoas que iniciaram e/ou que se incorporaram ao processo durante o andamento dos trabalhos.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero registrar aqui que todo esse esforço deverá ter como preocupação fundamental, e com muita clareza e objetividade, a geração de empregos novos em cada uma das cidades-satélites de Brasília, no Plano Piloto, bem como no Entorno do Distrito Federal. Essa diretriz de política governamental terá um

decisivo impacto social e econômico em cada núcleo populacional urbano e rural, em função da redefinição espacial do mercado de trabalho, bem como do considerável aumento da oferta de trabalho nos referidos núcleos populacionais.

Até se poderia dizer que estaria sendo feita uma verdadeira reforma ou modernização na estrutura e na distribuição espacial do Distrito Federal, com implicações na descentralização administrativa do Governo, na destinação e utilização do solo urbano e rural, no modelo dos sistemas educacional, cultural e de lazer, de saúde e saneamento, no modelo do sistema de transportes, do sistema de abastecimento e até mesmo em um novo desenho do tratamento a ser dado aos setores industriais que permeiam timidamente as diferentes Regiões Administrativas, sem muita preocupação com a variável ecológica. Não! Ainda não se está nesse patamar, uma vez que somos conscientes de que somente com o advento da Lei Orgânica haverá o pleno exercício do direito da cidadania. Será no instante mesmo de sua confecção que os 24 Deputados Distritais eleitos por votação direta e secreta, em contato constante com a fonte da água viva que é o povo, através de consultas, reuniões, debates e pesquisas, deverão ouvir, colher, analisar, elaborar e promulgar a espinha dorsal que sustentará equilibrados seus membros com suas funções específicas, numa convergência de idéias, sugestões e soluções.

Sabemos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que somente nossa Lei Orgânica, regida por um Plano Diretor, terá condições de apresentar, dentro do universo de suas necessidades, aspirações e sugestões, soluções cabíveis, justas, oportunas e adequadas, que não se conflitem, mas se harmonizem dentro de um esquema de prioridades planejadas e, com recursos financeiros definidos para cada área, poderá dar a melhor resposta às necessidades sócio-econômicas de nosso povo. Entretanto, enquanto isso não acontece, faz-se indispensável que os dirigentes governamentais, em especial os futuros Administradores Regionais, assumam posturas, pelo menos em parte, diferenciadas dos velhos e superados figurinos até hoje vigentes.

Assim, nobres colegas, se nós, Deputados Distritais, não nos interessarmos por aqueles que se interessaram por nós, nos colocando aqui, não seremos nós, por certo, os maiores alienados de nós mesmos, que os representamos nesta casa?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A palavra com o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, nobres Deputados, registro o meu repúdio ao aumento abusivo dos preços das passagens autorizado pelo Governador Joaquim Roriz. Este foi o primeiro «presente de grego» para usuários nesta nova fase de Governo do Sr. Roriz. Um trabalhador que ganha um salário mínimo deixará a metade de seu orçamento nas roletas dos ônibus.

Gastará 6 mil e 160 cruzeiros na ida e volta para o trabalho, nos 22 dias úteis do mês. Em São Paulo, por exemplo, um trabalhador na mesma situação gastará apenas 2 mil 380 cruzeiros.

Repudio também a manutenção desse lamentável privilégio aos empresários do setor de transporte e a atitude do Secretário de Comunicação Social, Fernando Lemos, que tenta imputar a culpa do aumento aos rodoviários. A categoria não tem culpa alguma por isso, pois, no Distrito Federal, como denunciei na semana passada, o salário pago a um motorista, por exemplo, é um dos piores do País e corresponde a 292,6 passagens de um Grande Circular. Enquanto isso, a passagem dispara como a mais cara do País, quase o dobro da de São Paulo.

Informo aos nobres Deputados que os rodoviários recusaram, na assembléia geral de ontem à noite, a antecipação irrisória de 50% oferecida por Roriz, a partir de 1º de fevereiro. A categoria decidiu continuar a luta e parar a cidade a qualquer momento. Alerto que é uma obrigação dos membros desta Casa solicitar ao GDF a reabertura das negociações, a fim de evitar transtornos à população.

Por ocasião das negociações coletivas dos trabalhadores de transporte surge sempre a figura do aumento das tarifas. Recebemos informações do próprio Governador e do Secretário de Transportes de que existe um déficit no Caixa Único, deixado pelo Governador Wanderlei Valim, de 490 milhões de cruzeiros. Este aumento de passagem é, sem dúvida, para cobrir este rombo do Caixa Único e para manter o lucro das empresas.

Portanto, de forma alguma se justifica quererem fazer da categoria dos rodoviários bode expiatório desse novo e abusivo aumento de tarifas.

Segundo a proposta do Governador, dos Secretários dos Transportes, Dr. Marcelo Perrupato e Silva, e o do Trabalho, José Renato Riella, desde ontem, não só estão ganhando no preço da tarifa, como também no aumento do valor do custo do quilômetro, enquanto a proposta para os trabalhadores passaria a vigorar com a antecipação de 50%, a partir de 1º de fevereiro, e só receberiam em 1º de março.

É uma proposta praticamente irrisória, que não repõe sequer as perdas da inflação, provocada nos meses de janeiro e fevereiro, e muito menos as perdas passadas.

Portanto, a categoria recusou a proposta e continua em luta. Inclusive marcou um ato nesta Câmara Legislativa na próxima quinta-feira, às 15h, a fim de tentar sensibilizar os Deputados, para que também pressionem o Governo do Distrito Federal a apresentar uma proposta mais condigna, que reponha pelo menos em parte seus salários.

Quero acrescentar que estive, ontem, nas Quadras 429, 431 e 433, no Setor de Expansão de Samambaia, onde pude constatar as péssimas condições de vida a que estão sujeitas mais de quatro mil famílias que ali residem. Elas não têm água, escola, posto de saúde, esgoto, asfalto,

posto policial, orelhão telefônico público, sequer agência dos Correios nem terminal de ônibus.

Normalmente, os moradores desse local recebem um apelido dos outros moradores da própria Samambaia. De uma forma irônica, denominam o local de «Rocinha», em virtude da precariedade, que é maior do que no restante de Samambaia. Não há sequer um chafariz de água. Esta é servida através de carros-pipas e, segundo me informaram as donas-de-casa, as mães de família faz mal às crianças, por estar contaminada. É recolhida, segundo elas, numa mina próxima ao local e tem constantemente feito mal às crianças. São aproximadamente quatro mil famílias que moram ali em condições completamente subumanas.

Além disso tudo, somente um ônibus faz a linha para aquele local.

A enxurrada entope as fossas, as cisternas e as próprias casas dos moradores. Por não contarem com pára-raio, os moradores correm risco de vida, no caso de ali caírem raios. Um cidadão, há algum tempo ficou quatro meses sem fala, após sua casa ser atingida por um raio. Também ficam danificados os poucos eletrodomésticos que aqueles moradores possuem. Quando chuvas fortes ocorrem, os aparelhos queimam.

Ainda ontem, os moradores me entregaram um abaixo-assinado, com mais de 800 assinaturas, no qual solicitam a minha intervenção para que suas reivindicações sejam atendidas pelo Governo do Distrito Federal e seus órgãos competentes.

Para que V. Exas. tenham uma idéia, Sras. e Srs. Deputados, o pessoal está andando quatro quilômetros a pé para tomar um ônibus. Ainda assim, a única linha de ônibus passa de hora em hora. É também comum os ônibus não passarem, porque as vias de acesso àquele local, por ocasião das chuvas, ficam interditadas.

É uma temeridade o que está acontecendo, uma verdadeira barbárie.

Houve um ato público, ontem, que se repetirá em outras ocasiões. Os moradores esperam ver suas reivindicações atendidas.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao Nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante da crescente abordagem da questão fundiária no Distrito Federal, gostaria de fazer, neste Pequeno Expediente, uma apreciação sobre a matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e demais companheiros de luta, o modelo agrário criado para o Distrito Federal no início da construção de Brasília, considerado um bom modelo eficiente de estrutura fundiária, e que poderia

ser estendido ao resto do País, tem sido, nos últimos 15 anos desvirtuado e mutilado.

A concepção original deu à terra funções inequívocas de produção e sustentação da família rurícola, através de um mecanismo muito simples, ou seja, terão direito ao uso do solo rural aqueles que o tornarem produtivo e útil à sociedade.

Este princípio elementar está sendo substituído por um outro, porém perverso e elitizante: terá direito à terra quem melhor proveito pessoal puder extrair dela.

Nitidamente está se trocando o interesse social pelo meramente econômico, capitalista, apesar da recente legislação — Dec. nº 10.024, de 22 de dezembro de 1986, de conteúdo aceitável.

É preciso alertar a sociedade para o engodo que se quer disseminar na afirmação de que o produtor rural não investe porque não tem o título da terra. A realidade é que o verdadeiro produtor está mais preocupado em produzir e vender seu produto. O que o obriga a pensar na propriedade da terra é o modelo agrícola que vincula o crédito rural e outros mecanismos de política agrícola à propriedade, porque não aceita a produção como garantia, mas apenas o ativo imobiliário.

É preciso que a sociedade saiba que 45% da área rural do Distrito Federal não foram desapropriados, área esta que se encontra em mãos de particulares. Alguns ainda usam este espaço para fins de produção agrícola; outros, porém, querem incorporá-lo ao espaço urbano, através de loteamentos, na maioria ilegais.

Apesar de legislação, também recente, o GDF não foi capaz — ou não quis — de aplicar adequadamente a legislação, e os condomínios rurais (nomes utilizados para tais loteamentos) proliferaram numa progressão geométrica, a ponto de comprometer áreas de preservação ambiental, nascentes importantes para o abastecimento de água, além do crescimento desordenado da área urbana, exigindo investimentos não programados pelo Poder Público, mas conseguidos através de influência política nas empresas concessionárias do DF (CEB, CAESB, TELEBRASÍLIA, etc.

Para termos uma visão atualizada da distribuição de terras e de seus usos no Distrito Federal, encaminhamos ao Diretor Executivo da Fundação Zoobotânica (órgão responsável pelo controle e fiscalização da área rural do Distrito Federal) pedido neste sentido. Fomos informados, pessoalmente, pelo Diretor, que daqui aproximadamente a dois meses os dados poderão ser obtidos. Ora, é um absurdo que a Fundação Zoobotânica, tendo a idade de Brasília, sendo criada exclusivamente para atuar no meio rural, não tenha um cadastro atualizado.

Os erros e desmandos administrativos na Fundação Zoobotânica são de responsabilidade única e exclusiva dos governos passados.

Gostaria de apontar alguns dos principais problemas da Fundação Zoobotânica:

- 1 — Escasso número de fiscais (5) para acompanhar quatro mil unidades.
- 2 — Fiscalização deficiente da execução dos planos de utilização da terra.
- 3 — Ausência de mecanismos, amplamente divulgados, para a seleção de arrendatários, de forma a impedir critérios particulares.
- 4 — Transferência de lotes, através de cessão de direitos, excessivamente facilitada, trazendo a especulação imobiliária para as áreas arrendadas e favorecendo a concentração da terra em benefício de pessoas de maior poder aquisitivo.

Para espanto meu, li, no último sábado, aquela notinha sobre os grandes benefícios que a Fundação OK projeta para a população do Distrito Federal, dizendo que, só em termos de produção, de soja e de milho no Distrito Federal, hoje eles detêm uma área em torno de 11 mil hectares.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar três pontos com relação à titulação de terra no Distrito Federal. Em primeiro lugar gostaria de me reportar às sociedades mais desenvolvidas do mundo, tomadas como parâmetro para as sociedades do Terceiro Mundo.

Nas sociedades mais desenvolvidas, como o Japão, há recuperação das terras através de drenagem e aterro, e elas são concedidas para uso, em vez de título definitivo. O que interessa ao país é o uso que se faz do solo para fim social.

No Distrito Federal, há aproximadamente 225.000ha de terras em nome de particulares (terras férteis, aproveitáveis, que não são utilizadas para o seu devido fim: 70.000ha).

A titulação não implica em uso adequado da terra. No projeto Alexandre de Gusmão, onde as terras foram tituladas pelo INCRA, hoje existem condomínios residenciais. A terra não cumpriu seu verdadeiro objetivo de tornar-se um eficiente fator de produção.

Finalizando, queremos alertar a sociedade brasileira para o perigo do desabastecimento de hortigranjeiros pelos preços mais acessíveis, caso a propaganda da titulação das terras rurais prevaleça sobre o modelo de concessão de uso que dá ao Estado meios legais de forçar o uso produtivo e social da terra, *para que haja justiça*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra do nobre Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso desta tribuna, hoje, para elogiar uma prática muito salutar que vem tomando corpo entre nós, os Deputados Distritais, que é o sentido de equipe. Quando o resultado final de um trabalho beneficia ou faz justiça ao povo, não importa a

autoridade, o apoio; importa, sim, que o objetivo tenha sido alcançado.

Faço estas observações para justificar a satisfação com que vejo o Requerimento nº 26, de 23/01/91, do Deputado Benício Tavares, que solicita ao Governo do Distrito Federal informações sobre o estágio atual das obras de recuperação do Lago Paranoá, um assunto importante e que levantamos nesta tribuna no dia 11 passado, no espaço do Pequeno Expediente, e que, posteriormente, foi objeto de pronunciamentos de vários outros Deputados.

O requerimento tem nosso apoio, pois acredito ser este um passo importante para a solução de tão grave problema.

Deputado Aroldo Satake
Tribuna da Câmara em 28/01/91

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, a convite da Comissão de Assuntos Econômicos, recebemos a visita do Secretário de Agricultura, Dr. Renato Simplicio Lopes, que trouxe um quadro atualizado da agricultura hoje no Distrito Federal, bem como o projeto do Governo para os próximos anos, o que foi bastante esclarecedor para os interessados no assunto.

Em vista do resultado positivo desta iniciativa da Comissão, resolvemos prosseguir com esta prática e convidamos para a próxima quinta-feira, dia 31, o Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano, Dr. Newton de Castro, que gentilmente aceitou o convite.

Assim, convidamos os Srs. Deputados para esta reunião, que se realizará no auditório, às 10h30min. e solicitamos à Mesa a gentileza das providências de praxe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna é a preocupação com moradia. Até agora o Governo tem-se preocupado muito com a distribuição de lotes e com os assentamentos.

Gostaríamos de pedir que S. Exa. o Governador entrasse em entendimento com os inquilinos também.

Diversas pessoas têm-me procurado dizendo que está preferindo partir para as invasões, porque assim têm certeza de que vão receber seu lote, ao invés de pagar aluguel, porque sabem que dificilmente o receberão.

Sr. Presidente, é necessário que o Governador Joaquim Roriz tome uma providência no que se refere aos inquilinos, porque os que gastam até o que não têm para não invadir uma área, para não contrariar normas governamentais, estão sendo esquecidos, enquanto os que procuram as invasões são atendidos. Não sabemos quais os critérios que estão sendo adotados para resolver tais problemas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Passamos às

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito que todos nós, Deputados, temos uma preocupação especial em preservar não só as instituições — a Câmara Legislativa do Distrito Federal, no caso — como seu bom nome, zelando também pela conduta de cada um dos Deputados e pelo que se registra nos Anais desta Casa.

Creio que, em se tratando de assuntos que dizem respeito à Justiça, seria muito oportuno que todos os erros cometidos fossem devidamente reparados, a fim de que não constassem nos Anais desta Casa afirmações errôneas sem que haja a oportunidade de se repararem eventuais citações, distorcidas ou falseadas.

Baseado nesse princípio, Sr. Presidente, gostaria, com a permissão da Mesa, de encaminhar ao nobre Deputado Pedro Celso, nosso colega Parlamentar, reportagem publicada na revista «Veja» da semana passada, cujo título é «Mentiras retratadas», tendo em vista que recentemente o nobre Parlamentar pediu que se transcrevesse nos Anais desta Casa reportagem do «The Sunday Times», que trazia sérias acusações ao Presidente da República do Brasil.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

VEJA, 30 DE JANEIRO, 1991

JUSTIÇA

Mentiras retratadas

*Ação do governo obriga
Sunday Times a se desculpar pela
reportagem sobre Collor*

Quinze dias depois de publicar uma reportagem que fazia graves insinuações sobre o presidente Fernando Collor, chegando a dizer que ele estivera envolvido em atividades criminosas, o jornal inglês *The Sunday Times* voltou atrás. Na página 3 de sua edição de domingo dia 20, o jornal publicou, com um destaque raro, um pedido de desculpas ao presidente no qual admitia que tratara simples fofocas como se fossem fatos verdadeiros. «Reconhecemos que o artigo causou grande ofensa ao presidente Collor e agora admitimos que não há qualquer fundo de verdade nos boatos lançados por seus detratores e opositores políticos», admitiu o jornal. Além de gastar palavras, o *Sunday Times* pediu desculpas com dinheiro vivo. Gastou quase 40.000 dólares para pagar advogados, custos e uma reparação simbólica, no valor de 3 milhões de cruzeiros, que foi doada a uma instituição de caridade escolhida por Collor, o

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, em São Paulo.

Escrita pelo jornalista John Ryle, a reportagem provocou um confronto entre o governo brasileiro e o *Sunday Times*, de propriedade da mesma casa editorial que publica o venerando *The Times* londrino. Sem dispor de uma única prova para sustentar o que dizia, Ryle afirmou que o presidente freqüentava rodas em que se consumia cocaína e escapara por pouco de ser envolvido num crime sexual — o caso Ana Lúcia, menina de 7 anos estuprada e assassinada em Brasília em 1973.

«Oh, Meu Deus» — Procurando evitar que o caso fosse parar nos tribunais ingleses, onde publicações que cometem erros desse tipo costumam ser condenadas a pagar multas milionárias, o *Sunday Times* tratou de negociar uma retratação no mais breve prazo possível. Procurado pelo advogado Anthony Kerman, contratado pela Embaixada do Brasil em Londres, o advogado Alistair Brett, encarregado de defender a publicação, pôs as mãos na cabeça assim que se inteirou do conteúdo da reportagem: «Oh, meu Deus, nós fizemos isso», disse ele. O texto da retratação foi discutido pela direção do jornal, palavra por palavra, com o embaixador brasileiro Paulo Tarso Flecha de Lima. «Se a reportagem foi um exemplo de desonestidade a retratação foi um exemplo de seriedade», afirma o porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva. Toda pessoa que já foi vítima de um erro dos meios de comunicação sabe que as retratações nunca têm o mesmo impacto que as manchetes publicadas pela primeira vez. Ainda assim, a correção serviu para marcar uma vitória do governo — obrigou o *Sunday Times* a admitir, perante seus 4,5 milhões de leitores, que havia caluniado o presidente do Brasil, prejudicando sua imagem. Além disso, a vitória foi obtida rapidamente, através do método civilizado da contratação de advogados.

Encaminharei a matéria ao Deputado, com um pedido pessoal e do Bloco Solidariedade para que S. Exa. solicite sua publicação nos Anais, a fim de reparar erros que agora foram corrigidos.

Os Anais desta Casa devem guardar o direito de resposta, princípio de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — O Deputado Pedro Celso tem 5 minutos para fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Peniel Pacheco seu oferecimento, mas tenho a revista «Veja» e conheço a matéria. Entretanto, mantenho o que pedi, isto é, que seja publicado nos Anais desta Casa a matéria veiculada pelo «The Sunday Times».

A História mostrará o quanto deve ter custado a retratação do «The Sunday Times», publicada na revista «Veja».

Os comentários publicados, Brasília toda os conhecia, muito antes da eleição.

Nós, que moramos nesta cidade há mais de 25 anos, conhecemos muito bem o atual Presidente da República. Portanto, peço que a Casa mantenha nos seus Anais tal publicação. No futuro, os historiadores vão poder debruçar-se sobre o assunto e saber se a matéria original era de fato a verdadeira ou se por trás dessa pseudo-retratação não está mais uma deslavada mentira.

Que se mantenha nos Anais da Casa tudo o que foi dito na revista sobre o atual Presidente da República. Como morador desta cidade há muitos anos, conhecemos muito bem o atual ocupante do Palácio do Planalto, o nosso jovem desportista, residente na Casa da Dinda.

Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, assim como o nobre Deputado Pedro Celso, também gostaria de fazer uso da palavra para uma questão de ordem.

(Manifestação no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra para uma questão de ordem, o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Agradeço aos nobres colegas a intervenção, mas a Mesa tem Presidente para isso. Pergunto ao nobre Deputado Pedro Celso se S. Exa. atribui a si as afirmações publicadas nos Anais desta Casa, porque quando as mesmas foram publicadas o foram em nome do «Sunday Times». Feita a retratação, aquelas afirmações não podem mais ser de propriedade do referido órgão de imprensa. Gostaria de saber do nobre Deputado se S. Exa. assume como suas as palavras registradas nos Anais da Casa. Essa a questão que gostaria de levantar.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra para uma questão de ordem, a fim de que prossigamos nossos trabalhos, dando-se continuidade às comunicações de lideranças. Devemos evitar posturas de provocações, porque senão ficaremos todos desmoralizados.

Faço questão de que a Presidência da Mesa diligencie a retomada da ordem dos trabalhos, para que possamos continuar a sessão, sem ficar nesse pingue-pongue que não nos levará a nada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, ocupo estes cinco minutos destinados a pronunciamento de líderes para apresentar, em nome da bancada do PT, um projeto que se refere à destinação de áreas públicas para realização de reuniões, atos, manifestações, passeatas.

É do conhecimento de todos que, desde o dia 11 de outubro de 1989, há uma portaria baixada pelo então

Secretário de Segurança, Dr. João Brochado, que interpreta a Constituição de forma equivocada, pois proíbe manifestações em uma série de locais que irei citar. Isso tem motivado, para o movimento popular e sindical, um sem-número de entraves quanto à realização de manifestações, causando confrontos explícitos com a polícia.

O último, entre a polícia militar e a civil, foi fruto da Portaria nº 11, que proíbe a qualquer manifestação passar em frente ao Palácio do Buriti ou ali realizar-se. Gostaria de aqui resumi-la para mostrar a todos o quanto essa portaria cerceia. Se formos levá-la ao pé da letra, não teremos espaço algum para realização das manifestações. Quero ter o prazer de apresentá-la aos colegas e dizer quão injusta ela é.

Uma cidade democrática como Brasília necessita de sua revogação, o que se dará com a aprovação deste projeto de lei que vem em nome da bancada do PT.

O Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no seu art. 5º, bem como o inciso XVI da nossa Constituição, dizem o seguinte:

«Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVI — todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.»

Pela mencionada portaria, Srs. Deputados, temos nada mais que a seguinte determinação:

«Ficam proibidas as manifestações nos lugares que constam no item III, isto é, no Eixo Monumental, na Praça do Buriti, na Praça dos Três Poderes etc.»

Quero lembrar que toda sexta-feira populares vão à Praça dos Três Poderes para enaltecer o Sr. Presidente.

Se essa portaria fosse cumprida realmente, a manifestação seria proibida, porque lá se menciona: manifestações, assembleias, reuniões, atos públicos ou passeatas nesses locais. Então, todas as sextas-feiras o Presidente transgredia a determinação do Secretário de Segurança Pública, quando, inclusive, desce a rampa e cumprimenta o público que ali está para homenageá-lo.

Não é isso que estamos querendo questionar. O que estamos questionando é que se um professor, ou qualquer outro profissional, ocupa esse espaço para se manifestar, a polícia vem expulsá-los, como aconteceu no ano passado, por determinação dessa portaria. Quando o público se manifesta para elogiar, essa portaria não vale. Acho que

deveríamos colocar as coisas nos devidos lugares. Além disso, no Eixo Monumental e na Praça do Buriti também é proibida qualquer manifestação, qualquer reunião, qualquer ato público ou qualquer passeata.

Sabemos que inúmeras manifestações em favor do Governador de Brasília foram realizadas naquele mesmo lugar. Mas se são manifestações para cobrar alguma reivindicação, a polícia está presente para reprimir. Também são proibidas manifestações na Estação Rodoviária, na Estação Rodoferroviária, na Praça Lúcio Costa, em frente ao CNB, na Praça do Conic, no Setor de Indústria e de Abastecimento, no Setor de Inflamáveis, no Setor de Cargas, na Subestação 8 da CEB, nas vias de acessos interiores às quadras residenciais.

Em todas as quadras residenciais é proibido qualquer tipo de manifestação pela Portaria nº 11. Quantos atos fizemos nas quadras? Quantas reuniões de associações de moradores forma nelas realizadas pacificamente? Isso tem acontecido! Quantas campanhas eleitorais, pequenos comícios, foram realizados nessas entrequadras, em passado recente, já com a existência dessa portaria? Também são proibidas manifestações em pontes, viadutos, vias públicas.

O mesmo acontece nos terminais rodoviários. Entretanto, o Sindicato dos Rodoviários faz suas campanhas nesses terminais, faz ali pequenas assembleias, sem nunca ter havido nenhum confronto com a polícia. No entanto, é uma área proibida!

Pasmem, Senhores, nas áreas próximas aos estabelecimentos de saúde, escolas, estação de tratamento de água, combustível, esgoto, lixo, energia, telecomunicações, feiras livres e permanentes, delegacia de polícia, quartéis, forças armadas, polícia militar e corpo de bombeiros também não se podem fazer manifestações.

Excelências, em todas essas áreas a portaria proíbe manifestação do público. No entanto, a Constituição é muito clara: desde que sem armas, todas as pessoas, todos os cidadãos brasileiros ou estrangeiros que aqui habitam têm o direito de se manifestar. E essas manifestações são sempre no sentido de solicitar a agilização de alguma reivindicação. Quando aconteceram confrontos? Todas as vezes em que a polícia tentou impedir que manifestações pacíficas acontecessem.

Então, para que não haja mais confrontos, que podem ser danosos, inclusive provocar mortes, pedimos que esta Casa, a bem da democracia, aprove nosso projeto.

De antemão, solicitamos ao Secretário de Segurança que retire essa portaria, que revogue este ato institucional, que realmente cassa a liberdade.

Peço o apoio de V. Exas., de todos aqueles comprometidos com o movimento social em qualquer nível, seja com os taxistas, com os moradores do Paranoá, do Varjão, seja aqueles que representam a Polícia Militar ou a Polícia Civil, enfim, os representantes de todas as áreas. Quando desejarmos fazer uma manifestação, que sejamos livres para

fazê-la, com civilidade, não a transformando num confronto com a polícia ou com o próprio Governo. E temos este direito assegurado pela Constituição. Então, nada mais queremos do que a aprovação do nosso projeto de lei, que entregue à Mesa agora.

Queremos restituir o direito que o cidadão conquistou no dia 5 de outubro de 1988 quando da promulgação da Constituição.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, faço a apresentação desse projeto e solicito a colaboração de todos no sentido de sua aprovação.

Para finalizar — acho que ainda tenho um minuto — gostaria de pedir à Casa, à Presidência da Câmara, que, por favor, comunique a todos, aos parlamentares, à imprensa e à população que para cá se dirige, o quê, na realidade, ficou nesta Casa, em matéria de equipamentos da Embrater.

Tenho sentido — e acho que V. Exas. também — uma dificuldade imensa de me comunicar com a minha casa, com os eleitores, porque está simplesmente impossível conseguir linha telefônica, os ramais são insuficientes e os terminais telefônicos ineficientes. Sabemos que a Embrater era dotada, em cada uma de suas salas, de linhas próprias e tinha um sistema de ramais. Quero saber o que aconteceu com essas linhas de telefone, com esse patrimônio da Embrater, que nos foi prometido pelo Governador Wanderley Vallim.

Quero saber o que foi feito da nossa gráfica, que ele também se comprometeu, diante dos parlamentares, a conservar.

Quero saber do computador, que também deveria ter ficado aqui. É por esse motivo que não estamos conseguindo agilizar os nossos trabalhos.

É uma situação ridícula não termos nem borrachas nos gabinetes. Não temos sequer um corretivo para a única máquina que chegou. Precisamos ir à papelaria comprar. E ainda há gente dizendo que os Parlamentares, ao invés de se preocuparem com isso agora no mês de janeiro, estão apresentando projetos. Esta é, no entanto, a função do Parlamentar. A sociedade votou nele para que apresentasse projetos e os discutisse politicamente.

Então, cobro da Mesa — e sei que não houve má-fé nem negligência — providências nesse sentido. Quero reafirmar que o Executivo desta Capital não estava preparado para receber o Poder Legislativo. Desde 1988 — e me reporto novamente à Constituição — já tínhamos a garantia de que haveria eleições para a Câmara Legislativa. Agora ela se encontra nessa situação, sem um mínimo em equipamentos, sem sequer uma linha telefônica que funcione.

E, para finalizar, gostaria de dizer que precisamos aprovar o mais rápido possível uma modalidade de pagamento para os funcionários que estão aqui conosco desde o dia

1º, seja na forma de pagamento extra, seja na forma que for. Acho que se isso já foi resolvido, tem de ser colocado aqui, para tranquilizar o conjunto dos parlamentares, porque o assunto não pode ser decidido num ambiente fechado. Entendi que não temos ainda uma solução para o pagamento dos nossos funcionários, sejam eles requisitados, sejam contratados. Envergonho-me de ter recebido salário, enquanto nossos funcionários não tiveram o mesmo tratamento. Eu me sentiria muito feliz se todos tivessem recebido. Isto não é demagogia. Estou chateada hoje por saber que posso pagar minhas contas e nossos funcionários estão impedidos de fazê-lo, e sem perspectiva de quando receberão seus salários.

Era só o que tinha a dizer. Muito obrigado por terem me ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Manoel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acho que o projeto da nobre Deputada é muito importante, mas não se pode, em hipótese alguma, admitir que um governante não tenha liberdade de trabalhar. Acho que se devem ampliar as áreas para concentrações e até mesmo para protestos. Creio que a portaria é até muito restritiva, mas não é possível permitir que qualquer um adentre o Buriti, o Planalto ou qualquer outro órgão e impeça uma autoridade de trabalhar. No incidente, que eu nem gosto de comentar, entre as polícias ficou patente que os órgãos públicos precisam ser preservados porque pertencem à população.

De maneira que esse projeto de lei, embora traga algumas inovações em relação à portaria ora em vigor, precisa ser examinado com muito cuidado por esta Casa, para que os órgãos públicos e as autoridades não fiquem vulneráveis a qualquer ataque.

Então, Sr. Presidente, a preocupação do PTR e do Governo é dar ao projeto um tratamento que o coloque à altura dos interesses da segurança de Brasília. Falou-se aqui em festa, e devo dizer que para festa cedo minha casa, mas para guerra fecho as portas. É bom que se tenha consciência disso, para não fazer democracia na casa alheia, já que a nossa procuramos sempre preservar.

Era o que tinha a dizer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo apenas agradecer ao Governador Joaquim Roriz a feliz indicação do Administrador Regional do Núcleo Bandeirante, Dr. Vivaldo Martins Alves Filho, um engenheiro muito capacitado, homem bastante íntegro e que já realizou vários trabalhos em prol daquela comunidade. Hoje ele volta a ocupar o cargo, para grande satisfação de todos nós.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Grande Expediente:

1. Cláudio Monteiro
2. Manoel de Andrade
3. Pedro Celso

Concedo a palavra ao nobre Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PRP. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, no meu pronunciamento do dia 25 de janeiro, alertei sobre uma «guerra» que denominei «guerra silenciosa». Volto hoje a mencionar tal fato, mas agora sobre as consequências e resultados dos sinistros números que naquela ocasião mencionei.

Quando disse que a impunidade reinava em Brasília e que os valores se encontram invertidos, que o cidadão honesto e cumpridor de seus deveres se torna prisioneiro em sua própria casa, e os marginais campeiam soltos pelas ruas e avenidas da Capital da República, não estava sendo leviano nem exagerado.

Srs. Deputados, pela cidade de Brasília e pelas suas satélites vagueiam impunes 5.440 cidadãos condenados pela Justiça, ou com ordem de prisão legal. Vejam bem, 5.440 elementos têm ordem de prisão judicial e estão soltos pela nossa Capital. Seja por falta de recursos materiais, seja por outro motivo, a verdade é que o órgão principal para efetuar tais funções, a Polícia Judiciária, também conhecida por Polícia Civil, desde 1975 tem o mesmo quadro de 2.500 policiais. Por outro lado, as penitenciárias encontram-se lotadas, sem condições de receber tais delinquentes. As consequências da lotação do sistema penitenciário se refletem diretamente sobre a população, que, acuada diante da violência imperante em Brasília, recorre às Delegacias Policiais que, por outro lado, foram transformadas em minipresídios, verdadeiros depósitos humanos, fugindo de suas atribuições e debilitando a assistência que prestam ao cidadão.

As delegacias, ao terem os seus serviços desvirtuados, ficam entre não poder atender corretamente a quem a elas recorre e prestar serviços carcerários, o que, por não terem instalações apropriadas nem pessoal preparado para dar o tratamento adequado ao detento, acaba por provocar as constantes fugas noticiadas diariamente pela imprensa, e, o que é pior, expondo a população vizinha dos distritos policiais a permanente perigo.

A superlotação dos presídios impossibilita a assistência a que têm direito os presos, dificulta o tratamento para sua recuperação e reintegração na sociedade e coloca em risco

constante os policiais que lá prestam serviços, com a sempre presente ameaça de uma rebelião.

Srs. Deputados, analisando todos os fatos que hoje divulgo e os de sexta-feira última, chego à conclusão de que tudo não passa de um círculo vicioso. Os marginais de Brasília vivem na delinquência, na certeza de impunidade, por saber que não serão investigados, em razão do pequeno contingente de policiais nas delegacias; e, se o forem, não serão presos, por falta de espaço nas cadeias. Já o cidadão honesto, como mencionei, fica na dúvida entre sair e ser vítima, ou, ao retornar, encontrar seu lar devastado, violado, seu patrimônio dilapidado, e tendo uma única certeza: a de que seu algoz viverá impune.

O sistema penitenciário do Distrito Federal é um conjunto de órgãos ultrapassados e arcaicos em seu funcionamento e diretrizes. Não atinge os seus objetivos, não consegue nem mesmo almejar o mais básico em matéria de execução penal, que é a separação dos internos por natureza de delitos cometidos. Tornou-se, no convívio diário de sua população presidiária, uma verdadeira «faculdade do crime», onde o submundo penitenciário instalou um reinado da marginalidade. Os fortes se sobrepõem aos fracos e os escravizam, submetendo-os a serventias. Isto ocorre porque os internos nos presídios de Brasília ficam basicamente a vadiar nos pátios, no período do cumprimento da pena, sem uma ocupação, seja laboriosa, seja educacional, e, como diz a sabedoria popular, «mente vazia é oficina do diabo».

Srs. Deputados, o sistema penitenciário do Distrito Federal tem de ser um modelo para o resto do País. O detento que lá se internar deverá sair com uma profissão e ter condições de prover o seu sustento e o de sua família enquanto preso. Deveríamos ter em Brasília um núcleo penitenciário agrícola e industrial, no qual os detentos seriam realmente reeducados e preparados para o reingresso no convívio sadio e harmonioso no seio da sociedade.

Levando-se em consideração a fragilidade do sistema penitenciário do Distrito Federal e a precariedade em que vive a Secretaria de Segurança Pública, que pouco ou quase nada consegue fazer em termos de baixar o nível de criminalidade do Distrito Federal, optamos por apresentar um projeto de lei que autoriza o Governo do Distrito Federal a criar a Secretaria de Justiça, mediante a estrutura que especifica, e dá outras providências:

«Art. 1º Fica o Governo do Distrito Federal, autorizado a criar, no âmbito de sua competência, a Secretaria de Justiça, que além das atribuições que lhe forem fixadas pelo seu Regimento Interno, caberá o seguinte:

I — Em nível de administração superior, dirigir e coordenar o Sistema Penitenciário do Distrito Federal;

II — Manter constante intercâmbio com os Órgãos da Execução Penal;

III — Proporcionar os meios necessários objetivando dar efetivo cumprimento às disposições de sentenças ou

decisão criminal, visando ainda oferecer condições para a harmônica integração social do condenado ou internado;

IV — Assegurar ao condenado ou internado, todos os direitos não atingidos pela sentença ou por lei;

V — Recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança;

VI — Assegurar ao reeducando assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde;

VII — Administrar os estabelecimentos prisionais.

Art. 2º São órgãos internos da estrutura da Secretaria de Justiça:

I — O Gabinete do Secretário;

II — Secretário-Adjunto;

III — Assessoria Jurídica, Econômica e de Assuntos Sociais;

IV — Departamento de Assistência ao Reeducando, com as seguintes Divisões:

a) Divisão de Assistência Material;

b) Divisão de Assistência Jurídica e Psicológica;

V — Departamento de Administração Patrimonial e de Recursos Humanos, com as seguintes Divisões:

a) Divisão de Administração Patrimonial;

b) Divisão de Recursos Humanos.

VI — Núcleo de Custódia de Brasília — NCB;

VII — Centro de Internamento e Reeducação — CIR;

§ 1º O Núcleo de Custódia de Brasília é o Presídio do Distrito Federal e passará a integrar a estrutura da Secretaria de Justiça, destinando-se a receber presos provisórios do sexo masculino e feminino.

a) Excepcionalmente, enquanto não for instalada a penitenciária feminina, as mulheres cumprirão pena no NCB.

b) Haverá alas separadas e tratamento compatível para as internas, não se permitindo contato promíscuo entre elas e servidores.

c) O regime do NCB é o de segurança máxima e sua guarda externa será feita pela Polícia Militar, com contingentes especialmente treinados para o serviço, sendo-lhes vedado o trânsito e a permanência interna do estabelecimento, exceto quando necessário, em reforço à guarda interna, quando poderá ser solicitado diretamente ao Secretário de Segurança a colaboração da força pública.

d) Por motivo de excesso de lotação no CIR os presos condenados ficarão recolhidos no NCB, onde deverão ser recolhidos separadamente dos demais, recebendo tratamento compatível com sua situação de emergência.

e) Haverá alas especiais para jovens-adultos, policiais civis e militares, presos com prisão civil e para as pessoas com direito à prisão especial (art. 295 CPP);

f) Aos presos provisórios aplicar-se-á tratamento prisional sem rigor penitenciário, com direito ao trabalho, ao lazer, à educação e instrução curricular e profissionalizante, além de outros estabelecidos no Regimento Interno do Estabelecimento Prisional e na Constituição Federal.

g) Será assegurado aos presos provisórios eficiente comunicação com os seus advogados, de maneira que seja garantido o sigilo nas entrevistas.

h) O transporte de presos provisórios para atender aos chamados do Judiciário será de responsabilidade da Direção do Estabelecimento, sendo solidário em caso de omissão, o Secretário de Justiça, aos quais cabe velar pela segurança e rapidez do estabelecimento.

§ 2º O Centro de Internamento e Reeducação — CIR é a Penitenciária do Distrito Federal e tem como finalidade receber presos condenados do sexo masculino.

a) No que couber, aplica-se ao CIR, o disposto nas alíneas «c» e «f» do parágrafo anterior.

Art. 3º O tratamento penitenciário terá como objetivos a emenda do preso e a preparação de sua volta à sociedade.

Art. 4º Entre outros, são os seguintes os instrumentos de tratamento penitenciário:

I — Assistência;

II — Educação;

III — Trabalho;

IV — Disciplina;

§ 1º A assistência visa o atendimento das necessidades morais, espirituais e materiais do reeducando, e será prestada nas modalidades social, religiosa, jurídica, médica, odontológica e iniciação ao trabalho através de estágios supervisionados e programas educativos.

§ 2º O trabalho de qualquer natureza é obrigatório e remunerado, podendo ser realizado fora ou dentro do estabelecimento.

Art. 5º A assistência educacional tem por objetivo auxiliar o preso no seu retorno ao convívio social, sendo ministrada por profissionais devidamente habilitados, auxiliados por monitores.

§ 1º É obrigatória a alfabetização;

§ 2º Os objetivos desta assistência serão verificados com atividades e mudanças de comportamentos.

§ 3º Não haverá limitações às formas de educação e instrução, desde que compatível para o sistema, devendo dar-se ênfase especial àquelas mais solicitadas pelo mercado de trabalho local, sendo de responsabilidade do administrador a realização de convênios para este fim.

§ 4º Será permitido o engajamento de entidades públicas e privadas, bem como de grupos comunitários, como forma de assistência educacional.

Art. 6º O Governo do Distrito Federal fica autorizado a abrir crédito suplementar para cobrir as despesas iniciais com a implantação da Secretaria, devendo, dentro de 90 (noventa) dias, enviar a esta Casa Projeto que disponha sobre a contratação do pessoal que servirá junto à Secretaria e outras providências que julgar necessárias.

Art. 7º Os Agentes Penitenciários lotados no CIR e NCB permanecerão no exercício de suas atribuições junto àqueles estabelecimentos prisionais, até que a Secretaria de Justiça complete o seu Quadro de Pessoal, ocasião em que serão redistribuídos nos órgãos da Polícia Civil do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Cientificamente está provado que o agente encarregado de efetuar a prisão não é eficaz para reeducar o infrator da norma penal, habilitando-o para o retorno ao convívio em sociedade.

Este trabalho de reeducação dos presos, segundo recomendação da própria Organização das Nações Unidas, deverá ficar a cargo de um órgão específico, com pessoal especializado.

No âmbito do Distrito Federal, O Sistema Penitenciário precisa se adaptar a esta filosofia, pois, do contrário, nunca resolveremos o problema carcerário, o qual tem por função precípua a reeducação do homem infrator.

A aprovação do presente Projeto representa um grande passo para que o mais breve possível o Distrito Federal seja dotado de um Sistema Penitenciário capaz de atender aos anseios da comunidade carcerária, bem como da própria sociedade que um dia terá de receber aqueles por ela desagregados.

Deputado Cláudio Monteiro

Senhores, em síntese, o que procuramos é que, pelo menos no Distrito Federal, a Lei de Execuções Penais — LEP, seja cumprida e que a pena tenha sua função precípua atingida.

A pena tem como finalidade punir — é o mal justo por um mal injusto — reeducar e ressocializar o indivíduo que transgrediu a norma social.

Infelizmente, a pena, no Distrito Federal e na maioria dos Estados da Federação, não cumpre nenhuma dessas três finalidades, e a sociedade tem de retorno, após o cumprimento de uma pena mal aplicada, um indivíduo não preparado para estar no seio dessa mesma sociedade.

Uma lamentável distorção existe no sistema penitenciário: o homem que prende é o responsável pela reeducação do preso. Isso é inconcebível. Quem prende jamais poderá reeducar.

Queremos, com essa autorização do Governo do Distrito Federal para criação da Secretaria da Justiça, banir do interior dos presídios qualquer policial. Desejamos que os presídios tenham em seus quadros médicos, psicólogos, monitores, que dêem acompanhamento digno ao preso e possam exercer atividades num sistema penitenciário moderno, via agricultura ou colônia industrial. O atual sistema, que confina o preso entre quatro paredes, sem ocupação e inutilmente usando o tempo do cumprimento da pena, só tem levado à reincidência.

Concedo aparte ao nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Nobre Deputado Cláudio Monteiro, a proposta de V. Exa. vem ao encontro de uma das mais necessárias medidas a serem tomadas pelo Governo, até porque hoje observamos que no CIR — Centro de Integração e Reeducação, não se reeduca. Aquela instituição parece uma faculdade da marginalidade, como V. Exa. acabou de dizer. Os filhos dos que ali estão presos preferem partir para a marginalidade, porque sabem que os pais estão recebendo tudo de graça, inclusive o que comer e o que vestir. Existe até Comissão de Direitos Humanos que se preocupa com os presos. Jamais ela procurou saber como estão os filhos daqueles de quem foi tirada a vida. Esses órfãos vêm aqueles assassinos, presos, recebendo o que comer, tendo onde dormir, o que vestir. E eles, os filhos, não têm quem lhes dê assistência, estão jogados à sorte, sem moradia, sem o que comer, sem onde dormir. Por isso preferem partir para a marginalidade. Precisamos fazer com que o Governo e o Estado gastem o menos possível, desenvolvendo atividades para o preso. Assim, o Governo terá condições de dar melhor assistência às vítimas dos que estão presos, mormente às crianças que não têm quem as sustente e, por isso, preferem partir para a marginalidade. Peço a todos os colegas que apoiem esse projeto, que atenderá às necessidades. Dessa forma diminuiremos as despesas que o Estado hoje tem com os presidiários, sem reeducá-los. Consequentemente, eles não serão reintegrados à sociedade, porque não tiveram oportunidade nem condições para desempenhar uma atividade após cumprirem a pena. Era isto.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Muito obrigado, Deputado.

Concedo aparte ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — A abordagem de V. Exa. sobre a questão da segurança pública é por demais relevante. Creio que é dispensável maior análise dessa matéria. Entretanto, algumas questões nos preocupam, porque o problema policial no Distrito Federal, como nas demais unidades da Federação, passa por um amplo escopo de análise e aprofundamento da problemática social que o País vive. Podemos associar perfeitamente o aumento do desemprego com o aumento da criminalidade. Entendemos que a proposta não deve ter caráter paliativo, mas caráter estrutural, sobretudo na perspectiva de reeducar as pessoas, reintegrá-las, o que, por si só, é uma missão

árdua, extremamente difícil. Creio que os policiais deste País, tanto da Polícia Civil, como da Polícia Militar, têm uma grande missão, que é a de resgatar a imagem de um servidor público que está muito mais a serviço da comunidade, da sociedade, do que efetivamente dos que exercem o poder.

Realmente, temos essa preocupação, e, ante o recente evento no Distrito Federal, nos preocupa, e muito, o modo como esta matéria poderá vir a ser tratada nesta Casa. Entendemos que o projeto de V. Exa. tem a missão de resgatar essa discussão. Aproveito para dizer, aqui, da concepção que temos de projeto. Creio que a concepção que esta Casa deve ter do projeto, Sr. Presidente, é muito mais no sentido de resgatar as discussões políticas, para anular os anos de autoritarismo que temos vivido neste País, a fim de que a sociedade brasileira pontue com participação na vida política. Então, entendemos que o projeto, por si só, é um agente motivador da discussão política com toda a sociedade, e não simplesmente algo analisado entre os vinte e quatro Deputados emendados a alguma coisa no laboratório parlamentar. Entendemos que os projetos devem passar por uma ampla e profunda discussão no seio da comunidade, então, congratulo-me com o Deputado. Julgo que a discussão dessa matéria deverá ser aprofundada com os segmentos da sociedade que por ela têm grande interesse. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Tem o aparte o nobre Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Sr. Deputado, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pela apresentação do projeto. Em segundo lugar: no Distrito Federal, repentinamente, se deu grande importância ao policiamento ostensivo, o que é positivo, mas esqueceram-se da retaguarda. Desde 1982 nada se constrói na Polícia Civil. Em seu contingente o último a ser admitido o foi em 1982. Então, a Polícia desgastou-se. Houve aposentadorias de pessoas que não foram substituídas. A Polícia não tem viatura, nem gasolina. Então, de nada adianta, pois o policiamento ostensivo prende as pessoas e não há ninguém para processá-las. Isto, realmente, é grave.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — E hoje é pior, porque nem há onde colocar aquelas pessoas processadas e condenadas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Por outro lado, a administração é dinâmica, não pode parar no tempo, e não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Então, é preciso que se faça um planejamento. V. Exa. sabe perfeitamente que o último aumento de capacidade nas penitenciárias é de 1983. Realmente, passaram-se sete anos sem nada se fazer pela penitenciária ou pela Polícia Civil. Congratulo-me com V. Exa. e associo-me às suas preocupações. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Ouço o nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ — Quero também parabenizar o nobre Deputado Cláudio Monteiro. Fico satisfeito por ver que V. Exa. se preocupa com a classe policial e também com a segurança do cidadão do Distrito Federal. V. Exa. poderia esclarecer: parece-me que isso não compete ao Governo do Distrito Federal, pois a verba de Secretaria de Segurança Pública é dotada pelo Ministério da Justiça. Gostaria que V. Exa. prestasse esclarecimento a esse propósito, pois fica parecendo que é responsabilidade do Governo do Distrito Federal. Concorro com o nobre Deputado José Ornellas. Disse S. Exa. que o policiamento ostensivo está bem atendido, mas a segurança está aquém da necessidade. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Respondendo à indagação de V. Exa. prestarei um esclarecimento. Na sexta-feira, quando aqui me pronunciei, perguntei sobre o nosso papel, o que ficaríamos a fazer diante da questão da segurança pública. Se simplesmente proferiríamos discursos ou se buscaríamos soluções eficazes para o problema. Apontei como único caminho o restabelecimento do poder do Governo e desta Casa — neste caso, o de legislar sobre o assunto. Mas não temos competência para legislar sobre a Polícia Civil e Militar. Podemos, sim, legislar sobre segurança, de forma a que ela venha a ter um comportamento adequado, mesmo porque a Constituição permite que a lei federal assim disponha. Como a lei federal nada diz, podemos fazê-lo supletivamente. Pode-se legislar supletivamente. A questão colocada neste projeto não diz respeito à Polícia Civil. Muito pelo contrário, a menção aqui feita é simplesmente para apontar um dado: 5.440 condenados vagueiam, livre e impunemente, no seio da sociedade, ocasionando grande índice de ocorrências. Queremos tirar da Secretaria de Segurança Pública, órgão do Governo do Distrito Federal, a competência para lidar com o sistema penitenciário. Sabemos que as verbas oriundas do sistema penitenciário são destinadas especificamente à execução da pena. Devemos adequar esse sistema à realidade atual. Não podemos concentrar num único órgão a atribuição de reprimir a criminalidade e, posteriormente, de reeducar e ressocializar o preso.

Queremos fazer um divisor de águas, para que a Secretaria de Segurança Pública tenha atividade de polícia administrativa, de polícia de prevenção e repressão, acoplando-se ainda o sistema do Detran e do Corpo de Bombeiros. Desejamos que o sistema penitenciário fique em separado. Por quê? Porque o que vemos hoje é inconcebível em termos de sistema penitenciário, e Brasília teria de dar o exemplo para o restante do País.

Em São Paulo, há as penitenciárias agrícolas, as colônias agrícolas e as colônias industriais.

No Distrito Federal, apesar de sermos a Capital da República, ainda vivemos um modelo arcaico, com o homem enclausurado entre quatro paredes, sem uma atividade a exercer, que seja laboriosa.

Sr. Presidente, como sei que meu tempo já se exauriu, encerro meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Manoel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa passagem por aqui tem por finalidade apresentar um projeto de lei, cujo texto passo a ler:

PROJETO DE LEI Nº 033/91

Institui Pensão Especial para as viúvas de motoristas de TÁXI, assassinados em serviço e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º É instituída a Pensão Especial a ser paga pelo Governo do Distrito Federal, para as viúvas dos motoristas de Táxi assassinados em serviço.

Art. 2º A Pensão de que trata o artigo anterior, será concedida no valor equivalente a 05 (cinco) UPDF, e será concedida em complementação aos benefícios previdenciários.

Art. 3º São beneficiários da Pensão Especial instituída por esta Lei:

I — a viúva ou a companheira, nos termos da legislação civil, do motorista de Táxi assassinado em serviço;

II — os ascendentes e dependentes, assim entendidos nos termos da legislação civil.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará no prazo de 90 (noventa) dias, a concessão da Pensão Especial de que trata esta Lei.

Art. 5º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar, consignado à Secretaria de Transportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, de janeiro de 1991

Manoel de Andrade
Deputado Distrital

JUSTIFICATIVA

É sabido que os serviços de TÁXI são operados por meio de «permissão do estado», dado a importância para a comunidade do mesmo e o relevante interesse público, que impõe este controle e supervisão, exercidos de várias formas, inclusive com a fixação das respectivas tarifas e regulamentação disciplinar.

Ora, a este mesmo Estado incumbe, também, dar proteção ao indivíduo e, quando esta proteção deixa a desejar, sobretudo num segmento que opera sob a supervisão deste mesmo Estado, é de se inferir a caracterização da chamada *culpa in vigilando* que por si só justifica o ônus do Projeto de Lei ora apresentado.

O que não há necessidade de se colocar em relevo, por ser matéria de *lanacaprina*, é o alcance social e humanista da proposta, pois o que se constata na prática é que famílias inteiras ficam a mercê de sua própria sorte com o passamento, por falta de segurança no trabalho, daquele que era o responsável pelo sustento e educação da mesma.

Assim, nada mais justo do que se tentar minimizar essas agruras, com a instituição da Pensão Especial de que trata este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, de janeiro de 1991

Manoel de Andrade
Deputado Distrital

Srs. Deputados, ao longo dos anos têm-se verificado quase mensalmente assassinatos de motoristas de táxi. Por diversas vezes já ocupei esta tribuna para chamar a atenção da sociedade para os efeitos maléficos que a escalada da violência vem causando a dezenas de familiares de taxistas.

Hoje, apresentarei um relatório, em que elencamos trinta e seis motoristas de táxi — só me refiro aos sindicalizados — assassinados nos últimos dez anos. Há que se considerar que essas famílias ficaram no abandono, muitas delas sobrevivendo apenas com um salário mínimo de pensão. Isto é decorrente das dificuldades por que passa a categoria. Até mesmo a Previdência Social impõe dificuldades para o pagamento de um fundo previdenciário.

Quando morre um motorista assassinado, a primeira pergunta que se faz é o que vai ocorrer com aquela família desamparada. O motorista não era empregado, mas prestava um serviço à comunidade. Tinha a concessão do Estado e cumpria os regulamentos disciplinares por ele impostos. Acredito que toda a comunidade entende que, se o Estado não tem condições de oferecer a segurança necessária, mesmo que não devolva a vida àquele chefe de família, deve pelo menos tentar minimizar o sofrimento daquelas pessoas.

Há pouco, nesta tribuna, o nobre Deputado Cláudio Monteiro mostrou, com sabedoria a apresentando dados indiscutíveis, o número exagerado de delinquentes soltos na cidade. Mas faltou demonstrar o quanto o estado gasta para manter esses presídios. Precisamos perguntar o que o Estado tem feito para socorrer as famílias enlutadas, que têm seus pais brutalmente assassinados.

É uma questão da mais profunda importância. O Estado gasta o equivalente ao sustento de sete famílias para manter um único detento, mas este mesmo Estado é vacilante quando deixa que famílias e famílias fiquem ao Deus dará, sem saber de onde retirar o seu sustento, a educação,

a alimentação, o vestuário para essas crianças que tiveram seus pais assassinados. E os marginais são mantidos, muitas vezes, soltos e protegidos pela segurança pública.

É de estranhar, Srs. Deputados, que o Brasil ainda não tenha acordado para tamanha iniquidade. Sabendo que o serviço de táxi é de utilidade pública, já que a concessão é do Estado, e o motorista trabalha sob rigor de um disciplinamento, de um regulamento que lhe impõe sanções, tarifas e outros dispositivos, é de estranhar que o Estado não dê cobertura para proteger os motoristas, as famílias, os órfãos, de tantas lamúrias. Este projeto de lei é o primeiro na esfera estadual e municipal que visa a reparar essa injustiça. Eu não ficaria de nenhuma forma tranqüilo se não apresentasse, aqui, em Brasília, capital da República, uma proposta que visasse a restabelecer o mínimo de dignidade que essas famílias merecem.

Ouç o aparte do nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Sr. Deputado, é bastante louvável a sua preocupação com relação aos taxistas assassinados. Creio que é mais um retrato do desespero, sobretudo do crescimento na economia brasileira. Associo-me à sua preocupação, mormente quanto aos trabalhadores rurais que têm sido massacrados. Tem havido uma verdadeira chacina neste País daqueles que, inclusive na tentativa de sobreviver, sofrem massacres, eles, seus filhos e esposas. Entendo que a preocupação de V. Exa. deveria ser extensiva a nível federal, justamente para dar a esse Governo uma dimensão maior da sua responsabilidade com relação à violência. Muito obrigado.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Sr. Presidente, Srs. Deputados, relembro com tristeza o assassinato de Francisco Aguiar. Este motorista não tinha onde morar, deixou quatro filhos e a viúva grávida. Tentamos, de todas as formas, construir o barraco para D. Ana, porém nossa tentativa de solucionar o problema não foi suficiente para garantir o sustento de sua família, e, hoje, cinco filhos menores vivem apenas com um salário mínimo.

Os marginais saíram da cadeia e estão livres. A família do motorista continua presa na corrente da amargura e do desespero. Minha preocupação, quando falo do motorista de táxi, é que ele presta serviço diretamente ao Estado, através das repartições públicas. Quando me restringi à pensão pelos assassinatos em serviço, foi justamente para não generalizar pensões por qualquer tipo de incidente que viesse a ocorrer com um motorista.

Quero adiantar que o próprio Governador Joaquim Roriz, quando conversei com ele sobre o assunto, respondeu: «Manoelzinho, apresente logo esse projeto de lei. É uma questão de honra aprová-lo».

Ouç o aparte da nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Nobre Deputado, quero me solidarizar com V. Exa. por sua proposta, que realmente tem um cunho social muito grande. Já noticiamos, diversas vezes, assassinatos de motoristas. Qui-

sera eu não estar presenciando, aqui, a apresentação desse seu projeto, porque, se o Governo já tivesse se preocupado em encontrar mecanismos suficientes para não permitir que taxistas morressem assassinados, não haveria necessidade de projetos, como de V. Exa. Porém, infelizmente vivemos numa época muito difícil, em que as categorias, principalmente a de motoristas de táxis, não têm a menor segurança. E o nome das famílias enlutadas só é divulgado no início. Depois não dão mais notícias nos jornais. Elas ficam num verdadeiro sofrimento, jogadas, sem moradia, sem alimentos, sem sequer uma esperança. Portanto, nobre Deputado, pode contar com meu apoio para a aprovação desse projeto.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Ouço o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY — Sr. Deputado, além de participar de projeto de V. Exa., com intensão muito nobre, aliás, quero parabenizá-lo por sua iniciativa. É muito chocante e doloroso vermos um taxista ser morto e deixar família — família grande, como V. Exa. citou: esposa grávida e quatro filhos. Isso nos deixa bastante tristes e sempre que acontece lamentamos muito. Esperamos que seu projeto seja imediatamente aprovado, para que essas famílias tenham todo o respaldo do Governo, conforme V. Exa. propõe. Conte comigo para o que desejar.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Ouço o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado Manoel Andrade, também fazemos coro às vozes que nos antecederam, principalmente porque entendemos que o papel preponderante do Estado é o preventivo, ou seja, o de evitar que o dano aconteça. Sabemos da precariedade da atuação do Estado na proteção ao cidadão, especialmente aos que tabalham, que procuram tirar seu sustento no labor do dia-a-dia. Muitas vezes, a falta de segurança leva a fatos profundamente chocantes, como os que têm sido registrados pelas crônicas policiais dos jornais de Brasília, nos últimos meses e anos. Assim, se o Estado não é capaz de impedir que o mal aconteça, no mínimo deve ter a preocupação de proteger as vítimas, de proteger aqueles que, em função dos danos sofridos, continuam a ter uma vida penosa, mas laboriosa. Somo-me àqueles que trouxeram seu apoio a esse projeto. V. Exa. pode contar com o irrestrito apoio do Bloco Solidariedade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Ouço o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Gostaria, como Parlamentar e em nome de minha bancada, de levar a V. Exa. nosso total apoio a seu projeto, que prevê não o fato imediato — punir o culpado pelo assassinato cometido de maneira bárbara — mas, o que é mais louvável, proteger os que sofreram as consequências nefastas do crime oriundas da falta daquele que levava o pão para sua família. Isso dará tranqüilidade à família e à grande sociedade de Brasília.

Louvo imensamente sua iniciativa, altamente humana, e sou solidário com V. Exa. para aprovação desse projeto.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Srs. Deputados, sabemos que é difícil conter a violência. Precisamos de um mutirão contra a violência, mas, mesmo assim, e com todo o trabalho no sentido de minimizar suas consequências, não podemos, jamais, deixar de focalizar a questão dos motoristas de táxis.

Como disse, e o disse bem, a nobre Deputada Rose Mary Miranda, seria muito bom aprovarmos esse projeto, mas melhor seria se não houvessem os assassinatos. É evidente que o Estado tem gasto muito dinheiro com a recuperação de marginais, mas não tem feito o mesmo com a manutenção dos órfãos, aqueles que ficam perdidos.

Concedo aparte ao nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Nobre colega, aproveitando o pronunciamento de V. Exa., gostaria de convidar todos a comparecerem aos fundos da Escola Normal de Brasília, onde está sendo prestada assistência aos menores. Lá é um local crítico, nem os seguranças estão seguros. Naquele local, o Estado mantém um núcleo de atendimento — que na verdade não é um atendimento, pois ali não se respeita ninguém. Muitas vezes, saem dali as pessoas que cometem crimes bárbaros.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado Manoel de Andrade, V. Exa. dispõe de apenas um minuto.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Concluindo, Sr. Presidente, pediria a atenção, mais uma vez, para o problema da falta de sinais de televisão na cidade do Gama.

Estou fazendo um levantamento em várias residências naquela satélite. Cheguei à triste conclusão de que as famílias mais humildes têm gasto até um salário para instalar uma antena de televisão, para poderem assistir aos programas.

É inaceitável que em uma cidade com mais de 200 mil habitantes não se tenha o direito de assistir à televisão. Até parece que estamos vivendo na selva amazônica ou num planeta mais atrasado que o nosso.

É ridículo que uma cidade, encravada no Distrito Federal, não tenha acesso à televisão.

Apelo a esta Casa, como já o fiz ao Governador, ao Ministro da Infra-Estrutura, à Secretaria Nacional de Comunicação, para que se instale, o mais rapidamente possível, torres repetidoras de sinais de televisão e de rádio FM, para que a comunidade também possa ter direito à notícia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO — (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto

aqui para denunciar essa execrável figura que habita nossa cidade, que tem por nome Múcio Athaide.

Conforme já denunciei outras vezes, novamente, ele não pagou os salários dos funcionários dos jornais «Correio do Brasil» e «O Povo» referentes ao mês de dezembro. Quando os funcionários foram recebê-los, já estavam demitidos.

Três funcionários da administração daqueles órgãos hoje estão em greve de fome, dentro da empresa. Trata-se de uma situação de descalabro. Se vivêssemos num país que tivesse justiça, com certeza essa execrável personalidade estaria presa.

Comunico aos nobre Deputados que em Brasília está sendo formado um organismo denominado ALMA, que já existe em Goiás e no Rio de Janeiro. ALMA significa Associação dos Lesados do Múcio Athaide.

Agora gostaria de dar um esclarecimento, pedido pela companheira Lúcia Carvalho, sobre o pagamento dos funcionários dos gabinetes.

Amanhã, às 10h, a Mesa vai tomar uma posição relativamente a essa questão. Quero tranquilizar esses nossos auxiliares: todos vão receber.

Neste momento, estamos nos esforçando para ver se temos condições de pagar os funcionários dos gabinetes dos Deputados até o dia 1º de fevereiro. Se não conseguirmos, o pagamento do pessoal será feito, conforme estipula a lei, até o quinto dia útil do mês seguinte, ou seja, fevereiro. Portanto, tranquilizemo-nos todos, porque o pagamento, com certeza, vai ser feito e ninguém será prejudicado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveite a oportunidade para apresentar o seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº 034, DE 1991

Dispõe sobre a proibição de intermediação de mão-de-obra, e dá outras providências.

O governador do Distrito Federal

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica vedada qualquer forma de intermediação remunerada de mão-de-obra nos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal, direta, indireta e fundacional, ainda que mediante locação.

§ 1º As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas, objeto de execução indireta, mediante contrato, deverão cessar nos termos desta Lei.

§ 2º A proibição deste artigo abrange a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 2º Os contratos de locação de mão-de-obra ou de qualquer forma de intermediação remunerada de prestação de serviços, vigentes na data da promulgação desta

Lei, não poderão ser renovados ou prorrogados, ficando extintos na data de seu vencimento.

Art. 3º No prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei, o Governador do Distrito Federal apresentará projeto de lei criando os cargos necessários ao regular funcionamento dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, inclusive para as funções de motorista, vigilante, ascensorista, telefonista e auxiliar de serviços gerais.

§ único. No mesmo prazo previsto neste artigo e com a mesma finalidade, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão criar os empregos necessários.

Art. 4º No prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei, o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR), da Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, deverá promover concurso público para provimento dos cargos e empregos que serão criados em decorrência desta Lei.

§ 1º Nos concursos públicos para os cargos e empregos de vigilante serão observados os requisitos para o exercício da profissão, previstos na Lei nº 7.102, de 20 de Junho de 1983.

§ 2º Aos trabalhadores admitidos na forma vedada por esta Lei, que prestavam serviços continuados à órgão ou entidade do Distrito Federal, há pelo menos cinco anos, em 05 de outubro de 1988, fica reconhecido o vínculo com a Administração Pública Distrital e a estabilidade de que trata o art. 19, da Constituição Federal, sem prejuízo da necessidade de concurso público para fins de efetivação.

Art. 5º O provimento dos cargos e empregos de que trata esta Lei dar-se-á nos vencimentos dos contratos mencionados no art. 2º.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Deputado Pedro Celso

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo extinguir toda e qualquer forma de intermediação da remuneração de mão-de-obra, tendo em vista que a referida locação se constitui em verdadeiro instrumento de escravização do ser humano.

É absurdo o contraste entre o lucro das empresas locadoras de mão-de-obra contratadas pela Administração Pública e os parcos salários percebidos pelos trabalhadores, que são irrisórios e incapazes de atender a menor de suas necessidades.

Esta situação tem mantido um grande peso econômico para o Erário Público, que não vê seus gastos em favor de fatores sociais e econômicos da classe trabalhadora, mas, sim, em favor de algumas firmas locadoras.

Por outro lado, o exercício de atividade permanente na administração pública, por pessoa não habilitada em concurso público, representa violação ao princípio constitucional de livre acesso aos cargos públicos, assegurado a todos os cidadãos.

Entendemos ainda que, em relação aos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, é inconstitucional a locação de mão-de-obra, não só pela necessidade de concurso público, como também pela adoção do Regime Jurídico Único, previsto no art. 39 da Constituição Federal.

Cabe ressaltar que a proposição apresentada não apresentará aumento de despesa, ao contrário, possibilitará redução dos custos com economia para os cofres públicos, além de propiciar melhor remuneração e qualidade de vida a esses servidores.

Sala de sessões, em 1991;

Deputado Pedro Celso

Com a apresentação desse projeto, procuramos acabar, no âmbito do Distrito Federal, com a vexatória locação de mão-de-obra. Desejamos acabar com a intermediação, que significa uma verdadeira escravidão branca.

Esperamos que todos os Deputados somem conosco, para acabarmos com essa terrível prática que acontece em nossa cidade.

Recentemente, em debate promovido pelo Sindicato dos Vigilantes, para o qual foram convidados Parlamentares presentes o Presidente da Casa, Deputado Salviano Guimarães, e eu; o Secretário do Trabalho foi convidado, mas não compareceu — ouvimos suas preocupações com relação à realização de concurso para as áreas que citei. Segundo nos disseram, havendo concurso para pessoal que faz serviço de servente, de faxina, de copeiro etc., ficariam desempregadas cerca de 60 mil pessoas que prestam esse tipo de serviço à administração do Distrito Federal.

Devo dizer que a Fundação Educacional, por exemplo, contrata pessoas, através de concurso público, para essas áreas, e nunca houve problemas. Há especificidades a serem exigidas para a feitura desses concursos, como entrevistas, prova de experiência anterior e outras.

Esperamos que os Deputados façam coro conosco na apresentação desse projeto, para que acabemos com essa mina de ouro, com essa «Serra Pelada», como foi chamada essa atividade no debate promovido pelo Sindicato dos Vigilantes realizado nas dependências do Sindicato dos Professores, no sábado último. A contratação de firmas para a realização desses serviços tem enriquecido muito as empresas locadoras de mão-de-obra, mas levado à miséria absoluta os que trabalham nessas áreas.

Hoje sabemos que as empresas recebem, no mínimo, três salários por pessoa, e pagam apenas um salário-míni-

mo, aliás, com descontos ilegais, o que pessoalmente já pude verificar.

Também devemos lembrar que o Governo do Distrito Federal é o maior empregador nessa área, e faz-se necessário acabar com isso, porque hoje as empresas que aqui controlam o serviço de locação de mão-de-obra pertencem a um grupo familiar, de cunhado para cunhado, de sogro para genro, e assim por diante. Essas pessoas são donas de um rentabilíssimo negócio.

Vejamos o caso da Fundação Hospitalar. Uma empresa prestadora de serviços, no caso a Sanole, leva uma verdadeira fortuna daquela Fundação, em detrimento da prestação de um serviço de qualidade à população e outros setores.

Portanto, é hora de Brasília dar uma demonstração de que essa forma de trabalho, de locação, de escravidão branca precisa acabar. Seria extremamente positivo que esta Câmara Legislativa aprovasse esse projeto, pois daria uma demonstração ao resto do País, para que se espelhasse também nesse exemplo, de como acabar com esse tipo de trabalho.

Sabemos que o cartel das empresas vai jogar extremamente pesado, fazendo **lobbies** dentro desta Casa para que este projeto não vá adiante. Mas confiamos no bom senso dos parlamentares, no seu espírito de humanidade e de justiça social. É sempre bom lembrar que, do ponto de vista econômico, esse projeto se tornou mais viável para o Governo do Distrito Federal do que a própria locação de mão-de-obra. Já tivemos oportunidade de conversar com alguns representantes do Governo do Distrito Federal, que argumentaram exatamente o contrário, que a locação de mão-de-obra se tornou muito menos onerosa para os cofres públicos do que a contratação direta, no que não acredito. Mas se isso convencer alguns Deputados, é bom lembrar que precisamos dar a esta cidade, a essas pessoas uma conotação de justiça social, de humanidade, para que elas tenham uma vida digna, decente, com garantia mínima de emprego e condições mais razoáveis de trabalho.

Era só o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Há sobre a mesa projetos de lei de autoria de diversos senhores Deputados.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura dessas proposições.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — «Projeto de lei que autoriza o Governo do Distrito Federal a criar a Secretaria de Justiça, mediante a estrutura que especifica, e dá outras providências», de autoria do Deputado Cláudio Monteiro.

«Projeto de lei que institui pensão especial para as viúvas de motoristas de táxi assassinados em serviço, e dá

outras providências», de autoria do Deputado Manoel de Andrade.

«Projeto de lei que assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades civis, militares e de internação coletiva, e regulamenta o item VII do art. 5º da Constituição Federal», de autoria do Deputado Maurílio Silva.

«Projeto de lei que dispõe sobre a utilização de áreas abertas ao público para realização de reuniões no Distrito Federal», de autoria da Deputada Lúcia Carvalho e outros.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Nada mais havendo a tratar, convoco a próxima sessão ordinária, para amanhã, à hora regimental. Está encerrada a presente sessão.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE JANEIRO DE 1991

ABERTURA

PEQUENO EXPEDIENTE

COMUNICADOS DA MESA

- Mensagem nº 003/91, do Sr. Governador do Distrito Federal, que encaminha projeto de lei do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, que «Cria cargos de professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências»
- Projeto de Resolução que «Dispõe sobre o horário e período de duração das sessões da Câmara Legislativa do Distrito Federal».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Solicita urgência para apreciação do Projeto de Resolução nº 010/91, que proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da CLDF, e dá outras providências».
- Indicação de autoria de Líderes que «Aponta os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, visando apurar irregularidades no arrendamento de chácaras nos projetos Águas Claras, Amiqueiras, Vicente Pires, Vereda da Cruz e outros administrados pela Fundação Zoobotânica».

COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO MAURÍLIO SILVA, em nome da Bancada do PTR

- Exortação aos Srs. Deputados para aprovação urgente do projeto de lei que cria 1.800 cargos de professor, na Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, em nome da Bancada do PT

- Considerações sobre o teor do projeto que cria cargos de professores, enviado pelo GDF.
- Comentários sobre a Portaria nº 11, da Secretaria de Segurança Pública.
- Apelo ao Sr. Secretário de Transportes, para que providencie melhores condições de transporte para os moradores da cidade-satélite de Samambaia.

DEPUTADO JORGE CAUHY, em nome do PL

- Manifestação de alegria com a visita a esta Casa Legislativa do Dr. Jorge Jardim, Presidente da Telebrasil.
- Parabenização ao Deputado Aroldo Satake por seu aniversário.

DEPUTADO FERNANDO NAVES, em nome do PDC

- Consulta à Mesa sobre trâmites administrativos.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do Bloco Solidariedade

- Cumprimentos ao Deputado Aroldo Satake pela passagem de seu aniversário.

COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO GÍLSON ARAÚJO (PTR)

- Apresentação de proposta que dispõe sobre o Regimento Interno desta Casa.

DEPUTADO CLÁUDIO MONTEIRO (PDT)

- Considerações sobre o papel dos primeiros Deputados Distritais eleitos pelo voto popular e sua oportunidade histórica de trabalhar na elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PC do B)

- Reiteração de repúdio à guerra do Golfo Pérsico e à posição belicista dos Estados Unidos da América.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PDT)

- Encaminhamento de projeto de lei proibindo qualquer tipo de transação com as terras públicas do Distrito Federal, até que seja aprovada a Lei Orgânica do Distrito Federal.
- Comentários sobre o meio ambiente e sua relação com a melhoria dos níveis de qualidade de vida da população.
- Considerações sobre o Administrador da cidade-satélite de Brazlândia.

DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

- Registro de participação na reunião do Conselho de Cultura do Distrito Federal.
- Apresentação de requerimento verbal à Mesa Diretora, no sentido de que indique um representante da Câmara Legislativa para compor um grupo de trabalho criado por sugestão do Conselho de Cultura do DF, a fim de agilizar a apreciação, nesta Casa, das propostas relativas à questão cultural.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PDT)

- Apresentação de projeto de lei que permite aos moradores de edifícios de apartamentos a instalação de coberturas ou toldos em seus estacionamentos externos.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PCB)

- Manifestação de indignação diante dos noticiários de hoje que informam: «Técnicos brasileiros estão passeando pelo Europa na busca de investidores que queiram comprar ações das nossas mais importantes empresas estatais».
- Denúncia de sucateamento das empresas estatais, principalmente da Eletronorte.

DEPUTADO PADRE JONAS (PDT)

- Congratulações ao Deputado Aroldo Satake, pela passagem do seu aniversário.
- Convite a todos para a posse da nova Administradora de Sobradinho, na próxima quinta-feira, às 17 horas.
- Ponderações a respeito dos funcionários da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO GÍLSON ARAÚJO (PTB)

- Apresentação de projeto de lei que «Autoriza a fixação, pelo Governo do Distrito Federal, da população da Agrovila São Sebastião».
- Considerações acerca da questão fundiária no Distrito Federal e de necessidade de um plano diretor para a região.

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA (PRN)

- Manifestação de apoio ao projeto de fixação da Vila São Sebastião.
- Convite aos Deputados para reunião, no dia 17 de fevereiro, às 16 horas, no Colégio nº 17 da Expansão do Setor «O», para discutir o crescimento da criminalidade e as formas de amparo e recuperação dos marginais, visando reintegrá-los ao convívio social.
- Apresentação de requerimento de informações à Mesa Diretora, solicitando esclarecimentos à SEMATEC sobre a poluição causada no SIA pela fábrica de asfalto da SERVENG-CIVILSAN.
- Considerações a respeito do movimento das mulheres brasileiras pela ampliação e efetivação de sua cidadania.
- Denúncia da exigência de atestado comprovando a ligadura de trompas, por parte da empresa de transporte coletivo — VIPLAN, na contratação de mulheres.

- Registro da escolha do jornalista Armando Rollemberg, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, para presidir a Organização Internacional dos Jornalistas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Apresentação de projeto de lei, de sua autoria, que «Regulariza a compra de passes de ônibus pelos estudantes e a sua utilização no transporte coletivo do Distrito Federal».

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informação sobre o processo de pagamento dos funcionários da Câmara Legislativa.

ENCERRAMENTO

Ata da 17ª Sessão Ordinária, em 29 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães, Benício Tavares, José Edmar e Tadeu Roriz

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Benício Tavares e José Edmar

Às 15 horas e 15 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **Benício Tavares** (PDT)
- Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
- Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
- Deputado **Fernando Naves** (PDC)
- Deputado **Geraldo Magela** (PT)
- Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
- Deputado **Padre Jonas** (PDT)
- Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
- Deputado **José Edmar** (PSL)
- Deputado **José Ornellas** (PL)
- Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
- Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
- Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
- Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
- Deputado **Pedro Celso** (PT)
- Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
- Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
- Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
- Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
- Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado Benício Tavares para assumir a Secretaria.

Passamos à primeira parte do

PEQUENO EXPEDIENTE

Há sobre a mesa mensagem do Sr. Governador do Distrito Federal. Solicito ao Sr. Secretário que a leia.

O SR. 3º SECRETÁRIO (Benício Tavares) — (...)

«MENSAGEM Nº 003/91-GAG

Brasília, 28 de janeiro de 1991

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de 1.800 (um mil e oitocentos) cargos de Professor, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

A medida se justifica à vista da carência desses profissionais na Fundação Educacional no momento em que o Governo elege a educação como uma de suas metas prioritárias. Assim, é indiscutível a conveniência em dotar o quadro de professores de número suficiente desses servidores.

Vale ressaltar que a demanda de matrículas na rede oficial é uma realidade, face a elevadas mensalidades cobradas pelas escolas particulares.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Joaquim Domingos Roriz
Governador do Distrito Federal»

PROJETO DE LEI DO DF Nº /91

Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, os cargos de Profes-

sor a seguir mencionados, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal:

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL
1.500	Professor	1
200	Professor	2
100	Professor	3

Art. 2º O provimento dos cargos de que trata o artigo anterior dar-se-á na forma da legislação específica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passemos à segunda parte do

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos para o Pequeno Expediente:

1. Cláudio Monteiro
2. Agnelo Queiroz
3. Gilson Araújo
4. Edimar Pireneus
5. Geraldo Magela
6. Benício Tavares
7. Carlos Alberto
8. Maurílio Silva

Convido o Deputado Cláudio Monteiro a fazer uso da palavra. (Ausente)

Convido o Deputado Agnelo Queiroz a fazer uso da palavra. (Ausente.)

Convido o Deputado Gilson Araújo a fazer uso da palavra.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito o Pequeno Expediente para apresentar propostas que dispõe sobre o Regimento Interno. Trata-se de matéria a ser encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, razão pela qual a encaminharei à Mesa.

Peço aos companheiros que, utilizando as cópias já distribuídas, reflitam sobre o assunto.

A proposta é a seguinte:

«À Comissão de Constituição e Justiça:

Assunto: «Tempo destinado ao Pequeno e Grande Expedientes e à Ordem do Dia, durante as sessões».

Art. 1º Fica regulamentado o tempo destinado às sessões a seguir: 2ª e 6ª feiras (2ª feira, início às 14h30; 6ª feira, início às 9h30).

1ª Parte — Pequeno Expediente — 30 minutos: apresentação de requerimentos, avisos, petições, documentos recebidos, projetos; 30 minutos — 3 minutos por orador, sem apartes, até dez oradores inscritos».

É a primeira alteração na rotina que vem sendo utilizada nesta Casa: de 5 minutos passa para 3 minutos e de seis oradores passa para dez.

«2ª Parte — Grande Expediente — 2 horas e 40 minutos — 10 minutos por orador, com apartes, até 24 oradores inscritos».

A alteração é de 3 horas para 2 horas e 40 minutos.

«3ª, 4ª e 5ª feiras (Início às 14h30)

1ª Parte — Pequeno Expediente — 30 minutos: requerimentos, avisos, petições, documentos recebidos, projetos; 30 minutos — 3 minutos por orador, sem apartes, até dez oradores inscritos.»

Alteração: de 5 minutos passou para 3 minutos e de seis oradores passou para dez oradores.

«3ª Parte — Grande Expediente — 1 hora — 10 minutos por orador, com apartes, até seis oradores inscritos.»

Alteração: de 20 minutos por orador passou para 10 minutos, com apartes.

JUSTIFICAÇÃO

A presente sugestão tem por finalidade a maior participação dos Deputados em plenário, ensejando uma melhor dinâmica nos trabalhos legislativos. Além do mais, propiciará a diversificação dos temas de interesse da comunidade brasiliense, oportunizando a manifestação de um maior número de parlamentares.

Câmara Legislativa, 29 de janeiro de 1991.

Gilson Araújo
Deputado Distrital

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o Deputado Benício Tavares a assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Convido o Sr. Deputado Cláudio Monteiro a fazer uso da palavra.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PRP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive momento crítico de sua história; inflação alta — descontrolada e crônica — desemprego crescente, economia estagnada por anos de recessão, perspectivas sombrias a curto e médio prazos agravadas pelos desequilíbrios decorrentes de uma péssima distribuição da renda nacional, tudo isto adicionado, agora, pelas incertezas produzidas pela

guerra no Golfo Pérsico, cujo final é uma incógnita, bem como suas conseqüências.

Os problemas se acumulam perigosamente, para turvar a mente dos homens quanto à possibilidade de encaminhamento de soluções adequadas para superá-los, porque, sendo de natureza eminentemente estrutural, estão a exigir ampla e global visão para enfrentá-los.

Brasília está inserida neste contexto, e é dentro dele que os legítimos representantes do povo brasileiro foram convocados para a tarefa substantiva de implantar, organizar e dar vida à primeira Câmara Legislativa, depois de um jejum político de quase três décadas, durante as quais a comunidade foi excluída do processo democrático, prática superior de convivência e aperfeiçoamento humano.

O papel do Deputado Distrital, portanto, aos olhos dos brasilienses é, sobretudo, educativo. Os que os elegeram para encaminhar suas demandas essenciais esperam deles um comportamento exemplar, superior e digno das aspirações populares. Eles são, sem dúvida, a vitrine da sociedade, e, por serem os primeiros escolhidos pelo voto popular, estão sendo observados com lentes de aumento, o que é normal e necessário.

Os problemas que a sociedade brasileira enfrenta são basicamente os mesmos enfrentados por todos os brasileiros: violento arrocho salarial, estreitamento crescentes das oportunidades de trabalho, custo de vida acelerado e carências crescentes dos setores básicos essenciais, como saúde, educação, moradia, transporte, segurança, saneamento básico e lazer, todos agravados pelo plano governamental de estabilização.

Nesse sentido, os Deputados Distritais terão a oportunidade histórica de trabalhar para elaborar a Lei Orgânica do Distrito Federal de forma a moldar um contexto institucional capaz de criar um ambiente propício à prática da justiça social. Esta deve ser a preocupação maior a nortear os trabalhos da Câmara e a justificar a existência de um ambiente de convivência rica para a troca de experiências, elevando a qualidade dos debates parlamentares de maneira a contribuir para a formação de uma consciência crítica e, conseqüentemente, valorização do Poder Legislativo.

Substancialmente, o Legislativo brasileiro deve trabalhar no sentido de estimular a participação dos cidadãos na solução dos problemas cotidianos enfrentados pelo Distrito Federal. Somente a ampla participação social poderá encaminhar e resolver satisfatoriamente as demandas populares, pois é a própria comunidade que dispõe de melhores condições de eleger suas prioridades. O paternalismo político tradicional revelou-se inadequado e ineficaz para atender às demandas da sociedade. O Brasil alinha-se entre as oito maiores economias do mundo ocidental, porém, situa-se entre os países onde a distribuição da renda nacional apresenta perfil mais perverso: 70% do seu total correspondem aos rendimentos do capital, enquanto somente 30% repre-

sentam os rendimentos do trabalho assalariado, exatamente o inverso do que vigorava há 30 anos.

Tamanha disparidade, em expansão crescente nos últimos anos, decorreu da exclusão dos cidadãos brasileiros do processo político. Cumpre, agora, defender e estimular a sua participação efetiva na discussão dos problemas que diretamente dizem respeito às conquistas de uma sobrevivência digna.

Convocar a sociedade brasileira a discutir amplamente a elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, portanto, é, a nosso ver, o papel mais importante da Câmara Legislativa. Os Deputados Distritais não devem medir esforços para recolher contribuições diversas que sejam significativas e necessárias à formulação da Lei Maior que será elaborada, para que a mesma reflita o verdadeiro conceito democrático da promoção do desenvolvimento com justiça social.

Sobretudo, o resultado final da Lei Orgânica do Distrito Federal deverá refletir a consciência de uma nova realidade, a qual entendemos ser a de que a participação social de forma organizada e efetiva seja o objetivo dominante. Nesse sentido, os legítimos representantes do povo do Distrito Federal devem dar o exemplo de trabalhar em harmonia, com os olhos e sentidos voltados para as razões do porquê da própria composição da Câmara Legislativa, que reflete, em última instância, a verdadeira sabedoria popular e consciência política dos brasilienses, avessa ao radicalismo político, ideológico e partidário na busca de equilíbrio dinâmico nas soluções dos problemas da nossa Capital.

A composição política da Câmara, por si só, induz à conclusão de que somente pela intensa cooperação entre seus membros, devidamente sintonizados com as aspirações populares, será possível elaborar uma Lei Orgânica que materialize o verdadeiro desejo da comunidade: a valorização suprema de sua participação na discussão dos problemas econômicos, sociais e políticos. Só assim alcançaremos a verdadeira democracia e justificaremos a nossa missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Concedo a palavra ao Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já nos manifestamos desta tribuna, em nome do meu partido, o PC do B, e em meu próprio, o nosso mais veemente repúdio à guerra de agressão movida pelos Estados Unidos contra o Iraque. Registramos, também, que não aprovamos a ocupação do Kuwait pelo Iraque. Assinalamos, no entanto, que o Kuwait já integrou o território do Iraque e foi desmembrado por intervenção do imperialismo inglês. O tratamento desta questão poderia ter sido diplomático, político e não, obrigatoriamente, militar.

Fazemos questão de abordar o assunto de forma múltipla para que não se confunda atitude do Iraque com a dos

Estados Unidos. O Iraque ocupou um território sobre o qual existe uma pendência histórica — um estado vizinho que, outrora, fez parte do seu território. É, portanto, uma situação completamente diferente da dos Estados Unidos, que têm sempre agredido os povos com invasões e guerras de conquista, como foi o caso do Vietnã, da República Dominicana, de Granada, do Panamá e da Libéria, dentre outros.

Não aceitamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a posição hipócrita dos Estados Unidos de se apresentarem como defensores dos povos.

Agora, entretanto, gostaríamos de trazer ao debate desta Câmara Legislativa novas questões sobre a guerra.

A ação dos Estados Unidos é apontada como uma forma de fazer cumprir uma decisão da ONU. A ONU, entretanto, criada após a Segunda Grande Guerra, tem explicitamente o objetivo de garantir a paz no mundo. No art. 1º de sua Carta de Fundação está expresso que a organização deve manter a paz e a segurança internacional. No seu art. 2º fica formalizado que os países membros devem «evitar o uso da força contra a integridade territorial de qualquer Estado».

Em momento algum, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Carta da ONU admite que ela possa utilizar-se da guerra para manter a paz. E é muito fácil de compreender isto, pois ela surgiu exatamente no momento em que o mundo saía de uma guerra e ansiava por instrumentos que garantissem a paz.

O que os Estados Unidos fizeram foi subverter completamente a ONU para atender a seus interesses específicos de garantir o controle sobre os poços de petróleo do Oriente Médio.

Intrigava-me, no entanto, Sr. Presidente, como os Estados Unidos conseguiram aglutinar tantos países contra um pequeno país do Golfo Pérsico. A URSS ficou quietinha; a China, também. Os Estados Unidos conseguiram, inclusive, que nações árabes apoiassem sua ação contra uma nação árabe irmã.

A resposta veio através de matéria publicada pela revista «The Spotlight», de Washington, em sua edição de 24 de dezembro de 1990. Tomo a liberdade de citar um trecho da matéria: «As resoluções das Nações Unidas dirigidas contra o Iraque foram o resultado da corrupção de George Bush nas Nações Unidas. De acordo com o Dr. Jean-Paul Pradier, um francês especialista em defesa, que é consultor de sistemas das Nações Unidas, para alinhar uma aliança mundial contra o Iraque, a Casa Branca distribuiu auxílio militar de emergência, empréstimos, concessões comerciais, perdões de dívidas, subsídios emergenciais e, por baixo do pano, recursos a torto e a direito».

«Mais especificamente», continua a matéria, «a Turquia recebeu 7 bilhões de dólares; a Síria, 1 bilhão de dólares; a China, 4 bilhões; o Egito, 8 bilhões; Israel, 1 bilhão além dos 3 bilhões de dólares anuais que recebe; e a Etiópia,

450 milhões de dólares». A matéria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não pára por aí. «Finalmente» — diz a revista americana — «a compra de votos pelos Estados Unidos na ONU se efetivou através de sua posição no Banco Mundial e no FMI, pelas decisões de emprestar dinheiro ou ainda para conceder ou retirar de outras Nações o status preferencial para negociar». A conclusão da revista não deixa dúvidas: «Em suma, os Estados Unidos corromperam as Nações Unidas com a compra de seus votos».

A revista americana não se refere ao Brasil. Entretanto, Sr. Presidente, de forma espalhafatosa George Bush esteve em nosso País e autorizou a compra do supercomputador. Uma coincidência que merece ser registrada neste momento.

Mais coincidência têm ocorrido. A imprensa nos informa que a capacidade de armazenamento de petróleo do Brasil está sendo utilizada de forma plena. Entretanto, dois navios brasileiros foram enviados ao Golfo. A tripulação recusou-se a entrar na zona de guerra sem proteção. Direito que lhe é reconhecido internacionalmente. O comandante de um dos navios foi demitido. Qual o interesse do Governo brasileiro em enviar navios a uma região para onde, também nos informa a imprensa, foi mobilizado contingente militar só comparável ao da Segunda Guerra?

Será que a autorização para o Brasil comprar o supercomputador significou algum outro compromisso do Governo brasileiro ainda não revelado? O Ministro Rezek já admitiu que o Brasil poderia integrar uma força de ajuda humanitária de saúde. Esta ajuda, entretanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, seria garantida somente aos ditos «aliados». Mais uma incrível coincidência!

Registro, portanto, minha estranheza em relação a todos esses dados que o show de imagens oficiais ou oficiosas procuram esconder. Precisamos, nós, defensores da paz e da justiça, ficar atentos aos desdobramentos desses acontecimentos. Não podemos nos descuidar. Não queremos ser surpreendidos por mais uma atitude subversiva do Governo Collor aos interesses americanos.

Conclamamos todos os brasileiros amantes da paz, anti-imperialistas e que defendem a autodeterminação dos povos. Conclamamos, eu e meu partido, o PC do B, todo o povo a manifestar-se em defesa da paz, condenando a guerra e a atitude belicista dos Estados Unidos. Precisamos ocupar as praças e as ruas, exigindo a retirada das tropas americanas e dos chamados aliados da região e a convocação de uma conferência para discutir a paz no Oriente Médio. E, concretamente, definir a saída de Israel dos territórios palestinos ocupados e a criação de um Estado Palestino.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora, Caros colegas, muito se tem falado, nos últimos anos, sobre a necessidade de proteger o meio ambiente e melhorar os níveis de qualidade de vida da população. Pouco, no entanto, tem sido feito para evitar, concretamente, que a terra que é fonte vital de sobrevivência do ser humano seja dilapidada e usada em benefício apenas de uma minoria, que se enriquece às custas do empobrecimento crescente da grande maioria da população.

Entendo que o solo tem, indiscutivelmente, uma função social e que deve, por isso, ser explorado em benefício da coletividade. É para garantir que o direito coletivo seja respeitado e se sobreponha aos interesses individuais e que a própria população, através de seus representantes políticos, decida como utilizar o solo, buscando as melhores formas de ampliar os níveis de qualidade de vida, que apresento, hoje, projeto de lei proibindo qualquer tipo de transação com as terras públicas do Distrito Federal até que seja aprovada a Lei Orgânica que, de acordo com a Constituição de 1988, vai reger a vida político-administrativa do Distrito Federal. Reforçando o caráter de proteção do interesse público contido no art. 1º deste projeto de lei, destaco, no parágrafo único, que todos os projetos de interesse imediato da população deverão ser submetidos à apreciação da Câmara Legislativa.

Destaco, ainda, neste momento, que esta tarefa histórica de elaboração da Lei Orgânica deverá ser desempenhada por todos nós que integramos a primeira equipe da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com um inevitável sentimento do futuro, pois é deste solo que sairão o sustento e as riquezas das próximas gerações. Devemos ter sempre em mente, para este fim, que o solo envolve uma função social primordial, e que, se for utilizado de forma adequada, garantirá a oferta de alimentos para a população, a geração de renda e empregos, a preservação ambiental e a fixação da mão-de-obra, evitando o crescimento desordenado da área urbana e o inevitável comprometimento da infra-estrutura social.

Para evitar que as terras públicas do Distrito Federal deixem de cumprir esta função social que lhe é destinada e se transformem, irremediavelmente, em instrumento de especulação e de uma expansão imobiliária indiscriminada, lanço hoje este projeto de lei, que, sem dúvida, deverá ter o tratamento prioritário que a importância do solo e o bem-estar da população exigem.

Caros colegas, pretendia abordar, aqui no plenário a questão da primeira e única reforma agrária do Distrito Federal o Projeto Alexandre Gusmão.

Devido à notícia dos jornais de hoje, sobre a administração, quero deixar claro que não levei listas de nomes para o Governador. Não fiz acordo com o Sr. Governador em troca de cargos, nem recebi propostas nesse sentido.

Meu voto nesta Casa obedecerá às determinações da nossa bancada e ao interesse da maioria da população de Brasília. Votarei, sempre que necessário, a favor de projetos do Governo e da sua bancada, desde que defendam os interesses da maioria da população de Brasília.

Tenho mais de 20 anos de Brazlândia, conheço o novo Administrador, bem como todos os pretendentes ao cargo. Não lutei contra nenhuma pretensão, mas posso dizer que o Administrador Ronan Batista é pessoa honesta, identificada politicamente com o atual Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Convido o nobre Deputado José Edmar, 1º Suplente, a assumir a Presidência da Mesa.

(O Deputado José Edmar assume a Presidência).

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) — Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje abordaria o tema sobre atendimento às crianças carentes, em especial o projeto «Nossas Crianças», mas deixarei para fazê-lo amanhã, quando apresentarei algumas sugestões.

Faço, por entender que tem urgência, pronunciamento ligado à questão cultural.

Hoje, juntamente com os nobres companheiros Carlos Alberto e Maurílio Silva, estivemos participando de uma reunião do Conselho de Cultura do Distrito Federal. Este Conselho é composto, paritariamente, por representantes do Governo e da comunidade cultural do Distrito Federal.

Estiveram presentes também a Vice-Governadora do Distrito Federal, Sra. Márcia Kubitschek, o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, o Secretário da Cultura e Esporte, o Secretário Adjunto da Fazenda e a Secretária da Educação.

Durante os debates, a respeito do nosso projeto para criação de incentivos fiscais à produção cultural, foi feita uma sugestão — que apresento como requerimento verbal à mesa, para que tenha encaminhamento usual — no sentido de que se criasse um grupo de trabalho para agilizar a apreciação, nesta Casa, das propostas relativas à questão cultural. Há o temor de que, iniciado o processo de elaboração da Lei Orgânica, nos ocupemos prioritariamente com este assunto e não apreciemos os projetos em tramitação.

Como a discussão dos projetos de incentivos fiscais e de criação do Fundo de Cultura é urgente, a comunidade cultural decidiu fazer um apelo a esta Casa para que os aprecie com a maior celeridade possível. Com esse objetivo foi criado um grupo, por sugestão daquele Conselho, composto por quatro representantes do Conselho de Cultura, um representante do Executivo do Distrito Federal — que a Sra. Vice-Governadora se encarregou de indicar — e propuseram que a Câmara Legislativa também indicasse um

representante. Esse grupo é essencialmente de trabalho, naturalmente, sem nenhum poder decisório. Sua função será a de articular e tentar fazer com que cheguem até à Câmara Legislativa as propostas já discutidas, tanto no âmbito do Executivo, na medida em que há um representante, quanto no do Conselho de Cultura, e o objetivo de indicar um representante do Poder Legislativo do Distrito Federal é para que também estejamos representados nesse grupo de trabalho.

Já no início da próxima semana poderemos instalá-lo informalmente, pois não lhe é atribuído caráter formal, até porque não tem a função de decidir, mas única e simplesmente promover as primeiras discussões, tentar dar andamento, com o máximo de consenso, para que quando as proposições chegarem a esta Casa possam tramitar com a maior rapidez possível.

Faço este requerimento verbal à Mesa para que indique um representante, a fim de estarmos representados nesse grupo de trabalho.

Aliás, foi muito elogiada a reunião de hoje. Foi o primeiro momento em que encontramos representantes do Executivo, do Legislativo e da comunidade num único fórum e em que pudemos discutir as questões ligadas à sociedade, principalmente sob o aspecto cultural, inclusive buscando formas de atender a todos os participantes desse segmento.

Era o que tinha a dizer.

(Durante o pronunciamento do Deputado Geraldo Magela assume a Presidência da Mesa o Deputado Benício Tavares).

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — A Mesa gostaria de prestar um esclarecimento ao nobre Deputado Geraldo Magela. O art. 213, «Dos Requerimentos», diz que o requerimento poderá ser oral em apenas alguns casos. Portanto, pediria ao ilustre Deputado que, por gentileza, fizesse por escrito.

Passo a Presidência ao nobre Deputado José Edmar, para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) — Com a palavra o nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta Tribuna para participar à Casa a apresentação de projeto voltado, assim o espero, para o bem-estar da valorosa população brasiliense.

Acontece que durante a recente campanha eleitoral recebi reiterados apelos de pessoas que, residentes em edifícios de apartamentos desprovidos de garagem, vêm seu patrimônio constantemente desvalorizado ou até furtado.

Merece realce que ditas reclamações são totalmente procedentes, pois os veículos guardados ao relento sofrem toda a sorte de depredações, inclusive ferrugem e queima de pintura.

Vale aduzir que há pessoas, geralmente modestas, que têm verdadeira paixão por seus carros; algumas, inclusive, passam as horas de folga cuidando dos mesmos.

O problema é, infelizmente, de difícil solução. O fato é que, numa cidade onde os espaços são tão amplos, não se deveria ter permitido a construção de edifícios de apartamentos sem garagem.

Com vistas a obviar, na medida do possível, os inconvenientes defluentes de tal situação, resolvi propor à consideração dos nobres colegas projeto permitindo aos mencionados moradores a instalação de coberturas do tipo Paviflex ou toldo em seus estacionamentos.

Desnecessário assinalar que o projeto foi cercado das cautelas indispensáveis, tais como: delimitar as áreas a serem protegidas ao tamanho do Edifício; evitar que as mesmas possam causar, por demais, qualquer prejuízo à livre circulação e manobra de outros veículos; fixar o número de vagas em uma por apartamento; submetê-los à fiscalização dos órgãos competentes do GDF etc.

Concluo, na expectativa de contar com as luzes e os subsídios dos doutos colegas para a consecução da medida ora propugnada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais de todo o País, e também os do Distrito Federal, trazem em suas páginas econômicas de hoje uma notícia um tanto insólita: técnicos brasileiros estão passeando pela Europa na busca de investidores que queiram comprar ações das nossas importantes empresas estatais. O primeiro encontro foi realizado em Londres, mas outros se sucederão em Colônia, Bonn e Frankfurt, na Alemanha, Roma e Milão, na Itália, e para fechar com chave de ouro, Paris, na França.

Conforme explicitou Eduardo Modiano, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, escolhido para a tarefa, o objetivo do Governo é vender, até o final do ano, ações de empresas como Usiminas, Tubarão e Mafersa, com um retorno de capital de 7 bilhões de dólares. A lista das empresas estatais privatizáveis seria ampliada nos próximos anos, e com esta medida o Governo espera reduzir a participação do Estado na economia e, paralelamente, abater uma parte significativa da astronômica dívida externa brasileira, avaliada em 130 bilhões de dólares.

É lamentável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a economia brasileira chegue a esta situação crítica, a ponto do Estado iniciar um processo de desintegração, que em última instância prejudicará o nosso próprio desenvolvimento. A forma como o Governo Collor pretende resolver os atuais problemas nacionais assemelha-se um pouco àquela fábula em que se busca lavar a criança, mas ela acaba sendo jogada fora com a água suja. O desmantelamento de um tripé econômico, no qual as estatais têm papel fundamental, é um duro golpe a qualquer projeto que queira levar o País a trilhar um desenvolvimento econômico compatível com as exigências colocadas pelo mercado internacional.

Nós, comunistas, não defendemos o estatismo como alternativa ideal para se tirar o Brasil da profunda crise em que está mergulhado há várias décadas. Entretanto, também não apostamos na privatização crescente do Estado. E na sua transformação em mero cartório dos grupos econômicos, nacionais e internacionais. Queremos a concorrência das poupanças privadas nacional e externa para se alcançar o desenvolvimento, mas também queremos manter o controle de áreas estratégicas da economia. Queremos um Estado desprivatizado, um Estado efetivamente público, a serviço da sociedade.

Quando der unció desta tribuna a viagem de um economista transformado em corretor a países da Europa é porque conheço bem de perto o processo de sucateamento, deliberado, a que foram levadas as estatais. Tenho um exemplo bem perto de mim, a Eletronorte, empresa do setor de energia elétrica com concessão para atuar na Amazônia e da qual sou funcionário desde 1974. A Eletronorte, apesar de ter exercido papel fundamental na geração de energia elétrica na Região Norte e Nordeste — Tucuruí é a maior usina hidrelétrica interna do Brasil — experimenta, hoje, grandes dificuldades, que podem significar o total desmantelamento de seu maior patrimônio: o seu quadro técnico formado por engenheiros, economistas, advogados, médicos e funcionários de apoio.

Há vários anos, tal como ocorre com outras estatais, o governo vem tentando empurrar a Eletronorte para a insolvência. Todos sabemos que a construção de um sistema hidrelétrico não é um investimento pequeno e de curta maturação. Portanto, as tarifas devem guardar uma relação muito direta entre custo e benefício. Mas o que ocorreu com a Eletronorte? — para tomarmos apenas um caso particular. A tarifa cobrada pela Eletronorte para a produção da alumina, componente do alumínio, para os eletrointensivos multinacionais que estão instalados na Amazônia, que nada mais é que energia embutida, está algo em torno de 20% do que deveria ser o seu valor real, ou seja, as tarifas cobradas às multinacionais na Amazônia estão 20% acima do preço de custo.

Uma empresa que é obrigada a subsidiar tarifas, como a Eletronorte, só pode ir à insolvência. E o mais indigno de tudo isso é que depois vêm os arautos do neoliberalismo

tentar demonstrar que as estatais são ineficientes. A lógica dos grupos privados é interessante: inicialmente, obrigam o Estado a investir em áreas que não dão lucros imediatos; quando o setor está estruturado, sugam os benefícios do investimento, a ponto de levar as empresas a situações financeiras difíceis, como é o caso atual da Eletronorte; em seguida, tratam de provar que as empresas são ineficientes, para que possa comprá-las a preço vil, abaixo de seu real valor patrimonial.

É a velha máxima: socializam os prejuízos para privatizar, posteriormente, o lucro.

Os funcionários da Eletronorte muito têm lutado para evitar que a empresa seja definitivamente sucateada. Não lutam apenas por emprego e melhores salários, porque eles têm a exata dimensão da importância estratégica da defesa de uma instituição pública como a Eletronorte. Esta consciência, por exemplo, foi manifestada em agosto do ano passado, quando a categoria foi à greve contra o plano econômico e a nova política salarial do Plano Collor. A reação oficial foi rápida, desprezando inclusive direitos já consagrados pela legislação trabalhista: vários diretores do Sindicato dos Eletricistas de Brasília tiveram seus contratos suspensos e ainda hoje sofrem perseguições de caráter político, impossibilitados que foram de receber seus vencimentos.

Neste momento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, trago à baila uma questão não menos delicada e importante. Chega-nos a notícia, que esperamos não venha a confirmar-se, de novas mudanças administrativas na Eletronorte que poderiam redundar em até mil demissões. A empresa, na última data-base, se negou a discutir quaisquer aspectos ligados a possíveis demissões. Portanto, tememos que a qualquer hora a categoria possa ser surpreendida. Qualquer demissão na Eletronorte deve merecer de todos os democratas e progressistas desta Casa o mais veemente repúdio.

Defender o funcionalismo de estatais como a Eletronorte é lutar para que o nosso desenvolvimento não sofra solução de continuidade. A eficiência, a responsabilidade do Estado e o nosso futuro não podem ser objeto de qualquer tipo de negociação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente queria dizer da grande alegria que sentimos hoje pela passagem do aniversário do nosso companheiro Aroldo Satake, bem como agradecer a S. Exa. pela cordialidade com que nos recebeu em seu gabinete e manifestar o quanto de amor, de entrosamento e de confraternização existe entre todos nós. Não obstante opiniões diferentes, não obstante pontos de vista diversificados, tudo isso realmente faz com que nos sintamos cada vez mais gente nesta

Casa. Queria, portanto, registrar este momento extraordinário de confraternização entre nós.

Aproveito a oportunidade para trazer a esta Casa convite extensivo a todos os companheiros, funcionários e amigos que nos ouvem, dentro e fora do plenário. Na próxima quinta-feira, às 17h, Sobradinho sentirá a maior alegria com a posse da nova administradora. Trata-se de uma jovem dinâmica, gente fina, altamente preparada, e preparada por si mesma, pela sua própria capacidade de absorver, de assimilar conhecimentos e integrar-se à comunidade a que serve.

É a própria Anicéia Luzia Machado que me pede faça o convite a todos os Parlamentares. Estaremos lá todos nós, certamente, para dar o apoio, que é muito importante nessas horas para quem está assumindo um cargo de relevância perante a comunidade. Estamos certos de que ela trilhará os caminhos do bom senso, eis que a nota característica de sua personalidade é uma assiduidade extraordinária ao trabalho, ela que vestiu, como se diz, a camisa de um ex-administrador. E não fui eu que a indiquei, a meta foi feita através de uma democrática consulta à comunidade, a seus diversos setores e segmentos. Ela própria se fez, aproveitando as oportunidades de crescimento que teve nesses anos todos.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Pretendia encaminhar à nobre Mesa que dirige os trabalhos desta Casa requerimento que já conta com 20 assinaturas, para que se acelere o processo de atendimento salarial às pessoas que se dedicam conosco a organizar os nossos trabalhos e efetivar resultados positivos nesta Casa. Não obstante ter colhido assinaturas, estou sabendo que a Mesa já tem excelentes novidades para nós — é o zelo por nossa Casa que nos leva a defender os direitos daqueles que aqui, junto conosco, nos ajudam incansavelmente nesse trabalho — portanto retiro esse requerimento, dado que ele pode atrasar o processo de pagamento que seria para amanhã ou depois. Agradeço e aguardo informação da Mesa nesse sentido. Mas que o pagamento se efetue o mais rapidamente possível; caso contrário, apresentaremos esse requerimento para acelerar o processo de pagamento aos nossos funcionários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Em nome da Mesa, informo que, pela manhã, realizamos uma reunião para tratar do assunto referido pelo nobre Deputado Padre Jonas, na qual se estabeleceu o seguinte: do dia 2 ao dia 13 de janeiro, todos os funcionários receberão a título de serviços prestados, através de ato de Mesa, e de 14 a 31 de janeiro, através da nomeação feita pelos Deputados. O pagamento está previsto, no primeiro caso, para o dia 1º de fevereiro, e, no segundo caso, para o dia 5 do mesmo mês. Acredito que, assim, respondo ao questionamento do nobre Deputado Padre Jonas.

Gostaria de passar a Presidência ao nosso Vice-Presidente Deputado Tadeu Roriz, porque tenho compromisso a cumprir.

COMUNICADO DE LIDERANÇA

Convido a fazer uso da palavra o nobre Deputado Maurílio Silva, para uma Comunicação de Liderança.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Governador Joaquim Roriz enviou hoje a esta Casa mensagem criando 1.800 cargos de professor, na carreira de magistério público do Distrito Federal. São 1.500 professores Nível 1, 200 professores Nível 2, 100 professores Nível 3.

Gostaria de pedir aos companheiros que apreciassem esse projeto em caráter de urgência urgentíssima; caso contrário, vamos perder um tempo muito grande, talvez mais de um semestre, o que dificultaria o atendimento às nossas crianças.

É este o apelo que faço a V. Exa.

Sendo possível, iremos colher, daqui a pouco, as assinaturas, para que a mensagem do Governador possa ter uma resposta o mais rapidamente possível, a fim de que o Executivo tenha condições, depois de autorizado pelo Legislativo, de fazer as devidas contratações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — A Presidência concede a palavra à Deputada Lúcia Carvalho, dentro do tempo de Comunicações de Liderança.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, acho que de alguma maneira o Parlamento ainda não começou a mostrar que existe, a partir do momento em que tem uma relação com o Executivo, que começa a apresentar propostas que são acatadas. A competência do Executivo existe e, embora todos nos pronunciemos aqui a respeito de tais ou quais temas, nem por isso vamos ser autores desses projetos. Enquanto não tivermos nosso próprio projeto de Regimento, e por ora vale o que o Regimento do Senado determina, através da Resolução nº 157, uma série de providências como provimento de pessoal, administração, salários etc., são da competência do Governador.

Quando aqui nos pronunciemos sobre a questão das escolas, em especial a respeito dos concursos — inclusive oficiamos à Secretária de Educação — mencionamos que em 1991 haveria carência muito grande de profissionais, pois no Departamento de Pessoal da Fundação Educacional já existem quase um mil pedidos de aposentadorias.

Agora somos regidos pela Lei nº 1.711, melhor que a de nº 8.112. A esta o Presidente Collor após vários vetos, sendo um deles à aposentadoria com o adicional de 20%. Os professores que já têm tempo de serviço para aposentar-se estão correndo para não perderem os 20%, com

medo de que esse regime jurídico, uma proposta federal, acabe por ser, também, implantado no Distrito Federal, lesando, conseqüentemente, o direito hoje assegurado pela Lei nº 1.711. Por este motivo e pela grande procura de vagas, oficiamos à Sra. Secretária, dizendo que de imediato teriam de ser ampliadas as vagas provenientes do concurso que se realizará em fevereiro, não para a oferta de 300, mas, pelo menos, para mais de 2.000.

Faço uma observação em torno dessa mensagem que o Governador enviou a esta Casa, solicitando a criação desses cargos, para o que peço a atenção do Líder do Governo. A distribuição para os Níveis 1, 2 e 3 não me parece correta, por que no Nível 1 estão os professores de 1ª a 4ª séries aqueles realmente mais necessários. Os professores dos Níveis 2 e 3, para os quais se estabelecem 210 vagas, são profissionais das áreas de Português, Matemática, Física e Química, matérias sem reservas de orientadores. Muitas vezes nossos filhos, amigos e conhecidos deixam de ter aulas dessas disciplinas, durante o ano, porque não há professores.

Louvo a iniciativa do Governador de ampliar a quantidade de vagas, para efeito de concurso, a fim de dotar a Fundação de mais 1.800 cargos. Contudo, o número de vagas para profissionais de Nível 1, de 1ª a 4ª séries, é bastante grande enquanto para os Níveis 2 e 3, ocupados por professores de áreas específicas, não satisfaz às necessidades.

Concedo aparte ao nobre Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA — A nobre Deputada pode sugerir alterações, para que possamos adiantar os trabalhos e examinar o que é melhor.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Farei isso.

Fico satisfeita com medidas dessa natureza. Em consequência de pronunciamentos aqui feitos, por exemplo, sobre a questão das áreas públicas, o Sr. Secretário da Segurança Pública já pensa em anular a Portaria nº 11, que proíbe o cidadão brasileiro de ir e vir. É uma iniciativa louvável. Esta portaria não passaria pelo crivo da Câmara Legislativa, que por certo deseja manter os direitos constitucionais do cidadão. O Secretário planeja liberar, para manifestações populares, a Praça do Buriti e a Praça dos Três Poderes. Solicito, portanto, ao Coronel Brochado que revogue aquela portaria, inclusive para que seja retirado o projeto que ontem apresentei.

Há duas maneiras de influirmos no Executivo: apresentando projetos e enviando ofícios, como o que vou encaminhar ao Secretário dos Transportes. Se receber resposta de S. Exa., comunicarei à Casa.

Solicito ao Sr. Secretário dos Transportes, como Deputada e Líder de partido, que sejam melhoradas as condições de transporte para Samambaia, cidade muito referida aqui.

Funcionários desta Câmara, que moram em Samambaia, quase não têm condições de chegar aqui, porque os

ônibus são escassos e lá não existem paradas com abrigos. Tenho presenciado, quando chove, que eles aqui chegam molhados. Solicito, portanto, imediata construção de paradas de coletivos com abrigos e que seja ampliada a quantidade de ônibus que fazem a linha Samambaia-Plano Piloto.

Todos nós, Deputados, temos de exercer o papel de solicitador de providências. Não é vergonhoso que o Governador Joaquim Roriz venha a nos mandar projetos por solicitação nossa. Esse é o papel do Legislativo, daqueles que realmente estão comprometidos com os interesses da população. O Governador representa o Executivo, e é a ele que teremos de nos dirigir.

Como Líder do PT não tenho nem um pouco de prurido ou vergonha de dizer que estaremos reivindicando. E é claro que, todas as vezes em que o Governador Joaquim Roriz atender às reivindicações, não serão necessários agradecimentos, pois estará cumprindo sua obrigação para com o povo, cumprindo seu dever.

Não é necessário manifestar gratidão àqueles que realmente fazem o que devem fazer. Infelizmente vivemos em uma sociedade tão corrupta que quando alguém faz o que deve fazer merece elogios.

Na realidade, o Sr. Governador administra com verbas que saem dos bolsos de cada um da população. Portanto, a nossa cobrança tem de ser no sentido de fazê-lo cumprir suas promessas — e é isso que temos feito.

Com relação à educação, posteriormente falarei com o Líder do Governo aqui na Câmara sobre a distribuição de cargos. A princípio, todos devemos votar a favor desse Projeto nº 035, Mensagem nº 003/91, que cria mais 1.800 cargos de professor.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando seqüência às Comunicações de Liderança, convidamos a usar da palavra o Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito interpretar a opinião de todos os integrantes desta Casa, Deputados e Assessores, ao manifestar desta tribuna, a alegria que nos trouxe a visita, nesta manhã, do Dr. Jorge Jardim, recém empossado na Presidência da Telebrasil, acompanhado pelos demais diretores.

Jorge Jardim, Sr. Presidente, é uma dessas figuras raras que enobrecem a humanidade, por ser dela um componente.

Vivendo em Brasília, há mais de vinte anos, não temos notícia de que tenha desafetos, pois se dedicou sempre a fazer amigos.

Como servidor público, jornalista, Chefe da Casa Civil do Governador José Ornellas, sua competência, sua inteligência de caráter só merecem elogios da comunidade desta Capital.

Hoje designado Presidente da Telebrasil, leva consigo a mesma disposição de continuar servindo à Brasília e ao seu povo.

A notícia que nos trouxe foi das mais felizes, pois promete que amanhã mesmo já será iniciada a instalação de 50 telefones diretos nesta Casa, tirando assim a Câmara Legislativa desta ilha de silêncio em que estamos envolvidos pela falta de comunicação.

Quero destacar, ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a notícia que dele recebi, de interesse específico para o Núcleo Bandeirante.

Levo àquela comunidade de pioneiros e de lutadores incansáveis que a Telebrasil tem o seguinte plano de melhoria a curto prazo das comunicações telefônicas da região:

1. Ativação de dois mil e quinhentos terminais, até dezembro de 1991;
2. 200 pares para atendimento da expansão da Candangolândia, até outubro de 1991;
3. 200 pares para atendimento ao setor de armazenamento industrial e abastecimento, até dezembro de 1991;
4. 100 pares para atendimento ao setor de indústrias especiais, até dezembro de 1991;
5. Instalação imediata de mais 30 telefones públicos.

Programas idênticos, Sr. Presidente, serão desenvolvidos em todas as cidades satélites, sem contarmos a imediata implantação da telefonia móvel.

Devo congratular-me com o Governador Joaquim Roriz pelo seu empenho junto à Telebrás para a nomeação de Jorge Jardim para este cargo à frente de uma empresa pública de qual tanto depende o povo de Brasília. E nós também estamos de parabéns, pela sua marcante presença e pela certeza de que mais uma vez, Jorge Jardim servirá com competência e honestidade à cidade que tanto o admira.

Sr. Presidente, quero ainda aproveitar a oportunidade e parabenizar o nosso companheiro Deputado Aroldo Satake, pelo seu aniversário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Naves para uma Comunicação de Liderança.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta a V. Exa., que creio ser do interesse de todos os Deputados. Recentemente observamos a chegada de várias máquinas copiadoras Xerox. Gostaríamos de saber onde estão instaladas, onde poderemos usá-las, e a que quantidade de cópias temos direito. Isto porque, há pouco, fomos tirar uma cópia no local que conhecemos e havia uma fila imensa.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Nobre Deputado, sua consulta será encaminhada ao 2º Secretário, Deputado José Ornellas, o responsável pela Diretoria Administrativa e procuraremos dar-lhe a informação o mais breve possível.

O SR. FERNANDO NAVES — Muito obrigado, Sr. Presidente. Creio que é uma informação que servirá a todos.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco, para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu também gostaria de aproveitar este espaço das Comunicações de Liderança e hipotetar, para que fique consignado em Ata, um voto de congratulações ao Deputado Aroldo Satake, por seu aniversário natalício. É importante para nós verificarmos que o companheiro tem demonstrado fidelidade aos seus compromissos, às suas posições, sendo um elemento que enobrece esta Casa.

Em nome do Bloco Solidariedade, nós o parabenizamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Terminado o período destinado a Comunicações de Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA

Peço ao Secretário, Deputado José Edmar, que leia dois requerimentos que há sobre a mesa.

O SR. SECRETÁRIO (José Edmar) — Há sobre a mesa um Projeto de Resolução que dispõe sobre o horário e período de duração das sessões da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/1991

Dispõe sobre o período e horário das sessões da Câmara Legislativa do DF proposta à Comissão de Constituição e Justiça do deputado José Edmar, do Partido do Solidarismo Libertador — PSL sobre o período e horário das sessões da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Da Sessão Legislativa

I — A Câmara Legislativa do Distrito Federal reunir-se-á, anualmente, de 01 de Fevereiro a 15 de Dezembro, em Sessão ordinária.

Da Natureza das Sessões

II — As Sessões da Câmara Legislativa do Distrito Federal serão:

a) ordinárias — as realizadas de segunda a sexta-feira, às 14 horas e trinta minutos, nas duas primeiras semanas de cada mês da Sessão Legislativa;

b) extraordinárias — as realizadas em dia ou horário diversos dos prefixados para as ordinárias por convocação do Presidente ou a requerimento de 1/3 dos membros da Câmara Legislativa.

c) especiais — as realizadas para comemoração ou homenagem.

III — A Sessão ordinária terá início de segunda a sexta-feira, às 14 horas e 30 minutos presentes no recinto, pelo menos um terço de seus membros, e terá a duração máxima de quatro horas salvo prorrogação.

IV — A Sessão ordinária não se realizará:

a) por falta de número;

b) por deliberação do plenário;

c) por motivo de força maior, assim considerado pela Mesa.

Das Reuniões nas Comissões

I — As reuniões das Comissões permanentes ou parlamentar de inquérito realizar-se-ão no período da manhã nas duas primeiras semanas de cada mês e nos períodos da manhã e da tarde nas semanas seguintes;

II — O horário e datas de funcionamento será estabelecido no início da sessão legislativa ordinária, conforme as necessidades;

III — As reuniões extraordinárias das Comissões realizar-se-ão mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados;

IV — As Comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros;

V — A reunião de Comissão permanente ou parlamentar de inquérito não poderá coincidir com o tempo reservado às sessões ordinárias da Câmara Legislativa.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de período e horário das sessões da Câmara Legislativa do Distrito Federal visa a tornar racional e eficaz os trabalhos daquela Casa.

De acordo com esta proposta não haverá recesso no mês de julho. A sessão legislativa iniciar-se-á no dia 1º de fevereiro e prolongar-se-á até 15 de dezembro.

O período de funcionamento das sessões plenárias será concentrado nas duas primeiras semanas de cada mês, no horário da tarde com início às 14:30 horas. Os demais dias do mês e horários serão reservados para reuniões das Comissões ou para negociações das lideranças sobre as matérias em tramitação. Haverá mais tempo para as Comissões e a Mesa instruir as matérias a serem apreciadas em plenário. A mesa terá tempo suficiente para organizar

a pauta das reuniões e de encaminhá-la previamente aos deputados distritais.

O Deputado Distrital terá tempo de organizar a sua agenda para atendimento de seus representados ou aprofundar estudos sobre os problemas de Brasília. Terá maior motivação para comparecer às Sessões pois haverá, com certeza, matérias importantes a serem apreciadas. Assim, dificilmente os jornais estamparão fotografias de plenário vazio como ocorre com frequência com os legislativos das demais unidades da federação.

Trata-se de proposta inovadora como deve ser todo o procedimento desta Casa Legislativa que está nascendo na capital do País.

Temos certeza dos excelentes resultados a serem alcançados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal que alimentamos a esperança dela vir a ser exemplo às demais Casas Legislativas do País. Assim, conclamo meus colegas a aprovarem estas propostas que temos certeza corresponderá à expectativa da população do Distrito Federal.

Sala das Comissões em, 28 de janeiro de 1991.

Deputado José Edmar

Há Requerimento sobre a mesa, assinado por quase todos os Srs. Deputados, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº 154/91

Nos termos do disposto no Artigo 336, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência ao Projeto de Resolução nº 010/91, que «proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências».

Sala das Sessões, em 18 de janeiro de 1991.

Há, também, sobre a mesa indicação das Lideranças para a composição de comissão parlamentar de inquérito, como segue:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do § 4º do artigo 145 do Regimento Interno do Senado Federal, estamos indicando os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, aprovado em sessão do dia 23 de janeiro de 1991, por Requerimento (Nº 12) do Deputado José Edmar e outros visando apurar irregularidades no arrendamento de chácaras nos projetos Águas Claras, Amiqueiras, Vicente Pires, Vereda da Cruz e outros administrados pela Fundação Zoobotânica, sendo 08 (oito) titulares e 05 (cinco) suplentes.

TITULARES: Deputados Wasny de Roure (PT); José Edmar (PSL); Edimar Pireneus (PDT); Gilson Araújo (PTR); Aroldo Satake (PDS); Cláudio Monteiro (PRP); Carlos Alberto (PCB) e Agnelo Queiroz (PC do B).

SUPLENTEs: Deputados Maria de Lourdes Abadia (PSDB); Maurílio Silva (PTR); Fernando Naves (PDC); Geraldo Magela (PT) e Eurípedes de Camargo (PT).

Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 28 de janeiro de 1991.

LÍDERES

Lúcia de Carvalho (PT)

Jonas Vetoracci (PDT)

Manoel Andrade (PTR)

Peniel Pacheco (Solidariedade)

Fernando Naves (Progressista)

Carlos Alberto (PCB)

Agnelo Queiroz (PC do B)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Encerrado o período destinado à Ordem do Dia, daremos início ao

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores inscritos para o Grande Expediente:

1. Gilson Araújo
2. Rose Mary Miranda
3. Wasny de Roure

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilson Araújo.

SR. GILSON ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito este tempo para apresentar um projeto de lei que passo a ler:

PROJETO DE LEI Nº 036 DE 1991

(Do Dep. Gilson Araújo)

Autoriza a fixação, pelo Governo do Distrito Federal, da população da Agrovila São Sebastião.

Art. 1º Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a proceder a fixação da população da Agrovila São Sebastião, situada na região da Fazenda Papuda I, jurisdição do Distrito Federal, com a denominação de Vila São Sebastião.

Parágrafo Único: No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta lei, o Governo do Distrito Federal elaborará em articulação com as lideranças locais, o plano de ocupação, detalhando as ruas, os equipamentos públicos e áreas verdes.

Art. 2º O Governo do Distrito Federal definirá os critérios que credenciarão a fixação dos atuais moradores.

Art. 3º Na elaboração e execução do plano de ocupação, o Governo do Distrito Federal deverá considerar o

impacto ambiental, seguindo as normas da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia — Sematec.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Agrovila São Sebastião instalou-se por necessidade de pequeno grupo de pessoas que tinham nas olarias e hortas seu sustento e trabalho há cerca de oito anos.

Esta população aumentou até transformar-se em uma verdadeira comunidade com todas as características urbanas.

Um grande número de pessoas procuravam esta comunidade porque ali havia um fator gerador de emprego. Hoje, uma enorme parcela de sua população presta seus serviços nas adjacências da Agrovila e no Plano Piloto.

A fixação proposta faz sentido pois, o número de pessoas que residem no local já conta com serviços públicos de luz elétrica, sistema de água de cisterna, posto de saúde, posto policial, Correio, Igrejas, uma creche mantida pela LBA, telefone público, um posto do corpo de bombeiro, abastecimento e comércio.

Desta maneira, a forma de fixação justifica-se como alternativa para seus habitantes se sentirem proprietários e realizarem as melhorias necessárias ao desenvolvimento urbano ordenado daquela comunidade.

Diante do exposto conclamo os meus ilustres pares a aprovarem a presente proposição.

Sala das Sessões em de de 1991.

Gilson Araújo
Deputado Distrital

Srs. Deputados, uma das grandes causas de conflito em nossa sociedade local reside exatamente na questão fundiária do Distrito Federal, tendo em vista que é gerida pela Terracap, a maior empresa imobiliária do mundo. No Distrito Federal, a questão da posse da terra tem sido utilizada como meio de fugir do aluguel. Não tendo outra alternativa, ocupam áreas públicas que, ao longo dos anos, vão sendo gradativamente valorizadas, em função do crescimento populacional de Brasília.

As regiões ocupadas, e após certo tempo valorizadas, na Terracap passam por uma metodologia estranha. É feito o deslocamento para as regiões da periferia do Distrito Federal.

Posteriormente, essas terras vêm a ser ocupadas pelo carter que há mais de 30 anos vem dominando o Distrito Federal. As favelas, todos sabem, não têm amparo legal. As alternativas que o Governo tem são de melhorias, como equipamentos públicos — chafarizes, telefones — isto é, equipamentos removíveis.

É preciso que o Distrito Federal e esta Casa se preocupem com a questão fundiária, através de um Plano Diretor

do Distrito Federal que defina critérios para que as terras de propriedade do setor público contemplem todos os segmentos do Distrito Federal. O maior exemplo que temos, aqui, é que a classe média — professores, jornalistas, policiais — não tem acesso à casa própria, porque as alternativas de contemplar a sociedade de Brasília são voltadas, todas, para uma elite que tem o domínio do solo no Distrito Federal. Os lotes distribuídos, quando isso ocorre, ou as casas construídas pela SHIS, se originam da pressão popular. Até recentemente os habitantes de 54 favelas pressionavam o Governo do Distrito Federal.

Apesar de termos, neste momento, um governo democrático, que muito tem-se preocupado em resolver essa questão, este encontra inúmeras dificuldades, porque o cartel imobiliário de Brasília é forte. Baseado nesse comportamento, não há possibilidade de o povo ter acesso à moradia no Distrito Federal, ficando a classe média totalmente sacrificada, pagando aluguéis caríssimos, numa faixa de 50 mil cruzeiros, no mínimo, no Setor P.

É preciso que esta Casa se preocupe com os núcleos habitacionais surgidos naturalmente da pressão da especulação imobiliária. As populações desses núcleos, ao serem eles valorizados, não tem o direito de ocupar as áreas onde normalmente surgem essas áreas residenciais chamadas favelas, no Distrito Federal.

Ouçõ o aparte do nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Nobre Deputado Gilson Araújo, gostaria de solidarizar-me com V.Exa. no que tange ao assentamento da Vila São Sebastião, uma das mais carentes, sofridas e esquecidas das autoridades do Distrito Federal. Não poderia deixar de manifestar o meu apoio à sua iniciativa que deve ser apoiada por todos os Deputados Distritais. Tenha V.Exa. a certeza de que lutaremos juntos em favor desse pleito que V.Exa. apresenta nesta Casa.

O SR. GILSON ARAÚJO — Agradeço ao nobre Deputado José Edmar, que comunga conosco da mesma luta em defesa do que estamos propondo.

Ouçõ o aparte do nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Deputado Gilson Araújo, é bastante apreciável a iniciativa de V. Exa. ao apresentar um projeto que resolve, de uma vez por todas, a questão da Agrovila São Sebastião, comunidade que vem crescendo significativamente. Entendemos ter uma localização relativamente privilegiada e muito sacrificada pela ausência de uma infra-estrutura pública, dos equipamentos públicos, como agência dos Correios e Telégrafos, instalação de telefones públicos, agências bancárias e outros serviços de utilidade pública. O seu projeto contará com o nosso apoio. Necessário se faz acelerar todo esse processo de investimento público naquela comunidade, que hoje se encontra desassistida. É bem verdade que, cabe registrar aqui, a iniciativa do governo anterior ao asfaltar a via de acesso entre a pista e a Agrovila São Sebastião, é essa obra que veio valorizar aquela região. Creio que seu projeto,

sem dúvida nenhuma, vai equacionar matéria de fixação e de clara legalização daquela área. Só tenho a apreciar a iniciativa do nobre Deputado, e contará com o nosso apoio à aprovação da matéria.

O SR. GILSON ARAÚJO — Ouçõ o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Deputado Gilson Araújo, ficamos altamente sensibilizados com sua proposta. Não podemos admitir que uma cidade como Brasília cresça a esmo. Seu projeto vem despertar no horizonte a esperança da nossa comunidade, algo de muito sagrado, de muito importante. Neste sentido, gostaria que tramitasse rapidamente e que constasse na Lei Orgânica e no Plano Diretor. Que realmente representasse todo o universo das necessidades das diversas classes, sejam elas ligadas a particulares ou a órgãos públicos, a fim de que todos tenham acesso à aquisição de lotes e possam construir suas casas, de acordo com a possibilidade salarial de cada um. Isso é tão importante quanto preservar a semente em terreno fértil. Assim, florescerá a árvore da vida de nossa comunidade, impedindo soluções casuísticas, uma vez que será traçado um plano sério e profundo. Só aquilo que tem raiz pode lançar galhos frondosos, e esse projeto pode fazer com que as necessidades de nossa comunidade sejam atendidas. Agradeço na oportunidade que me concede aparte, ao mesmo tempo em que o parabeno pela iniciativa da apresentação desse projeto. Como Líder da bancada do PDT, apoio inteiramente a proposta de V.Exa.

O SR. GILSON ARAÚJO — Agradeço as manifestações de apoio recebidas.

Quero deixar claro que essa iniciativa reflete os interesses daquela comunidade, que há muito tempo espera por essa oportunidade.

Ouçõ o Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Deputado Gilson Araújo, V. Exa. sabe que tenho uma certa afinidade com a Vila São Sebastião. Primeiro, porque no passado, quando ela estava próxima a ser inundada pelo São Bartolomeu, fui em quem mandei mudar o curso do São Bartolomeu, para que a Vila não fosse inundada e sua população não precisasse sair de lá. Com isso, foi confirmado, naquela ocasião, que a Vila São Sebastião permaneceria ali. Tenho também outras afinidades: faço parte da Igreja de N.Sra. do Perpétuo Socorro, que trabalha dentro da Vila São Sebastião. Por essas razões, apoio o companheiro.

O SR. GILSON ARAÚJO — Agradeço a colaboração de V. Exa.

As palavras deste Plenário serão transmitidas àquela comunidade. A causa é justa e recebeu o apoio de todos os Deputados. Daí o nome de todos os Deputados que vieram dar seu apoio a esta proposta, o que a torna coletiva e fruto de nossa luta pelo entendimento, no que se refere às transformações sociais de que aquela comunidade tanto precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Convido a nobre Deputada Rose Mary Miranda a ocupar a tribuna.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PRN. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer ao nobre companheiro Gilson Araújo que louvo, de público, seu projeto. Este não poderia vir de outra pessoa a não ser de S. Exa., porque, visitando a Agrovila São Sebastião, conversando com seus habitantes, quase que de porta em porta, pude observar o carinho que eles sentem por S. Exa. Assim, conte com nosso apoio para aprovação de seu projeto.

Antes de entrar diretamente no assunto que me trouxe a esta Tribuna, faço um convite aos nobres Deputados. No próximo dia 17 de fevereiro, domingo, às 16h, no Colégio nº 17, da Expansão do Setor O, a comunidade local estará reunida para discutir questões tais como o crescimento da criminalidade e formas de amparo e recuperação dos marginais para reintegrá-los ao convívio social.

O convite está sendo feito pela líder comunitária, que esteve hoje em meu gabinete, Sra. Terezinha Machado de Castro Moreira, a todos os Deputados e ao público em geral. A dona Terezinha me informou que vai transmitir esse convite ao Secretário de Segurança Pública.

É muito interessante, por isso louvo essa atitude de querer fazer um trabalho voltado para as pessoas que não participam do convívio social. Trata-se de um trabalho de recuperação dos marginais.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento de informação nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO SOBRE A POLUIÇÃO CAUSADA NO SIA POR FÁBRICA DE ASFALTO. Nº 029/91.

Solicita à Mesa da CÂMARA LEGISLATIVA pedido de informações à SEMATEC sobre a poluição causada no SIA pela Fábrica de Asfalto da SERVENG CIVILSAN.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que solicite à SEMATEC informações sobre as providências que estão sendo adotadas para solucionar a questão da poluição do ar, causada pela fábrica de asfalto da empresa SERVENG CIVILSAN, no setor de Indústria e Abastecimento.

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores do Guará e operários que trabalham no Setor de Indústria e Abastecimento já não mais suportam mais o alto nível de poluição causada pela fábrica de asfalto da empresa SERVENG CIVILSAN. É preciso que a Secretaria de Meio Ambiente adote providências urgentes para que a fábrica reduza a poluição do meio ambiente. Caso a fábrica não use tecnologia adequada para reverter o qua-

dro, a saúde de centenas de moradores do Guará e operários do SIA, estará seriamente comprometida.

Rose Mary Miranda
Deputada Distrital

Entrego à Mesa este requerimento, pois estive no local, e a poluição do ar é violenta. Os moradores do Guará I, do Guará II e trabalhadores do SIA ficam sem poder respirar em determinadas horas do dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, bem como uma série de outras instituições públicas e privadas, vem, ao longo destes últimos anos, numa luta sem tréguas, comprometido com o movimento das mulheres brasileiras pela ampliação e efetivação de sua cidadania.

Em 1987, Brasília foi sede do 1º Encontro Nacional «Mulher e as Leis Trabalhistas», com a participação de 478 trabalhadoras de todo o País, representando 215 sindicatos e 107 categorias profissionais, incluindo desde as camponesas, domésticas, funcionárias públicas, profissionais liberais etc. Como se viu naquele encontro, a participação das mulheres foi das mais expressivas.

No documento final do encontro, as mulheres participantes posicionaram-se a favor de uma legislação trabalhista e previdenciária que consagrasse, respeitadas as especificidades, princípios igualitários em relação a todos os trabalhadores, mulheres e homens, urbanos e rurais, empregados domésticos e avulsos, garantindo a isonomia de tratamento, independentemente de raça, cor, religião, idade, estado civil, número de filhos, deficiência física, opção ideológica e estado de gravidez.

No tocante à mulher, apenas a matéria relativa aos direitos concernentes à reprodução foi tratada em capítulo específico, naquele documento, destacando a maternidade como função social de interesse coletivo. E, no capítulo reservado aos direitos da reprodução, o documento, em um dos seus itens, preconizava:

«Proibição de dispensa e não-contratação, vinculada ao estado civil ou estado de gravidez». (...) «Proibição de exigência, pela empresa, de exame médico ou qualquer outro meio para fiscalização de gravidez».

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas recomendações aprovadas nesse 1º Encontro Nacional de Mulheres, realizado em Brasília, foram incluídas nos trabalhos da nossa Constituinte e hoje já fazem parte dos direitos de milhões de mulheres e homens que vivem neste País.

Mas, infelizmente, passados pouco mais de três anos daquele encontro, aqui em Brasília, é lamentável denunciarmos desta tribuna fatos como estes que vamos relatar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Chegou ao meu conhecimento que a empresa Viplan, uma das privilegiadas que explora o transporte urbano do Distrito Federal, estaria exigindo para contratação de mu-

lheres, de trabalhadoras, «atestado comprovando a ligadura de trompas».

A denúncia, se for comprovada, se reverte de extrema importância, pelo desrespeito flagrante aos direitos humanos, aos direitos da mulher à reprodução. Cabe às autoridades públicas, à Secretaria do Trabalho, e quem sabe até à Delegacia da Mulher, principalmente a nós, Parlamentares, cobrarmos do empresário Wagner Canhedo, dono da Viplan, se é do seu conhecimento esta prática que atenta contra os avanços sociais, a liberdade, a democracia, o progresso social e a luta por uma sociedade justa e igualitária.

Concedo aparte ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Nobre deputada Rose Mary Miranda, eu me manifesto solidário com V.Exa., pela sua veemente denúncia, que só vem reforçar a atitude que o Partido dos Trabalhadores tem tido com relação ao monopólio dos transportes em nossa cidade. Somente uma estrutura econômica em que poucas empresas efetivamente detêm tal monopólio tem condições de desfigurar a pessoa do trabalhador. A nobre Deputada teve a feliz idéia de denunciar da tribuna essa vergonhosa prática, que não me parece ser apenas uma situação peculiar da empresa referida. Acredito que V.Exa. poderia incluir no seu protesto a sugestão da visita de alguns Parlamentares à sede daquela empresa, para averiguar se há de fato a existência de tal prática, que o Partido dos Trabalhadores repudia veementemente, particularmente eu.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Concedo aparte ao nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO — Nobre Deputada, aproveito a oportunidade deste aparte para parabenizá-la pela sua atitude corajosa. Ao longo dos dias, em seus pronunciamentos, V.Exa. tem-se preocupado profundamente com a questão social, principalmente no que diz respeito às mulheres brasileiras. Eu também tenho profundo repúdio pelas atitudes tomadas por algumas empresas, especificamente a Viplan, ao usarem critérios discriminatórios para a admissão de empregadas mulheres, exigindo primeiramente que tenham feito laqueadura de trompas, se assim possa pronunciar-me. Se esta exigência for colocada realmente em prática, no Distrito Federal, envergonhará nossa cidade. A Viplan representa um exemplo de sucesso usando seus métodos de trabalho no sentido de se ter beneficiado muito com o sistema político e econômico de Brasília. Eu a parabeno, nobre Deputada, e estou a seu lado para buscar subsídios que possam efetivamente permitir que esta Casa tome providências contra tal ato, impossível de ser implantado no Distrito Federal. Seria o mesmo que pedir comprovante de vasectomia aos homens que ingressem naquela empresa.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Muito obrigada a V.Exa.

Concedo aparte ao nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Nobre Deputada Rose Mary Miranda eu somo a V.Exa. em sua preocupação. Apóio as palavras do Deputado Wasny de Roure no sentido de se nomear alguns Deputados — e eu me inscrevo para fazer parte do grupo — para verificar, *in loco*, essa denúncia que considero da maior gravidade e carente de averiguação *in loco* — repito — por uma comissão de Deputados. Se assim entender V.Exa., eu me coloco à disposição para comprovar esse fato.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Acho muito justa a observação e a proposta do nobre Deputado Wasny de Roure. Realmente, acho que devemos pensar em formar uma comissão para ir até a empresa Viplan e verificar se realmente esta prática está ocorrendo.

Ora, ao longo da história, a mulher tem participado de vários movimentos. E foram movimentos por etapas. Primeiramente houve aquela «jogada» de sutiã em praça pública — isto porque a mulher precisava aparecer. Hoje em dia já ocupa lugares dantes só reservados aos homens; ela já participa da cúpula de empresas, em cargos de diretoria; já que está aqui no Parlamento; já está gritando pelos seus direitos. Nossa luta hoje é diferente, nossa luta hoje é para mostrar competência; nossa luta hoje é para mostrar a essa sociedade que temos condições de ocupar, sim, espaços que eram nossos, e que só através de muito esforço conseguimos ocupar.

Mas a denúncia assume grandes proporções, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pois é, além de tudo, já dito aqui, discriminatória, cerceando o mercado de trabalho às mulheres.

O que me preocupa também, é que se o presidente do Grupo Canhedo, empresário Wagner Canhedo, não vier a público fazer os desmentidos que a denúncia exige, a prática poderá estender-se, como já foi mostrado aqui também, a outras empresas, ou quem sabe exigirem dos homens como o nobre Deputado Gilson Araújo falou, atestados de vasectomia.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esses fatos que chegaram ao nosso conhecimento sejam plenamente esclarecidos, e o rigor da legislação seja aplicado, para que possamos usufruir o pleno exercício da cidadania, tanto mulheres quanto homens trabalhadores brasileiros.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de fazer um comunicado em primeira mão. Quero anunciar a esta Casa a escolha, hoje, do jornalista Armando Rollemberg, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, para presidir a Organização Internacional dos Jornalistas, que congrega 120 profissionais.

Essa escolha é motivo de justo orgulho para todos nós. Faço aqui esse registro com enorme satisfação.

Concedo aparte ao Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Aos cumprimentos da nobre colega quero somar os meus, não como jornalista, mas como colega de lutas democráticas do jornalista

Armando Rollemberg. Parabenizo-o e ressalto a importância de que se reveste o fato de um jornalista da nossa terra estar ocupando cargo de tal envergadura. Lembro também que a Organização Internacional dos Jornalistas fazia parte de um grande movimento, que tinha, digamos, certo atrelamento à organização sindical mundial, da qual participavam basicamente os países socialistas. E vem ela também de uma renovação, a mesma que se processa hoje nos próprios países socialistas, com a democratização, com o pluripartidarismo, enfim, todo um conjunto de situações positivas. Ao parabenizarmos nosso amigo e colega, desejamos que, na presidência dessa Organização Internacional dos Jornalistas, esteja também refletindo esses novos ares de democratização que varrem o nosso planeta. Muito obrigado.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Quero agradecer aos nobres colegas a manifestação de apoio ao repúdio por mim manifestado com relação a essa exigência, se realmente for comprovada, de atestado de ligadura de trompas para as mulheres.

Nós mulheres, sabemos como é difícil conseguir emprego. Nós, mulheres, sabemos que somos sempre discriminadas, que exigem de nós sempre um trabalho maior. Nós, mulheres, sabemos, ao longo de muito anos de lutas, quanto é difícil batalhar no dia-a-dia, ir para o emprego, tomar conta da casa, cuidar do marido, ainda mais hoje em dia, com essa recessão toda que aí está.

Agora, se além dessa recessão tivermos ainda de enfrentar um teste de ligadura de trompas para conseguir um emprego, aí, sim, isso será o cúmulo do absurdo.

Portanto, acho louvável a sugestão do nobre Deputado Wasny de Roure de formarmos uma comissão para ir até à Viplan e verificar *in loco* se realmente essa exigência está sendo feita às mulheres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos graves problemas do Brasil é o desrespeito ao cidadão, tanto pelos órgãos públicos como pela iniciativa privada.

Brasília, evidentemente, não é exceção a essa regra.

Estou entregando hoje, à Mesa, projetos de lei que procura sanar uma dessas injustiças.

Trata-se da venda de passes de ônibus aos estudantes do Distrito Federal.

PROJETO DE LEI Nº 038, DE 1991 (Do Sr. Wasny de Roure)

Estabelece norma para a venda de passe estudantil pelas empresas de transporte coletivo do Distrito Federal.

Art. 1º O passe estudantil, vendido pelas empresas de transporte coletivo do Distrito Federal, terá sua validade de percurso garantida, mesmo após um aumento de preço da passagem, sem que haja necessidade de complementação do seu valor.

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O proprietário da empresa de transporte coletivo tem depositado em sua conta bancária, imediatamente após a venda do passe, seu montante do dia. E utiliza esse dinheiro como melhor lhe convém.

Muitos passes são utilizados um mês após a sua compra, ou seja, o empresário recebe do usuário bem antes de prestar o serviço pelo qual é pago.

Quando se compra uma passagem de avião, ela tem validade por um ano. E, no Brasil, certamente seu valor terá sido alterado mais de uma vez nesse período.

Da mesma forma, quando se adquire um selo na Empresa de Correios e Telégrafos relativo a, por exemplo, o primeiro porte, sua validade permanecerá para sempre, independente do custo do selo para o primeiro porte no momento de sua utilização.

Além do mais, a venda de passes no seu total não representa mais que 8% da demanda de passagens no Distrito Federal.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

Deputado Wasny de Roure

Para se habilitar a comprar o passe estudantil, o aluno tem de entregar uma declaração do estabelecimento de ensino em que estiver matriculado, comprovando a frequência, juntamente com duas fotografias 3x4.

Isso lhe dará direito a receber o número de passes suficiente para ir de sua residência à escola e voltar, durante o período de um mês.

O que não está correto no procedimento é que, toda as vezes que o preço da passagem é aumentado, o aluno terá que complementar seu valor, na roleta do ônibus ou dirigindo-se ao posto de venda da empresa para trocar o passe velho pelo novo com a relativa complementação pecuniária.

O proprietário da empresa de transporte coletivo, ao vender os passes, utiliza de imediato o dinheiro da maneira que melhor lhe convém.

O estudante, quando compra o passe, paga adiantado por um serviço que, muitas vezes, será recebido um mês depois.

Se, nesse ínterim, o preço do passe for aumentado, o valor pago no momento da compra, aplicado ao bel-prazer, representará o mesmo valor, ou provavelmente mais, que o de novo preço da passagem.

E, se o estudante paga menos pelo valor da passagem, isso não significa nenhuma benesse por parte dos proprietários das empresas, já que a diferença está incluída no preço da passagem paga pelo usuário comum.

Além do mais, dos cerca de 19 milhões de usuários de ônibus por mês no Distrito Federal, somente por volta de 8% utilizam o benefício do passe.

Sr. Presidente, colegas Deputados, quando se compra uma passagem de avião, ela tem validade por um ano. E, no Brasil, certamente seu valor terá sido alterado mais de uma vez nesse período.

Da mesma forma, quando se adquire um selo na ECT relativo ao primeiro porte, por exemplo, sua validade permanecerá para sempre independentemente do custo do selo para o primeiro porte no momento de sua utilização.

Muito coisa terá de ser revista no transporte coletivo do Distrito Federal. Isso é apenas o começo.

Temos certeza de que esse projeto corrigirá uma injustiça, que para muitos poderá ser considerada pequena, mas que, para os um milhão e quinhentos mil usuários mensais do passe estudantil, é significativa.

Sr. Presidente, acredito que esse projeto, que foi amplamente discutido com os estudantes, tanto de nível superior como de nível médio, vem atender a uma reivindicação sobretudo da classe trabalhadora.

Ouçó o nobre companheiro José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Nobre Deputado Wasny de Roure, V. Exa. não sabe com que alegria estou recebendo essa sua proposição. Também eu tenho duas crianças que estudam e têm de usar o passe escolar. Por diversas vezes tive de ir comprar o passe escolar lá na Viação Pioneira, e posso aqui declarar aos companheiros que é uma punição, uma humilhação para os nossos filhos. As empresas sujeitam os usuários a imensas filas, quando da entrega da declaração da escola. Depois de 48 horas, têm eles de voltar lá e enfrentar nova fila apenas para saber se realmente foi aceita aquela declaração. Não basta o carimbo da escola, naquela hora para que se compre o passe. É necessário que a empresa faça uma pesquisa, o que só serve para atrapalhar, para prejudicar, para humilhar aqueles alunos que têm de se deslocar de suas casas para postos distantes, a fim de comprar passe. V. Exa. não sabe a alegria com que ouço essa sua proposição no sentido de alterar completamente a sistemática atual e colocar um basta nessa impostura de parte das empresas de transportes coletivos, que colocam nossa classe estudantil à mercê de suas imposições,

sem nenhuma defesa, V. Exa. tem todo o meu apoio e o parabenizo pela iniciativa.

O SR. WASNY DE ROURE — Ouço o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Realmente, nobre Parlamentar, V. Exa. tocou num ponto essencial e de muita oportunidade para a situação vigente no País, e de maneira especial em Brasília, dado que a Constituição reza que é dever do Estado dar livre acesso e assistência aos cursos primário e secundário. Como podemos dizer que é interesse do Estado cumprir esse seu dever, se leva o estudante a passar por essa situação vexatória, que foi relatada pelo companheiro, de o aluno ter de passar por baixo da roleta dos ônibus para não pagar a passagem? Gostaríamos de enriquecer a sua proposta. Por que não liberar de uma maneira criteriosa a venda de passes? Isso vai ao encontro, inclusive, da liberdade de escolha dos estabelecimentos, independentemente da distância da residência da família ao colégio. É preciso dar definitivamente isenção de pagamento, para que o aluno possa frequentar o colégio que quiser e auferir um benefício econômico, um exíguo retorno para seus pais, geralmente se trata de alunos de classe média-inferior. As classes média-alta e superior não têm necessidade de se submeter à situação vexatória de frequentar tantas filas e depois receber um «não», porque falta uma assinatura ou um número, quando bastaria a carteira de estudante para obrigar a gratuidade do passe escolar ao estudante do primário e do secundário. Obrigado.

O SR. WASNY DE ROURE — Sr. Presidente, encerrando o meu discurso passarei a ler o artigo central desse projeto, que diz:

«O passe estudantil, vendido pelas empresas de transporte coletivo do Distrito Federal, terá sua validade de percurso garantida, mesmo após aumento de preço da passagem, sem que haja necessidade de complementação do seu valor.»

Este projeto poderá significar uma concretização do discurso por melhores condições de estudo e de acesso à escola. Naturalmente, o meio de transporte é um instrumento básico para que o estudante tenha acesso, de fato, à educação, que será na própria escola pública ou na escola particular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Convido o Deputado Carlos Alberto a ocupar a tribuna.

Dando continuidade ao Grande Expediente, convido o Deputado Agnelo Queiroz a ocupar a tribuna.

Não havendo mais oradores, comunico aos Srs. Deputados que a próxima sessão se realizará amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 30 DE JANEIRO DE 1991

ABERTURA

PEQUENO EXPEDIENTE

COMUNICADOS DA MESA

- Requerimento, de autoria dos Líderes Partidários, que «Solicita à Mesa Diretora que durante o período de 11 a 15 de fevereiro não se realizem sessões nesta Casa».
- Requerimento de 1991 que «Solicita urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 035/95, que cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do DF, do Quadro de Pessoal da Fundação do DF, e dá outras providências».

COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PCB

- Referência ao ofício encaminhado ao Sr. Governador do DF, solicitando a integração de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Instituto Brasileiro de Estudos Rurais e da Associação Brasileira de Reforma Agrária à Comissão de Regularização Fundiária do DF.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, em nome da Bancada do PT

- Manifestação de repúdio à fundação e registro da entidade representativa dos funcionários desta Casa.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE, em nome da Bancada do PTR

- Manifestação de apoio ao pronunciamento da Deputada Lúcia Carvalho nesta sessão.

DEPUTADA MARIA DE LOURDES ABADIA, em nome do PSDB

- Apresentação da relação dos Deputados Distritais que compõem a Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente.

COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PC do B)

- Solicitação de urgência na tramitação do projeto de lei que «Determina à Fundação Hospitalar do DF compensar os dias de serviço não prestados em função de greve», e defesa da apresentação de projeto, por esta Casa, que garanta a liberação de servidores no exercício de cargo eletivo.
- Apresentação de projeto de lei que «Trata do reajuste dos preços do serviço de transporte coletivo do DF, e dá outras providências».

DEPUTADO AROLDO SATAKE (PDS)

- Pronunciamento em defesa da agricultura irrigada.
- Aviso do não comparecimento do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Dr. Newton de Castro, na reunião da CAS, a realizar-se amanhã, nesta Casa.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PDT)

- Apresentação de projeto de lei que «Estabelece passe livre para os alunos da área rural do DF e do Entorno que estudam na rede oficial de ensino».
- Solicitação da prorrogação do prazo de pagamento do IPVA, devido aos erros cometidos pela Secretaria de Fazenda nos carnês.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Abordagem sobre o desenvolvimento de políticas agrícolas no Distrito Federal.
- Referência à desativação de supermercados da CNA e cobrança ao GDF de interferência na questão.

DEPUTADO EURÍPEDES CAMARGO (PT)

- Manifestação de apoio ao Projeto de Lei nº 29, de 1991, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que «Dispõe sobre a utilização de áreas abertas ao público para realização de reuniões no DF».

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PDT)

- Agradecimentos a Sra. Weslian Roriz pelo apoio aos deficientes que, a partir de agora, contarão com vagas exclusivas nos estacionamentos públicos e privados da cidade.
- Comentários sobre matéria veiculada na imprensa local, intitulada «Comerciante perde os olhos e acusa hospital».

ORDEM DO DIA

ITEM ÚNICO — Discussão e votação, em regime de urgência, do Projeto de Resolução nº 10, de 1991, de autoria do Deputado Benício Tavares, que «Proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa, e dá outras providências». APROVADO por votação simbólica.

GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PC do B)

- Registro da participação desse parlamentar no lançamento da campanha contra a recessão, promovida pela Central Única dos Trabalhadores — CUT, juntamente com partidos políticos e sindicatos.
- Justificação do projeto de lei, de sua autoria, que regula a política de reajuste dos preços dos transportes coletivos.
- Apresentação de requerimento de convocação do Sr. Secretário de Transportes do DF, para prestar informações sobre o Sistema de Transporte Coletivo do DF e os sucessivos aumentos nas tarifas cobradas à população.
- Apresentação de requerimento que solicite ao GDF documentos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PL)

- Pronunciamento sobre a proposta de programa de industrialização para o Distrito Federal, preparada pela Federação das Indústrias.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE (PTR)

- Comentários sobre matérias veiculadas no Jomal Bsb-Brasil sob os títulos «Manoelzinho pode ser o Relator do Regimento», «Idéia Infeliz» e «CUT pede sala para se instalar na Câmara».

DEPUTADO TADEU RORIZ (PSC)

- Explanação sobre a importância da implantação do metrô de superfície no Distrito Federal.
- Referência à declaração do Deputado José Genuíno, do PT, publicada no «Correio Brasileiro» de hoje.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PST)

- Considerações sobre o funcionamento desta Casa Legislativa.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Registro da visita do Deputado Wilmar Rocha, do Estado de Goiás, a esta Casa.

ENCERRAMENTO

Ata da 18ª Sessão Ordinária, em 30 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Tadeu Roriz

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Benício Tavares, Pedro Celso

Às 15 horas e 05 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

— Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
— Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
— Deputado **Benício Tavares** (PDT)
— Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
— Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
— Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
— Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
— Deputado **Fernando Naves** (PDC)
— Deputado **Geraldo Magela** (PT)
— Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
— Deputado **Padre Jonas** (PDT)
— Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
— Deputado **José Edmar** (PSL)
— Deputado **José Ornellas** (PL)
— Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
— Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
— Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
— Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
— Deputado **Pedro Celso** (PT)
— Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
— Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
— Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
— Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
— Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —

Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado Benício Tavares a assumir a Secretaria.

Não há expediente sobre a mesa.

Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

1. Agnelo Queiroz
2. Aroldo Satake
3. Edimar Pireneus
4. Eurípedes Camargo
5. Wasny de Roure
6. Benício Tavares

Convido a ocupar a tribuna o nobre Deputado Agnelo Queiroz

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou referir-me a alguns projetos que estão na Ordem do Dia.

Em primeiro lugar, solicito urgência no encaminhamento de um projeto de lei de autoria do Executivo que estava na Comissão do Distrito Federal, no Senado, e foi remetido à Câmara Legislativa.

Trata-se de assunto da maior importância, porque, a princípio, faz parte de um acordo firmando entre o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde e o Governo do Distrito Federal, que determina à Fundação Hospitalar do Distrito Federal compensar os dias de serviço não prestados em função da greve e dá outras providências. A greve aconteceu em setembro, portanto, urgentemente esse projeto deve ser votado, sob pena de seus efeitos não se concretizarem.

O pedido de urgência necessitaria de seis assinaturas, no entanto, quinze Deputados o assinaram. Seguramente, se eu o tivesse apresentado a outros Deputados, também o teriam assinado. É preciso, portanto, autorização da Fundação Hospitalar do Distrito Federal para que o acordo seja cumprido. Encaminho esta proposição à Mesa com as devidas assinaturas.

Outro projeto, Sr. Presidente, trata da liberação de servidores do Distrito Federal no exercício do mandato nas diretorias das entidades sindicais. Nesse período, há na verdade, uma ofensiva, no Governo do Distrito Federal, visando a envolver as entidades dos servidores públicos que têm enorme tradição de luta. Algumas entidades com dez, quinze anos são representadas não só no Distrito Federal, como em todo o Brasil.

Acho oportuno que a Câmara Legislativa entenda que o servidor pode manifestar-se e organizar-se livremente, consoante a Constituição Federal, e apresente um projeto que

garanta a liberação de servidores no exercício de cargo eletivo, sem perder suas prerrogativas normais.

Sr. Presidente, vou apresentar um projeto, para o qual chamo a atenção dos Deputados, porque diz respeito ao interesse de toda a população do Distrito Federal, principalmente a mais carente.

O projeto trata do critério de reajuste dos preços do serviço de transporte coletivo no Distrito Federal, e dá outras providências. Isto porque fomos surpreendidos, mais uma vez, por outro aumento abusivo dos preços das passagens de ônibus no Distrito Federal, e, seguramente, toda a população está ansiosa para ver uma resposta, desta Casa, com relação a atitude dessas empresas, para com o nosso povo.

O projeto diz o seguinte:

«Art. 1º O reajuste das tarifas dos serviços do transporte coletivo do Distrito Federal não poderá exercer ao percentual máximo estabelecido pelo Governo Federal para os reajustes do salário mínimo;

Art. 2º O reajuste previsto no artigo anterior só entrará em vigor três meses após o último reajuste de tarifas concedido;

Parágrafo único. Existindo mais de um reajuste do salário mínimo no período de três meses, será adotado como parâmetro, para o reajuste das tarifas, o menor percentual estabelecido pelo governo federal para o salário mínimo.

Art. 3º Fica o Poder Executivo obrigado a enviar à Câmara Legislativa, para apreciação e decisão em plenário, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, o percentual pretendido para novo valor das tarifas, acompanhado das planilhas de custo, resoluções e informações detalhadas que justifiquem o reajuste;

Art. 4º A Câmara Legislativa do Distrito Federal deve equipar-se para executar, mensalmente, a partir dos próximos 60 (sessenta) dias, auditoria em todo o Sistema de Transporte Coletivo Urbano do Distrito Federal;

Art. 5º As empresas permissionárias e concessionárias do transporte coletivo urbano do Distrito Federal ficam obrigadas a recolher diariamente ao Caixa Único o valor arrecadado na venda de passagens;

Art. 6º O Governo do Distrito Federal fica obrigado a descontar, em todos os acertos periódicos para pagamento às empresas dos serviços prestados, os débitos das empresas permissionárias com o Caixa Único.

Parágrafo único. As empresas permissionárias citadas no *caput* deste artigo só poderão receber qualquer tipo de pagamento nos acertos periódicos após terem quitado o volume total do débito que tiverem com o Caixa Único.

Art. 7º Fica criada a Tarifa Especial de Transporte pela qual, fora do horário de pico, o usuário pagará a metade do valor da tarifa normal;

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se horário de pico o período das 7:00 às 9:00 (sete às nove) horas, das 11:00 às 14:30 (onze às quatorze e trinta) horas e das 17:30 às 19:30 (dezessete e trinta às dezenove e trinta) horas;

§ 2º Aos passageiros que pagarem a Tarifa Especial com o Vale Transporte, será devolvido troco em moeda corrente;

§ 3º A Tarifa Especial de Transporte tem validade nas linhas de ligação e nas linhas circular do Plano Piloto e das Cidades Satélites;

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.»

Sr. Presidente, gostaria de, no Grande Expediente, apresentar a todos os Deputados a justificativa deste projeto de lei, trazendo novos dados relacionados ao problema do transporte coletivo.

Tenho confiança em que esta Casa dará um basta, porque o nosso povo está engasgado com o nível de mesquinha praticada contra os usuários — oitocentos mil passageiros/dia — que sofrem na mão de meia dúzia de empresários dos transportes coletivos.

Esta Casa é depositária das esperanças da nossa população neste aspecto, pois diz respeito ao seu interesse.

Por isso, eu gostaria que os companheiros Deputados aprovassem este projeto. No próximo horário do Grande Expediente, pretendo ocupar a tribuna para dar mais detalhes sobre a justificativa desta proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Aroldo Satake.

O SR. DEPUTADO AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a terra e a água, um casamento perfeito, cujos frutos são de fundamental importância à nossa sobrevivência, precisam receber maior atenção de nossa parte, antes que a abundância se transforme em escassez, pelo exagero na exploração da terra e o desperdício no uso da água.

Visando a lucros altos e imediatos, são muitas as atividades que vêm transformando terras, antes férteis e próprias para toda e qualquer cultura em campos áridos e futuros desertos. A utilização da água sem nenhuma racionalização, bem como o desperdício que se observa na utilização secundária, podem prejudicar sensivelmente o atendimento das necessidades básicas da nossa população num futuro muito próximo, se não forem tomadas medidas que disciplinem a exploração dos recursos hídricos, que, particularmente no Distrito Federal, não são abundantes, apesar de localizar-se em nosso território um dos mais extraordinários fenômenos hidrográficos do mundo, as águas emendadas: de uma mesma nascente formam rios que atingem os extremos do continente sul-americano, através da Bacia Amazônica e da Bacia do Prata.

Um exemplo típico de como não explorar a terra e a água sem critérios, nos chega das duas maiores potências mundiais, os Estados Unidos e a União Soviética. No primeiro, no Aquífero de Ogala, fincado no Estado de Nebraska e vizinhanças, as lavouras irrigadas exploram de tal forma os recursos hídricos da região que hoje, além de uma queda substancial na produção e produtividade das lavouras, se verifica um processo acelerado de erosão e perda de camadas férteis do solo. A gravidade do problema é tal que o Congresso Americano, entre muitas proposições para a solução do problema, discute a simples suspensão das atividades agrícolas na região, mesmo à custa do desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores.

Na União Soviética, numa região contígua do Mar de Aral, ao Sul do País, o uso indisciplinado da água bombeada dos rios e lagos para a irrigação das lavouras, nos últimos trinta anos, levou o Mar de Aral a perder 40% de sua extensão, criando uma imensa planície salinizada e desertificando as regiões próximas com as nuvens de poeira salgada levadas pelo vento até 500 quilômetros de distância. As conseqüências são desastrosas: a pesca industrial perdeu 50 mil toneladas anuais; nada menos que 140 espécies de animais foram extintas; a taxa de mortalidade infantil multiplicou-se por três; a temperatura, no inverno, passou de 25 para 50 graus negativos, e no verão subiu de 35 para 50 graus; o volume da água baixou de 1.100 para 650 quilômetros cúbicos.

No Brasil, as possibilidades de desastres ecológicos com prejuízos irreversíveis estão sendo denunciadas diariamente por associações e entidades que se dedicam à defesa do meio ambiente, através da imprensa. A agricultura no Sul-Sudeste, as lavouras do Centro-Oeste e os desmatamentos no Norte do País precisam ser urgentemente reorientados para a preservação ecológica, para que, a médio prazo, o brasileiro não tenha diminuída a sua qualidade de vida.

No Distrito Federal, a irrigação tem significativa participação na produção e produtividade da agricultura, mas a escassez dos recursos hídricos merece um estudo mais apurado deste processo, para não se permitir o prejuízo de outros setores, principalmente as necessidades básicas da população. Também merece uma severa fiscalização o uso secundário do precioso líquido, pois é muito comum o desperdício nas atividades não-essenciais, como a jardinagem, a lavagem de carros, a limpeza de áreas privadas, os clubes sociais e outras.

As Secretarias de Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia e a de Agricultura e Produção, em portaria conjunta, vão promover uma ação destinada a fixar critérios para a concessão de uso da água, as formas de utilização, os padrões de equipamentos de aspersão, visando ao uso racional das disponibilidades hídricas. É uma iniciativa que merece nosso apoio e cujos resultados devem orientar uma campanha de esclarecimentos à população, que, por sua vez, deve participar efetivamente da proteção dos nossos

recursos hídricos, para que não sejamos afetados por problema tão grave.

De nossa parte, estamos nos empenhando junto às comunidades agrícolas com quem nos identificamos no sentido de se antecipar um processo de economia de água nas irrigações das lavouras e no uso secundário do precioso líquido, o que solicito aos meus companheiros de câmara seja feito junto às comunidades e segmentos que representam.

Para se ter uma idéia mais clara da importância do problema, quero ainda observar que no ano 2000, seremos 225 milhões de pessoas no Brasil o que exigirá a duplicação da produção atual de grãos, alcançando, no mínimo, 150 milhões de toneladas nos próximos dez anos, o que somente será possível com a cultura irrigada.

O Brasil tem, atualmente, 2.500.000 hectares irrigados, o que representa somente 4% de área cultivada, mas responde por 16% da nossa produção global de alimentos, ou seja, a irrigação proporciona a quadruplicação desta produção.

Portanto, a solução para resolver a crise de produção de alimentos passa necessariamente pela agricultura irrigada.

Desejo ainda comunicar aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos que a presença do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Dr. Newton de Castro, marcada para a reunião de amanhã, foi adiada, por motivos pessoais, para uma próxima oportunidade. S. Exa. assumiu o cargo há pouco tempo e talvez ainda não tenha conseguido montar sua equipe. Estão faltando ainda alguns detalhes.

Era só o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, caros colegas Deputados, apesar de a Constituição Brasileira determinar que o ensino do primeiro grau é obrigatório para a população de sete a 14 anos, registra-se hoje, no País e no Distrito Federal em particular, um alto índice de evasão e repetência entre essa faixa etária. Segundo informações do próprio Ministério da Educação, na década de 80 verificou-se que, de cada 1.000 crianças matriculadas na primeira série do primeiro grau, apenas 170 chegaram ao fim da educação básica.

Entre as causas já exaustivamente pesquisadas, é inevitável que se desemboque no modelo educacional atualmente em vigor no País, desvinculado da realidade sócio-econômica brasileira, e na situação sócio-econômica dos próprios alunos. No caso específico do Distrito Federal, do qual nos devemos ocupar em razão das nossas atribuições na Câmara Legislativa, essas causas passam, inevitavelmente, pelo baixo nível de renda familiar dos alunos e por diversos outros fatores, como a baixa remuneração

ração dos professores, a falta de material, o número insuficiente de salas de aula, entre outras.

Na área rural a situação se agrava com as condições sócio-econômicas dos alunos, pertencentes a famílias de renda insuficiente e obrigados a entrar prematuramente na força de trabalho. Verificamos, na área rural, que uma das causas principais de evasão escolar é a falta de recursos do aluno para as despesas com o transporte até a escola e para o material escolar. Grande parte das escolas rurais oferece o primeiro grau apenas até a quarta série e, para completar o curso, os estudantes têm de enfrentar quilômetros a pé, pois não possuem o dinheiro para pagar o ônibus. Verificamos que o transporte existe, mas, com as dificuldades impostas pela falta de recursos financeiros, o aluno acaba se cansando de enfrentar a escola a pé e desiste do curso.

Para solucionar esta situação, e tendo em vista o breve início das aulas, apresento hoje projeto de lei estabelecendo o passe livre para os alunos da área rural do Distrito Federal e do Entorno que estudam na rede oficial de ensino, garantindo essa gratuidade em todos os ônibus coletivos, nos deslocamentos de suas residências até a escola, qualquer que seja a localização, e vice-versa. Tenho certeza de que esta medida beneficiará não apenas o filho do trabalhador rural, o principal prejudicado pelas dificuldades de acesso à escola, como também os filhos dos pequenos e médios produtores rurais. Facilitando o acesso à escola, estaremos contribuindo para que novas perspectivas se abram para o aprimoramento da mão-de-obra, da tecnologia e do desenvolvimento do setor rural.

Tenho certeza também de que esta representa, apenas uma, entre uma série de muitas medidas que devem ser tomadas para fazer com que o ensino público volte a ter a necessária prioridade no Distrito Federal, como ocorreu no início da década de 60, quando grandes educadores do País, entre os quais Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, projetaram para Brasília a educação modelo, voltada para a construção da cidadania e para o bem-estar social.

Vamos trabalhar para que a década de 90 devolva ao Distrito Federal a posição de liderança no ensino-padrão.

PROJETO DE LEI Nº 040, 1991

(Do Sr. Edimar Pireneus)

Estabelece passe livre para os alunos da área rural que estudam na rede oficial de ensino.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Os alunos da rede oficial de ensino que residem na área rural do Distrito Federal e Entorno, gozarão do passe livre em todos os ônibus coletivos, nos deslocamentos de suas residências até as escolas e vice-versa.

Parágrafo único. Para usufruírem deste direito os alunos deverão estar uniformizados e portar carteira de identidade específica.

Art. 2º O Poder Executivo, via Secretaria de Educação, baixará normas, no prazo de 30 (trinta) dias, que disciplinarão as expedições das carteiras de identidade para os fins a que se refere o caput do Art. 1º.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Os alunos residentes na área rural do DF e entorno percorrem uma distância que varia de 3 a 6 quilômetros, para terem acesso à escola de 2º grau.

A maior parte dos estabelecimentos oficiais de ensino do Distrito Federal e entorno, existentes na região rural, só dispõem do 1º grau, e em grande parte até a 4ª série e pouquíssimos até a 8ª série.

Os filhos dos pequenos e médios produtores rurais, sendo como são de parcas rendas, ficam sem os meios necessários para o pagamento de seus passes escolares, o que tem proporcionado a evasão das escolas.

Com esta situação estes alunos ficam impossibilitados de ingressarem ao ensino do 2º grau e à universidade.

Facilitar, incentivar e garantir o acesso à escola é dever do Estado, assim, como bem assegura a Constituição em seus artigos:

«Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I — Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;»

A permanência na escola é necessária para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e, ademais, é um direito assegurado em nossa Carta Magna, destarte, estou certo que merecerá aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sala das Sessões em 24 de janeiro de 1991.

Edimar Pireneus
Deputado Distrital

Sr. Presidente e demais companheiros, tenho outro assunto a abordar.

O recolhimento do imposto de propriedade de veículos automotores — IPVA tornou-se um problema para muitos contribuintes.

Grande parte dos proprietários de veículos não recebeu seus carnês para pagamento das taxas, e outra parte recebeu seus carnês com o valor errado.

Isso, Sr. Presidente, tem acarretado um verdadeiro tumulto, dado o grande número de pessoas que estão sendo obrigadas a procurar os postos de atendimento da Secretaria da Fazenda. Por outro lado, o número de funcionários para o atendimento ao público é insuficiente.

A responsabilidade pelo não-recebimento dos carnês pelos contribuintes em suas residências e, pelos erros nos mesmos é da Secretaria da Fazenda.

Por isso, requeiro a V. Exa. que seja encaminhado pedido urgente ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido da prorrogação do prazo de pagamento do IPVA para que todos os proprietários de veículos automotores tenham condições de pagá-lo sem multa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros de luta, o desenvolvimento econômico na América Latina e no Brasil se deu sem o imprescindível desenvolvimento social para as grandes camadas de trabalhadores. Estes ficaram à margem do crescimento econômico. A agudização da crise econômica mundial, hoje amplamente discutida, em função do seu agravamento pela guerra no Golfo Pérsico, a hiperconcentração de renda, a exportação de capitais, faz com que sejam ampliados a cada dia os segmentos miseráveis e famintos da sociedade brasileira. A própria classe média vem empobrecendo, perdendo sua capacidade de compra e questionando a competência dessa economia para assegurar-lhe necessidades básicas, como saúde, habitação, educação e, essencialmente, alimentação.

A estrutura econômica foi montada em função do grande capital, multinacional e nacional, dos trustes e monopólios, gerando deformações sociais, carestia e essa permanente frustração da economia em abastecer e atender à enorme massa populacional que vive no limiar da sobrevivência.

Ao mesmo tempo, o Distrito Federal se insere numa região brasileira de abundantes recursos fundiários, onde o solo e o clima são propícios ao cultivo de produtos básicos, como feijão, arroz, milho, olerícolas, frutas, mandioca, etc., até com mais de uma safra por ano, necessitando apenas de incentivo e manejo adequado. Além disso, o Governo do Distrito Federal possui uma estrutura estatal invejável, dificilmente encontrada em outras regiões do País (CEASA, SAB, Fundação Zoobotânica, EMATER e BRB) que deveria ser melhor dinamizada, bem administrada e transformar-se em instrumento eficaz e decisivo no aumento da produção, apoio da comercialização e do abastecimento alimentar do Distrito Federal.

Mas, infelizmente, apesar de todas essas condições favoráveis, o Distrito Federal está entre as regiões metropolitanas brasileiras onde, em termos médios, o consumo de alimentos e a taxa de adequação em calorias e proteínas são os mais baixos do País. Isso ocorre pela pouca produção de alimentos tradicionais no Distrito Federal e na Região do Entorno, fazendo com que sejam maciças as importações de alimentos de outras regiões. Chegando estes extremamente onerados pelos fretes, intermediações e impostos. Dessa forma, a população do DF paga pela alimentação um dos maiores preços do País. Não é por outra razão que o DIEESE constatou, no mês de dezembro último, que o consumo alimentar de uma família-padrão no DF alcançou o valor de Cr\$ 22.506,00, correspondendo aproximadamente a 2,55 salários mínimos. Vejam, Srs. Deputados, quando se tem que 47% das famílias do DF não atingem a renda bruta familiar mensal de três salários mínimos, já dá para perceber como o povo desta Capital está se alimentando mal.

Outra situação paradoxal permeia o setor de abastecimento alimentar, ou seja, as camadas da população que detêm os menores salários, localizadas nos assentamentos, Cidades Satélites e Entorno, pagam mais pelo alimento consumido do que as populações de renda mais elevada, residentes no Plano Piloto, Lago Sul e Norte, onde existem os grandes supermercados privados. Os Supermercados privados se concentram onde o nível de renda é elevado. Os assentamentos, Cidades Satélites e o Entorno, são abastecidos pelo pequeno varejo, tendo precária e insuficiente assistência dos mercados da SAB ou de seus caminhões volantes. Ou seja, enquanto a população que ganha mais paga o preço de mercado por sua alimentação, a população mais pobre paga o preço da especulação pelos produtos que consome. Assim, a população de baixa renda consome cada vez menos, produtos de menor qualidade e menor variedade. Basta ver que em termos *per capita* a quantidade de alimentos ingeridos pela população caiu 38% e a quantidade de proteínas caiu 45%, entre 1975 e 1988. É realmente ruim a situação, Srs. Deputados, e ainda pior é que a tendência é essa situação se agravar. Na medida em que a recessão se amplia, cresce o número de desempregados e chegam a Brasília cerca de 100 famílias diariamente.

Diante desse quadro e da preocupante perspectiva da necessidade de alimentação do nosso povo, o papel do Estado, através da Secretaria de Agricultura, da SAB, CEASA, EMATER, Fundação Zoobotânica e do BRB, é imprescindível e essencial no desenvolvimento de políticas agrícolas, de distribuição, comercialização e abastecimento alimentar que supram em quantidade, qualidade e preço as demandas da população. Neste sentido, o Estado estará cumprindo seu real papel, que não é o de ter lucro contábil, mas sim lucro social. Dentro de uma visão humanizada e social, o Estado deve ocupar os espaços, fazendo com que se aproxime a produção de consumo, a mão-de-obra do trabalho, a cidade da natureza e do verde, através de um

Cinturão Verde de produção de alimentos e vegetais frescos. A produção de hortaliças e alimentos perecíveis deve ser a mais próxima possível dos centros de consumo e integrada aos planos de loteamento, de urbanização, de escolas e de creches. Deve-se ter atenção, em primeiro lugar, para a população de risco, que são as crianças, os idosos, as gestantes e as camadas populacionais de menor nível sócio-econômico.

O Distrito Federal deve priorizar culturas de características intensivas no que se refere à utilização do solo, a tratamentos culturais e, conseqüentemente, à mão-de-obra, em áreas rurais limítrofes das concentrações populacionais. Os incentivos para as grandes culturas devem ater-se às regiões do Entorno, pela alta disponibilidade de terra e recursos hídricos. Assim, serão atingidos os problemas fundamentais de custo de transporte, emprego e renda. Inclusive, priorizando culturas intensivas e criatórios de pequenos animais confinados, seriam criadas as condições de uso, em larga escala, de técnicas alternativas que invertam o atual impacto negativo das monoculturas no meio ambiente, para alterar o terrível processo de concentração e ociosidade fundiária e colocar o agricultor como sujeito do processo de desenvolvimento e agente direto do abastecimento alimentar. A efetivação dessa proposta deve dar-se conjuntamente com o Programa de Produção Planificada e ter permanente assessoria técnica da EMATER e destinação de recursos via BRB.

Quanto ao apoio na comercialização, faz-se necessária a ampliação do Programa de Compra Antecipada da Produção, através da SAB e da CEASA, apoiando a produção via recursos creditícios, garantia contra intempéries, incorporando no processo produtivo trabalhadores sem terra e os pequenos produtores do DF e do Entorno. Deve haver a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos (exigindo-se a participação do Governo Federal através da Companhia Nacional de Abastecimento — CNA), incentivo financeiro para constituição de *Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais e Varejistas*, abastecimento regular e facilitado de gêneros essenciais junto aos pequenos varejistas, destinação de áreas centrais das cidades satélites e do Plano Piloto para instalação de feiras do produtor rural para comercialização livre dos seus produtos, estruturação de centros de compras e beneficiamento próximo às regiões produtoras, incentivo à instalação de agroindústrias também nas regiões produtoras, reduzindo despesas de frete e excluindo intermediários responsáveis por maior encarecimento dos produtos.

Srs. Deputados, enquanto se constata a necessidade de maior intervenção do setor público em favor das camadas menos favorecidas, efetiva-se no DF a desativação de três supermercados, cinco mercados volantes e um armazém, da extinta COBAL, hoje de propriedade da Companhia Nacional de Abastecimento — CNA. O mais grave é que, após duas tentativas seguidas de alienar os referidos supermercados para a iniciativa privada, através de concorrência

pública, não apareceu nenhum comprador interessado. A comunidade do Cruzeiro reivindica a reabertura dos dois supermercados desativados no local, mas a preocupação da Direção da CNA é exclusivamente de seguir orientações insustentáveis e demográficas do Governo Federal, pretendendo demitir mais 2000 funcionários dos seus quadros especializados em abastecimento, sendo aproximadamente 500 servidores de sua sede em Brasília. Isto, após demitir quase 6000 servidores em todo o País. Temos, então, exemplo do resultado de uma política desastrosa que gera desemprego, desespero e perda de renda ainda maior na sociedade Brasiliense. É hora de o Governo do Distrito Federal interferir neste processo, assumindo os supermercados desativados, os mercados volantes e colocando a Sociedade de Abastecimento de Brasília — SAB, ao lado do consumidor, fazendo com que esta se volte para a sua real função reguladora de preços e abastecimento de gêneros essenciais.

Dentre as necessidades consideradas mínimas, ou seja, alimentação, habitação, saúde e educação, a mais geral e imprescindível é a alimentação. Vinculada a uma política geral de superação da pobreza, a ação do Estado em programas de combate à fome se torna imprescindível, sob pena de comprometer seriamente a vida.

Para que haja Justiça! É o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós, Deputados eleitos à primeira Câmara Legislativa, somos conscientes de que representamos o coroamento da grande luta pela autonomia política e administrativa do DF e do dever que é exercer nosso mandato e defendê-lo como a mais importante conquista democrática de nosso povo, que espera que a aperfeiçoemos através da Lei Orgânica, representativa de ordenamento legal que havemos de jurar e defender para o bem-estar de todos.

Por isso, Srs. Deputados, estranhamos o grande açodamento em se apresentarem projetos que até poderão chocar-se frontalmente com o que for definido naquele diploma constitucional, que há de ser elaborado também com a participação direta dos grandes segmentos sociais de nossa população, para o maior reforço de sua legitimidade e perene continuidade.

Sabemos que os problemas são graves, demandam soluções urgentes, e queremos imediatamente entrar no processo de elaboração de nossa Lei Maior, para, aí, sim, nos sentirmos seguros em nossa atividade de legislação ordinária, sem suspeita de trabalharmos em causa própria ou defendermos interesses subalternos.

O que mais estranhamos e repudiamos é que, depois de tantas lutas e conquistas democráticas, ainda apareçam autoridades que, em nome dessas liberdades, insistam em

governar através de atos elaborados em seus gabinetes de forma autoritária, teimando em afrontar-nos a todos.

Digo isso a propósito da reativação da Portaria nº 011, de 28/2/89, do Sr. Secretário de Segurança Pública do DF, que define locais abertos ao público e fixa logradouros vedados às manifestações populares. Na verdade, aquela portaria não define quais locais são abertos ao público; muito ao contrário, fixa todos em que é proibida a livre manifestação da vontade popular.

Não percebe o Secretário que, se agora S. Exa. volta ao Governo, este Governo tem legitimidade conferida pelo povo do DF, e certamente este povo não aprova mais atos ilegítimos.

Por isso, damos nosso integral apoio e louvor ao Projeto de Lei nº 029/91, da Deputada Lúcia Carvalho, que dispõe sobre a utilização de áreas abertas ao público para a realização de reuniões no DF.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 12 anos venho lutando pelo direito fundamental de todo cidadão, o direito de ir e vir.

Estive há poucos momentos com a Primeira Dama do Distrito Federal, Sra. Weslian Roriz, para relatar-lhe algumas das nossas dificuldades e pedir-lhe o apoio necessário para revertermos determinadas condições aqui em Brasília.

Hoje, vejo nos jornais da cidade matéria intitulada: «O deficiente ganha vaga em área pública do DF», a qual garante que em todos os estacionamento públicos e privados da cidade, de teatro, cinema, restaurante e hospitais, os deficientes contarão, a partir de agora, com vagas exclusivas.

A Primeira Dama também orientou o Sr. Secretário de Segurança Pública no sentido de que nesses locais sejam instaladas rampas para possibilitar o acesso de pessoas portadoras de deficiências.

Sinto-me gratificado, porque há 12 anos estou lutando por isso. Vejo que a nossa cidade, a partir de agora, poderá tornar-se um exemplo para todos os governantes, para Deputados e Senadores que aqui habitam, fazendo com que eles levem essas sugestões aos mais longínquos recantos do nosso País.

Deixo aqui meu agradecimento à Primeira Dama, D. Weslian.

Ao mesmo tempo em que faço um agradecimento, desejo também denunciar matéria veiculada nos jornais da nossa cidade, intitulada «Comerciante perde os olhos e acusa hospital».

O nobre Deputado e colega Edimar Pireneus solicitou a presença nesta Casa do Secretário de Saúde, Deputado Jofran Frejat, para que S. Exa. esclareça a morte da meni-

na Letícia, de apenas 2 anos, no hospital de Brazlândia, causada por infecção.

Apelo no sentido de que seja apurada também essa denúncia veiculada no «Correio Braziliense», segundo a qual o comerciante Genival Ribeiro, de 23 anos, foi levado ao Hospital de Base com um pequeno ferimento a bala, perto dos olhos, perdendo, assim, a visão. Acredito que poderemos apurar esses fatos, a fim de resgatar o direito que tem qualquer pessoa de procurar o serviço médico público, tão necessário na nossa cidade, e ser bem atendido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passaremos, em seguida, às

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta manhã enviei ao Sr. Governador Joaquim Roriz ofício solicitando que sejam integrados à Comissão de Regularização Fundiária do Distrito Federal representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Instituto Brasileiro de Estudos Rurais — IBER, e da Associação Brasileira de Reforma Agrária — Seção DF. Como sabemos, a referida Comissão, recentemente criada, e que conta com representantes, entre outros organismos, da Fundação Zoobotânica e do INCRA, terá papel fundamental para efetuar um completo levantamento da situação fundiária local, o que muito contribuirá para as ações de governo e para os trabalhos legislativos desta Casa.

Apesar de contar oficialmente com 31 anos, Brasília já vem experimentando o agravamento da questão fundiária. Grande parte das terras públicas foi cedida a terceiros sem critérios muito bem definidos, e hoje, ao invés de estar voltada para sua função precípua, que é produzir, acabou destinada apenas ao lazer e à própria especulação. Ao mesmo tempo, opera-se uma forte concentração das terras sob domínio privado, a mesma tendência verificada a nível nacional. O Instituto Brasileiro de Estudos Rurais — IBER, recorrendo ao cadastro do INCRA, chega a alguns dados preocupantes: 7% dos 6.000 proprietários de imóveis no Distrito Federal possuem uma área estimada em 154 mil hectares, perfazendo 68% de todas as terras que não estão sob o domínio do GDF. Ou seja, aos poucos começam a formar-se ao nosso redor grandes latifúndios, muitos deles improdutivos.

A meu ver, a presença na Comissão de Regularização Fundiária de representantes de entidades vinculadas aos interesses dos trabalhadores rurais e à discussão do tema «reforma agrária», antes de tudo, é uma questão de justiça. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o IBER e a ABRAS-DF têm-se constituído, ao longo dos anos, em verdadeiros

esteios dos interesses do povo de Brasília, quando a discussão é sobre produção agrícola, uso de terras públicas e política de arrendamento. Acredito que estas três entidades possuem história e experiência suficientes para dar grandes contribuições a uma política de regularização fundiária do Distrito Federal.

Peço o apoio dos demais companheiros e colegas desta Casa, Sr. Presidente, e também um contato com o Sr. Governador, no sentido de que essa Comissão de Regularização Fundiária do Distrito Federal seja fortalecida com a presença dessas três entidades representativas da nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, ocupo este espaço das Comunicações e Lideranças para dizer que eu e a nossa bancada nos sentimos indignados com o fato agora divulgado — e do qual acho que todos tomaram conhecimento: a fundação e o registro de uma entidade representativa dos funcionários da Casa, já publicado no «Diário Oficial» do Distrito Federal.

Isto para mim é a pérola do peleguismo, porque é do conhecimento de todos que os nossos funcionários têm-se reunido para esboçar uma entidade com essa finalidade, e foram tomados de surpresa quando descobriram que no dia 2 de janeiro de 1991 os Srs. Armando Lopes Martins e Gilvan Ramos de Oliveira — depois, temos de saber a qual gabinete ou a quem servem — registraram um sindicato em nome dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Peço à Mesa, inclusive, que nos forneça informações sobre essas duas pessoas, Armando Lopes Martins e Gilvan Ramos de Oliveira, se são funcionários da Casa e para quem trabalham, porque nós, o PT e a CUT, repudiamos esse comportamento, que se configura, repito, como a pérola do peleguismo.

O que apoiamos é aquilo a que assistimos na semana que passou — nossos funcionários chamando outros funcionários para, juntos, discutirem, a médio prazo, a criação de uma associação para defender seus interesses.

Peço a solidariedade de todos os colegas no sentido de que repudiem a criação de uma entidade fantasma. E vamos tratar de detectar quem são esses dois funcionários que, em nome do corpo de funcionários da Casa, oficializaram esse sindicato.

Da nossa parte, já estamos orientando os servidores que quiserem impetrar mandado de segurança para que procurem os meios legais de impedir que essa entidade se concretize, pois não teve a participação de nenhum dos nossos funcionários — a menos que eu esteja redondamen-

te enganada e desinformada. Mas, pelo que conheço de todos aqui, não iriam eles incentivar esse tipo de abuso e de arbitrariedade.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, apresento meu protesto à atitude desses dois funcionários, que sequer conheço.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Manoel de Andrade, para uma comunicação de liderança.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero aliar-me à Deputada Lúcia Carvalho, pois realmente acho um absurdo fundar um sindicato antes que exista a categoria que ele vai representar. É o cúmulo do absurdo. Acho que fundação de sindicato depende única e exclusivamente do desejo da categoria. Concorde com V. Exa., Deputada Lúcia Carvalho: não se pode criar sindicato de funcionários da Casa sem a participação dos trabalhadores aqui do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, passo às mãos de V. Exa., para conhecimento da Mesa, a relação dos Deputados Distritais que compõem a Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente.

O.I. Nº 04/91-GD

Brasília, 30 de janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento, a relação dos Deputados Distritais que compõem a Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente.

Na oportunidade, informo que este grupo tem caráter informal, suprapartidário e defende as causas ambientais no Distrito Federal.

Com a certeza do apoio de Vossa Excelência, aproveito para apresentar meus protestos de elevada estima e particular consideração.

Maria de Lourdes Abadia
Deputada Distrital

Exmo. Sr.

Dr. Salviano Guimarães

DD. Presidente da Câmara Legislativa do DF

NESTA

FRENTE PARLAMENTAR DE DEFESA
DO MEIO AMBIENTE

DISTRITO FEDERAL

Nesta data 10/01/1991 — Os Deputados Distritais abaixo relacionados constituem a Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente no Distrito Federal.

A mesma tem caráter informal, suprapartidário, com o compromisso de defender as causas ambientais.

Brasília, 10 de janeiro de 1991.

Maria de Lourdes Abadia — PSDB

Edimar Pireneus — PDT

Benício Tavares — PDT

Aroldo Satake — PDS

Lúcia Carvalho — PT

Tadeu Roriz — PSC

Rose Mary Miranda — PTR

Gilson Araújo — PTR

Maurílio Silva — PTR

Fernando Naves — PDC

José Edmar — PSC

Cláudio Monteiro — PRP

Agnelo Queiroz — PC do B

Geraldo Magala — PT

Eurípedes P. de Camargo — PT

Carlos Alberto L. Torres — PCB

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Há sobre a mesa requerimento dos Srs. Líderes partidários. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

O SR. SECRETÁRIO (Benício Tavares) — Requerimento à Mesa Diretora:

«Nos termos da letra «b» do parágrafo único do art. 154 do Regimento Interno, os líderes de partidos e blocos partidários solicitam à Mesa Diretora que durante o período de 11 a 15 de fevereiro não se realizem sessões nesta Casa. Assinam os Deputados: Peniel Pacheco, Manoel Andrade, Fernando Naves, Jorge Cauhy, Lúcia Carvalho e Padre Jonas.»

REQUERIMENTO Nº 031/91

À Mesa Diretora,

Nos termos da letra «b» do parágrafo único do Art. 154, do Regimento Interno, os Líderes de Partidos e Blocos Partidários solicitam à Mesa Diretora que, durante o período de 11 a 15 de fevereiro, não se realizem Sessões nesta Casa.

Brasília, 30 de janeiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Ordem do Dia. Votação, em regime de urgência, de projeto de autoria do Deputado Benício Tavares. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

O SR. SECRETÁRIO (Benício Tavares)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010 DE 1991
(Do Deputado Benício Tavares)

Proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa e dá outras providências.

Art. 1º É proibido portar arma de qualquer espécie, em todas as dependências da Câmara Legislativa.

Parágrafo Único — O disposto neste artigo não se aplica quanto às pessoas que, por expressa imposição legal, só possam exercer as respectivas atividades profissionais, no âmbito da Câmara Legislativa, portanto armamentos, nem àquelas designadas para prestar segurança pessoal a autoridades nacionais ou estrangeiras, desde que, neste último caso, haja comunicação escrita com antecedência mínima de quarenta e oito horas, indicando o número e o nome dos servidores destacados para este fim.

Art. 2º Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* deste artigo, o infrator do disposto no artigo 1º terá sua arma apreendida, será lavrado auto de apreensão da arma, dando-se ciência ao presidente da Mesa, que adotará as providências legais pertinentes ao caso.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É prática comum em todos os Parlamentos a proibição de se portar arma no plenário, durante as sessões legislativas.

O Regimento Administrativo do Senado Federal proíbe, expressamente, o porte de arma em qualquer de suas dependências.

Considerando que esta Casa adotou o Regimento Legislativo do Senado como norma, até que se aprove o próprio, encarecemos aos colegas Deputados a concordância com os termos deste Projeto de Resolução, como medida preventiva, até que o nosso Regimento Administrativo estabeleça as normas sobre este assunto.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 1991.

Benício Tavares
Deputado Distrital
3º Secretário

REQUERIMENTO Nº 154/91

Nos termos do disposto no Artigo 336, alínea «b», do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência ao Projeto de Resolução nº 010/91, que «Proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências».

Sala das Sessões, em 18 de janeiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Esta Presidência designa o Deputado Cláudio Monteiro para emitir parecer oral.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PRP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, traz o projeto em sua justificativa que é prática comum em todos os Parlamentos a proibição do porte de armas em suas dependências. Entendemos ser a matéria preventiva, oportuna e justa. Portanto, somos de parecer favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Em discussão. (Pausa.)

Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a aprovação do presente projeto de resolução permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Grande Expediente:

1. Agnelo Queiroz
2. Jorge Cauhy
3. Manoel de Andrade
4. Tadeu Roriz
5. Geraldo Magela
6. Peniel Pacheco

Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou abordar, como anunciei no Pequeno Expediente, o estabelecimento de uma política de reajuste do preço dos transportes coletivos.

Antes, porém, até mesmo em homenagem a vários sindicalistas aqui presentes — o companheiro Presidente do «Sindicato», Luiz do Vale, o companheiro Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos, Figueiredo, e outros — devo dizer que participei ontem do lançamento da campanha contra a recessão, o desemprego, em defesa do salário, contra a miséria e pela retomada do crescimento com distribuição de renda. Foi uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, juntamente com partidos políticos, sindicatos, movimento popular, parlamentares, CNBB, DIAP, DIEESE, FENAJ, OAB e

outras que tentam articular a sociedade para resistir à política do Presidente Collor, uma política de recessão, desemprego, desnacionalização, entrega do País, uma política antinacional que tem levado à perda do emprego milhares de trabalhadores brasileiros.

Então, gostaria que isto constasse dos Anais desta Casa como elogio à iniciativa da Central Única dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, neste momento delicado para nossa população, que tem grande expectativa com relação a esta Casa, quero chamar a atenção dos companheiros Deputados para a justificativa do nosso projeto que regula a política de reajuste dos preços dos transportes coletivos.

Os reajustes de passagens de coletivos urbanos no Distrito Federal sempre causaram enorme drama à população, particularmente à mais carente, que necessita destes serviços. Muitos devem lembrar-se da revolta ocorrida na década de 80, quando vários ônibus foram quebrados pela população insatisfeita.

Com a implantação do Caixa Único, criou-se a expectativa de uma mudança qualitativa nos serviços de transporte coletivo urbano do DF. Uma justa expectativa. O Caixa Único constitui um instrumento moderno de gerenciamento. Tem diversas vantagens, dentre as quais destaco a possibilidade de controle público do serviço, o que lhe garante transparência; facilidade na implementação de uma política de transporte ajustada aos interesses da coletividade; barateamento dos preços e custos dos serviços. O Caixa Único, como ressaltei, é um instrumento que por si não garante nenhuma destas vantagens. Sua utilização sem qualquer fiscalização e sob a ótica do interesse das empresas privadas não resguarda os interesses coletivos da sociedade.

No último dia 26, o «Diário Oficial» do Distrito Federal circulou com os Decretos 12.993 e 12.994, do Governador Joaquim Roriz, estabelecendo novo reajuste nas tarifas dos coletivos urbanos do Distrito Federal. Elas foram majoradas na média de 40%. Conhecida como a mais cara das tarifas de transporte urbano do País, particularmente neste momento de grave crise econômica e quando o Governo Federal executa uma política de arrocho de salários, o aumento no preço das passagens apresenta-se como injusto e cruel para os usuários.

Com o objetivo de resguardar os interesses dos usuários menos favorecidos, este projeto de lei vincula os reajustes das tarifas ao reajuste do salário mínimo — um parâmetro bastante razoável, já que a maioria dos usuários do transporte coletivo é de trabalhadores que recebem salário mínimo.

Ao mesmo tempo, define um prazo de três meses como o interregno mínimo entre um aumento e outro, para garantir certo fôlego ao já minguado salário do trabalhador brasileiro.

Mais do que definir os critérios de reajuste nas tarifas, este projeto de lei pretende fazer o que a Secretaria de Transporte nunca fez: criar as condições para a administração do transporte coletivo do DF sob a ótica da coletividade. Neste aspecto duas medidas se destacam: a participação da Câmara Legislativa de forma permanente e incisiva neste processo e a melhor distribuição dos passageiros pelos horários de utilização do transporte coletivo urbano.

No primeiro aspecto, este projeto de lei determina que todos os aumentos sejam discutidos pela Câmara Legislativa do DF, em plenário, para garantir a transparência do processo. Ao mesmo tempo, determina que a Câmara procure equipar-se tecnicamente para exercer esta função, criando uma assessoria que, inclusive, mensalmente, deverá fazer auditoria no Sistema de Transporte e mesmo nas empresas.

O segundo aspecto é a criação da Tarifa Especial de Transporte, que tem por objetivo criar uma alternativa para a concentração de passageiros no horário de pico. Este tem sido o discurso oficial e das empresas para justificar a ineficiência do sistema. Nunca, entretanto, foi buscada qualquer alternativa.

Vemos, a poucos metros da Câmara Legislativa, uma centena ou mais de ônibus parados, esperando o horário do pico.

Com a redução da tarifa, diversos segmentos de usuários poderão optar pela utilização dos coletivos nos horários especiais. Isto nada altera no pagamento do sistema. Nestes horários, normalmente, os ônibus ficam parados porque os seus custos já estão pagos. A utilização dos veículos neste horário não acarretará nenhum acréscimo de custo nos itens fixos da planilha, como, por exemplo, salário do motorista, número de veículos, uniformes etc. Os únicos custos que sofrerão alterações são aqueles variáveis, como consumo de combustível, gasto dos pneus etc.

A Tarifa Especial de Transporte prevista pela metade da tarifa normal, portanto, não trará qualquer prejuízo ao Caixa Único; ao contrário, poderá aumentar a receita. Sendo comuns caminhadas de pequeno trajeto para evitar o gasto elevado com a tarifa. A Tarifa Especial vai incentivar o uso do ônibus em pequenas distâncias, além de criar melhores condições de atendimento à população nos horários de pico. Os trabalhadores da economia informal, por exemplo, serão, certamente, usuários da Tarifa Especial de Transporte, assim como as empregadas domésticas e diaristas que recebem as passagens dos empregadores, dentre outros.

Outra proposição contida nesse projeto de lei é a que obriga as empresas permissionárias a pagarem o que devem ao Caixa Único. Existem dívidas fantásticas que já deveriam, inclusive, ter sido pagas por determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O Governo do

Distrito Federal, entretanto, fez «ouvido de mercador» à determinação do Tribunal.

Peço, portanto, aos nobres colegas Deputados que apoiem este projeto de lei, que tem o objetivo indiscutível de criar as condições para que o funcionamento do transporte coletivo do Distrito Federal melhore significativamente.

Trago esta proposta baseada em relatório encaminhado ao GDF por comissão de representantes da sociedade, criada pelo Governo do Distrito Federal, que, no entanto, não levou a termo as sugestões da Comissão. Ela representa ainda toda a discussão acumulada a partir do processo deflagrado pelo trabalho executado pelo Deputado Federal Sigmaringa Seixas e sua assessoria, a partir de dados coletados na própria Secretaria dos Transportes.

Por isso, peço a todos os colegas especial atenção, porque se trata de anseio da população, que há tantos anos vem sendo saqueada, humilhada. A média de utilização do transporte coletivo é de uma hora, tendo o usuário de viajar em pé, em posição desconfortável, quando se dirige ao trabalho, utilizando ônibus quebrados.

A população do Distrito Federal, a mais saqueada, espera de todos nós uma atitude enérgica, um projeto que garanta a independência desta Casa, a sua autonomia. Assim, poderemos dizer que no Distrito Federal acabou a lei segundo a qual manda o mais forte, os empresários, pois agora existe uma Câmara representante do povo. Não vamos mais aceitar aumentos como esse. O que aconteceu significa uma desconsideração para com a população. Atribuiu-se o aumento aos trabalhadores, aos rodoviários, mas, obviamente, não são eles os culpados, porque não estão incluídos na planilha. Não se justifica um aumento após outro, mesmo depois da justa reivindicação dos trabalhadores rodoviários.

Por que isso? Primeiramente, porque os empresários não repassam o dinheiro, que é utilizado durante um período, pois com ele fica quinze dias, depositado, especulando. Não podemos permitir que isso ocorra. Neste projeto existe um artigo que dispõe sobre o repasse imediato para o Caixa Único, para evitar a especulação. Acima de cores partidárias, ressalto que agora quem legisla para o Distrito Federal é esta Casa, somos nós, os Deputados. Portanto, esse projeto não é só meu, mas dos vinte e quatro Deputados Distritais. Temos de evitar essa situação e não deixar que nossa população seja humilhada, usurpada por meia dúzia de empresários milionários, às custas do sofrimento alheio.

Ouçó o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO — Sr. Deputado, somo-me aos que apóiam a proposição de V. Exa., porque hoje não há transparência alguma nos cálculos tarifários. Agora mesmo, a população foi penalizada com um reajuste de 40% nos preços das tarifas, e nenhuma entidade foi ouvida a este propósito. O Conselho de Transportes Públicos

Coletivos é uma verdadeira farsa. Ninguém sabe de onde vêm as pessoas que o constituem, nomeadas pelo Governo atual e anteriores Governos do Distrito Federal. A iniciativa de V. Exa. é bastante saudável, porque hoje o Departamento de Transportes Urbanos é um órgão sem qualquer estrutura. Oitenta e quatro por cento das pessoas que lá trabalham não têm vínculo direto com o Departamento. Os níveis salariais de seus servidores são os mais distorcidos possíveis. Lá, pessoas que ocupavam cargos de chefia recebiam salários inferiores aos de seus subordinados. Apóio, porque também considero salutar a idéia, que sejam autorizados por esta Casa os aumentos tarifários, pois hoje não há nenhuma transparência neste sentido. Para se ter uma idéia, o Departamento de Transportes Urbanos não sabe informar quantos empregados possui aquela organização. A contabilidade do Caixa Único é feita pelas empresas e enviada ao DTU, que, simplesmente, acolhe o que as empresas informam. É preciso que a iniciativa seja tomada, porque, como já disse nesta tribuna, o trabalhador que ganha salário mínimo gasta mais da metade somente com tarifas de transportes coletivos. Recentemente o Governo aumentou as tarifas, e os homens do GDF, como o Secretário do Trabalho, o Secretário dos Transportes e o Secretário de Comunicação Social, dizem que as tarifas foram majoradas em face do reajuste salarial concedido aos rodoviários. Ressalto que esse reajuste foi rejeitado na assembléia da classe, por unanimidade, pois não satisfaz o de que a categoria precisa. Portanto, não é verdade que os reajustes ocorreram em virtude do aumento de salário dos rodoviários. O próprio Governador Vanderlei Vallim, em audiência que então mantive com S. Exa., anunciou que o déficit do Caixa Único era de 499 milhões de cruzeiros. Inclusive, S. Exa. criticou o seu antecessor por haver deixado um rombo dessa magnitude no Caixa Único. Os jornais de hoje publicaram que o déficit de 499 milhões caiu para 48 milhões de cruzeiros, ou seja, o Governo conseguiu pagar as suas dívidas às custas do trabalhador dos transportes coletivos, acirrando, ainda mais, a animosidade entre usuários e rodoviários, o que prejudica a qualidade do serviço na cidade. Como V. Exa. disse, o serviço de transportes coletivos de Brasília é um dos piores e mais caros do País. Aqui se pagam tarifas com preços equivalentes a quase o dobro do cobrado na cidade segunda colocada em custo de tarifas, São Paulo, onde o custo da passagem está em torno de 85 cruzeiros. Essa situação é extremamente séria. É preciso que nesta Casa deliberemos sobre este assunto, para que a comunidade seja ouvida. É necessário, também, democratizar o Conselho de Transportes Públicos Coletivos e dar transparência às decisões sobre reajustes de tarifas. É conveniente, finalmente, acabar com essa «caixa preta» chamada DTU.

Quero, apesar disso, dizer que lá há técnicos de altíssimo gabarito, com reputação que ninguém duvida, mas hoje

não têm autonomia administrativa, nem financeira, e vivem de pires na mão, de um órgão para outro, tentando obter um mínimo de recursos, a fim de resolverem o problema dos transportes. Isto, sem falar da situação da própria TCB, empresa pública que, ao longo dos anos, foi sucateada. Hoje a população fica à mercê, não de meia dúzia de empresários de transportes, Deputado Agnelo Queiroz — são quatro e até há pouco tempo eram três — que dizem estar quebrando, mas compram fazendas, empresas de táxi aéreo, empresas aéreas e muito mais. É este o seu eterno discurso. É uma situação de calamidade que precisa ser corrigida, e entendo que a correção deve ser feita nesta Casa. Quero aproveitar, se V. Exa. me permitir, para fazer uma denúncia. Entra Governo, sai Secretário, mas segue a lengalenga. As pessoas que exatamente definem o cálculo tarifário para a população do Distrito Federal continuam as mesmas no DTU. Vale a pena prestar atenção a este aspecto. Desde Ronaldo Costa Couto até o segundo mandato do Governador Joaquim Roriz — a continuação do seu primeiro Governo, que está sendo agora — o certo é que as pessoas que controlam esses setores vitais do Departamento de Transportes Urbanos são os mesmos até hoje. Então fica uma coisa bastante suspeita no ar.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Acolho o aparte do nobre companheiro, Deputado Pedro Celso. Quero dizer que comungamos também com V. Exa. essas idéias, que se somam à nossa intenção de dar para a Câmara Legislativa um papel maior de responsabilidade na fiscalização de área tão importante como esta.

Gostaria de acrescentar que não devemos parar por aqui. Por isso, estou encaminhando dois requerimentos à Mesa.

O primeiro deles diz o seguinte:

REQUERIMENTO 034/91

O Governo do Distrito Federal, através dos Decretos nºs 12.993 e 12.994, de 26 de janeiro deste ano, reajustou o preço das passagens do transporte coletivo, causando grande revolta na população. A cada mês o transporte coletivo sofre reajuste, o que o coloca entre os mais caros do País.

Enquanto isso, o Sistema de Transporte do Distrito Federal permanece deficiente, a frota não se renova, a população é obrigada a andar grandes distâncias por falta de maior distribuição das linhas, ao passo que uma grande quantidade de ônibus permanece estacionada, à espera do horário de pico.

Para agravar a situação, o Sistema, injustificavelmente, apresenta déficit, revelação feita pelo próprio Governador, fato que merece detalhada explicação do Governo sobre a estimativa tarifária; o recolhimento da receita ao Caixa Único do Sistema; a definição de linhas e o número de viagens; a forma de aferir a quilometragem admitida pelas empresas e a quilometragem contratada; o controle sobre

passageiro por km rodado; a conferência das Planilhas de Custo; o comportamento do governo na administração e fiscalização do Sistema e o papel do DTU no planejamento do Sistema visando à sua maior eficiência.

Estas informações, dentre outras, devem ser do pleno conhecimento da Câmara Legislativa do Distrito Federal, razão pela qual consideramos de grande importância o depoimento pessoal do Secretário de Transportes do Distrito Federal para elucidar todas as indagações dos Deputados.

Considerando, por isso, a situação do transporte coletivo do Distrito Federal e sua influência decisiva no dia-a-dia da população;

Considerando, finalmente, a necessidade da Câmara Legislativa do Distrito Federal, representante legítima da população, de inserir-se no debate, controle e decisão sobre o Sistema de Transporte Público Coletivo;

REQUEIRO À MESA, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição da República Federativa do Brasil, seja convocado o Sr. Secretário de Transportes do Governo do Distrito Federal para prestar, pessoalmente, informações detalhadas a esta Casa sobre o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e os sucessivos aumentos nas tarifas cobradas à população.

Sala das Sessões, 1991.

Deputado Agnelo Queiroz

Este é o outro requerimento: 033/91.

REQUERIMENTO

Considerando a situação em que se encontra o Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal, jogando sobre as costas da população, mês a mês, o déficit provocado por fatores estranhos à própria comunidade e à Câmara Legislativa;

Considerando que o reajuste das tarifas todo mês não vem significando melhoria do serviço, renovação da frota, facilidade na locomoção dos usuários;

Considerando que o governo do Distrito Federal tem o dever de administrar e fiscalizar o Sistema, evitar e punir a evasão de receita, impedir o déficit do Caixa Único e atender condignamente à comunidade;

Considerando que as planilhas de custos apresentadas pelos empresários devem merecer rigorosa análise por parte do Governo, da Câmara Legislativa e da comunidade em geral;

Considerando, finalmente, que a Câmara Legislativa tornou-se, por força constitucional, o estuário das discussões e decisões sobre a vida social, administrativa, econômica e política do Distrito Federal, incluindo aí o controle do Sistema de Transporte Coletivo e sua repercussão na vida da população;

Requeiro à Mesa, nos termos dos Arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Governo do Distrito Federal documentos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo, contendo resoluções, decretos, portarias e atos que versem sobre reajustes, operações, uso, posse, registros, computação, concessão e permissão do serviço, incluindo:

- 1 — definição de linhas, número e controle de viagens;
- 2 — critérios utilizados para majoração das tarifas;
- 3 — controle das quilometragens admitidas e contratadas;
- 4 — fiscalização sobre o sistema das empresas em aferir nos boletins número de passageiros por km rodado;
- 5 — cobertura ao sistema de gratuidade para militares idosos, vale-transporte e passes estudantis;
- 6 — repercussão do reajuste dos rodoviários sobre a planilha de custos;
- 7 — prestação de contas das empresas do valor da receita arrecadada;
- 8 — recolhimento da receita ao Caixa Único do Sistema;
- 9 — substituição e renovação da frota;
- 10 — atribuições e trabalho já desenvolvido pelo DTU.

Sala das Sessões, 01/91.

Deputado Agnelo Queiroz

Enfim, solicito todas as informações necessárias para que esta Casa se aparelhe e passe a exercer, de fato, a sua função de fiscalizadora das ações do Governo.

Esta é uma oportunidade de ouro que esta Câmara Legislativa tem para mostrar que nasce independente. Não podemos permitir que ocorra novamente o que aconteceu com uma empresa de transportes que há dois anos recebeu 20% do seu faturamento para fazer renovação de sua frota. Não a fez. O Tribunal de Contas do Distrito Federal mandou que ela devolvesse o montante de dinheiro, com o qual se poderia oferecer passagem a custo zero, durante seis meses, e congelar o preço da mesma por seis meses no Distrito Federal. É o débito dessas empresas com o Caixa Único. Já há pedido de reposição por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Esse valor não é cobrado nem descontado dessas empresas.

A esses absurdos temos de dar um basta. A esses grandes empresários que aqui enriqueceram, teremos de mostrar que esta Câmara Legislativa tem autoridade. Esta será nossa grande oportunidade.

Tenho certeza, convicção, com toda honestidade, de que estes Deputados honrarão seu mandato. É isso que a nossa população tanto espera de nós, principalmente que

demos um basta aos cartéis que sempre controlaram os transportes nesta cidade.

Agora, com autonomia política, temos certeza de que os nossos companheiros Deputados agirão de forma independente. Vamos votar a favor do interesse do povo. Temos de dizer aos empresários que agora eles têm de «comer na garrafa». A situação não pode continuar do jeito que sempre foi.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito ao Sr. 1º Secretário, nobre Deputado Pedro Celso, tomar assento à mesa.

(O Sr. Secretário toma assento à mesa)

Há sobre a mesa um requerimento de urgência.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Pedro Celso, que faça a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso)

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Nos termos do disposto no artigo 336, alínea «b», do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo da Resolução nº 049/90, requeremos urgência ao Projeto de Lei nº 035/91, que cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências, oriundo do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais para designarem relatores para esta matéria, a fim de que os mesmos apresentem seus relatórios, dentro dos prazos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Cauhy.

SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos nós, Deputados, festejado desta tribuna a autonomia política do povo do Distrito Federal, que após 30 anos obteve a liberdade de eleger o seu Governador e esta Câmara Legislativa, complementando a eleição de Deputados Federais e Senadores, ocorrida em 1986.

Eis, contudo, que a nossa liberdade desejada, procura da com ardor, nos traz uma herança de marginalização, desemprego e dependência.

Somos politicamente autônomos, porém, economicamente dependentes.

Boa parte das decisões que nos afetam diretamente é tomada fora da nossa órbita de influência.

O Distrito Federal é uma verdadeira cidade satélite, na sua inteireza, percorrendo órbitas em torno de um planeta que se chama «administração federal».

Para retirar Brasília desta dependência, o único caminho será o nosso crescimento econômico auto-sustentado, a única solução capaz de reverter a situação a que estamos submetidos.

Essa situação de dependência tem natureza cultural. Brasília foi concebida para ser assim. Brasília cresceu assim e viveu assim.

A industrialização é o nosso caminho natural. Não vejo, honestamente, incompatibilidade na convivência entre administração pública e industrialização. Penso que as duas atividades poderão conviver harmoniosamente.

Incompatibilidade eu vejo, isto sim, entre uma sociedade ajustada, trabalhadora, e uma parcela considerável de população relegada à marginalidade.

Todos sabemos, mas nunca é demais repetir, que muitas das necessidades humanas básicas só podem ser atendidas por bens e serviços industriais, e a passagem para o crescimento sustentável deve ser estimulada por um fluxo contínuo de riqueza, proveniente da indústria. Ou teremos a nossa indústria ou aceitamos continuar carreando, para fora dos nossos limites geográficos, fluxos contínuos de riqueza gerados aqui, para a satisfação das nossas necessidades básicas.

Somos já agora, um mercado apréciável. Temos uma população superior a 2 milhões de habitantes. Na virada do século seremos mais de 4 milhões!

Resta saber se decidiremos agora se queremos aumentar os desequilíbrios sócio-econômicos ou se começaremos a construir uma sociedade economicamente forte e socialmente justa.

Penso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que V. Exas., como eu, buscarão optar por construir a sociedade justa e equilibrada em que os nossos filhos e netos haverão de viver, abençoando e bendizendo aqueles que historicamente decidiram plantar aqui a paz e a harmonia sociais.

Para conseguirmos a civilização pujante dos sonhos de D. Bosco, para alcançarmos o pólo irradiador de cultura dos sonhos de JK, haveremos de decidir mudar os rumos da nossa evolução vegetativa, introduzindo as variáveis necessárias à nossa transformação.

Não podemos esquecer que a opção por um crescimento auto-sustentado implica desenvolvimento de atividades produtivas não-predadoras que, respeitando o meio ambiente, o preservem para as gerações futuras. Isso, contudo, não será um fator limitante; ao contrário, é uma opção inteligente. Gerar empregos e renda, estimulando atividades que privilegiem processos industriais não-poluente, que absorvam mão-de-obra, contemplem as nossas vocações naturais e aproveitem os recursos que nós tenhamos em abundância.

Sem querer ser profeta, mas sem deixar de ser sonhador, pois foram os sonhadores os responsáveis pela transformação do mundo, valho-me dos referenciais técnicos preparados pela Federação das Indústrias do Distrito Federal, para antever um pólo industrial relevante no nosso espaço territorial, gerador de rendas e de empregos para o nosso povo.

O referencial técnico aludido é a proposta de um programa de industrialização para o Distrito Federal com que nos brindou a Federação das Indústrias, trabalho que reputo da maior importância, a ponto de recomendar a V. Exas. que o leiam e estudem, com a maior atenção, porque vejo nele um conjunto de diretrizes isentas de qualquer interesse que não seja aquele do nosso crescimento econômico.

Ali se destacam objetivos estratégicos, tais como:

- Criar novas fontes de renda que permitam reduzir a dependência econômica e financeira do DF em relação ao Governo Federal;

- Gerar oportunidades de emprego produtivo para grande parte da população de baixa renda do DF;

- Maximizar o potencial dinamizador de Brasília, como pólo de desenvolvimento regional, induzindo à expansão econômica de áreas circunvizinhas como o Entorno e a Região Geoeconômica de Brasília, com transbordamentos positivos para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste;

- Construir um núcleo de indústrias modernas, não-poluíntes, de tecnologia avançada e grande potencial de geração de valor agregado.

Apontam-se limitações e condições:

- Integração do desenvolvimento do DF com o da área do Entorno e da Região-Geoeconômica de Brasília;

- Preservação das funções de Brasília como Capital Federal e de suas características de Cidade-Monumento e Patrimônio Cultural da Humanidade;

- Controle Ambiental;

- Uso econômico e eficiente de recursos relativamente a terrenos industriais, água e outros serviços de infraestrutura;

- Dispersão de atividades pelas diferentes cidades satélites, de modo a reduzir custos de transportes e evitar os riscos da excessiva concentração industrial;

- Utilização de tecnologias modernas e métodos avançados de gestão.

Indica a necessidade de um programa seletivo, sistematicamente integrado, cuidadosamente planejado e eficientemente implementado, pautado nas seguintes diretrizes:

- Indústrias leves, organizadas sob a forma de pequenas e médias empresas, e, só em casos excepcionais, pesadas ou de grande porte;

- Indústrias dinâmicas e modernas que se caracterizem como de alta tecnologia ou tecnologia de ponta;

- Empreendimento com elevado coeficiente de emprego por unidade de capital investido;

- Indústrias que utilizem tecnologias «limpas» do ponto de vista de poluição ambiental;

- Indústrias que contribuam para economizar ou utilizar de forma mais eficiente insumos escassos como energia, água, capital e divisas;

- Indústrias que apresentem elevada relação valor agregado/investimento.

Aponta, finalmente, a nossa vocação industrial, considerados os nossos pontos fortes e as nossas deficiências ou carências. Assim, têm toda a probabilidade de sucesso as atividades industriais que contemplem as seguintes indicações:

a) Pólo de informática;

b) Pólo de gemologia;

c) Eletrônica;

d) Biotecnologia;

e) Metalurgia;

f) Madeira e imobiliário;

g) Confecções e têxtil;

h) Materiais de construção;

i) Indústrias de produtos alimentares e agroindústrias vinculadas a projetos de irrigação ou culturas intensivas de produtos de elevado valor econômico;

j) Indústrias de reciclagem de materiais e aproveitamento de lixo;

l) Serviços industriais;

m) Pólo gráfico editorial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao usar da palavra, eu o fiz movido pelo sentimento da necessidade de apontar um caminho, que entendo único, que pode estar cheio de obstáculos, mas sabedor de que cabe a nós aplainá-lo e pavimentá-lo, para que possa ser trilhado com segurança por aqueles que nos sucederem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de olho no futuro, vamos empregar todos os nossos esforços, nossa arte e nosso engenho, no objetivo de dotar este nosso território da estrutura industrial capaz de absorver esta mão-de-obra que está sendo liberada do Serviço Público.

Ouçõ o nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ — Nobre Deputado Jorge Cauhy, quero parabenizar V. Exa. pelo excelente pronunciamento que faz nesta tarde, o qual, na verdade, reforça o que fiz na semana passada sobre a necessidade de criarmos pólos industriais no Distrito Federal para absorver essa mão-de-obra que hoje existe em nossa região. Mais

uma vez, solidarizo-me com V. Exa., desejando-lhe pleno êxito. Lembro, outrossim, que, para que isso se realize, é necessário que o Governo tenha uma política de incentivo fiscal, para atrair empresas para o DF. Sem atrativo fiscal, não acredito que alguma empresa venha a implantar indústrias ou fábricas no Distrito Federal. Muito obrigado a V. Exa. por conceder-me este aparte.

O SR. JORGE CAUHY — Concedo aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Nobre Deputado, é bastante pertinente sua intervenção de hoje à tarde neste plenário. Gostaria de tecer algumas considerações sobre o assunto, pois muito me preocupa o processo de industrialização. Não que ele não seja necessário, neste momento, para o desenvolvimento do Distrito Federal. Entretanto, queria ressaltar que uma política de ampliação da oferta para o mercado implica fortalecimento de demanda. Para que ocorra fortalecimento da demanda, é necessário que haja geração de renda suficiente para estimular o mercado. Assim, acredito que um mecanismo que amplie a oferta de produtos industriais, dentro do Distrito Federal, reduzindo transporte, reduzindo imposto e, sobretudo, a tributação, pode permitir à população do Distrito Federal ter acesso à aquisição desses bens. Mas o que me preocupa, nobre Deputado, é a situação do nível de renda da nossa população, extremamente achatado. No País não há política salarial, não há reposição imediata das perdas salariais, e assim o consumidor, basicamente o trabalhador, não tem acesso ao mercado. Essa a primeira observação. A segunda é com relação às micro empresas. Brasília é, sobretudo, uma cidade onde há muitas micro e pequenas empresas, que devem ser estimuladas, principalmente aquelas que têm a característica de complementação de renda. Creio que seu projeto será extremamente salutar se contemplar a idéia da inclusão, do fortalecimento da micro empresa no processo de industrialização e de incentivo fiscal no Distrito Federal, sobre o qual há pouco falou o nobre Deputado Tadeu Roriz. Por último, a questão da industrialização do Distrito Federal, como bem ressaltou V. Exa. Tem de haver uma seleção, porque aqui não temos demanda para muitas delas. Por exemplo, a indústria de insumo. Acreditamos ser pouco provável seu desenvolvimento. Aliás, foi muito bem sugerida por V. Exa. a implantação de indústrias de ponta, sobretudo na biotecnologia, hoje um dos maiores avanços na tecnologia industrial. Até mesmo porque aqui existe um dos maiores centros de pesquisas em biotecnologia, o Cenargen, localizado em frente a esta Câmara Legislativa. Assim sendo, mais uma vez, parabeno V. Exa. por sua intervenção na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado, resta-lhe um minuto.

O SR. JORGE CAUHY — Como disse à pouco, será dada preferência a indústrias leves e dinâmicas, de fácil instalação em prédios de estrutura simplificada e que passarão a gerar empregos em poucos meses.

O que precisamos é fazer partir desta Casa Legislativa, repositório dos melhores anseios do povo que nos elegeu, um movimento de motivações aos órgãos do Governo, ao empresariado, às instituições financeiras e a toda a sociedade produtiva, de engajamento na idéia de que o futuro econômico do Distrito Federal está na industrialização racional e ponderada do seu território.

A Federação das Indústrias do Distrito Federal deu a partida objetiva ao produzir o excelente trabalho que foi trazido a esta Casa pelo seu Presidente, Antonio Fábio Ribeiro, e entregue aos Srs. Deputados.

Trata-se de um produto sério, calcado na realidade do Distrito Federal, produzido por técnicos do mais alto gabarito profissional, e que indica um conjunto de diretrizes capazes de orientar a industrialização do Distrito Federal, como desejam todos aqueles que querem bem a esta comunidade.

Todos os Srs. Deputados receberam da Federação da Indústria e Comércio essa proposta sobre Programa de Industrialização do Distrito Federal.

Espero que V. Exas. a leiam, pois nela encontrarão coisas que satisfarão ao desejo de progresso para nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o nobre Deputado Manoel de Andrade a fazer uso da palavra.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no uso da tribuna, quero reportar-me, em primeira mão, a matéria veiculada no jornal «BsB-Brasil», primeira página, sob o título: «Manoelzinho poder ser o Relator do Regimento». Na página 3, o título se repete e aparece uma foto minha comemorando a vitória.

Quero chamar a atenção dos nobres pares para o fato de que naquela fotografia em que apareço, o terno é o mesmo da posse, portanto, tratava-se de foto antiga. Gostaria de dizer aos nobres Deputados, como já disse à imprensa, quando perguntado, que não sou candidato, não estou pleiteando esse cargo. Evidentemente, a lembrança do meu nome muito me envaidece, mas a matéria não traduz, com todo o respeito, a realidade. Primeiro, não comemorei vitória, porque não sou candidato; depois, a fotografia foi tirada há quinze dias, portanto, não é de ontem.

Digo aos companheiros Deputados e à imprensa, com todo o respeito que tenho pelas matérias veiculadas pelo «BsB-Brasil», que essa matéria pode ter sido publicada com o maior interesse possível em ajudar o Deputado, principalmente porque diz que seria uma compensação, uma vez que o PTR estaria desestimulado, teria perdido espaço na composição da Mesa e outros cargos. O PTR não buscou nem vai trocar nada pelo cargo de Relator do Regimento

Interno. Nosso partido tem assumido postura de independência. Aquele que for escolhido Relator do Regimento Interno e da Constituinte, pela maioria deste Colegiado, terá o apoio do PTR, justamente para ajudar o grande feito democrático, a vontade da maioria.

Mais à frente, há outra matéria, de autoria do grande jornalista Jair de Farias, sob o título «Idéia Infeliz».

Outro aspecto que vale ressaltar é que o PTR em nenhum momento discutiu a questão do voto de Liderança. O PTR reuniu-se segunda-feira para discutir questões outras, não a do voto de Liderança. Primeiro, porque, no nosso entendimento, o voto de Liderança precisa ser muito bem examinado. Não é pelo fato de um grupo dizer que ele não tem validade que vamos simplesmente concordar. Podemos não concordar com o voto de Liderança, encontrando justificativa plausível.

O PTR reuniu-se em caráter extraordinário, na segunda-feira, para analisar um entendimento, para conseguir consenso, participação em bloco, votação em unidade, e não necessariamente para que se vote a favor da proposição de voto de Liderança.

Mais uma vez eu pediria ao grande jornalista, que já prestou e tem prestado relevantes serviços à comunicação e à comunidade, que reconsiderasse o artigo publicado hoje no «BsB», e que restabelecesse realmente o pensamento do PTR.

Chamo a atenção para outra matéria, que, para mim, merece consideração. Traz o título: «CUT pede sala para se instalar na Câmara». Estou preocupado, porque se a Câmara Legislativa tiver de ceder salas a todas as entidades sindicais — CUT, CGT, USI e outras centrais importantes naturalmente — teremos de abrir mão de nossos gabinetes.

É evidente que gostaríamos de ver todas essas lideranças trabalhistas e patronais, Governo, aqui dentro da Assembléia, mas é impossível que a Câmara Legislativa conceda — não que não mereça — à grande Central Única dos Trabalhadores, que tem relevantes serviços prestados ao nosso País, dependências nesta Casa. Há de se convir em que, neste caso, outras entidades civis também buscarão espaço para aqui se instalarem e defenderem seus interesses e o de seus representados.

A persistir, Sr. Presidente, a busca de espaço físico para instalação de entidades civis nesta Casa, com certeza o nosso pequenino Sindicato dos Motoristas de Táxis, que possui uma sede muito pequena, também vai querer algumas salas para se instalar aqui.

Prezados companheiros Parlamentares, este pronunciamento não visa, de nenhuma maneira, a desprestigiar ou desmerecer a grande entidade sindical que é a CUT. Respeito-a pelo seu trabalho, pelos seus quadros, mas não há por que se conceder uma sala a ela, porque as outras entidades civis, com certeza, também irão querer o mesmo.

Concedo aparte à Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Acho que temos de prestar alguns esclarecimentos com relação à Central Única dos Trabalhadores e a outras centrais sindicais. Não queremos, de maneira alguma, que a Câmara Legislativa tenha aqui um loteamento de entidades civis, porque são inúmeras as entidades do movimento popular e do movimento sindical. No entanto, as centrais sindicais existem exatamente para organizar as reivindicações globais dessas entidades. Também temos conhecimento de que já se articula uma entidade nacional de movimentos populares. Se V. Exa. tivesse feito essa proposta, eu até me solidarizaria com ela. O que temos de fazer é estabelecer um critério para isso. O que não é possível é concordarmos com o Governo quando solicita uma sala para sua representação, e não fazemos o mesmo para as entidades sindicais. Seria o caso de sugerir que esta Casa estabeleça um critério para isto. O DIAP, por exemplo, tem uma sala no Congresso Nacional, e disse que vai fazer um acompanhamento do desempenho dos Parlamentares nesta Casa. Acho, Deputado Manoel Andrade, não é o caso de restringir tais concessões, a fim de não inviabilizar a instalação da Casa. O que é preciso é definir quem ou quais as entidades de âmbito nacional e global poderemos ter aqui como representações. Este é o nosso ponto de vista, e não estamos pleiteando essa concessão para todos os sindicatos e todas as entidades, apenas para as maiores. V. Exa. entende como é que as centrais estão organizadas e a importância de termos aqui essas salas, que não serão muitas. A definição de critérios para isso evitará esse tipo de acirramento, esse tipo de manifestação que pode ser prejudicial aos nossos trabalhos.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Concedo aparte ao nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ — Primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa. pela observação que faz, e me congratular com a nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputada Lúcia Carvalho. Devo dizer que se terá espaço nesta Casa para a CGT, que é uma grande entidade, também a UDR deverá dispor de espaço aqui, porque, afinal de contas, não vamos discriminar a esquerda ou a direita. Felizmente no mundo moderno não existem mais essas barreiras. Mas, se todas essas entidades, como V. Exa. bem disse, tivessem espaço nesta Casa, teríamos de construir um anexo, porque não caberiam tantas representações neste Parlamento. Muito obrigado.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Agradeço a contribuição à Deputada Líder do Partido dos Trabalhadores, Lúcia Carvalho, e ao Deputado Tadeu Roriz. Mas vejo que precisamos amadurecer a idéia, porque não se trata de uma disputa entre governistas e oposicionistas. Afinal temos reclamado do alto custo de manutenção desta Casa e muito temos reclamado também dos espaços físicos. Naturalmente, nada impede que a CGT venha a ter uma sucursal em Brasília e venha a pleitear também uma sala na Câmara.

Concedo aparte ao nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — Nobre Deputado Manoel de Andrade, acho que a CGT pode montar uma sucursal aqui, porque ela só pode ser sucursal, representação, pois organização tenho certeza de que não tem. Para haver organização tem de haver trabalhador, tem de haver massa, e a CGT não é uma central de massas. A CGT pode até ter uma sucursal em Brasília e pode até pleitear uma sala na Câmara Legislativa, mas, se isto vier a acontecer, ela deverá ser tratada da mesma forma que a CUT. É verdade que há uma diferença enorme entre ambas, e V. Exa. sabe disso, porque é oriundo do movimento sindical. Acredito que seu sindicato, inclusive, deveria fazer uso da assessoria parlamentar que o DIAP e a CUT vão montar aqui. Estou certo de que seu sindicato seria muito bem servido, pois a CUT presta essa assessoria suprapartidariamente, e V. Exas. teriam todas as informações de que necessitassem, embora pudessem servir-se também de outras formas de assessoria. Acho que não é possível ter aqui uma representação de cada sindicato, mas pelo menos dos maiores, daqueles com atuação nacional.

Se a OAB quisesse, poderia instalar aqui uma assessoria parlamentar. Estendendo um pouco mais, o próprio Banco Regional de Brasília deveria instalar aqui uma agência. Afinal, esta é a Casa do povo, que a população, a comunidade, tem de fiscalizar. Qualquer central de movimentos populares poderá instalar assessoria aqui, sim, para controlar os Deputados que aqui estão dizendo representar o povo. Esta é uma função da sociedade civil, e esta Casa, enquanto pretensa representação da sociedade civil, tem de estar aberta a esse tipo de fiscalização.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Deputado Geraldo Magela, considero interessante a colocação de V. Exa., quando defende a participação das minorias e nega à CGT o direito de também se fazer representar. Lamento que o discurso seja um e a prática seja outra. Mas quero dizer a V. Exa. que, se se abre uma porta para a CUT, que se abra uma porta também para as demais centrais organizadas deste País, minorias ou pequenas centrais, porque aí, sim, se realiza na sua plenitude o ideal democrático da participação. Não sou filiado à CGT, não sou filiado à CUT, mas o nosso sindicato respeita todos os trabalhadores. Acharmos que todas elas possuem um instrumento de luta em favor de número maior ou menor de trabalhadores. Minha preocupação é que esta Casa seja invadida por essas entidades e os Deputados fiquem sem condições de trabalho, isto se todas tiverem espaço aqui e esse espaço não for devidamente ampliado.

Concedo aparte ao nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado, acompanhamos com profunda atenção a primeira parte do seu pronunciamento, quando se referia a questões relacionadas à Comissão de Constituição e Justiça, ao fato de o seu nome ter sido apontado por um dos jornais da cidade como provável relator. E, de fato, pode, nada existe que o impeça. Conhecemos sua capacidade, seu trabalho, sabe-

mos que tem condições para realizar essa tarefa. Portanto, a manchete não é mentirosa. Agora, não houve ainda em nenhuma das nossas reuniões, nem de minha parte, qualquer pronunciamento neste sentido. Qualquer dos membros da Comissão que tenha participado das nossas reuniões pode atestar isso. Não houve nenhuma determinação relativamente ao assunto, inclusive acho as polêmicas criadas sobre a matéria um tanto ou quanto prematuras e desnecessárias. E não será assim que iremos conseguir realizar um processo democrático, natural e autêntico de indicação de membros da nossa Comissão para procederem ao exercício da relatoria, que considero da mais profunda relevância em qualquer matéria, independentemente de ser ela o Regimento ou não. Então, deixo aqui também minha palavra de solidariedade a V. Exa., reafirmando que realmente desconhecemos o assunto.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Concedo aparte ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Nobre Deputado Manoel de Andrade, gostaria de me solidarizar com V. Exa. quando manifesta tal preocupação. Só discordo de que se deva examinar cada caso sem critério preestabelecido. Esta Casa tem de ser o mais aberta possível, ser um exemplo de democracia, de transparência. Será, sem dúvida, muito mais tranquilo que a Casa tenha esse comportamento. Quem quiser fiscalizar terá de ter algum tipo de critério, porque senão ficará muito difícil acomodar todas as entidades representativas nesta Casa. Quando se tratar daquelas reconhecidamente importantes poderemos discutir o caso, a Mesa poderá trazer inclusive algumas delas a plenário. Minha preocupação é que isso se generalize a ponto de eliminar o aspecto de representatividade da sociedade dos trabalhadores, ou de colocar nas mesmas condições, entidades, inclusive paramilitares que têm reputação suja por envolvimento em assassinatos e essas coisas todas. Acho difícil que o Plenário conceda espaço para entidades desse tipo, mas entidades de trabalhadores, reconhecidas a nível nacional, essas devem ter todo o apoio nesta Casa.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Sr. Presidente, meu tempo já se esgotou.

Agradeço a atenção dos Deputados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o Deputado Tadeu Roriz a fazer uso da palavra.

O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de abordar hoje dois assuntos importantes. Primeiramente, vou falar sobre o metrô de superfície e esclarecer um pronunciamento feito aqui, na semana passada, pelo nobre Deputado Pedro Celso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Distrito Federal não tem um sistema de transporte de massa que atenda à população.

Diante disso, venho à tribuna dar minha pequena contribuição para subsidiar os debates e atender às preocupações que observo nesta Casa.

Por que não temos esse sistema? Talvez seja necessário voltar um pouco no tempo. Concomitantemente à construção e implantação de Brasília, surgiram os núcleos periféricos, decorrentes da necessidade de abrigar os migrantes que chegaram à região para participar dos trabalhos da nova capital e acolher os funcionários públicos excedentes. Foram, então criadas as cidades satélites de Taguatinga, Sobradinho, Gama, Guará, Ceilândia, Núcleo Bandeirante e Samambaia.

As cidades-satélites de Brazlândia e Planaltina, embora já existissem antes da construção de Brasília, tiveram papel semelhante ao dos demais núcleos urbanos mencionados, surgidos a partir da nova capital.

Tendo, sido criada, principalmente, para abrigar os órgãos administrativos do Governo Federal, Brasília deveria ser, na realidade, uma cidade de porte médio, com cerca de 500.000 habitantes. Era pensamento dos planejadores prover as cidades adjacentes ao Distrito Federal da estrutura básica necessária para acolher a massa de migrantes ocorrente à região, ante a perspectiva de empregos e melhoria do padrão de vida. Entretanto, a inexistência dessa estrutura acarretou a explosão demográfica do Distrito Federal, alterando, significativamente, os objetivos iniciais de sua criação.

E o pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a falta de elaboração e implementação de um Plano de Desenvolvimento Regional Integrado que tivesse como emergência o aproveitamento da enorme população que hoje vive na chamada região do Entorno do Distrito Federal.

A hoje cidade-satélite do Gama, no Distrito Federal, e a cidade de Luziânia, em Goiás, são um fato. Núcleos tais como Novo Gama, Pedregal, Jardim Céu Azul, Lago Azul, Vaparaízo I, Vaparaízo II e Cidade Ocidental aí estão, vieram para ficar e necessitam de auxílio.

Dados de 1988 apontam para o Distrito Federal uma população de 1.785.863 pessoas, sendo que as estimativas atuais alcançam 2.072.166 habitantes.

E o sistema de transporte de massa?

Qualquer leigo que observe a situação dos aglomerados urbanos e a economia do Distrito Federal verificará a necessidade de um meio de transporte rápido, moderno e eficiente.

E o que fizeram os administradores do Distrito Federal?

Permita-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer aqui um pequeno histórico.

Ao longo dos últimos 14 anos foram realizados vários estudos e pesquisas sobre o transporte de massa no Distrito Federal.

O primeiro deles data de 1977 e tinha por objetivo a exploração das alternativas de atendimento às viagens de ligação das cidades satélites ao Plano Piloto, utilizando-se o leito ferroviário da Rede Ferroviária Federal. Concluiu esse estudo que as linhas para uma viagem não coincidiam com a da ferrovia, e recomendou-se a adoção de um sistema de transporte rápido sobre pneus, utilizando ônibus articulados sobre uma via exclusiva, sem cruzamentos. O tronco da linha viária de Taguatinga seguiria, em via segregada, até o extremo sul do Plano Piloto, e, daí, pelo centro da pista do Eixo Rodoviário principal até a Estação Rodoviária, completando a integração por ônibus articulados.

Em 1983, diante da perspectiva de implantação imediata do núcleo urbano de Samambaia, constatou-se, em uma revisão desse estudo, que haveriam condições favoráveis para futuras expansões do sistema, mediante a adoção de algumas medidas.

Em 1985, foi realizado o Estudo de Viabilidade do Sistema de Troleibus de Brasília. Recomenda-se, basicamente, os mesmos sistemas anteriores, mas com solução eletrificada.

Em 1987, concluiu-se o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica dos Sistemas Alternativos de Transporte de Massa para o Distrito Federal. Este estudo contemplou as tecnologias de ônibus, veículo leve sobre trilhos (VLT), trem e metrô, para um horizonte de 30 anos.

As principais conclusões do estudo foram:

- a solução por ônibus, no DF, tenderia a uma rápida e inevitável saturação, comprometendo o serviço oferecido;

- qualquer perspectiva de evolução urbana requeria investimentos importantes no sistema viário;

- a solução VLT atenderia às projeções mais otimistas de população até o ano 2020;

- as soluções trem e metrô atenderiam a todos os usuários;

- haveria redução no custo operacional, embora pequena, ao se comparar as tecnologias ferroviária e rodoviária;

- para qualquer alternativa de expansão urbana estudada, a primeira linha do sistema de transporte de massa deveria conectar Ceilândia e Taguatinga ao Plano Piloto, com operação já na década de 90.

Finalmente, em 1988, um grupo de trabalho do GDF, integrado por representantes de diversos órgãos, concluiu pela necessidade de um sistema de transporte de massa de média capacidade no corredor Ceilândia-Taguatinga-Guará-Plano Piloto, elegendo como alternativa o sistema ferroviário de média capacidade, tipo VLT. Foi prevista a possibilidade de evolução para uma tecnologia superior, no caso da demanda atingir a 37.000 passageiros/hora/sentido, no pico.

E o que fez o atual Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Preparou a licitação, que ocorrerá em 5.2.91, através da Terracap, para a contratação dos serviços técnicos, objetivando a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental — EIA e o Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, do sistema de transporte de massa do Distrito Federal.

E por quê?

Para cumprir a Lei Federal nº 6.938, de 31.8.81, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente — Conama, nº 001, de 23.1.86, e a Lei nº 041, de 13.9.89, do DF.

Sábua legislação, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E por quê? Entre muitas orientações, recomendações e exigências, essa legislação contempla:

1º — a análise da construção ou não do metrô;

2º — a realização do trabalho por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados;

3º — a exposição pública para consulta de qualquer pessoa física ou jurídica dos trabalhos;

4º — as diversas licenças: prévia de instalação e de operação; e

5º — realização de audiência pública para discussão do RIMA.

Toda a população de Brasília está muito interessada nos rumos que serão dados ao metrô. É um tema da maior relevância social que não pode ser tratado apenas no âmbito administrativo, sem consulta direta ao povo.

E, para viabilizar a participação popular, nada melhor do que esta Casa abrir as suas portas e entrar no debate.

Seria muito bom que, tão logo a Terracap receba da consultoria o Estudo de Impacto Ambiental — EIA, e o Relatório de Impacto Ambiental — RIMA — o que acontecerá dentro de um prazo estimado de 4 meses — os submetesse a exame por esta Casa. Ainda mais, que a audiência pública — na qual o povo, as instituições interessadas e o meio político poderão se manifestar — seja realizada no âmbito desta Casa, dando total transparência e democratização ao projeto.

Com esse propósito, enviarei requerimento à mesa, para que oficie ao Sr. Governador e tome as medidas cabíveis.

Ouçó a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Nobre Deputado Tadeu Roriz, é também do meu interesse, enquanto Deputada, que a população discuta o famoso projeto do metrô. Em recente audiência com o Governador para tratar de outro assunto — reconhecimento de entidades — disse a S. Exa. que deveria abrir um debate público sobre a questão.

Essa iniciativa vem de encontro da minha preocupação. É preciso que conheçamos o projeto do metrô, que o Governador Joaquim Roriz usou como plataforma de campanha. Temos alguns estudos sobre a implantação do sistema de metrô que são importantes para abrir a discussão. Sabemos que o metrô é um transporte ágil, moderno, com qualidades reconhecidas mundialmente. No entanto, reconhecemos que qualquer tipo de projeto de metrô que venha a ser implantado no Distrito Federal cruzaria, na melhor perspectiva, as cidades satélites, mas nelas não trafegaria internamente. Para alguém vir ao Plano Piloto, tem de usar duas conduções, na ida e na volta. Com o metrô passando na sua cidade, teria de usar até seis conduções para poder chegar ao mesmo local. E eu digo por quê: se o metrô passasse por Taguatinga, com um ponto de transbordo, lá, quem morasse em Taguatinga Norte teria de utilizar um ônibus para ir ao local de transbordo, provavelmente no centro. Usaria, então, uma condução. Ao vir para o Plano Piloto, o metrô deixaria o passageiro na rodoviária. Aí haveria transbordo para a Asa Norte, e teria de usar outra condução. Em face dos transbordos entre Taguatinga e o Plano Piloto e da quantidade — seis — de ônibus que utilizaria, haveria mais demora nos deslocamentos. Realmente, este estudo tem de ser muito bem feito, porque o ônus com o metrô recairá sobre todos que pagam passagem do ônibus, ou seja, a população, os contribuintes. É salutar que esse projeto que se tem intenção de implantar no Distrito Federal seja estudado, porque entendemos que o sistema viário e a atual tecnologia não foram devidamente esgotados. Existe, hoje, clara intenção de onerar o usuário com o preço da passagem, de fazer com que os ônibus demorem, para que a população queira melhorias e até solicite que elas venham com o metrô. É importante que nós, representantes da população, possamos discutir os prós e os contras, quanto à implantação do metrô, suas vantagens e desvantagens, bem como o que os transportes poderiam ter de melhorias. Existe estudo que demonstra que por mais barato que custe o metrô ao Distrito Federal, seu preço daria para termos transporte gratuito para trinta anos. Este debate precisa ser aberto. Não pode ser uma despesa que a população assuma, porque, por outro lado, estamos sucateando o transporte público que hoje existe. O metrô tem de vir, se realmente interessar, mas que não custe ao usuário o que estamos pensando que vai custar. Louvo a iniciativa de V. Exa. no sentido de pedir que o Sr. Governador envie a esta Casa os estudos iniciais, as propostas iniciais sobre o metrô, para que ocorra debate público. Esta sem dúvida é uma iniciativa importante para que as pessoas, os técnicos em geral, possam se posicionar a esse propósito.

O SR. TADEU RORIZ — Concedo aparte ao Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Nobre Deputado Tadeu Roriz, quero congratular-me com V. Exa. porque esse seu requerimento vem ao encontro do nosso interesse em estudar, em tomar conhecimento mais detalhado do projeto do Governador Joaquim Roriz, quanto à instalação do metrô de superfície. Eu, particularmente, já demonstrei

minha preocupação ao apresentar um projeto nesta Casa, que nos poderia dar um parâmetro de comparação quanto à instalação de trens, a exemplo do Bandeirante, em Brasília, que sai daqui para São Paulo. Nas imediações de Luziânia, do km-7, da Cidade Ocidental, de Valparaíso, enfim, de todas aquelas localidades distantes de onde uma passagem de ônibus custa duzentos e poucos cruzeiros. Sabemos, pelo exemplo do Rio de Janeiro, que, com um trem semelhante àquele, essa passagem não passaria de um terço desse valor. Portanto, ao mesmo tempo em que me congratulo com V. Exa., reforço meu pedido para que nossos trabalhos sejam agilizados. Gostaria de ouvir a opinião do Governo quanto a essa minha proposta de instalação de trem urbano, ou suburbano, de Luziânia até a estação Rodoferroviária. Quanto ao metrô, pessoalmente, sou favorável, pois tenho vontade de ver acabado o monopólio das empresas de transportes. As duas empresas mais prejudicadas são a Pioneira e Viação Planalto. Teremos um metrô estatizado — deve ser, tem de ser, não pode ser de outro modo — sem o alto custo que a Deputada Lúcia Carvalho relatou, a fim de ser viável economicamente e termos condições de dispor desse tipo de transporte de massa em nossa cidade. É necessário, extremamente necessário, que o Governo do Distrito Federal envie o projeto a esta Casa, para que esclareçamos todas as dúvidas e tenhamos conhecimento mais detalhado da obra que estamos na iminência de ver implantada no Distrito Federal. V. Exa. está de parabéns por apresentar esse requerimento de informações.

O SR. TADEU RORIZ — Muito obrigado pelo aparte. Concedo aparte ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO — Nobre Deputado, quero também saudá-lo pela iniciativa de solicitar ao Governador que mande para esta Casa o referido projeto. Poucas vezes a fila para apartear um orador na tribuna esteve tão grande. Este fato decorre da importância do assunto e da polêmica que causa. Todos nós estamos curiosos em conhecer o projeto, em saber por onde o metrô vai passar, quanto vai custar, quem vai pagar a conta, quanto por cento da população vai ser beneficiada com a obra. Enfim, é uma questão extremamente importante para nossa cidade, que vai mexer com o nosso meio ambiente, com o aspecto urbanístico de Brasília. Então precisamos ter esse projeto o mais urgentemente possível. Estranho que já esteja sendo feita licitação para o RIMA — Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente — para se estudar o impacto sobre o meio ambiente. Impacto sobre o meio ambiente de quê? O metrô passará por onde? Como se faz primeiramente o estudo do impacto sobre o meio ambiente para depois se estudar o projeto? Deveríamos, inicialmente, conhecer o projeto, saber para onde vai passar o metrô, a fim de verificar que impacto terá sobre o meio ambiente. Este problema nos preocupa. Apresentarei alguns dados para enriquecer a discussão, a fim de que comecemos a estudar a questão, que é bastante polêmica, não é simples, de forma alguma, é extremamente complexa. O metrô de São Paulo, por exemplo, hoje um dos mais modernos do mundo, é

subsidiado em 50% pelo Governo do Estado. Tentando esclarecer o Deputado José Edmar, quero dizer que de forma alguma vamos atacar o monopólio ou o cartel das empresas de transporte de passageiros do Distrito Federal. Elas são hoje as maiores defensoras do metrô. Existe um problema no transporte, que são as linhas de ligação cidades satélites-Plano Piloto e Plano Piloto-cidades satélites, o chamado «osso do sistema». O chamado «filé» são as linhas circulares, e as empresas de transportes vão ficar com as linhas circulares. O metrô vai fazer o transporte de passageiros nas linhas de ligação, e as empresas atenderão apenas às linhas circulares, que têm um IPK altíssimo. Portanto, Srs. Deputados, quero também perguntar pelo Plano Diretor de Transportes, que até agora não foi elaborado nem discutido nesta Casa. Dele não temos conhecimento. Existem premissas jurídicas que precisam ser verificadas antes mesmo da elaboração do projeto e sua apresentação. No mais, quero saudá-lo, repito, pela sua iniciativa de requerer o projeto para estudo. É extremamente importante e tenho certeza de que proporcionará um dos mais ricos e polêmicos debates que ocorrerão nesta Casa. Parabéns, portanto, pela iniciativa, e vamos aguardar.

O SR. TADEU RORIZ — Concedo aparte ao ilustre Deputado Manoel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Deputado Tadeu Roriz, temos mesmo de parabenizá-lo, pois a questão do metrô vem sendo debatida há muitos anos. Agora estamos verificando a sua realidade. É importante que V. Exa. também entre em contato com o Governo, com o Secretário dos Transportes, com as autoridades envolvidas, para que, como já disse o próprio Deputado Tadeu Roriz, o debate sobre o metrô seja amplo e a sociedade dele participe. É interessante analisarmos que estamos vivendo os últimos dias antes do ano 2000. É importante salientar que Brasília não mais comporta ficar perdida no tempo e no espaço. É uma cidade moderna, que reclama há muitos anos melhorias na qualidade de seu transporte. A participação efetiva do Estado, através do metrô, com certeza vai inibir o cartel dos transportes, a despeito do que foi comentado pelo companheiro Deputado Pedro Celso, à medida que esse metrô for implantado, justamente cobrindo o chamado «osso do transporte coletivo», as linhas de pequenas ligações terão o preço de suas passagens barateadas, porque terão índice maior de ocupação. Quanto mais utilizado o veículo, mais barata será a sua tarifa. Então, parabeno V. Exa. e o Governador Joaquim Roriz pela destemida iniciativa de proporcionar a instalação do metrô em Brasília. Temos de viver com transporte moderno.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sr. Deputado, seu tempo está encerrado.

O SR. TADEU RORIZ — Solicito à Mesa prorrogação do meu tempo para atender aos demais apartes.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo mais cinco minutos a V. Exa.

O SR. TADEU RORIZ — Muito obrigado.

Concedo aparte ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Nobre Deputado, apartarei muito rapidamente, para os outros companheiros também falarem. Gostaria, primeiro, de elogiar a iniciativa no sentido de que este debate seja feito juntamente com esta Casa. Isso é fundamental. Segundo, quero dizer que a discussão sobre o metrô está ligada à questão do transporte de massa do Distrito Federal. Aliás, o assunto fez parte do nosso pronunciamento de hoje nesta Casa. Teremos seguramente de encontrar todas as possibilidades para o uso de alternativas viáveis, com tecnologia nacional etc. No Distrito Federal, infelizmente, este aspecto não está sendo cuidado. Vemos que o próprio sistema rodoviário de transporte urbano é deficitário. Imaginem de quanto seria o déficit do sistema do metrô, envolvendo importação de equipamentos, pagando juros de empréstimos, enfim, teria de ser subsidiado, como ocorre inclusive em qualquer capital do mundo. Seja em Paris, seja em Washington, seja em Buenos Aires, seja em São Paulo, o sistema é subsidiado porque o custo é gigantesco. Então, temos de levar em consideração este ponto. Se até agora não estão completamente esgotadas todas as alternativas, a solução é aplicar, de fato, sistema único, com vias exclusivas, e gerenciamento controlado pela sociedade. Mas, de qualquer maneira, a discussão tem de ser realizada nesta Casa, para convencer a todos de que os benefícios sociais serão maiores do que os custos que repassarmos à sociedade. Temos de ser abertos para discutir e analisar o assunto. Por isso, elogio esta iniciativa. Antes de se fazer uma licitação, deveria haver um projeto global, mostrando todas as implicações, os custos, enfim, todo o planejamento deveria passar por esta Casa, para uma minuciosa análise. Daí, sim, poderemos tomar uma posição mais definitiva.

O SR. TADEU RORIZ — Concedo aparte ao nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Deputado Tadeu Roriz, quero parabenizar V. Exa. pela sua iniciativa, até porque temos de fazer uma análise profunda. A partir do momento em que for divulgado o início das obras do metrô, com certeza, haverá migração incontrolável no Distrito Federal. É necessário um estudo profundo, portanto, até visando a este ponto de absorção de mão-de-obra carente, que virá à procura de emprego.

O SR. TADEU RORIZ — Ouço a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Prezado colega, Deputado Tadeu Roriz, gostaria de parabenizá-lo pela sua iniciativa de trazer a esta tribuna requerimento de informações sobre o projeto do metrô. Acredito que, todo Deputado eleito tenha assumido o compromisso de lutar por um transporte de massa à altura do povo de Brasília. É um projeto que todos temos interesse em anali-

sar, por ser um meio de transporte que envolve muito dinheiro. A minha sugestão é de que realmente haja entrosamento do Poder Executivo com o Poder Legislativo para facilitar essa discussão. Tomamos conhecimento da licitação do RIMA. Ninguém conhece coisa alguma. Vários colegas da imprensa já estão nos perguntando sobre o projeto do metrô, e é desagradável dizer que não o conhecemos ou que não sabemos da proposta da construção do metrô. Acho que deve haver maior aproximação, para que realmente estejamos bem informados a propósito da iniciativa do Executivo de elaborar um projeto. Parabéns pela sua iniciativa, e confesso que estou muito ansiosa para conhecer a proposta da construção do metrô. Devo ressaltar que não é o projeto do metrô de Brasília que deve ser encaminhado a esta Casa, mas sim, o projeto integrado de transporte de massa, até mesmo porque sabemos que o metrô não fará todo o percurso do Distrito Federal. Muito Obrigada.

O SR. TADEU RORIZ — Ouço o aparte do nobre Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA — Deputado Tadeu Roriz, a idéia do Sr. Governador Joaquim Roriz é de enviar a esta Casa um projeto integrado. Esse projeto demanda tempo. Existe um grupo de técnicos trabalhando nele. Temos conversado com algumas pessoas ligadas a esse estudo. Penso que, daqui a alguns dias, teremos todo esse material para ser analisado. Gostaria de pedir aos companheiros Deputados um pouco mais de paciência, para que no tempo adequado possamos ter todo esse material. Seria um projeto integrado de transporte de massa no Distrito Federal. Como V. Exa. disse, Brasília foi construída para 500 mil habitantes no Plano Piloto; hoje temos mais 1 milhão e 500 mil habitantes na periferia, o que exige do Governo uma tomada de posição para resolver o problema do transporte de massa. Penso que dentro de mais alguns dias teremos aqui um amplo projeto para ser debatido. Muito obrigado.

O SR. TADEU RORIZ — Ouço o aparte do nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY — Prezado Deputado Tadeu Roriz, gostaria de parabenizá-lo, porque V. Exa. lançou uma polêmica sobre um assunto que já aguardávamos há muito tempo. Tenho certeza de que o Governador, como disse o nobre Deputado Maurílio Silva, trará para esta Câmara Legislativa um projeto, para que seja estudado e discutido por nós. Admiro essa iniciativa do Governador, porque traz para os trabalhadores um transporte mais rápido, mais barato, mais eficiente. Eles poderão chegar mais cedo no serviço e mais cedo em casa também, para estar com seus familiares. De forma que parabenizo, mais uma vez, o nobre Deputado Tadeu Roriz por ter trazido essa iniciativa para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. TADEU RORIZ — Gostaria também, como segundo ponto, de enaltecer a declaração do nobre Depu-

tado José Genoíno, do Partido dos Trabalhadores, publicada no «Correio Braziliense», de hoje, segundo a qual o PT tem de adotar uma «visão plural e democrática de um socialismo de esquerda, mais moderno e sem ditaduras internas».

Vejo isso com muita simpatia e interesse, principalmente por se tratar do nobre Deputado José Genoíno, antigo guerrilheiro, combatente na chamada «Guerrilha do Araguaia». Hoje, com lucidez, faz esse tipo de declaração, enaltecendo a visão moderna do PT daqui para frente. Alguns meses atrás, o também ilustre Deputado Roberto Freire fez um pronunciamento parecido, dizendo que a esquerda teria de se modernizar.

Gostaria que o exemplo do Deputado José Genoíno fosse seguido por seus pares e pelo seu líder maior, o Sr. Luís Inácio da Silva, travestido de Fidel Castro. Que ele também tenha uma visão mais ampla, um horizonte largo para modernizar o partido.

Acredito que o diretório do PT em Brasília acatará, certamente, na presença do ilustre Deputado Geraldo Magela, o apelo do seu colega José Genoíno.

Concedo aparte ao Deputado Geraldo Magela, se a Mesa assim o permitir.

O SR. GERALDO MAGELA — Nobre colega Tadeu Roriz, não nos surpreende a sua assertiva acerca do Partido dos Trabalhadores. Sabemos que V. Exa. tem uma admiração especial pelo PT, mas algumas divergências fizeram com que V. Exa. escolhesse outro partido. Sabemos que V. Exa. pode aproveitar muitas das nossas idéias, tanto no seu mandato, quanto no seu partido. Sabemos da aceitação e da modernidade real dessas idéias. Isso é comprovado pelo número de votos que a cada eleição adquirimos, inclusive elegendo número maior de representantes de nosso partido, tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. É verdade, o PT é o que há de mais moderno, em termos de partidos políticos neste país — não há aqui nenhuma modéstia. Já nascemos sob o signo da pluralidade, construímos o partido combatendo o dogmatismo, o monolitismo e todas as formas de ditadura e opressão. Fundamentalmente, continuamos e continuaremos combatendo a pior das opressões, a opressão econômico-social. Infelizmente, isso ainda faz com que a maioria da população fique sob essa ditadura, que leva milhares de crianças e de pessoas idosas à morte pela fome e por falta de assistência. Nós, do Partido dos Trabalhadores, apoiamos as assertivas feitas por V. Exa. desta tribuna, e estamos abertos à discussão. O Partido dos Trabalhadores é — mais uma vez, sem falsa modéstia — o que existe de mais moderno na política brasileira.

Muito obrigado.

O SR. TADEU RORIZ — Agradeço a V. Exa. o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Srs. Deputados, a Presidência, de acordo com o art. 199

do Regimento Interno, suspende a presente sessão por 5 minutos e solicita à nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia que convide o Deputado Estadual por Goiás, Wilmar Rocha, a conhecer o nosso plenário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está reaberta a sessão. O Presidente agradece a visita do nobre Deputado Wilmar Rocha, do Estado de Goiás.

Convido o nobre Deputado Tadeu Roriz a assumir a Presidência dos nossos trabalhos.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Tadeu Roriz).

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando sequência ao Grande Expediente, convido o nobre Deputado Peniel Pacheco a ocupar a tribuna.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna movido por uma preocupação que se instalou em mim desde as primeiras horas do dia de hoje.

Lembrei-me de que são decorridos exatamente 30 dias desde a instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e pus-me a fazer uma breve retrospectiva acerca dos acontecimentos verificados nesta Casa do povo. E quero dizer, Sr. Presidente, que, mesmo a despeito dos muitos desafios que nos são impostos, não apenas por sermos todos marinheiros de primeira viagem, com a honrosa exceção da nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia, mas, também por estarmos num barco de primeira viagem, esta Casa conseguiu alguns feitos significativos: não dispondo de prédio próprio, embora a Constituição promulgada determinasse que a Câmara Legislativa a ser instalada deveria ter uma sede própria, adaptamo-nos às instalações provisórias e precárias, do ponto de vista da funcionalidade, deste edifício, que era sede da Embrater, e o transformamos em sede da Câmara Legislativa.

Não tínhamos equipamentos — nem sei se já os temos — porém mesmo assim improvisamos, trazendo máquinas emprestadas, ou redigindo documento à mão desde que não parasse o processo da atividade legislativa.

Não tínhamos funcionários (será que já os temos?), mas convidamos nossos auxiliares, que nos vieram servir antes mesmo de serem nomeados para seus cargos, e deverão receber seus salários como prestadores de serviços, e não o salário devido a um funcionário registrado com carteira assinada.

Concedo aparte ao nobre Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Sr. Presidente, nobre Deputado, lembro-me da precariedade, em termos de funcionamento da nossa Casa, no início dos nossos trabalhos, e da situação de alguns servidores. Observo que algumas pessoas nos estão servindo desde o dia 2, abrindo mão de suas férias e do convívio de suas famílias. Refiro-me especificamente aos servidores do Senado Federal que vieram nos ajudar e, infelizmente, estão tendo tratamento discriminatório. Por quê? Nós, da Comissão de Estrutura e

Organização, à época, formulamos uma solicitação ao Senador Nelson Carneiro, no sentido da colaboração de determinados servidores. Essas pessoas vieram, e agora não receberão pela prestação de seus serviços no período compreendido entre os dias 2 e 14.

Gostaria de alertar o 1º Secretário e os demais companheiros desta Casa para a necessidade de revertermos esse quadro, porque a exploração mais viva é a exploração do homem pelo homem. E, se assim ocorrer, se essas pessoas só forem pagas a partir da data das suas requisições, estaremos explorando essa mão-de-obra durante quatorze dias, sem que os tenhamos pago para isso. Quando vieram para cá, acreditaram em nossa palavra, contribuíram e muito, para que esta Casa funcionasse, precariamente ou não.

A alegação de que a Constituição veda duplo emprego é incorreta, porque a prestação de serviço pode ser feita por qualquer servidor público, e eles poderiam muito bem receber nesse período por uma prestação de serviço. Gostaria de chamar a atenção de todos os companheiros Parlamentares para o fato de que precisamos reverter o mais rápido possível essa injustiça. Devemos pensar naqueles que nos ajudaram ontem, para que, amanhã, também possam fazê-lo. Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO — É muito oportuna a sua participação, nobre Deputado, e é com muita alegria e orgulho que incorporamos ao nosso fornecimento o registro de V. Exa.

Concedo aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Sr. Deputado Peniel Pacheco, acredito que a preocupação do Deputado Cláudio Monteiro é bastante pertinente. Não se tratava somente dos servidores cedidos pelo Senado Federal, que tiveram suas férias sacrificadas, mas também de muitos que ingressaram conosco neste projeto de vida de criar um Legislativo real em Brasília. Entretanto, entendo a preocupação do 1º Secretário. Não estou aqui subestimando a sua palavra. Há servidores do Senado Federal e outros que foram cedidos a esta Casa, ainda que a nível informal, no primeiro momento, que estão sem receber a sua remuneração. Temos de encontrar uma solução para o problema. O nobre Deputado, tendo conhecimento da legislação trabalhista, entende que no âmbito da Administração Pública um servidor não pode receber remuneração de duas diferentes fontes. Não sou conhecedor da matéria, mas se assim é do conhecimento do Sr. Deputado, V. Exa. poderia orientar a 1ª Secretária, dando embasamento jurídico e inclusive prestando à Casa orientação que seria muito bem-vinda.

O SR. PENIEL PACHECO — Agradecemos também o aparte do nobre Deputado.

Se não tínhamos funcionários — e ainda estamos tendo dificuldades para que eles possam efetivamente participar do trabalho desta Casa — nós nos temos desdobrado, o quanto possível, para tentar suprir esta carência.

Não tínhamos Regimento Interno: tomamos um emprestado, e, diga-se de passagem, imprestável para a nossa realidade.

Se não tivemos o direito às coisas que nos são lícitas e indispensáveis, tínhamos, isto sim, a previsão de recesso parlamentar, que nos permitiria, independente de estarmos em atividade permanente, resolver estas questões sem a preocupação do trabalho efetivo. Mas, também aqui, abdicamos da opção mais cômoda, para ingressar definitivamente no trabalho que já vinha sendo desenvolvido informalmente há três meses, sem remuneração.

Não estou aqui, Sr. Presidente, tentando atirar confetes nos Deputados. Acredito que não estamos fazendo mais do que a nossa obrigação. É o nosso dever viabilizar a ação do Legislativo local. Todos nós, portanto, assumimos essa responsabilidade e esse compromisso. Viemos à luta. Estamos fazendo funcionar esta Casa, vencendo os percalços aqui citados.

Este é o quadro cristalino da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Mas eu faria uma pergunta, Sr. Presidente: Será que é esta a visão que a sociedade tem de nós?

Lamentavelmente, eu gostaria de ressaltar que a resposta é: Não!

Auscultando entre pessoas que acompanham nosso trabalho à distância, cidadãos comuns que ouvem esporadicamente uma ou outra informação acerca desta Casa, descobriremos opiniões as mais variadas. Mas, na maioria dos casos, veremos concepções bastante negativas.

Por que isto? De quem é a culpa? A quem interessa a desmoralização e o esvaziamento do Legislativo?

São perguntas que surgem neste momento e cujas respostas eu desejaria encontrar.

Sr. Presidente, já é do conhecimento de todos nós, Parlamentares, e da própria sociedade, aquela tendência natural que há no Brasil, de se promover o esvaziamento do Legislativo, minimizando a sua influência, especialmente quando o Legislativo não se dobra diante de pressões exercidas por parte daqueles que vêem os seus interesses ameaçados por uma atuação séria e coerente com os princípios da moralidade com a coisa pública. Quando essas pressões não surtem o efeito esperado por parte dos que as exercem, então usa-se a arma da difamação e da crítica gratuita, mas sempre financiada a peso de ouro. Eu não sei, Sr. Presidente, se este seria o caso específico da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Provavelmente não, pelo menos por enquanto.

Existe ainda, Sr. Presidente, aquela tentativa de transformar o Legislativo no bode expiatório das grandes mazelas que assolam especialmente as populações menos favorecidas da sociedade. Quando os tribunais não conseguem solucionar os problemas da violência e da criminalidade, em virtude de um estado de morosidade crônica, ou quando o próprio Executivo não é suficientemente capaz de promover o bem-estar social, então torna-se mais cômo-

do e simples atribuir a outrem a responsabilidade do fracasso. Ou pode ser também que, diante do elevado volume de verbas públicas que são gastas anualmente com a publicidade oficial, seja mais fácil criar uma cerca protetora em volta daquelas que administram estes recursos, preservando tais pessoas de eventuais desgastes perante a imprensa.

Esse certamente não é o caso do Legislativo, e então a corda acaba arrebentando do lado mais fraco.

Sr. Presidente, até reluto em tentar pelo menos imaginar que esta seria a situação da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Recuso-me a conceber que gestos tão maquiavélicos pudessem ser cometidos por membros da equipe do Governo do Distrito Federal. Quero, portanto, esperar que essa atitude jamais ocorra.

O que estaria acontecendo, então? Peço aos nobres Deputados que me desculpem, mas minha avaliação é nada lisonjeira. A culpa, em certo sentido, é nossa! Falta-nos um pouco mais de paixão pelo trabalho legislativo. Precisamos conscientizar-nos ainda mais do quanto o nosso trabalho é relevante para esta cidade, do quanto esta Casa pode fazer diferença na vida da sociedade. Precisamos ter mais coleguismo e mais solidariedade na defesa intransigente das nossas próprias prerrogativas. Não podemos, absolutamente, abrir mão daquilo que é nosso direito. Não se trata aqui de criar máscaras com o intuito de tentar encobrir eventuais erros cometidos por qualquer um de nós. Não, absolutamente não! Mas isto não significa que devamos engalfinhar-nos numa verdadeira luta de titãs, com o objetivo único de tentar prevalecer sobre o outro. Eu perguntaria: que benefício traria isso? Que vantagem o Legislativo levaria perante a sociedade nessas brigas, muitas vezes por questões irrisórias, ocorridas entre nós?

Creio que é hora, Sr. Presidente, de resgatarmos o espírito de equipe que tantos benefícios trará ao nosso Parlamento.

E, a partir de agora, aqueles que estiverem dispostos a alçar a bandeira do fortalecimento do nosso Legislativo tenham em mim um forte aliado.

Ouçõ o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — Nobre Deputado, acho que o tema abordado realmente tem de ser apreciado com profundidade e nas suas nuances não recai responsabilidade sobre a imprensa ou sobre o Executivo. Concorde em que uma parcela da população está correta ao fazer crítica ao Legislativo. Estou de acordo com V. Exa. neste diagnóstico. Acho que a imprensa aqui dentro — salvo raras, raríssimas exceções, e muito mais por equívocos, por erros que às vezes sejam até de nossa responsabilidade — tem sido de uma lealdade, de uma transparência que merece registro, pela dignidade com que seus profissionais têm desempenhado seu papel. Sabemos que existe diferença entre o trabalho dos profissionais e a ideologia ou intenção dos donos dos órgãos de imprensa. Muitas vezes, o que sai divulgado não

é o que o repórter escreve; é a versão que o dono da empresa jornalística quer passar. Mas o papel de críticos que esses profissionais têm cumprido aqui é aquele que, entendemos, deveriam cumprir. Agora, acho que V. Exa. é de certa forma um tanto conivente conosco. Temos de fazer autocrítica. Este Parlamento começou errado. Vide a forma como foi composta a Mesa, numa repetição dos vícios de outros Parlamentos. Do mesmo modo a forma de eleição nas comissões. E foi repetida aquela máxima de São Francisco de Assis — me permitam os religiosos lembrar — de que é dando que se recebe. E houve ainda a história do «trem da alegria», o fato de o Presidente ter um carro só para ele etc. Depois houve desmentidos, houve versões diferentes, mas tudo isso é responsabilidade de quem? Não é do eleitor, não é do cidadão que nos elegeu; é nossa. Temos de fazer autocrítica, sim. Não podemos dizer que os 24 Deputados estão errados, mas acho que há erros que são da responsabilidade dos 24. No entanto, gostaria que não fossem atribuídos a mim ou à bancada do partido ao qual pertenço, porque queremos um Parlamento diferente, queremos um Parlamento moderno. Às vezes até fico assustado. Vejam quantos dos nossos companheiros não estão aqui agora. Acho que em parte eles têm razão, pois hoje viemos aqui, como em todos os outros dias da semana, e não votamos nada. A população quer que comecemos a decidir. Bem ou mal, vamos discutir a questão do metrô, ou o problema do transporte coletivo, dos assentamentos, a situação da educação e da saúde. Muitos dos discursos que fazemos aqui durante o dia são para nós mesmos, ou para um segmento particular do nosso eleitorado. Então, creio que a população está certa. Quem nos critica está agindo corretamente. A imprensa tem sido boazinha conosco, porque já estamos no terceiro dia de trabalho desta semana e não votamos nada. V. Exa. mesmo é Presidente de uma Comissão que tem inclusive a responsabilidade de agilizar o processo de implantação do Legislativo do qual também faço parte. Mas podemos reunir-nos extraordinariamente a fim de contribuir para acelerar esse trabalho. A responsabilidade pelo atual quadro é nossa, e, se quisermos, podemos reverter essa situação. Mas, nobre colega, essa tem de ser uma decisão dos 24. A política do é dando que se recebe ou do puxar o tapete tem de deixar de existir aqui, e a lealdade na divergência tem de permanecer.

O SR. PENIEL PACHECO — Agradeço o aparte e concordo com V. Exa., especialmente quando se reporta ao momento da eleição da Mesa e diz que os vícios se repetem, inclusive os vícios do próprio PT ao não tomar parte em uma discussão mais ampla para que se tivesse aqui a participação colegiada de todos os blocos. Naquela oportunidade, quando não merecemos o voto do PT, ainda assim retribuimos com voto. V. Exa., talvez por não ter estado presente à última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, não tomou conhecimento do esforço que estamos fazendo para aprovar o mais depressa possível o Regimento Interno da Câmara Legislativa. Mas perdão o desconhecimento e o motivo da ausência.

Absolutamente não desejo, Sr. Deputado, abrir mão das minhas concepções filosóficas ou ideológicas, nem pretendo que outros o façam. O que desejo é que, mesmo nas divergências, ou no calor das discussões de matérias polêmicas ou conflitantes, saibamos manter uma postura de respeito mútuo, indispensável para a convivência fraterna, pluralista e democrática. Precisamos, sem dúvida, Srs. Deputados, vencer estas questiúnculas que muitas vezes se alojam em nossos pensamentos e norteiam nossa forma de conduta, levando-nos a apartear um colega com pedras nas mãos, procurando levar questões muitas vezes filosóficas ou ideológicas para o campo pessoal, com agressões aos companheiros, esquecendo-nos de que quando atingimos um colega, independentemente da corrente ideológica a que pertença, estamos atingindo a própria Casa. Jamais estarei conivente com erros cometidos nesta Casa, embora possa haver concepções diferenciadas do que seja erro e do que não seja.

Sr. Presidente, não pretendo estender-me além do tempo. Concluo convocando os nobres Deputados a que se juntem a nós nessa luta, de modo que, quando percebermos que alguma coisa não está sendo conduzida de forma

positiva, haja dignidade, eu diria até, Sr. Presidente, haja aquela transparência indispensável a uma conversa pessoal. Sem dúvida essa atitude será muito mais saudável e poderá trazer uma contribuição real. A atitude de usar a tribuna como objeto de descarga de revoltas pessoais não trará benefícios a esta Casa.

Ao encerrar este pronunciamento, quero colocar-me lado a lado com aqueles que estão dispostos a erguer a bandeira do fortalecimento do Legislativo, a romper com todos os vícios que porventura já comecem a cristalizar-se entre nós, e, acima de tudo, a vencer todas as barreiras e todas as oposições que se levantarem, partam de onde partirem, para que possamos fazer do Legislativo do Distrito Federal o exemplo de um Legislativo moderno, avançado, competente, e que venha a cristalizar os anseios maiores da nossa sociedade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Nada mais havendo a tratar, convoco a próxima sessão ordinária para amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 31 DE JANEIRO DE 1991

ABERTURA

PEQUENO EXPEDIENTE

COMUNICADOS DA MESA

- Projeto de Resolução nº 021/91, de autoria do Deputado José Omellas, que «Modifica o parágrafo 4º do art 3º da Resolução nº 006, de 1991, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional de Sobradinho para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional do Plano Piloto para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional de Taguatinga para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional de Samambaia para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional de Brazlândia para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional do Paranoá para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional de Ceilândia para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional do Cruzeiro para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional do Núcleo Bandeirante para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».

- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional do Guará para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional de Planaltina para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Requerimento de autoria de vários Deputados que «Convoca o Administrador Regional do Gama para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão».
- Projeto de Lei nº 068, de 1990, de autoria do Executivo local, que «Autoriza a Fundação Hospitalar do DF a compensar dias de serviço não prestados em função de greve, e dá outras providências».

COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO FERNANDO NAVES, em nome do PDC

- Solicitação ao Deputado Geraldo Magela de provas de torturas infligidas a crianças pela polícia do Distrito Federal, para serem encaminhadas ao Ministério Público.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE, em nome do PTR

- Parabenização ao Governador do Distrito Federal e aos rodoviários pelo consenso alcançado nas negociações por reajustes salariais.
- Ponderações sobre os benefícios obtidos pela população com a criação da Secretaria do Entorno.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B

- Manifestação de solidariedade à categoria dos rodoviários, em negociações por reposição salarial.
- Registro de encaminhamento à Mesa Diretora de projeto de resolução que «Cria a Tribuna Livre nas sessões plenárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal».

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do Bloco Solidariedade

- Manifestação de solidariedade à categoria dos rodoviários.
- Solicitação à Mesa Diretora de providências para viabilizar a comunicação desta Câmara Legislativa com as cidades adjacentes ao Distrito Federal.

DEPUTADO JORGE CAUHY, em nome do PL

- Referência à matéria publicada no «Jornal de Brasília» sob o título «Maldade».
- Registro de doação do livro «Do Amor ao Trabalho», de sua autoria, à Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, em nome da Bancada do PT

- Saudação à categoria dos rodoviários e aos funcionários da Embrater pelo sucesso de suas negociações.
- Contestações à matéria publicada no «Jornal de Brasília» sobre pronunciamento do Deputado Peniel Pacheco.

COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO AROLDO SATAKE (PDS)

- Considerações sobre a reportagem do «Correio Braziliense», na edição de hoje, que dedica toda a primeira página do caderno «Cidade» ao projeto «Combinado Agourbano de Brasília (CAUB)».

DEPUTADO GÍLSON ARAÚJO (PTR)

- Comentários sobre a realização, em 21 de abril, da «Maratona Brasília» enaltecendo seus promotores: «Correio Braziliense», «TV Brasília» e «Rádio Planalto» pela divulgação do evento.

- Manifesto em defesa dos funcionários remanescentes da Embrater, órgão extinto pelo Governo Collor.

DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

- Saudação aos rodoviários e aos funcionários da extinta Embrater, em visita a esta Casa Legislativa.
- Registro das publicações da «Anistia Internacional», denunciando torturas e assassinatos cometidos contra crianças e adolescentes, em todo o território nacional.
- Ponderações a respeito das reais condições físicas do PROEM/DF para o atendimento a meninas e meninos de rua.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Denúncia de discriminação à mulher, bem como de outras irregularidades nas diversas empresas de transporte coletivo do Distrito Federal.
- Comentários sobre as reivindicações dos rodoviários, em campanha pela reposição das perdas salariais.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Registro de encaminhamento à Mesa Diretora de requerimento que solicita informações mais detalhadas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre a aplicação da Lei nº 091/90 e sobre o artigo 223, da Resolução nº 038/90 desse Tribunal.
- Abordagem sobre proposta de absorção do patrimônio da Cobal e de parte dos trabalhadores da Cobal, CFP e Cibrazem apresentada ao Secretário de Agricultura e Produção do Distrito Federal.
- Congratulações ao jornalista do «Correio Braziliense» responsável pela reportagem sobre o Projeto do «Combinado Agroubano de Brasília».

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA (PTR)

- Registro de encaminhamento de requerimento à Mesa Diretora — atendendo reivindicação dos inquilinos do Gama — solicitando informações à SHIS sobre a clientela a ter prioridade na transferência para o assentamento de Santa Maria.
- Registro de requerimento de solicitação à Secretaria do Trabalho para que fiscalize a empresa de transporte coletivo Viplan, denunciada por irregularidades na contratação de pessoal do sexo feminino.
- Considerações a respeito da criação da Secretaria do Entorno do Distrito Federal.

ORDEM DO DIA

ITEM ÚNICO — Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 035, de 1991, de autoria do Executivo local, que «Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do DF, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do DF, e dá outras providências.»

- Parecer favorável da Relatora da CAS, Deputada Lúcia de Carvalho.
- Parecer favorável do Relator da CEOF, Deputado Gilson Araújo.
- Concedido prazo ao relator da CCJ para emitir parecer.

GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

- Considerações sobre o processo legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a quantidade de projetos com pedidos de urgência.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PSL)

- Registro de envio de ofício ao Sr. Governador do Distrito Federal solicitando especial guarda dos arquivos do Departamento de Terras Rurais da Fundação Zoobotânica, que correm sério risco de danificação.

ENCERRAMENTO

- Convocação dos Srs. Deputados para sessão extraordinária a realizar-se na próxima segunda-feira, às 10 horas, com a seguinte ordem do dia:

ITEM 1 — Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 035, de 1991.

ITEM 2 — Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 010, de 1991.

ITEM 3 — Votação da Redação Final do Projeto de Resolução nº 010, de 1991.

ITEM 4 — Votação do requerimento para tramitação conjunta, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, dos Projetos de Lei nºs 005 e 007, de 1991.

ITEM 5 — Votação, em 1º turno, dos pareceres referentes aos projetos constantes do item anterior.

ITEM 6 — Votação do projeto de resolução que modifica o § 4º do art. 3º da Resolução nº 006, de 1991.

Ata da 19ª Sessão Ordinária, em 31 de janeiro de 1991.
1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães
Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) José Ornellas, Pedro Celso

Às 15 horas e 30 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **Benício Tavares** (PDT)
- Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
- Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
- Deputado **Fernando Naves** (PDC)
- Deputado **Geraldo Magela** (PT)
- Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
- Deputado **Padre Jonas** (PDT)
- Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
- Deputado **José Edmar** (PSL)
- Deputado **José Ornellas** (PL)
- Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
- Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
- Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
- Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
- Deputado **Pedro Celso** (PT)
- Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
- Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
- Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
- Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
- Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
 Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado José Ornellas a assumir a Secretaria.

Passamos à primeira parte do

PEQUENO EXPEDIENTE

Há sobre a mesa Projeto de Resolução de autoria do Deputado José Ornellas.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/91

Modifica o § 4º do art. 3º da Resolução nº 006, de 1991, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 1º O § 4º do art. 3º da Resolução nº 006/91, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, passa a ter a seguinte redação:

«§ 4º Para as funções de manutenção das instalações, equipamentos e serviços, provenientes da EMBRATER, poderão ser designados profissionais que desempenhavam essas funções naquela empresa, observado o § 3º do art. 2º».

Art. 2º O art. 3º da Resolução nº 006/91, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, fica acrescido do seguinte parágrafo:

«§ 5º Os profissionais de que trata o § 4º deste artigo serão contratados por livre nomeação, por indicação do Presidente, Vice-Presidente, 1º, 2º ou 3º Secretário da Câmara Legislativa, mediante aprovação da Mesa Diretora, de acordo com a tabela de remuneração anexa:

ANEXO III
 (§ 5º do art. 3º)

CARGO	FAIXA	REMUNERAÇÃO Cr\$
Nível Superior	NS.1	271.500,00
	NS.2	316.500,00
Nível Médio	NM.1	144.800,00
	NM.2	181.000,00
	NM.3	217.200,00
Nível Básico	NB.1	36.200,00
	NB.2	72.400,00
	NB.3	90.500,00
	NB.4	108.600,00

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

(a) José Ornellas

JUSTIFICATIVA

A presente Resolução tem por finalidade permitir a imediata contratação de profissionais competentes e especializados, que atualmente estão em atividade na EMBRATER, possibilitando que não haja interrupção nas importantes funções de manutenção das instalações, equipamentos e serviços necessários ao funcionamento desta Casa.

A modificação visa a permitir que o art. 4º possa ser realmente implementado. De maneira como foi redigido anteriormente, só se referia à manutenção e instalação, e enquadrava apenas um funcionário da Embrater.

Em segundo lugar, não definia como as pessoas poderiam ser contratadas, não explicitava que era apenas por um ano, não dava uma tabela de remuneração. Assim, ficou realmente difícil, eu diria até impossível, implementar o art. 4º.

Estamos, portanto, fazendo esta proposta, e amanhã apresentarei um requerimento de urgência, pois precisamos realmente resolver os problemas dos funcionários da Embrater, em relação aos quais temos perspectivas.

As cópias do projeto serão distribuídas ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Srs. Deputados, a partir do mês de fevereiro, que amanhã se inicia, as solenidades de hasteamento das bandeiras em frente ao prédio desta Casa serão realizadas nas primeiras sextas-feiras de cada mês, com a participação de alunos das escolas do Distrito Federal e de bandas de música das corporações existentes em Brasília.

Assim, convidamos os Srs. Deputados, a imprensa, os servidores, o público em geral, para a solenidade que se realizará, amanhã, às 9h da manhã.

Há oradores inscritos para a segunda parte do

PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao nobre Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

O «Correio Braziliense», na edição de hoje, dedica toda a primeira página do Caderno da Cidade ao Projeto Combinado Agroubano de Brasília, o chamado CAUB, lançado em 1986 pelo então Governador José Aparecido, com a pretensão de ser um modelo de reforma agrária.

A reportagem — diga-se de passagem, um primor de trabalho jornalístico — mostra a situação caótica a que pode chegar um projeto quando não há critérios e estudos adequados para a criação de empreendimentos desse porte.

Especificamente, no Projeto CAUB, esqueceram-se do fundamental — a análise do potencial hídrico da região — onde, em razão da qualidade do solo, para uma produção extensiva, somente poderia ser desenvolvida a agricultura

irrigada. A extração da água via poço artesiano não atende à demanda de uma irrigação adequada e, conseqüentemente, de uma produção que pretende atender ao mercado consumidor.

Não havendo água e sendo suspensa a ajuda prometida pelo Governo, os produtores assentados só encontram condições de produzir no período das chuvas, o que é insuficiente até mesmo para a própria sobrevivência. Encurralados por toda ordem de dificuldades, alguns não encontram outra saída que não fosse a venda do lote e da casa que receberam em concessão, o que não é permitido no contrato.

Nesta oportunidade, esclareço o seguinte:

1º) O único contato que tive com aquela comunidade ocorreu no dia 25 do corrente, a convite dos produtores locais, para conhecer os problemas do projeto; 2º) Estiveram também presentes ao encontro o Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura e Produção, representantes de Associações rurais e da Federação dos Produtores; 3º) No encontro, os produtores locais externaram seu pensamento quanto à situação atual do projeto, o qual não conta com nenhuma assistência dos órgãos governamentais, e quanto às condições perversas preceituadas nas cláusulas contratuais da concessão de uso, que não lhes dá nenhum direito, seja pelas benfeitorias realizadas, seja pela proibição de se instalar moradia no local da produção, fato este que tem inviabilizado o retorno financeiro da plantação, em função do que, em média, esta é furtada em quase 70% dos produtos; 4º) — Reivindicaram ainda a instalação de postos policiais ou telefônicos, pois a comunidade está à mercê de marginais, sem que possa, em caso de emergência, efetuar qualquer contato com os meios de segurança pública; 5º) — Após ouvida a comunidade, este Deputado e o Secretário Adjunto solicitaram que fossem as reivindicações colocadas em documento, com a assinatura de todos os envolvidos no projeto para que pudéssemos providenciar junto às autoridades competentes as soluções que o problema exige.

Qualquer outro assunto que não estes que mencionei não retrata a realidade do encontro que foi passada ao repórter e que, com propósitos escusos, procura denegrir a imagem deste Deputado, quando afirma que estaríamos estimulando os produtores a venderem seus lotes. Assim, permito-me em acreditar ter sido tal informação «plantada» na cabeça dos informantes do repórter, por setores interessados em nos desestabilizar junto ao segmento rural que, com muita honra, representamos nesta Casa.

Afirmo, aqui e agora, Srs. Deputados, que nunca incentivamos tal procedimento aos produtores. A modesta representação do setor rural que exercemos nesta Casa é fruto de longos anos de luta em favor do produtor. Na condição de ser humano e cidadão, temos nossa formação calcada no duro trabalho na terra. Nossa arma e o conhecimento da causa, é a vivência com as dificuldades que o produtor enfrenta, no seu dia e noite com as mãos dentro da terra e a cabeça sob o sol e a chuva.

Estamos chegando agora aos corredores do poder e da política, mas, nem agora, nem nunca, fugiremos ao princípio que norteia nossa formação: trabalho, muito trabalho.

Que a consciência daqueles que usam da mentira para tentar destruir, ao invés do trabalho para tentar construir, faça a devida retificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. «Con-vém rezar para ter um espírito são num corpo são». A sugestão de Juvenal encaixa-se bem nestes tempos de inquietude mundial, especialmente no Brasil, onde faltam trabalho e pão, onde os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos. A desgraça só não é maior porque não estamos em guerra com ninguém.

É difícil, muito difícil, hoje, manter a sanidade do espírito e do corpo com tantas adversidades, que alimentam a desesperança e semeiam a dúvida. Mas é preciso resistir. É preciso ter força para promover o espírito são e o corpo são.

Por isso, é muito bem-vinda a realização, em 21 de abril, da Maratona Brasília, que deverá ter a participação de dois mil esportistas e vai, por certo, disseminar a prática de uma das modalidades de esporte mais completas: a corrida. Atividades como andar e correr fazem muito bem para a saúde. E Brasília tem áreas muito boas para este tipo de esporte, como, por exemplo, o Parque da Cidade e a Água Mineral. Andar e correr fortalecem o espírito e o corpo. O apelo, portanto, da Maratona é muito saudável. O evento merece o apoio da cidade. Além de estimular a prática do esporte, em tempos tão difíceis, a Maratona será o início de uma jornada que pode desembocar na realização, no ano 2000, das Olimpíadas em Brasília.

Ao mesmo tempo em que saudamos o acontecimento, parabenizamos os seus promotores, que são o «Correio Braziliense», a «TV Brasília» e a «Rádio Planalto». A comemoração dos 31 anos de Brasília certamente será mais movimentada e alegre com a Maratona, que já contagia a cidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresento, neste exato momento, um problema de extrema gravidade.

A poucos metros de onde estamos, o desespero, a angústia e a incerteza invadem o dia-a-dia de 49 trabalhadores. São os funcionários remanescentes da Embrater, órgão que, em nome de um plano econômico para debelar a inflação, foi extinto em abril do ano passado pelo atual Governo Federal.

A situação dessa gente é muito grave. Por isso, quero contar com a atenção e com a ajuda de todos os meus Pares para que, juntos, encontremos uma solução que evite a programada demissão sumária, destino imposto a outros

379 funcionários, que hoje penam num mercado de trabalho disputado com lágrimas.

Temos de ser sensíveis à triste e incrível situação desses trabalhadores. São homens e mulheres que jamais deixaram de acreditar no resultado do seu trabalho, ou seja, têm consciência de que seu trabalho foi muito importante para o aumento da produção e da produtividade agrícola, na medida que foram o elo que transferiu a tecnologia produzida pela Embrater aos pequenos e médios produtores de 80% dos Municípios brasileiros. Graças ao seu trabalho, cresceu a produtividade de culturas essenciais, como as do feijão, do arroz, da mandioca e do milho.

É um paradoxo, quando se sabe que larga faixa da população do País está mergulhada na miséria absoluta; um paradoxo, porque antes de o Governo considerar a Embrater descartável, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) emitiu parecer classificando o órgão como modelo em termos de América Latina.

A soma de paradoxos é a nossa perplexidade. Mais hoje que ontem. Por que trabalhadores, todos técnicos altamente qualificados, estão pagando tão caro pelo erro de acreditar que a técnica poderia colocar mais e melhores alimentos na mesa do consumidor? É muito grande, Sras. e Srs. Deputados, a nossa perplexidade. Enquanto as funções originais e o acervo patrimonial são à força adaptados à estrutura da Embrapa, os recursos humanos são tratados como lixo.

Agrônomos, contadores, advogados, bibliotecários, datilógrafos, economistas, operadores de centros de processamento de dados estão, há um ano, convivendo com o fantasma da demissão sumária. Nesse período, a apreensão de suas famílias tem crescido. Todos sabem que o *day after* de um desempregado é cada vez mais sombrio, e que dificilmente conseguirão sobreviver com a venda de cachorro-quente, a alternativa encontrada pelo «seu» Rodrigues e sua esposa, ambos dispensados da Embrater. «Seu» Rodrigues e sua esposa mantêm há 80 dias uma carroça de cachorro-quente, aqui na frente da Câmara.

Como se não bastasse essa angústia, há ainda a terrível consciência de que a idade que carregam, variando dos 35 aos 50 anos, dificulta demais o reingresso no mercado de trabalho.

Sras. e Srs. Deputados, nós, imbuídos de toda a nossa responsabilidade de líderes sociais, precisamos agir para pôr fim à *via crucis* desses trabalhadores, alguns dos quais servem inclusive a esta Casa, nas áreas de manutenção e datilografia. Mais que o direito ao trabalho, o que está em jogo é a dignidade dessas pessoas, ultrajada em nome de um plano econômico que, além de não acabar com a inflação, semeia a recessão e o desemprego.

Cada trabalhador desses tem no mínimo 12 anos de trabalho especializado na Embrater. Trata-se de mão-de-obra qualificada, cuja capacitação foi, inclusive, produto de

financiamento do Banco Mundial, que acreditou no seu efeito multiplicador. Aliás, o Banco Mundial, essa prestigiosa instituição, sempre acreditou no trabalho da Embrater, a ponto de financiar a construção da sede onde estamos, bem como das sedes das Emater em vinte cinco Estados. Com a morte da Embrater, mãe do sistema, essas empresas estaduais entraram em fase de decadência.

O resultado dessa crise toda será certamente a redução das safras agrícolas. A deste ano pode ser sinal disso. Os primeiros dados apontam para uma queda de 3,6%. Não entendemos como se pode jogar fora, diante de tanta necessidade, um patrimônio, um *know-how* agrícola como o acumulado nos últimos 40 anos.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isso não é tão contingente e nem tão dramático quanto o problema desses trabalhadores, que, neuroticamente, vão todo mês consultar uma lista do liquidante Carlos Alberto Bastos Reis para saber se foram ou não demitidos. A conclusão do processo de liquidação da empresa está prevista para os próximos dois meses. E ela envolve a demissão dos seus últimos 49 trabalhadores.

Convoco os meus Pares para mudar o destino desses trabalhadores, que estão abandonados à própria sorte.

Não nos esqueçamos do ensinamento de Protágoras: «O homem é a medida de todas as coisas». Certamente há formas de, em nome da dignidade do homem, encontrar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de saudar esta brava categoria de rodovjários que luta o plenário da Câmara Legislativa. Naturalmente que a luta desses trabalhadores é a luta de todos nós. Saudamos também os funcionários da extinta Embrater que estão aqui em busca de emprego. A todos nossa solidariedade e a do Partido dos Trabalhadores. Esta luta é de todos nós.

Nos últimos anos o Brasil vem ganhando notoriedade, inclusive internacional, pela situação verdadeiramente dramática em que vivem nossas crianças e adolescentes.

Sabidamente temos, a nível nacional, cerca de 25 milhões de crianças e adolescentes «vivendo» sob o mais completo abandono, fora de casa, de escolas, enfim, de todos os espaços indispensáveis à formação do ser humano.

Esta situação, conhecida por todos, e, principalmente, pelas autoridades governamentais, vem sendo tratada, ora com total descaso, ora com surradas retóricas demagógicas, que não resultam em ações que venham a pôr fim a esse quadro envergonhador a qualquer nação democrática.

Neste sentido, cabe o registro das publicações da Anistia Internacional, divulgadas no ano passado, dando conta de torturas e assassinatos cometidos contra crianças e

adolescentes, em todo o território nacional, sem exclusão sequer da Capital da República, que sedia todos os altos Poderes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. É de se relevar que, segundo as denúncias da conceituada organização internacional, e não contestadas, diga-se de passagem, os crimes de tortura e assassinatos contra a infância e a adolescência têm por agentes, via de regra, policiais civis ou militares, vale dizer, representantes do Estado.

O Distrito Federal, na sua condição de Capital da República, a despeito de sua importância política, e por que não dizer, de sua pouca idade, frequenta com assiduidade os noticiários informando as deploráveis condições de vida de milhares de crianças e adolescentes que, à ausência de políticas sociais efetivas, se vêem sozinhas na luta pela mera sobrevivência, não raras vezes baseada no submundo do crime, como tráfico e uso de drogas, roubo e outros.

Como estudo de caso, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, anotaremos aqui a situação de meninos e meninas de rua atendidos na Proem — Promoção Educativa do Menor, situada no SGAS 909 — Lote 27.

Por determinação do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, logo após sua posse, vem funcionando provisoriamente, naquele local, o atendimento a meninos e meninas de rua, a cargo da Fundação de Serviço Social do Distrito Federal.

Queremos ressaltar a nossa concordância com a preocupação com a questão das crianças e adolescentes. Neste sentido, saudamos as iniciativas que vierem a ser tomadas neste campo. Mas não podemos perder de vista que esta questão não pode ser tratada sem uma política efetivamente libertadora, que seja socialmente justa e abranja todos os cidadãos, em todas as suas necessidades. Não podemos, portanto, concordar com medidas paliativas ou passageiras que não resolvam os problemas e apenas minimizam as suas conseqüências imediatas. Diante disso, nos limitaremos a avaliar o atendimento prestado na Proem, a fim de identificar quais são realmente as políticas do Governo neste campo.

Em relação às instalações físicas do lugar, é de destacar que se trata de um prédio novo, de tamanho médio, com equipamentos precários para qualquer atendimento, pois que foi construído e destinado à Educação formal, sendo, evidentemente, inadequado à prestação de serviços continuados e bem mais complexos, como os que exigem um programa de atendimento à crianças e adolescentes. Portanto, as condições para este atendimento são extremamente débeis. Além disso, o prédio é escolar e o atendimento será suspenso assim que se reiniciarem as aulas.

Concretamente, no caso que ora apresentamos, o atendimento aos meninos e meninas de rua resume-se à alimentação, com estada, acompanhamento de programas televisivos muito pouco educativos, e esparsas programações culturais e esportivas, nem sempre pedagógicas, vez

que não conta com orientação adequada, em face da inexistência de um planejamento efetivo. No tocante à alimentação e vagas para estada, é importante ressaltar a pouca quantidade oferecida.

Quanto à clientela atingida, constitui-se, na sua maioria, por meninos e meninas de rua encontrados na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, que, espontaneamente, são levados de ônibus até a Proem, sem qualquer seleção de idade, tipologia de caso e/ou outros critérios próprios de assistência planejada, que se pretenda eficaz, por conseguinte, educadora e libertadora.

Dentre outros dados reveladores da insubsistência daquelas atividades, sobressai a falta de dotação orçamentária própria, vez que os recursos ali aplicados são da ex-Funabem e é inteiramente desconhecido o seu real montante.

Parece-nos que não existe uma política destinada à questão da criança e do adolescente, debatida e elaborada com a participação das entidades ligadas ao assunto. Parece-nos ser mais uma jogada de *marketing* do que uma política gestada com vistas à solução da questão.

Com efeito, os meninos e meninas de rua do Distrito Federal não carecem só de «benefícios» como os que pretensamente oferece o Governo local, mas sim de um conjunto de políticas sociais, discutidas democraticamente com a sociedade civil organizada, destacando-se as entidades de meninos e meninas de rua, bem como os profissionais mais diretamente envolvidos com as atividades imprescindíveis a um programa conseqüente e continuado de atendimento, tais como assistentes sociais, pedagogos, médicos, psicólogos, nutricionistas e outros.

Assim, dada a precariedade das condições com que vêm se dando os serviços prestados pela Proem, tudo pela inexistência de uma política para a grave questão que trazemos à apreciação desta Casa, gostaríamos de aqui registrar algumas destas nossas preocupações, bem como consignar que apresentaremos requerimento solicitando informações ao Poder Executivo, a fim de que saibamos, oficialmente, quais os programas destinados à questão que abordamos, para que esta Casa possa discuti-los e, se for o caso, apresentar nossas sugestões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de começar abordando matéria que saiu publicada hoje no «BsB — Brasil» sobre a acusação que a Deputada Rose Mary Miranda faz à Viplan, no sentido de que estaria exigindo atestado de ligadura de trompas às mulheres que lá querem trabalhar. Não posso confirmar a denúncia da nobre Deputada, mas suponho que deve tê-la feito com algum fundamento. O que podemos citar são as inúmeras irregularidades, os inúmeros abusos dessa empresa, que é

conhecida no meio dos trabalhadores em transporte, os rodoviários, como consumidora de homens.

Também posso dizer aqui que, se não existe discriminação na Viplan, com certeza ela existe dentro da Viação Planeta, que não admite mulheres em seus quadros de cobradoras e motoristas, nem mesmo na parte administrativa.

O que podemos dizer é que obtivemos uma vitória dentro da TCB, onde também existia esta discriminação. Há cerca de 2 anos conseguimos acabar com isso dentro da TCB, fazendo com que a empresa passasse a admitir mulheres em seus quadros, como cobradoras, fiscais e em outros setores.

Conseguimos eliminar também outras irregularidades, como a demissão sem justa causa, o pagamento incorreto de horas-extras, a punição sem motivo, o abuso no estabelecimento da jornada de trabalho e outras que são cometidas por essa empresa que infelizmente opera no Distrito Federal.

Gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de dizer alguma coisa sobre às reivindicações salariais dos rodoviários, categoria que hoje está em plena campanha de negociação para repor perdas salariais.

O que podemos dizer é que foi fundamentalmente a força da categoria, sua mobilização, que conseguiu melhorar de modo substancial a proposta inicialmente apresentada. E essa é uma vitória dos trabalhadores rodoviários.

Quero destacar, de público, o importante papel que vem desempenhado o Líder do Governo, Deputado Maurílio Silva, que tão bem vem tratando dos problemas da categoria dos rodoviários com o Governo do Distrito Federal. Fica aqui registrada publicamente essa referência ao desempenho do Deputado Maurílio Silva, que vem desenvolvendo muito bem sua função, sua atividade, sua tarefa.

Ainda ontem, em reunião com o Sr. Governador, conseguimos melhorar a proposta em termos bastante razoáveis. Tínhamos uma proposta de reajuste de 103%, dividida em três parcelas. Com a negociação de ontem, ela subiu para 133%, em três parcelas, incidindo esse percentual sobre o vale-refeição, que, ao final, é salário também, porque a grande maioria dos trabalhadores faz uso dele para fazer compras no mercado.

As negociações continuam, o canal está aberto, com a participação fundamental do Líder do Governo, conforme já disse, e esperamos chegar a um acordo até a assembléia geral de domingo.

Se ontem conseguimos fazer com que o Governador sentasse à mesa e conversasse por quase duas horas conosco, foi graças à força da categoria dos rodoviários, que tem uma longa trajetória de lutas, uma tradição de resistência, em que pesem as perseguições sofridas. Apesar de todas as situações por que essa categoria já passou — demissões em massa, torturas em delegacias de polícia, espancamentos,

prisões arbitrárias — vem resistindo. Eles sempre souberam resistir, pois os que a ela pertencem até de listas negras já constaram para não conseguir empregos no Distrito Federal. No entanto, sempre demonstrou alta combatividade, sempre lutou pela democracia, sempre lutou por melhores condições de vida e de trabalho.

Sr. Presidente, parabeno os rodoviários de Brasília por conseguirem que a proposta salarial melhorasse. As negociações continuam. Na assembléia de domingo, a ser realizada às 20h, esperamos uma proposta que reponha, pelo menos em parte, as perdas salariais, a fim de se evitar uma paralisação que tantos transtornos trazem a toda a coletividade.

Por fim, quero dizer a meus companheiros rodoviários que temos uma nova proposta na Mesa e que as negociações continuam. Se isso aconteceu, foi por força da unidade, da combatividade e da garra da categoria dos rodoviários.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, saúdo os companheiros rodoviários que muito nos honram com suas presenças nesta Casa, particularmente aqueles que labutam pela transformação da sociedade.

Sr. Presidente, queremos reiterar nosso requerimento feito recentemente, logo nos primeiros dias de funcionamento da Câmara Legislativa, que diz respeito a um esclarecimento solicitado ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. Estamos retornando com outro, do seguinte teor:

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Senhor Presidente,

No dia 08 de janeiro de 1991 emitimos o Requerimento nº 20/91, que tratava da reiteração, por esta Casa, do telex s/nº de 10.12.1990 (cópia anexa), da bancada do PT, que solicita maiores informações ao Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre a aplicação da Lei nº 91 de 30.03.1990 e o artigo 223 da Resolução nº 38 de 30.10.1990, daquele Tribunal. Tal requerimento, em 24.01.1991, foi, por decisão da Mesa, indeferido. Ocorre, Senhor Presidente, que tal decisão fere o que dispõe o art. 6º da Resolução 157/88 do Senado Federal, em seu item II, «a», claro em sua redação, ao dar competência a esta Casa (analogicamente) para a emissão de parecer sobre a escolha dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Entendemos, Senhor Presidente, não haver qualquer impedimento de ordem regimental no requerimento nº 20/91 que poderia originar seu indeferimento.

Isto posto, requeremos, uma vez mais, a reiteração do telex s/nº da bancada do PT aos conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no sentido de obter informações e esclarecimento sobre o processo eletivo realizado naquele Tribunal, para que esta Casa possa manifestar-se, sob forma de parecer previsto no artigo 6º, II, «a» da Resolução 157 do Senado Federal.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Brasília, 31 de janeiro de 1991.

(a) Wasny de Roure

DA — BANCADA DEPUTADOS DISTRITAIS DO PT
PARA OS CONSELHEIROS:

FREDERICO AUGUSTO BASTOS

JOSE EDUARDO BARBOSA

JOEL FERREIRA DA SILVA

RONALDO COSTA COUTO

MARLI V. PAPADOPOLIS

TENDO EM VISTA ELEIÇÃO NOVA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DO TCDF PRÓXIMOS DIAS, BANCADA PETISTA DISTRITAIS GOSTARIA OBTENHA MAIORES ESCLARECIMENTOS QUANTO REELEIÇÃO PREVISTA ART. 223 RESOLUÇÃO 38 DE 30.10.90 E LEI Nº 130/3/90. A PRINCÍPIO ENTENDEMOS SER CONFLITANTE AMBOS DISPOSITIVOS DIANTE QUESTÃO REELEIÇÃO.

SDS — BANCADA DISTRITAL PT.

Sr. Presidente, nobres companheiros, hoje tivemos entrevista com o Sr. Secretário da Agricultura e Produção em que solicitamos, endossados por diversos Parlamentares, a presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Comissão de Levantamento dos Assuntos Fundiários do Distrito Federal, o que foi respondido positivamente pelo Secretário da Agricultura e Produção, presidente daquela comissão.

Também informo aos nobres pares desta Casa que ao Secretário da Agricultura e Produção foi apresentada uma proposta com relação à absorção do patrimônio da Cobal, ora em processo de licitação. Infelizmente, não foi possível vender nenhuma das unidades no último domingo, nem o supermercado da SQS 310, nem os supermercados do Cruzeiro Novo e do Cruzeiro Velho, bem como as unidades volantes de venda de produtos alimentícios daquela companhia. Queríamos que esse patrimônio fosse absorvido pela SAB, como também parte expressiva dos trabalhadores da Cobal, da CFP e da Cibrazem, nesta cidade. Esse projeto já foi apresentado, de forma objetiva, pelo Líder do Governo

nesta Casa e, segundo informações, a proposta foi recebida de maneira bastante positiva pelo Sr. Governador.

Esperamos que se concretize o que foi proposto, pois será de significativa importância para os trabalhadores dessas três empresas que ora estão integrando a CNA.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de mencionar a reportagem de capa do «Correio Braziliense», há pouco mencionada pelo nobre colega do Partido Democrático Social que me antecedeu.

Em primeiro lugar, congratulo-me com o jornalista e com aquele meio de comunicação pela feliz idéia de veicular matéria tão polêmica e de maneira tão interessante. Cabe registrar algumas argumentações feitas pelo jornalista que vêm corroborar em muito com nossa preocupação sobre a titulação de terras no Distrito Federal. Mostram, efetivamente, que a titulação de terras servirá para acirrar o processo especulativo de terra no Distrito Federal. Vejamos o que afirma um dos proprietários do projeto ora em referência: «Abelino, segundo o agricultor que trabalha para ele, é dono de nada menos que quatro lotes, todos utilizados para cultivo de soja e capim, bem longe dos objetivos do Cauma».

Cabe ainda ressaltar, Sr. Presidente, que o mesmo jornal ressalta que esse projeto, chamado Projeto Moderno de Reforma Agrária, implantado pelo então Governador José Aparecido, faz referência com relação à postura do então Governador Joaquim Roriz no que tange à desarticulação da Emater, que estava, então, envolvida na prática de assessoramento aos trabalhadores e aos produtores rurais daquela região e foi desativada e retirada do processo de assessoria, causando sérios prejuízos àqueles produtores. Houve ainda a suspensão, por parte do Banco Regional de Brasília, agora chamado Banco de Brasília, das linhas de créditos para financiamento à produção rural.

Deixo aqui registrada a nossa séria preocupação, apontada por aquela reportagem, no que tange ao processo de titulação da terra, que inevitavelmente provocará acirramento da especulação imobiliária no Distrito Federal.

Sugiro aos nobres Parlamentares desta Casa que leiam com muita atenção a reportagem de hoje do «Correio Braziliense».

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou encaminhando à Mesa um requerimento, a pedido da Prefeitura do Gama, no sentido de que sejam obtidas informações, junto à Sociedade de Habitação de Interesse Social — SHIS, quanto à clientela que terá prioridade quando da transferência para o assentamento de Santa Maria.

A presente solicitação prende-se à reivindicação dos inquilinos do Gama, que solicitam prioridade nessa transferência, sob o argumento de que se tornou praxe o Governo do Distrito Federal priorizar os inquilinos de Taguatinga quando da transferência para assentamentos. Desta feita, solicitamos providências a V. Exa.

Com relação ao pronunciamento do nobre Deputado Pedro Celso, que se referiu à denúncia que fizemos neste plenário de que a empresa Viplan estaria aceitando mulheres mediante apresentação de um atestado de ligadura de trompas, quero comunicar aos Srs. Deputados que estamos encaminhando à Secretaria do Trabalho solicitação de que fiscalize aquela empresa, a fim de comprovar se na verdade esse fato está acontecendo. E que isso sirva de exemplo para as demais empresas que usam dessa prática, porque não podemos admitir de maneira nenhuma que um mercado já tão difícil para nós, mulheres, sofra mais uma barreira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira proposta encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo Governador Joaquim Roriz foi, e não por mero acaso, a da criação da Secretaria do Entorno do DF. Esse fato, em si, demonstra a preocupação do Governador com a situação sócio-econômica dos 14 Municípios de Goiás e Minas Gerais que compõem o Entorno, e que basicamente enfrentam problemas semelhantes, tais como: deficiência de infra-estrutura e serviços urbanos; déficit na oferta global e estrutura de emprego; ausência de um planejamento adequado a nível regional e municipal; e falta de controle do parcelamento do solo.

Com a proposta de criação da Secretaria do Entorno pelo Governador Joaquim Roriz, e pela decisão, anunciada pelo Governador eleito de Goiás, Íris Resende, de criar uma outra Secretaria, só falta agora que o novo Governador de Minas Gerais anuncie igual decisão, para que finalmente se consolide a prática de ações coordenadas, acabando de vez com a grave e até irracional falta de articulação entre os níveis de governo envolvidos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, a Secretaria do Entorno atuará como elo de ligação entre as suas congêneres para, desta forma, assegurar a ampliação de ações comuns e dos recursos necessários à promoção do desenvolvimento da região, enfatizando as funções de educação, saúde, saneamento, estradas de apoio à produção, energia e ações de apoio ao desenvolvimento rural.

É imprescindível a recuperação da credibilidade da ação do Governo do Entorno, pois é enorme o fosso entre o desenvolvimento do Distrito Federal e o de sua região de influência, onde o grau de degradação da qualidade de vida atingiu níveis alarmantes. A criação da Secretaria do Entorno vem preencher esta lacuna.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, é preciso que esta Casa entenda a grande dimensão da proposta do Governador Joaquim Roriz ao sugerir a criação desta Se-

cretaria. Não se trata meramente de criar-se mais um órgão público, quando na verdade as ações do Governo Federal apontam para o fechamento de empresas públicas. Trata-se, sim, da concretização das recomendações de vários órgãos técnicos, tanto a nível federal quanto do GDF que apregoam a necessidade de um instrumento de coordenação de ações para o Entorno, e em boa hora esta foi a primeira proposta do Governador encaminhada à Câmara Legislativa.

A Secretaria do Entorno é uma reivindicação não somente dos órgãos técnicos, mas principalmente dos Prefeitos dos Municípios de Planaltina, Padre Bernardo, Alexânia, Cristalina, Pirenópolis, Abadiânia, Corumbá, Santo Antônio do Descoberto, Formosa, Luziânia, Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás, Cabeceiras, em Goiás, e Unaí, em Minas Gerais, que compõem a região de influência do DF.

Com a promoção acelerada do desenvolvimento da Região do Entorno, com investimentos em infra-estrutura social e econômica, que com certeza virão com a nova Secretaria, Brasília poderá ter o fluxo migratório redirigido para essas novas áreas, principalmente para os Municípios mais próximos como originalmente se havia pensado, quando da criação do Programa da Região Geoeconômica do Distrito Federal.

Hoje, sem um órgão que coordene as ações de desenvolvimento do Entorno, o que se vê é o crescimento populacional e o parcelamento desordenado e desenfreado da terra. Como a região permaneceu enfraquecida economicamente, tanto as populações rurais como as urbanas fizeram o caminho inverso, ao invés de reterem os fluxos migratórios para o Distrito Federal.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, é de suma importância para o Distrito Federal a criação da Secretaria do Entorno, visando à promoção do processo de crescimento e desenvolvimento daquela região. Para evitarmos que sejam agravados ainda mais os problemas advindos do fluxo migratório, que hoje cria tantos transtornos a Brasília, e para que, também, por outra via, o Entorno continue a ser uma área de absorção da população expulsa de Brasília, com a miséria proliferando no cinturão em torno da Capital, pela falta de infra-estrutura social e econômica, é que precisamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como é de nosso dever aprovar com a maior urgência possível a proposta do Governador Joaquim Roriz de criação da Secretaria do Entorno do Distrito Federal.

Já visitei várias cidades na região do Entorno e pude ver de perto o sofrimento daquela gente, daqueles homens e mulheres trabalhadores da terra, que têm de vir a Brasília para tratamento médico, que dependem em tudo da Capital federal e nada recebem do Estado a que pertencem.

Precisamos com urgência pensar com muito carinho na implantação da Secretaria do Entorno do Distrito Federal.

Finalizando, Sr. Presidente, congratulo-me com os rodoviários ainda presentes. Conheço de perto o seu sofrimento. Como repórter, convivi com alguns e sei de suas dificuldades para dirigir um ônibus cheio de pessoas mal humoradas. Sei das doenças provocadas por tantas horas ao volante, e sei também como é duro chegar ao final do mês e receber um contracheque com valores tão baixos, tendo tantas contas para pagar.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — No período destinado a

COMUNICAÇÃO DE LIDERANÇA

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi para mim uma surpresa o ilustre Deputado Geraldo Magela ter citado, em seu pronunciamento, o problema da criança, que no Distrito Federal é submetida à tortura pela polícia.

Sugiro ao nobre Deputado que, na hipótese de ter acontecido isso, coloquemos um fim a esses fatos, encaminhando ao Ministério Público provas de que acontecimentos dessa natureza tenham ocorrido, passado por despercebidos ou até mesmo omitidos pelas autoridades. Se isso aconteceu teremos de tomar providências para que não ocorra novamente.

Pediria ao nobre Deputado Geraldo Magela que providenciasse para nós, a fim de que, com provas nas mãos, exijamos das autoridades que isso não volte a acontecer.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Manoel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome do PTR, trago o nosso abraço aos companheiros motoristas de ônibus, que, após uma luta árdua, conseguiram uma vitória que não deverá ser esquecida, e sim continuada, pois na realidade o sofrimento deles é muito grande. Temos de registrar, aqui, a vontade inequívoca do Governador Joaquim Roriz de negociar com a categoria. Inclusive, o nobre Deputado Pedro Celso reconheceu da Tribuna a justiça dessa vontade do Governador Joaquim Roriz e a eficiência do nosso Líder Maurílio Silva.

Esta Casa hoje está de parabéns por essa conquista. Aliás, todos nós, independentemente de siglas partidárias, estávamos torcendo para que os rodoviários tivessem êxito nessa batalha.

Não é justo que um motorista de ônibus, trabalhando horas, exposto a todos os perigos e cansaço, venha a ganhar tão pouco.

Acredito que essa luta dos rodoviários deva prevalecer. Conheço o espírito público do Governador Joaquim Roriz. Dentro do possível, S. Exa. tudo fará para restabelecer a dignidade dessa categoria.

Sr. Presidente, não poderíamos deixar de nos reportar ao grande pronunciamento da Deputada Rose Mary Miranda ao tratar da questão do Entorno.

O Entorno precisa, com urgência, ser atacado através dos governos em conjunto, ou seja, com envolvimento de todos os Governadores que têm participação nessa área. Acredito que esta Casa dará o apoio necessário para que o Governador Joaquim Roriz possa, de pronto, instalar a Secretaria do Entorno e começar a desenvolver toda essa área, com vistas a propiciar maior tranquilidade àquela população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome do PC do B, me solidarizo com a categoria dos rodoviários depois dessa luta justa. Os companheiros estão lutando por reposição salarial das perdas ocorridas com o arrocho promovido pelas empresas que têm lucros exorbitantes. Sem dúvida alguma, é justo que os rodoviários possam ter respostas quanto às suas perdas salariais.

Esta comunicação de Liderança visa a manifestar nossa preocupação em garantir instrumentos desta Casa em favor da nossa comunidade. A propósito, apresentamos à Mesa, há pouco, projeto de resolução que cria a Tribuna Livre, assim redigido:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/91

Dispõe sobre a criação da Tribuna Livre nas sessões plenárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa resolve:

Art. 1º Fica criada a Tribuna Livre, que é um espaço reservado na Câmara Legislativa do Distrito Federal, nas sessões ordinárias das segundas-feiras, dentro do pequeno expediente e anterior aos Deputados inscritos, para exposição, pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos, de assuntos de interesse público, dos representantes de:

- I — Partidos Políticos;
- II — Sindicatos;
- III — Associações Comunitárias e Similares;
- IV — Entidades Estudantis;
- V — Entidades populares e democráticas, sem fins lucrativos;
- VI — Entidades e instituições culturais.

Parágrafo Único. A utilização da Tribuna Livre será garantida a uma única entidade por semana.

Art. 2º Terão direito a ocupar a Tribuna Livre as entidades legalmente constituídas e previamente inscritas junto à Mesa da Câmara Legislativa.

Parágrafo Único. A entidade inscrita na Tribuna Livre terá livre acesso à lista de inscrição para exercer ação fiscalizadora das demais inscrições da Tribuna Livre, com o objetivo de assegurar o cumprimento da ordem de inscrição das demais entidades.

Art. 3º Para ocupar a Tribuna Livre, a entidade deverá inscrever-se na Câmara Legislativa, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 horas, mediante a apresentação de ofício ao Presidente da Mesa.

Art. 4º Os pedidos deverão ser publicados no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal e afixados em mural respectivo de avisos, na parede externa do plenário.

Art. 5º Ao usar da palavra o orador deverá evitar expressões contrárias ao decoro da Câmara, bem como constituir descortesia aos Deputados, sob pena de ter a participação suspensa pela Mesa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 1991.

Deputado Agnelo Queiroz
PC do B

JUSTIFICATIVA

A criação da Tribuna Livre como espaço reservado a pronunciamentos das entidades representativas do Distrito Federal reflete a necessidade de permanente articulação e busca de novos canais de expressão para os diversos segmentos da comunidade.

Surge, ainda, a Tribuna Livre, como excelente instrumento de participação direta da população na «Casa do Povo», aproximando a Câmara Legislativa, cada vez mais, das questões vividas pela comunidade.

Este projeto, vale dizer, já se constitui realidade em diversas casas legislativas do país, enriquecendo a atuação dos parlamentares, fortalecendo segmentos organizados da sociedade, intensificando a discussão dos grandes problemas vivenciados pela comunidade.

A Tribuna Livre visa destacar a estreita relação que a Câmara Legislativa deve ter com a comunidade, particularmente com seus setores organizados.

Tivemos o cuidado de considerar as peculiaridades do funcionamento da Câmara Legislativa, razão por que acreditamos na sua aprovação para que o mesmo passe a ter imediata eficácia.

Deputado Agnelo Queiroz
PC do B

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome do Bloco Solidariedade, manifesto nossa solidariedade à classe dos rodoviários,

cuja atividade precípua é conduzir os operários ao trabalho e de regresso aos lares. Somos da opinião de que todos devemos nos empenhar por melhores condições de vida para os que executam um trabalho sério, competente e honesto, certamente o que faz essa categoria de trabalhadores.

Aproveitamos este momento de Comunicação de Liderança para, em solidariedade ao pronunciamento da Deputada Rose Mary Miranda, falar algo relacionado à Câmara Legislativa, sobre falta de oportunidade para estabelecermos contato mais estreito com as cidades vizinhas.

Hoje tivemos necessidade de comunicação para resolver assuntos de interesse da comunidade próxima do Distrito Federal, e, para surpresa nossa, o telefone, linha direta, instalado na Câmara Legislativa não nos permite contactar com as cidades do Entorno.

Ora, se defendemos uma política de fortalecimento do Entorno, é impossível que os deputados fiquem ilhados, impossibilitados de estabelecer contato com essa comunidade tão carente e dependente do Distrito Federal.

Solicito à Mesa providências no sentido de liberar linhas telefônicas diretas para comunicação com as cidades adjacentes ao Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, congratulo-me com os rodoviários, classe pela qual tenho grande simpatia, afinidade e admiração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, fui surpreendido ao ler matéria publicada no «Jornal de Brasília» sob o título «Maldade»:

«Do primeiro secretário da Mesa, Pedro Celso (PT), soube o interesse do deputado Jorge Cauhy (PL) em apoiar o projeto de metrô: «Ele só concordou porque ainda não sabe que o Núcleo Bandeirante não será beneficiado por uma linha». Reduto eleitoral do parlamentar governista, a cidade satélite está fora dos planos do GDF.»

Sr. Presidente, não sou Deputado somente pelo Núcleo Bandeirante, na verdade, meu reduto eleitoral, mas por Brasília, assim como todos nós.

Minha preocupação com o metrô, Deputado Pedro Celso, é nobre, pois o considero um transporte mais rápido para os comerciantes, para os trabalhadores. Se não fizermos o metrô agora, o que ocorrerá daqui a 5 anos, daqui a 10 anos? Hoje temos uma população de 2 milhões de habitantes. Para o ano 2000 está-se prevendo 4 milhões de habitantes. Portanto, o que será do transporte de Brasília, se não tivermos o metrô?

Nobre deputado, também fui um dos mais votados em Brasília. Recebi votos conscientes e não votos revolucionários, partidários. Dediquei minha vida inteira a um trabalho intensivo. Há 30 anos venho trabalhando em Brasília e continuo a trabalhar. Portanto, vou lutar muito pelo metrô.

Minha fidelidade à doutrina que abracei há 35 anos quero tê-la ao Governador Joaquim Roriz.

Sr. Deputado, parece que V.Exa. está muito preocupado comigo, por que há dias um assessor meu me inscreveu para falar no Pequeno Expediente, e houve surpresa da parte de V.Exa. por eu estar fazendo inscrição novamente. Perguntou: «Vai falar todos os dias?»

Não entendo a preocupação de V.Exa. comigo. Sou modesto, simples, e tenho procurado ser amigo de todos nesta Casa. Não se preocupe comigo, Deputado. Quero ser seu amigo, amigo de todos, e continuar a ser como sempre fui, um pacificador.

Sr. Presidente, quero oferecer à Biblioteca da Câmara Legislativa de minha autoria livro intitulado «Do Amor ao Trabalho». Não sei se é o primeiro volume a fazer parte da Biblioteca, mas passo-o às suas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, como Líder do Partido dos Trabalhadores, embora o Deputado Geraldo Magela já tenha saudado em nosso nome os companheiros rodoviários, reafirmamos todo nosso apoio à sua luta. Estamos neste Parlamento exatamente para fazê-lo uma caixa de ressonância dos direitos dos rodoviários, dos professores, dos médicos, dos agentes de saúde e de limpeza, enfim, não estamos em campos distintos.

Espero que esta demonstração de solidariedade de todos os companheiros se reflita na votação especial de projetos que contemplem os nossos interesses. Serão V.Sas, nas galerias, que irão vigiar nossa atuação parlamentar. Os populares que aqui vêm reivindicar depois poderão conferir e darão uma nota a cada um de nós. Desejo que essa presença seja assídua, não apenas nos momentos em que tratamos de matérias específicas de sua realidade de sua profissão, mas também, no que concerne aos interesses gerais de Brasília que serão debatidos aqui, como o projeto do metrô, como outras obras de envergadura que definem a qualidade de vida que todos levamos.

A segunda saudação é em relação aos companheiros da Embrater que tiveram, através de projeto do Deputado José Ornellas, a possibilidade de ser reintegrados. Contem com apoio da bancada do PT para a aprovação desse projeto, apresentado à Casa hoje, em regime de urgência urgentíssima.

Para finalizar, quero reportar-me também a matéria publicada hoje, 31 de janeiro de 1991, no «Jornal de Brasília», que comenta pronunciamento do Deputado Paniel Pacheco. É preciso fazer uma correção, para que seja

registrada nos Anais da Casa, a fim de restabelecer a verdade. Ontem, no final da sessão, não tive oportunidade de fazê-lo. No final do seu pronunciamento, S.Exa. disse que o PT queria o voto dos governistas, mas não dava seu voto aos governistas. Para restabelecer a verdade, quero dizer que não tivemos esse tipo de conduta com relação aos governistas. Na realidade, no dia da eleição da Mesa, disputamos a Presidência, após essa disputa, fizemos uma composição com os 1º, 2º e 3º Secretários. Não foi o PT que não deu votos ao Deputado José Ornellas e ao companheiro Deputado Benício Tavares. Portanto, o PT, numa composição, realmente honra aquilo que combina com os companheiros, sejam eles governistas, sejam eles da Oposição.

Portanto, a bem da verdade, deixo registrado este esclarecimento, já que não merecemos aquela crítica.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputada, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Pelo Regimento Interno quando um Deputado é citado nominalmente, não tem direito a aparte, mas a usar da palavra.

O SR. PENIEL PACHECO — Muito obrigado, Sr. Presidente. Desejo apenas esclarecer que nossa intenção não foi a de tentar colocar o PT na situação à qual a Deputada Lúcia Carvalho de refere.

O que dissemos ontem foi que, quando da composição da Mesa, conforme entendimento preliminar, haveria uma só chapa, ou seja, cargos específicos preestabelecidos, e nós todos votaríamos naqueles nomes. Desse entendimento primário o PT não desejou participar, preferindo disputar isoladamente a Presidência.

Se a Deputada Lúcia Carvalho prestou um esclarecimento, muito justo, aliás eu também esclareço que minha afirmação teve base em informação anterior àquele entendimento citado pela Deputada Lúcia Carvalho.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passamos à

ORDEM DO DIA

Há sobre a mesa requerimentos firmados pelos Srs. Líderes de partidos.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura dos mesmos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — São doze requerimentos nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional de Sobradinho para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite de Sobradinho para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional do Plano Piloto para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite do Plano Piloto para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante a sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional de Taguatinga para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite de Taguatinga para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional de Samambaia para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite de Samambaia para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional de Brazlândia para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite de Brazlândia para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional do Paranoá para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite do Paranoá para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional de Ceilândia para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite de Ceilândia para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional do Cruzeiro para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite do Cruzeiro para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional do Núcleo Bandeirante para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional do Guará para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite do Guará para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional de Planaltina para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite de Planaltina para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

REQUERIMENTO Nº DE 1991

Convoca o Administrador Regional do Gama para prestar, pessoalmente, informações à Comissão de Constituição e Justiça sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido em sua gestão.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

A Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49/90, também do Senado Federal, a convocação do Administrador Regional da Cidade Satélite do Gama para apresentar a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Ação a ser desenvolvido durante sua gestão.

Sala das Sessões, em de janeiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Considerando que o Deputado Agnelo Queiroz solicitou a retirada do Projeto nº 068/90 e o Presidente, *ad referendum* da Mesa, acatou o projeto, de autoria do Governo do Distrito Federal, solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do mesmo:

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — Projeto nº 068, de 1990, Mensagem nº 148.

Autoriza a Fundação Hospitalar do Distrito Federal a compensar dias de serviço não prestados em função de greve e dá outras providências.

O Senado Federal, decreta:

Art. 1º Fica a Fundação Hospitalar do Distrito Federal autorizada a proceder a compensação dos dias de serviço não prestados por seus servidores, em função de greves realizadas no ano de 1990, por igual número de dias que forem prestados à entidade, em horário distinto daquele regulamentar.

Parágrafo único — Para efeito da compensação, os dias de serviço não prestados poderão ser computados em horas e estas compensadas em tantas quantas forem aquelas.

Art. 2º Na execução do disposto no artigo anterior, serão observados:

I — O interesse público;

II — O interesse administrativo;

III — As normas específicas que regem a prestação de serviços e, em especial quanto à carga horária de trabalho diária.

Art. 3º Efetivada, a compensação de que trata esta lei, os dias de serviço não prestados, e compensados, serão considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos.

Art. 4º O servidor que não efetivar a compensação autorizada por esta lei, deverá devolver à Fundação Hospitalar do Distrito Federal as quantias que haja recebido, relativas aos dias de serviço não prestados à entidade, em função de greve.

Parágrafo único — A devolução poderá ser feita em até dez parcelas mensais consecutivas, através de desconto feito em sua remuneração.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passamos à votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 035, de 1991, oriundo da Mensagem nº 003, de 1991 — com requerimento de urgência aprovado — que «cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.»

Solicito que sejam lidos, em plenário, os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para dar uma explicação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — V.
Exa. tem a palavra.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Fui procurada, pela manhã, pelo Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, da qual faço parte, solicitando que eu fosse relatora deste projeto. Quero comunicar que estou preparada para relatá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Concedo a palavra ao Relator da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR — Lê o parecer)

PARECER Nº 2, DE 1991

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 003, de 1991 (Projeto de Lei nº 035 de 1991) que, «cria cargos de professor da Carreira de Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências».

Examinada a Mensagem Governamental, propondo a criação de cargos de Professor da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dando outras providências, constatamos que a matéria, quanto ao aspecto desta Comissão, não possui obstáculos que a inviabilize, vez que a iniciativa é do Governo do Distrito Federal que alocará as verbas necessárias à cobertura do dispêndio.

De outra frente, é patente e facilmente constatável que o ensino público do Distrito Federal se encontra desfalcado desses profissionais para fazer frente ao aumento de demanda natural e ao ocasionado pelos aumentos das mensalidades das instituições de ensino particulares.

Frente ao exposto, somos pela aprovação do projeto que cria 1.500 vagas de Professor Nível 1; 200 de Nível 2; e 100 de Nível 3; por não vermos nenhum óbice que o obstaculize.

Presidente: Dep. Aroldo Satake
Relator: Dep. Gilson Araújo

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Concedo a palavra à Deputada Lúcia Carvalho, para proferir parecer pela Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. LÚCIA CARVALHO —

PARECER S/Nº DE 1991

Projeto de Lei do DF nº 35/91

Cria cargos de Professor da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

Autor: Governador Joaquim Roriz

Relatora: Deputada Lúcia Carvalho

I — RELATÓRIO

Através da iniciativa em epígrafe, o ilustre Governador Joaquim Domingos Roriz propõe a criação de cargos de Professor da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, ampliando para 1.500 (um mil e quinhentos) os cargos de Professor Nível 1; 200 (duzentos) cargos de Professor Nível 2; e, 100 (cem) os cargos de Professor Nível 3. Finalmente, dá provimento aos mesmos na forma da legislação específica.

Em sua justificação alega o Autor a carência atual desses profissionais na Fundação Educacional, além de ressaltar a demanda de matrículas na rede oficial, face ao alto custo do ensino cobrado pelas escolas particulares.

Dado o regime de urgência, cabe-nos, agora, analisar a matéria e pronunciar parecer.

Por ser conhecedora da área a que se destina o Projeto e por entender que o mesmo está sendo apresentado pelo Executivo em decorrência de uma solicitação nossa, através de ofício nº 001/91, encaminhado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, somos por sua aprovação, com a seguinte ressalva:

— No artigo 1º, onde especifica cargos e quantidade, observamos que o número estabelecido de 100 (cem) professores Nível 3 — que possuem licenciatura plena para áreas específicas, (Comunicação, Matemática, Física, Química, Biologia, etc...) com ação dirigida para a faixa de 5ª série do 1º Grau até 3ª série de 2º Grau — não está corretamente dimensionada, pois a carência é enorme. Isto ocasiona, principalmente aos alunos do 2º Grau, constantes atrasos em seus currículos, colocando-os em desigualdade de condições com os alunos das escolas particulares.

Por ter sido apresentado em regime de urgência, o referido projeto não possibilitou a apresentação de emendas visando à ampliação do número de vagas, uma vez que, para tal, se faz necessário aprovar a dotação orçamentária pelo Conselho de Política de Pessoal — CPP.

Mas, uma vez que, em entendimentos com o Líder do Governo na Câmara Distrital, ficou patente a concordância de Sua Excelência o Governador Joaquim Roriz com a ampliação do número de vagas de 100 (cem) para 500 (quinhentas) vagas, no Nível 3, solicitamos do GDF o envio imediato do Projeto dispondo sobre a referida ampliação.

Assim, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35/91.

Deputada Lúcia Carvalho
Líder do Partido dos Trabalhadores

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Com a palavra o Relator da Comissão de Constituição e Justiça. Solicito ao nobre Deputado Peniel Pacheco, Presidente da Comissão, que proceda à leitura do parecer.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, pedimos que o próprio Presidente, no desempenho das atribuições que o Regimento Interno lhe assegura, designe um Relator no momento. (Pausa)

Sr. Presidente, gostaria de obter mais esclarecimento. Qual o procedimento que deve ser adotado para a votação de matérias em regime de urgência? Pergunto isto porque estamos percebendo que há por parte dos Parlamentares, algumas dúvidas sobre esta questão, e gostaria que a Presidência prestasse um esclarecimento quanto à matéria, para que elas fossem dirimidas.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — O requerimento foi lido e aprovado. Isso foi feito na sessão de ontem. E ontem mesmo já foi encaminhado para a emissão de pareceres. Os pareceres entram na Ordem do Dia para ser aprovados na sessão posterior, a de hoje.

O SR. PENIEL PACHECO — Mas já que a matéria está em regime de urgência, deve ser dado um parecer oral em plenário, e a designação do relator deve ser por parte da Mesa ou da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Ontem foi solicitado que a Comissão indicasse o membro para emitir o parecer. Foram emitidos dois pareceres. A Mesa vai designar um relator para que dê o parecer agora, em plenário, um membro da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PENIEL PACHECO — Gostaria de deixar claro, aqui, que a nossa Comissão não recebeu com antecedência essa incumbência, e por isso não teve tempo para cumpri-la.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Houve um pedido de urgência, bem como solicitação, na sessão de ontem, de que fosse dado o parecer. Isto não foi feito. Vamos designar agora um relator.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, então deveria a Comissão de Constituição e Justiça ter designado um relator de ontem para hoje?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Exatamente. E não o designou. Designo o Deputado Carlos Alberto para emitir o parecer.

O SR. CARLOS ALBERTO — Aceito, e para bem cumprir a tarefa peço 24 horas de prazo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está concedido o prazo. O parecer virá a plenário na sessão de terça-feira.

Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, insisto um pouco mais nesta matéria, a fim de que os trabalhos desta Casa já um tanto quanto precários, possam melhor desenvolver-se e os Srs. Deputados tenham pelo menos

noção do procedimento a ser observado. Precisamos compreender melhor os critérios adotados para tramitação das matérias na Casa.

Não temos Ordem do Dia hoje.

Pela primeira vez recebemos a pauta, 15 minutos antes do início da sessão, e preparada até com certo sacrifício, reproduzida por cópia xerox.

Não tivemos, portanto, tempo suficiente para designar relatores. Nestas condições, e tendo em vista que os prazos para distribuição foram cumpridos, sugiro que o assunto seja analisado do ponto de vista regimental, para sabermos se esse procedimento pode ser mantido. Com isso evitaríamos atribuir responsabilidades a pessoas a quem não cabe, como aconteceu no caso da Comissão de Constituição e Justiça.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Considerando a solicitação do Líder Peniel Pacheco, ficam suspensas a votação e toda a pauta do dia de hoje.

Passamos, portanto ao

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Grande Expediente:

1. Geraldo Magela
2. José Edmar

Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. presidente, Sras e Srs. Deputados, eu até abriria mão da minha inscrição para falar no Grande Expediente, mas faço questão de me pronunciar a respeito do que ocorreu neste momento e estou disposto a conceder tantos apartes quantos forem solicitados pelos colegas que desejarem também manifestar-se.

O que acontece é que têm sido apresentados pedidos de urgência para uma série de projetos. Quanto àqueles que se referem à Organização da Casa ou são de relevância social, concordamos em que devem ser apreciados com urgência. No entanto, muitos pedidos de urgência começam a ser apresentados sem um estudo mais pormenorizado, mais cuidadoso da matéria a que se referem, uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça ainda não emitiu parecer sobre nenhum projeto quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Isto em virtude da forma apressada como têm tramitado os projetos aqui.

Aconteceu agora que, votado ontem o requerimento de urgência, a nossa Comissão não designou Relator para dar o parecer. Poderíamos até concordar com um relatório escrito pela assessoria da Mesa, sobre cuja idoneidade e capacidade não temos dúvida alguma inclusive do ponto de vista do relacionamento conosco. O que questionamos é o fato de se chamar agora um Deputado para assinar parecer

sobre matéria que S. Exa. sequer teve tempo de ler. Não se pode pedir a um Deputado que dê parecer oral sobre projeto que ele não teve a menor condição de apreciar.

Muito estranho, inclusive, o pedido do companheiro Peniel Pacheco no sentido de que seja suspensa a votação do restante da pauta, pois foi S. Exa. mesmo quem ontem pronunciou aqui um emocionado discurso em defesa do Legislativo, quanto ao aspecto da morosidade nos trabalhos.

Ora, tivemos hoje mais de meia hora de Pequeno Expediente, mais de meia hora de Comunicações de Liderança, passamos agora ao Grande Expediente, e acabaremos por sair daqui, mais uma vez, sem nada votar.

Amanhã também não teremos Ordem do Dia, e na segunda-feira nada votaremos. Somente recomeçaremos a votar as matérias constantes da pauta na próxima quinta-feira, e decidimos suspender os trabalhos na semana de carnaval. Quero saber quando é que a Comissão vai começar a designar os relatores, para que possamos ter em mãos os projetos, levá-los para os nossos gabinetes, a fim de estudá-los com tranquilidade, junto com a nossa assessoria, apreciando-os quanto à correção e à justiça. Porque, desse jeito, vamos ficar aqui como no picadeiro de um circo. Acho que temos de entender o processo. O método é fundamental para se chegar ao mérito, mas parece que aqui, hoje, o método virou mérito, infelizmente, e com isso não podemos concordar.

Concedo aparte ao companheiro Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO — Nobre Deputado Geraldo Magela, a abordagem de V. Exa. tem fundamento legal, se considerarmos a tradição do parlamento. A partir do momento em que fomos eleitos, em 3 de outubro, começamos a trabalhar voluntariamente com o fim de facilitar o andamento das atividades legislativas já prevendo a nossa posse. Quanto à situação exposta por V. Exa., não quero ser deselegante com o nobre companheiro, mas preciso dizer que deve haver um pouco mais de compreensão. Apesar da quantidade de projetos apresentados, que nos estão engessando, é preciso que não nos esqueçamos de que o Regimento Interno ainda não foi elaborado. Vários projetos de Regimento Interno estão em tramitação, por isso é preciso que haja maior cooperação entre as partes. O que precisamos aqui é de espírito de colaboração entre todos os vinte e quatro Deputados Distritais, considerando que não estamos estruturados e que isso independe da nossa vontade. Afinal, não temos tradição intelectual, administrativa ou política, de modo a podermos organizar em trinta dias esta Casa. Acredito que a produção desta Casa neste último mês, e a exemplar e permanente colaboração do Deputado Peniel Pacheco, como a de todos os vinte e quatro Parlamentares, tem sido bastante positiva para a sociedade. É preciso que esses momentos, essas situações sejam realmente compreendidas, e que esses assuntos sejam resolvidos em Plenário, mas que não sejam explorados. Por isso o Regimento Interno será a peça básica para

orientar nossas discussões, porque não temos ainda uma norma de trabalho que nos conduza em todos os momentos à definição desses projetos dentro daquilo que se deseja para a sociedade. Acredito que esse incidente não pode ser explorado do ponto de vista de até dificultar o nosso relacionamento por falta de compreensão. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MAGELA — Ouço o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado Geraldo Magela, gostaria de trazer alguns esclarecimentos relacionados com a Comissão de Constituição e Justiça, até por uma questão de justiça. Nossa Comissão até hoje não realizou nenhuma reunião formal, oficial. Os nossos encontros tiveram caráter informal. Isto porque o Regimento do Senado Federal, que adotamos parcial e temporariamente, determina que qualquer matéria, para ter tramitação normal e chegar à Comissão de Constituição e Justiça tem de ser precedida de publicação e distribuição, para, então, entrar na Ordem do Dia, vencendo alguns prazos para a apresentação de emendas. V. Exa. sabe perfeitamente que somos defensores de uma tramitação a mais rápida possível, especialmente para aquelas matérias mais relevantes. Na reunião da qual V. Exa. participou selecionamos matérias que julgamos de interesse prioritário e pedimos regime de urgência para sua apreciação, da mesma maneira como aconteceu com as que hoje estão sendo examinadas pelo Plenário. Ocorre, entretanto, que não temos ainda o instrumento indispensável para acompanhar todo o andamento dos trabalhos da Casa. Esse instrumento é a Ordem do Dia. Mesmo considerados os aspectos de fragilidade do funcionamento da Casa até agora, ainda assim consideramos esse instrumento indispensável para nortear a conduta dos vários órgãos que terão de ser ouvidos a respeito. Ora, tendo em vista a frequência e a quantidade de trabalho que laboriosamente desenvolvemos, não é possível termos na memória todas as questões relativas aos vários setores da Casa ou as atribuições de cada um.

Em função disso, não estamos pedindo que a matéria seja votada, apenas invocando aquilo que V. Exa. também invoca, isto é, o direito de a Comissão se pronunciar. Não tivemos esse direito por desinformação da Comissão e não queremos, agora, concordando plenamente com V. Exa., dar pareceres elaborados por outras pessoas que não as da Comissão, ou inventar algum argumento aqui, de última hora, para aprovar ou não a constitucionalidade das matérias que estão em pauta. Não posso ser acusado, absolutamente, de tentar impedir o desenrolar dos trabalhos. Ao contrário, estou aderindo ao princípio da transparência, da clareza, defendido por V. Exa. e pelo Deputado Carlos Alberto. Se errei por fazer isso, estarei disposto a errar novamente. O atropelo pode trazer danos maiores do que, diríamos, uma análise reflexiva, calculada, por membros da nossa Comissão. Creio que essa matéria deverá estar na Ordem do Dia para a próxima sessão, quando se dará

votação — ou numa sessão extraordinária, se o Sr. Presidente assim entender de convocar. Aí, então, teremos condições de, em tempo hábil, designar qualquer um dos membros da nossa Comissão. Esse direito me é facultado, mas é atribuição específica do Presidente da Casa. A Mesa pode designar qualquer Parlamentar para oferecer parecer oral em plenário. Isso pode ser feito por qualquer um dos membros dessa Mesa. Não estou trazendo esses esclarecimentos para refutar ou tentar contraditar o que V. Exa. disse, apenas para resgatar a história. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MAGELA — Ouço o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Deputado Geraldo Magela, começamos a votar todas as matérias em regime de urgência. Evidentemente, nisso existem dois aspectos. Em primeiro lugar, não podemos paralisar o processo de elaboração de leis, ou votação, mesmo no momento em que ainda estamos nos instalando e temos regimentos a serem aprovados. Por outro lado, também podemos estar começando a nos acostumar com uma situação que deve, no mínimo, ser excepcional — até alguns especialistas em processo legislativo do Congresso Nacional chegam a ser contra a votação em regime de urgência. Há essa opinião, que pode ser certa ou errada. É discutível. Estamos apenas votando em regime de urgência. Há uma preocupação de nossa parte nesse sentido. Agradeço ao Sr. Presidente por compreender nossa proposta no sentido de que, se vamos usar esse instrumento que o Regimento do Senado nos permite, pelo menos temos de usá-lo criteriosamente. Acredito, enfim, concordando com as palavras do Deputado Geraldo Magela, que o parecer elaborado deve ter sido feito com total responsabilidade. Creio mesmo que o próprio projeto encaminhado pelo Governo deva ser aprovado nesta Casa. Não quero que vejam na minha atitude qualquer tentativa de postergar uma medida absolutamente necessária, ou seja, a ampliação do quadro de professores do Distrito Federal. Agora, acredito que nós, ao tomarmos essa medida, estaremos apenas nos acautelando e nos tornando mais zelosos e mais criteriosos. Não poderia ler um parecer elaborado por uma assessoria, mesmo que competente, sem um mínimo de reflexão sobre ele. Alguém poderia perguntar: V. Exa. não poderia estudar esse parecer em uma hora, uma hora e meia e apresentar suas próprias modificações? Talvez fosse possível. Entretanto, vale a pena, neste momento, usarmos esse incidente como reflexão para que não venhamos a cometer outros erros.

O processo legislativo exige um período de instrução para que haja total transparência. Um projeto, por mais simples que seja, abarca situações muito complexas de toda a sociedade. Todos os Deputados desta Casa devem ter o direito de examinar o projeto, ter dele conhecimento, dar seu parecer e elaborar suas próprias emendas. Então, o regime de urgência elimina essa transparência, impede que o conjunto dos Deputados possa fazer isto. Ora, estamos reduzindo o processo apenas ao parecer do relator. Se o

escolhido não conhece o parecer nem o projeto, então a transparência da discussão e da instrução está totalmente eliminada nesta Casa. Concorro com as palavras de V. Exa. e agradeço ao Presidente por ter compreendido nossa intenção. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MAGELA — Concedo aparte ao nobre Deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Nobre companheiro Deputado Geraldo Magela, ontem, pela manhã, estivemos na nossa Comissão de Assuntos Sociais, examinando os Projetos nºs 05 e 07, que tratam da questão das funerárias. A nossa preocupação é porque o projeto entrou na Casa dia 19, e o Sr. Governador — isto foi notícia nos jornais desta semana — prorrogou por 30 dias a decisão sobre a situação dos serviços prestados, para que pudesse, depois, fazer licitação. Somos contrários à licitação. O projeto tem por finalidade resgatar o direito do órgão público de administrar a questão funerária, pela razão escrita no projeto. Havíamos nos inscrito para falar no Pequeno Expediente sobre essa matéria, ou seja, a sua votação em regime de urgência. Entendemos, como o Deputado Carlos Alberto, que todas as questões devem ser discutidas com transparência nas Comissões. Queríamos que os projetos tramitassem seguindo o ordenamento legal — o mais lógico — através da apresentação de pareceres pelas Comissões. Mas tendo em vista que a matéria é de urgência, fomos consultar se o prazo de 30 dias seria suficiente. Chegamos à conclusão de que a tramitação da matéria demoraria mais que isso, e já teria sido esgotado o prazo para nossa decisão. Nossa preocupação é porque, de um lado, há a contradição de querermos sair dessa situação anormal, porém legal; de outro, há uma espécie de açodamento na aprovação das matérias nesta Casa. É importante discutirmos em tempo hábil o projeto do Regimento Interno e da Lei Orgânica, pois também são urgentes. Como modificar isso de forma que matérias de relevância não demorassem tanto tempo para tramitar, já que o tempo não espera e perderíamos a possibilidade de apreciá-las? Assim, gostaria que essa matéria continuasse em regime de urgência, pois é importante e há prazo para que se decida sobre ela.

O SR. GERALDO MAGELA — Quero, inicialmente, declarar-me plenamente solidário à atitude dos companheiros Deputados Manoel Andrade e Carlos Alberto em não concordarem com o método adotado de relatarem aqui, de pronto, esse projeto. Não pelo projeto, não pelo relatório, mas pelo mérito.

O companheiro Presidente da Comissão de Constituição e Justiça também tem a prerrogativa de convocar tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias, para que possamos atualizar os trabalhos. Eu até me proponho a fazer isso. Podemos nos reunir extraordinariamente, amanhã, e na segunda-feira distribuir entre nós vários senão todos os projetos que lá estão, a fim de que possa-

mos agilizar a sua tramitação e encaminhá-los às outras comissões. Assim, poderíamos votá-los.

Com isso, não haveria razão para suspender a votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 10. Trata-se de votação em segundo turno. O projeto já tem parecer. Por que suspender a votação? Por capricho? Acho que este não é o melhor método a ser aqui usado.

Precisamos sair de pura retórica e adotar uma prática que vise realmente a dar celeridade aos nossos trabalhos. Senão, de nada adiantarão os belos, emocionados, efusivos discursos em plenário, defendendo a transparência, a celeridade, e depois, na prática, tomarmos atitudes que contradizem esses discursos.

A contribuição nesse sentido vai ser para a completa desmoralização da Casa. Acho que esse não é o desejo de nenhum de nós.

Proponho que a Mesa desta Casa — é uma proposta política naturalmente — acelere o processo de distribuição de projetos à nossa Comissão e que nos reunamos extraordinariamente, inclusive, se for o caso, até num final de semana, para que possamos distribuir entre nós os projetos, a fim de que na próxima semana, segunda-feira, possamos redistribuí-los às outras comissões. Assim, já teremos uma Ordem do Dia pré-conhecida de todos, não atropelariamos ninguém nem ficaríamos suspendendo, de última hora, as sessões para atender a interesses de uns ou outros.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de informação.

O SR. GERALDO MAGELA — Questão de informação?

O SR. PENIEL PACHECO — Então, quero apenas solicitar uma informação à Mesa. O Deputado Geraldo Magela é excessivamente preocupado com as palavras!

O SR. GERALDO MAGELA — Sou excessivamente zeloso, para evitar o constante uso do microfone sem o correto respaldo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Permita-me, Deputado Peniel Pacheco. Vamos consultar o Regimento Interno para ver se é possível V. Exa. usar a palavra, porque desejo prestar um esclarecimento ao Plenário.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, queria só uma informação da Mesa: esta matéria que agora está em apreciação se refere ao item «a», «b» ou «c» das questões de urgência? É isso que eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Vou esclarecer. Presto os seguintes esclarecimentos: primeiro, todos os projetos da pauta de hoje foram lidos na

reunião de ontem, portanto, toda a Casa tinha deles conhecimento.

A Mesa deu ontem um prazo de 24 horas para que as comissões emitissem parecer, por se tratar de matéria em regime de urgência. Os requerimentos de urgência estão todos assinados por mais de 16 Deputados.

A Mesa solicitou os pareceres e indicou os relatores em plenário. Os Srs. Deputados indicados em plenário poderiam solicitar um prazo até de 2 horas para emitir o seu parecer, como tem sido feito em outras votações. A Mesa buscou apenas contribuir com os Srs. Deputados quando preparou alguns pareceres, já que seriam orais. Não há nenhuma obrigação de a Mesa ler o parecer ou prestar ajuda que estava propiciando aos Srs. Deputados.

Ainda quero esclarecer que, após a emissão dos pareceres, os mesmos devem ser aprovados. Primeiro, temos de aprovar os pareceres. Após a sua aprovação em plenário é que o mérito da matéria entra em discussão e, após a discussão, entra em regime de votação.

E ainda quero esclarecer mais. O Regimento do Senado prevê votação em turno único. Mas a Resolução 49 nos colocou num regime muito complicado, exigindo que algumas matérias sejam votadas em dois turnos. E ainda haveria a votação da redação final. De modo que temos de observar o Regimento do Senado, que nos traz uma complicação. Todos concordamos que ela existe, tanto a Mesa quanto os Srs. Deputados. Para complicar ainda mais e para atrasar o processo de votação na Casa, temos de submeter até matéria simples a dois turnos de votação. Evidentemente, toda essa processualística tem atrasado sobremaneira as votações. Além disso, existem as dificuldades que temos enfrentado para instalação das comissões, que trabalham — eu sei — com a colaboração de funcionários do Senado Federal que têm situação funcional sem definição de nossa parte.

De maneira que, quando a Mesa buscou apressar o procedimento aqui na Câmara, o fez com o intuito de colaborar e para que pudéssemos agilizar nossos trabalhos; não pretendeu, em momento algum, impor posição a qualquer dos Srs. Deputados. Houve a solicitação de emissão de um parecer em 24 horas, que a Mesa acatou. Diante do pedido para que fosse suspensa a pauta, se considerarmos ainda os prazos regimentais e o que determina o Regimento Interno do Senado, verificaremos que isto nos colocaria num sistema de votação de tal forma que essas matérias, amanhã, poderiam ser derrubadas. De modo que a Mesa entendeu que, não havendo consenso do Plenário no sentido do encaminhamento das matérias, deveria retirá-las de pauta, para que elas cumprissem a processualística estabelecida no Regimento, a fim de que, amanhã, não tivéssemos nenhuma dúvida ou não se levantasse qualquer questão sobre a votação e aprovação das matérias que tramitam nesta Casa.

Com esta leitura respondo ao Deputado Peniel Pacheco:

«Art. 336. A urgência poderá ser requerida:

a) quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública;

b) quando se pretenda a apreciação da matéria na mesma sessão;

c) quando se pretenda incluir na Ordem do Dia matéria pendente de pareceres.

Art. 337. A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstício, prazos e formalidades regimentais, salvo pareceres, *quorum* para deliberação e distribuição de cópias da proposição principal».

A urgência foi pedida de acordo com a alínea «b» do art. 336: «quando se pretenda a apreciação da matéria na mesma sessão». (Palmas)

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, V. Exa. já trouxe os esclarecimentos. Nesses casos, haveria o máximo de duas horas. Este é um direito de praxe. V. Exa. abriu um precedente. Acredito que está explicada a questão.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acredito que a intervenção de V. Exa., que aplaudi, foi muito correta, pois tentou levar em consideração as preocupações de todos nós no sentido de que todas as nossas decisões sejam inquestionáveis, no seu processo, no seu método, na sua democracia.

Com relação ao pedido de urgência, a alínea «a» trata de assuntos de interesse da segurança nacional; a alínea «b» cuida de requerimento de urgência considerado na mesma sessão. Admite-se que se trate da questão tão urgente, tão fundamental para a sociedade — evidentemente, sempre de interesse da sociedade — que temos de examinar na mesma sessão.

Acredito que doravante não devemos mais aceitar requerimento com base na alínea «b», pois quando se fala em exame na mesma sessão, isto significa que, se nela a matéria não for votada, haverá um imenso prejuízo para a sociedade. Parece-me que até agora não estivemos diante dessa situação. Se temos de utilizar o regime de urgência como forma de levarmos adiante este processo, ainda precário, do nosso funcionamento, será melhor que não aceitemos a alínea «b».

Pediria a todos os colegas que apoiassem essa idéia, assim como também a aceitação do Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Continuando com o Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cabe-me esclarecer que me inscrevi no Grande Expediente por já haver vencido o horário do Pequeno Expediente. Portanto, utilizarei apenas alguns minutos.

Como é do conhecimento de todos os Deputados e da comunidade, requeri a esta Casa a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, iniciativa que está trazendo ao meu gabinete algumas informações que já me preocupam.

Recebi denúncias de dentro da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, de alguns de seus funcionários, demonstrando preocupação com a segurança do arquivo que guarda a listagem dos arrendatários de terras da Fundação Zoobotânica.

Quero apenas comunicar a esta Casa que, hoje, envie ao Sr. Governador o Ofício nº 014, de 1991, com o seguinte teor:

Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal:

É com muita honra que nos dirigimos mais uma vez a V. Exa. a fim de solicitarmos do senhor, que providencie uma especial guarda dos arquivos do DTR — Departamento de Terras Rurais, que tratam sobre a distribuição de áreas rurais no Distrito Federal, pois fomos alertados, por funcionários ligados ao órgão, que os mesmos «arquivos» estão correndo sérios riscos de serem incendiados ou parcialmente destruídos e adulterados, procurando assim esconder fatos ocorridos e documentados, e nomes envolvidos na distribuição ilícita de terras rurais no Distrito Federal.

Sabedores que somos do empenho e interesse de V. Exa. em esclarecer de uma vez por todas esse problema, contamos com sua colaboração e compreensão, no sentido de resguardar tal documentação, para que elas possam contar de forma real e verdadeira a história de distribuição e assentamentos de agricultores no Distrito Federal.

Usamos da oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

José Edmar
Deputado Distrital

O ofício foi encaminhado via Liderança do Governo nesta Casa.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência, considerando a necessidade da votação das matérias que não foram votadas nesta sessão, resolve convocar os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se na próxima segunda-feira, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 035, de 1991.

2. Votação, sem segundo turno, do Projeto de Resolução nº 010, de 1991.

3. Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 010, de 1991.

4. Votação do requerimento para tramitação conjunta, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, dos Projetos de Lei nºs 005 e 007, de 1991.

5. Votação, em primeiro turno, dos pareceres referentes aos projetos constantes do item anterior.

6. Votação do Projeto de Resolução que modifica o § 4º do art. 3º da Resolução nº 006, de 1991.

A Presidência convoca a sessão ordinária para amanhã, às 9h.

Está encerrada a sessão.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 1º DE FEVEREIRO DE 1991
ABERTURA

PEQUENO EXPEDIENTE

- Projeto de Resolução nº 022, de 1991, de autoria da Mesa Diretora, que «Aprova a 1ª reformulação do detalhamento da dotação orçamentária de Cr\$ 5.600.300.000,00 consignada no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991».

COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B

- Considerações sobre o novo pacote econômico.
- Apresentação de pedido de explicações ao GDF a respeito de licitação para contratação de uma empresa de publicidade.

DEPUTADA MARIA DE LOURDES ABADIA, em nome do PSDB

- Referência à denúncia publicada na «Folha de São Paulo» sobre a possível fraude na licitação do GDF.
- Registro do encaminhamento do pedido de informações do Deputado Agnelo Queiroz.
- Menção ao término de seu mandato de Deputada Federal e Constituinte, agradecendo à população o voto de confiança e prestando contas de seu trabalho.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, em nome da Bancada do PT

- Referências às medidas econômicas do Governo Federal e aviso da realização de reunião do Partido dos Trabalhadores (PT), no próximo sábado, para avaliar o pacote.
- Alusão à campanha «Nossas Crianças», lançada nesta semana pelo Governador Joaquim Roriz, e à rebelião de crianças no Centro de Recuperação e Triagem de Taguatinga, ocorrida ontem.
- Saudação aos Deputados e Senadores que serão empossados hoje, 1º de fevereiro, no Congresso Nacional, e destaque à responsabilidade dos novos parlamentares na defesa dos interesses da população.

DEPUTADO MAURÍLIO SILVA, como Líder do Governo

- Registro da intenção do Governo de apurar as denúncias feitas pelos Deputados Agnelo Queiroz e Lúcia Carvalho.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PCB

- Aviso da realização do Encontro Nacional da Unidade Sindical do PCB, no próximo fim de semana, na sede rural da Contag, a partir das 9 horas.
- Relatório sobre a rebelião do Centro de Recuperação e Triagem (CRT) de Taguatinga.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do PST

- Preocupações acerca dos critérios a serem adotados na fiscalização do congelamento determinado pelo Governo Federal.
- Menção ao problema do menor no DF.
- Parabenização ao Líder do Governo nesta Casa, Deputado Maurílio Silva, pela informação sobre a atitude do GDF em relação à denúncia do Deputado Agnelo Queiroz.

DEPUTADO FERNANDO NAVES, em nome do PDC

- Considerações sobre o problema do menor, ressaltando a irresponsabilidade dos adultos no trato da questão.

COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PST)

- Conclamação aos Deputados para a contínua avaliação dos trabalhos parlamentares, visando ao fortalecimento do Legislativo local.

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA (PTR)

- Apelo ao administrador regional de Taguatinga, Sr. José Maria Gonçalves Coelho, para que atenda às reivindicações dos moradores das QNLS.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Críticas ao novo pacote do Governo Federal.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PDT)

- Abordagem sobre o projeto de reciclagem do lixo, a ser desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SEMATEC).
- Manifestação de solidariedade ao Deputado Peniel Pacheco em relação às preocupações com o trabalho interno desta Casa.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT)

- Justificação da ausência dos Deputados Eurípedes Camargo e Wasny de Roure nesta sessão, por estarem presentes na CNA — sede da COBAL.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PCB)

- Preocupações com o funcionamento desta Casa Legislativa.
- Referência às novas medidas econômicas governamentais.
- Solicitação de registro, nos Anais desta Casa, da entrevista do Sr. Raimundo Faoro, intitulada «O Governo da Ineficiência».

GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

- Considerações acerca da denúncia apresentada pela «Folha de São Paulo» sobre a licitação pública para contratação de empresa de publicidade.
- Encaminhamento à Mesa Diretora de pedido de esclarecimentos ao Secretário de Comunicação Social do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Justificação de sua ausência na sessão de ontem.
- Comentários sobre a situação dos servidores da CNA.
- Registro de posse da nova diretoria da Associação dos Engenheiros Florestais do Distrito Federal.
- Preocupações com as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico no Distrito Federal.

ENCERRAMENTO

- Convocação dos Srs. Deputados para sessão extraordinária, a realizar-se na próxima segunda-feira, às 10 horas.

Ata da 20ª Sessão Ordinária, em 1º de fevereiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães e Jorge Cauhy

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Fernando Naves.

Às 10 horas e 20 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **Benício Tavares** (PDT)
- Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
- Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
- Deputado **Fernando Naves** (PDC)
- Deputado **Geraldo Magela** (PT)
- Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
- Deputado **Padre Jonas** (PDT)
- Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
- Deputado **José Edmar** (PSL)
- Deputado **José Ornellas** (PL)
- Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
- Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
- Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
- Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
- Deputado **Pedro Celso** (PT)
- Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
- Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
- Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
- Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
- Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado Jorge Cauhy a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Não havendo matéria sobre a mesa, passaremos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

1. Peniel Pacheco
2. Rose Mary Miranda
3. Pedro Celso
4. Edimar Pireneus
5. Eurípedes Camargo
6. Carlos Alberto
7. Agnelo Queiroz

Convido a ocupar a tribuna o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, temos acompanhado os fatos noticiados pela imprensa, dando conta das preocupações que nós, Parlamentares, estamos demonstrando com relação ao fortalecimento do Legislativo local.

Volto a conclamar os Pares que têm assento nesta Casa a que continuemos avaliando nossos trabalhos, refletindo a respeito de nossas atividades e tirando lições proveitosas, com o intuito de nos reorganizarmos na condução dos trabalhos internos da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Muitas vezes nós mesmos esperamos que o Legislativo seja conduzido por um toque de mágica, com varinha de condão, como se ao simples movimento da batuta de um maestro as coisas se encaixem devidamente nos seus lugares, permitindo, assim, o funcionamento exemplar desta Casa.

Há também a idéia de que esta Casa poderia funcionar com um Presidente que seria uma espécie de Aladim com sua lâmpada maravilhosa: ao esfregá-la, seriam imediatamente atendidas todas as pretensões dos Parlamentares e até mesmo os anseios da sociedade. Isto não é verdade. A Câmara Legislativa só poderá firmar-se, perante a opinião pública, se houver, como tem ocorrido, um reforço da nossa imagem. É preciso um trabalho árduo, incessante, a fim de que possamos esperar o máximo de nós mesmos e viabilizar aqueles anseios justos e legítimos da sociedade que nos elegeu.

Tendo declarado — e insistirei nisso — que somos co-responsáveis pelos sucessos e insucessos desta Casa. É fácil atribuir a um ou outro a culpa pela morosidade, pelos empecilhos, pelas dificuldades. É também cômodo para qualquer um de nós esperar que outros produzam aquilo que é indispensável para o bom funcionamento desta Casa. Cada um de nós deve assumir a parcela de responsabilidade que lhe cabe. Fazemos parte de uma instituição de cujo corpo, somos os membros, exercendo umas e outras funções. No entanto, cada um contribui com sua parte para que esta Casa seja aquilo que todos nós desejamos e que a sociedade ansiosamente espera.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, periodicamente trarei a esta tribuna, para reflexão de V. Exas., as questões que envolvem a visão que a sociedade tem desta Casa. Não estou preocupado em desenvolver uma política nos moldes do que faz a galinha que canta após botar o ovo. Não quero fazer estardalhaço, nem desejo publicidade. Pretendo que esta Casa funcione e que nossas atividades se desenvolvam normalmente. Não podemos admitir que aqui se pratique uma política circense, incendiária, que alguém cuspa labaredas, como nos picadeiros, e depois, aplaudindo, fique vendo o circo pegar fogo.

A ninguém interessa a imagem negativa desta Casa — Muito menos a nós, Deputados — nem que ela perca suas prerrogativas.

Precisamos, de fato, resgatar essas prerrogativas, tomar posse do que é nosso de direito e colocar em prática nossas intenções.

Tenho certeza de que, no geral, todos estamos conscientes de que é importante ver esta Casa funcionar. Então, companheiros — e uso aqui, carinhosamente, a palavra emprestada do Partido dos Trabalhadores, cujos membros lamentavelmente não estão presentes no momento — vamos imanar-nos, ter mais sentimento de coleguismo para que possamos, assim, cada um contribuindo com a sua parcela, fazer deste Legislativo um exemplo para o Brasil.

Sabemos da importância de cada um preservar seus ideais, as suas concepções filosóficas e ideológicas. Ninguém deverá abrir mão disso.

Sabemos também da importância de funcionamento das próprias estruturas partidárias; mas acima de tudo está a preocupação com esta Casa.

Conclamo, portanto, os nobres Deputados a desenvolverem essa cruzada de fortalecimento dos trabalhos do Legislativo, para que possamos resguardar a dignidade do nosso povo, mediante uma ação clara, efetiva, transparente, cristalina — o maior anseio da nossa comunidade.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra à Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, público aqui presente, tenho recebido em meu gabinete nestes dias, alguns representantes da comunidade, que me têm trazido reclamações. Acho isso muito bom.

Uma comissão de moradores das QNLs, em Taguatinga, representando a Prefeitura Comunitária, relatou-nos a situação de abandono em que se encontram essas áreas residenciais. Desta tribuna, dirijo apelo ao novo administrador regional de Taguatinga, José Maria Gonçalves Coelho, recém-empossado no cargo, para que dê prioridade às solicitações feitas pelos moradores das QNLs.

A situação lá não está nada boa, e as reclamações trazidas pelos moradores já são antigas.

Segundo esses moradores, as ruas não são asfaltadas, e nesta época de chuva viram verdadeiros atoleiros. Algumas não têm condições de tráfego de veículos, dificultando até a coleta de lixo.

Isso é verdade. Estive lá para verificar a situação e constatei que, na época de chuva, é praticamente impossível transitar em algumas ruas.

Solicitam-nos a colocação de quebra-molas na pista que liga o Setor L Norte ao Setor J Norte, em toda a via, desde a feira permanente, até o centro do Samdu, para reduzir o número dos constantes acidentes que ocorrem no local.

Num dia em que eu passava por lá, coincidentemente, uma criança foi atropelada, porque os carros passam em alta velocidade, não respeitam os pedestres, e as mães sofrem porque há perigo constante de atropelamento para as crianças que atravessam a rua.

Os moradores se queixam também da falta de segurança e exigem da Secretaria de Segurança maior policiamento naquela área. Como a Secretaria de Segurança Pública acaba de anunciar a recuperação de vários veículos da Rocan, solicitamos ao Sr. Secretário, João Brochado, o aumento do efetivo desses veículos nas QNLs, visando a maior policiamento, uma vez que há constantes assaltos, em particular às moças e rapazes que estudam à noite. Isso sem falar dos moradores que trabalham, chegam em casa cansados, e na maioria das vezes são assaltados. Fazem até perguntas casa por casa: «Você já foi assaltado?» Isso é comum por lá.

A comunidade das QNLs reivindica, ainda, a melhoria no transporte coletivo. É preciso que o Departamento de Transportes Urbanos — DTU, aumente a fiscalização e coloque mais ônibus nas linhas para a Esplanada dos Ministérios, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Guarã, W3 Norte, UnB, e autorize a volta dos ônibus executivos, para atender melhor àqueles moradores.

Para quem trabalha na Esplanada ou no Cruzeiro, é uma verdadeira maratona pegar ônibus. E não se sabe por que os ônibus executivos foram retirados.

Espero que, ao receber este discurso que vou encaminhar à Mesa para que seja entregue ao Administrador de Taguatinga, S. Exa. adote providências urgentes com relação aos moradores das QNLs.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, novamente fomos surpreendidos por mais um pacote imposto de cima para baixo, de forma autoritária, por este Governo que, mais uma vez, demonstra sua posição contrária aos interesses da classe trabalhadora brasileira e provoca novo arrocho salarial, este sem precedentes, usando novamente a estratégia de congelar os salários pela média, aplicando um «tarifaço» e congelando o preço dos produtos, embora prometendo 25% de reajuste nos salários e excluindo o funcionalismo público, no momento em que essa categoria está reivindicando de 318% até 430% de aumento. É um acinte.

Mais uma vez, o Presidente da República rasga a Constituição que estabelece no art. 7º, inciso XXVI:

«Art. 7º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....
XXVI — reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;»

O Governo, unilateralmente, fixa as datas-base para as categorias nos meses de janeiro e julho deste ano. Como ficam as convenções, os acordos coletivos em vigor que fixam datas-base para abril e maio, por exemplo?

A imprensa publica — e verificamos isso rapidamente, porque ainda estamos tontos com as medidas adotadas por este Governo — que os sindicalistas prevêm uma onda de greves sem precedente no País. Os salários estão hoje em um dos pontos mais baixos constatados em toda a História do País. E neste exato momento, novamente, o Presidente da República congela os salários, apesar de estarem os preços como estão.

Sabemos que essas medidas vão significar, além de outras mazelas, mais desemprego, mais arrocho salarial — que quero classificar de «roubo salarial». O povo já está cansado de ouvir falar em congelamento, pois sabe de antemão que somente os salários permanecerão congelados, já que nenhum Governo conseguiu até agora controlar os preços. Além disso, ainda editam um «supertarifaço». Controlar os salários é tarefa fácil para Governo e empresários. Quero ver controlar os preços dos produtos.

Ouvia há pouco pelo rádio notícia de que, se não me engano, no Estado de Alagoas, para 60 mil estabelecimentos comerciais, a Sunab dispõe de apenas 15 fiscais. Parece brincadeira.

Esse pacote não distribui renda, não penaliza a dolarização da economia, não traz a reforma agrária nem combate a mortalidade infantil provocada pela fome. Ao contrário é a face mais cruel da carestia.

Quero reforçar, mais uma vez, que os setores organizados da sociedade vão ter de lutar. Os sindicatos vão ter de convocar suas categorias para irem à luta e fazer muitas greves, tantas quantas forem necessárias. Novamente congelam — repito — os preços pelo pico e os salários pela média, propondo um aumento de 25%, conforme quer a Ministra da Economia, que não repõe as enormes perdas provocadas pelo próprio Collor, desde março do ano passado.

Por isso, conclamo os nobres Deputados a que cumpram o seu dever de representantes do povo, protestando contra mais esse pacote, que é inconstitucional, antipovo brasileiro e antitrabalhador.

Trata-se de mais uma medida imposta de cima para baixo, repito, que fere a Constituição, ficando claro que altera as datas-base das categorias dos trabalhadores.

Neste primeiro momento, a poucas horas do anúncio do novo plano, estamos perplexos. Acredito que todo o conjunto da sociedade também está, menos aqueles que já deveriam ter conhecimento antecipado do pacote. Outras seqüelas, com certeza, virão.

Aproveito este espaço para protestar contra mais essa medida autoritária, arbitrária e inconstitucional deste Governo antipovo e antitrabalhador.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Com a palavra o nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, companheiros da imprensa, chamei a atenção desta Casa, no último dia 29, ao apresentar projeto de lei proibindo provisoriamente as transações com as terras públicas do Distrito Federal, para o fato de que muito se fala, mas pouco se faz, em nosso País, em relação à preservação do meio ambiente. Hoje, no entanto, ocupa esta tribuna para falar sobre o importante trabalho que a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal — a SEMATEC — vai desenvolver a partir de uma experiência-piloto em Brazlândia, que é o projeto de reciclagem do lixo, visando, entre outros resultados, a produção do adubo orgânico.

Este trabalho, segundo as informações divulgadas ontem pelos jornais locais, será apoiado por ações de educação ambiental, já iniciadas junto aos estudantes de Brazlândia. Considero este programa de fundamental importância, pois, se a educação é a base do desenvolvimento, a educação ambiental será o alicerce indispensável para que as gerações presentes construam um futuro de fartura

e de sobrevivência digna para todos. Desejo, por isso, além de cumprimentar a SEMATEC por iniciar, de imediato, a prática da defesa ambiental, solicitar à Secretaria que esse trabalho de educação ambiental voltado para a reciclagem do lixo seja estendido a todos os estudantes do Distrito Federal, em todos os níveis, para que se comece, assim, a criar uma nova mentalidade, junto à população, em relação aos prejuízos que a comunidade sofre com o desperdício das coisas que usa, no dia-a-dia. Educar para a reciclagem e contra o desperdício deverá ser uma das etapas do processo de educação ambiental, que precisa estender-se a todas as atitudes a serem tomadas em relação à melhoria da qualidade de vida, envolvendo, por exemplo, o uso da água e do solo, a qualidade do ar, e outros aspectos. Estamos, neste sentido, preparando projeto de lei, para apresentar brevemente, incluindo a educação ambiental como matéria obrigatória nos currículos escolares.

Sr. Presidente da Mesa, caros colegas, desejo, também neste momento, hipotecar minha solidariedade ao caro colega Peniel Pacheco, em relação à sua preocupação com a falta de coleguismo e de solidariedade que se tem registrado internamente na Câmara Legislativa, resultando em prejuízos, não só, à imagem desta Casa junto à população, como, principalmente, ao andamento dos trabalhos, que devem constituir a nossa primeira prioridade, ante o voto de confiança que nos foi depositado por aqueles que nos elegeram.

Entendo que o bom relacionamento deverá ser a base da eficiência e da agilização dos nossos trabalhos. Nosso papel é importante, pois somos o primeiro grupo de representantes da população, após trinta anos de administrações, sem voto e sem voz. Para que a representatividade, agora, realmente funcione, devemos buscar o caminho do entendimento e da negociação, pois não podemos esquecer que, apesar de eleitos por votos de camadas diversas e partidos diferenciados, representamos, todos juntos, a comunidade do Distrito Federal, e devemos visar ao bem-estar da coletividade, da comunidade como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eurípides Camargo (ausente.)

Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, os nobres Deputados Eurípides Camargo e Wasny de Roure não estão presentes nesta Câmara Legislativa, porque foram à CNA — sede da Cobal, onde estão sendo ameaçados de demissão quinhentos trabalhadores, que estão em assembléia permanente. Convido outros Deputados desta Casa para que, também se façam presentes ali. O local dessa assembléia é na saída do Parque Rogério Pithon, sede da CNA, que incorporou a Cobal.

Muito Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, colega Jorge Cauhy, estamos há vários dias, praticamente desde o início dos nossos trabalhos, reclamando do funcionamento da Casa. É uma reclamação geral, colocada em termos bastante concretos. A tudo o que tem sido dito aqui, quero somar a minha voz no sentido de enfatizar essa preocupação. Não haverá possibilidade de a nossa Casa ter um funcionamento normal — e a preocupação de vários colegas, inclusive do companheiro Peniel Pacheco, é quanto à forma concreta como isto afeta a nossa imagem — se não começarmos a trabalhar de acordo com a nossa finalidade, e a finalidade da Câmara Legislativa é aprovar projetos, iniciativas parlamentares, proposições que visam a servir à nossa cidade, à nossa sociedade. Os nossos trabalhos estão emperrados porque não temos ainda um Regimento Interno.

Sabemos que a estruturação da Casa está a caminho, mas, ao mesmo tempo, verificamos — e aí cabe uma reflexão de todos nós — que estamos transformando esta tribuna numa espécie de circo de vaidades. Sr. Presidente, sabe V. Exa. que, alguns colegas, apresentaram dois ou três projetos de lei por semana, e esses projetos vão entrando na fila. Ora, a nossa sociedade, a nossa cultura é pródiga em leis apenas no papel, leis que não são cumpridas, leis que não têm validade, leis que não «pegam», leis que morrem. Aparentemente, estamos querendo introduzir essa tradição cultural na mais nova Câmara Legislativa do País, na Capital da República. É claro que, se continuarmos a agir assim — e é por questões objetivas que seremos julgados — nossa imagem ficará comprometida. Reconheço que a situação é nova para cada um de nós, pois nunca nenhum dos Deputados aqui presentes, nenhum dos políticos eleitos para esta Casa teve a oportunidade do acesso diário à mídia, à imprensa em geral — e tudo o que falamos repercute na sociedade.

Evidentemente outros aspectos menores, fazem parte da questão comportamental na relação entre as pessoas, e nosso comportamento político acaba prevalecendo. Só estamos fazendo discursos, apresentando projetos que não poderão tramitar, porque as Comissões competentes não poderão elaborar pareceres. Enfim, começamos a aplicar um método que é o pior em qualquer Parlamento, especialmente no Parlamento brasileiro: a votação de matérias sempre em regime de urgência. Isto é o que existe de mais antidemocrático, ainda mais quando ocorre de forma tão sistemática.

Então, Sr. Presidente, temos é de elaborar o Regimento Interno — enfim, organizar a estrutura da nossa Casa — e a Lei Orgânica do Distrito Federal. Como já disse aqui esta semana, ela será a Lei Magna de Brasília. Qualquer outra é secundária, só serve para marcar posição e para transformar esta tribuna em palanque para uma eleição que só irá realizar-se em 1994.

Estamos diante de um novo pacote, que guarda as mesmas características de sempre — uma inflação avassaladora, que não permite sejam os salários reajustados. De repente se congelam os preços e os salários, e, evidentemente, a parte perdedora nós sabemos qual é. Mas, ao mesmo tempo em que nos preocupa este novo pacote, ficamos com esperanças renovadas. Afinal de contas, sempre esperamos que, ao final, alguma medida possa significar uma saída para essa situação.

É verdade que a opinião pública, nós, os Parlamentares, o cidadão brasileiro em geral, ficamos sempre divididos diante de uma nova medida governamental. Nossa experiência nos diz que o trabalhador é quem perde, e vemos agora mais uma vez confirmar-se que será ele quem perderá com esse pacote, porque não há, no modelo neoliberalista, forma de fazer com que o trabalhador ganhe em alguma medida. Mas também nos fica sempre essa esperança de que algo vá mudar, exatamente porque estamos observando a situação de uma visão governamental.

Sr. Presidente, outro assunto: trago hoje à atenção do Plenário: uma excelente entrevista, uma extraordinária entrevista de Raimundo Faoro, sob o título «O Governo da ineficiência.» Solicito seja a matéria inserida nos Anais da Casa.

A propósito, devo lembrar que Raimundo Faoro se diz pessimista, não quer que o reconheçam como otimista. Diz ele na entrevista:

«A perspectiva desse Governo que se inicia, o Governo Collor, não vai muito além de um Sarney, ou será o Sarney que deu certo ou o Sarney que deu mais errado».

Isso ele dizia no início de 1990. Espero até que ele esteja errado, mas, infelizmente, parece que a realidade está comprovando o contrário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

O governo da ineficiência

Para Raymundo Faoro, os maus resultados obtidos por Collor estão tirando a legitimidade das urnas

EQUIPE ISTO É SENHOR

No início de cada ano, o historiador e jurista Raymundo Faoro lança suas luzes em direção ao tabuleiro da política nacional e extrai previsões sobre o que os meses seguintes podem reservar ao cidadão brasileiro. Faoro certamente não tem pretensões a oráculo, mas os leitores de suas tradicionais e aguardadas entrevistas a *Isto é Senhor*, publicadas anualmente desde 1985, puderam constatar o acerto da maioria de suas profecias. Observador atento e crítico do velho jogo da conciliação das elites que se pratica no Brasil desde sempre, Faoro teria preferido errar muito, mas não costuma iludir-se. Aos que tinham esperanças de

que a entronização do primeiro presidente escolhido pelo voto direto em 30 anos poderia romper com essa tradição, ele advertia em sua última entrevista: «A perspectiva desse governo não vai muito além de um Sarney. Ou será um Sarney que deu certo ou um Sarney que deu mais errado.»

Na mesma ocasião, Faoro analisava qual o significado de um governo bem-sucedido segundo a ótica de Collor: «Um governo sem distribuição de renda, sem alteração da estrutura social do País, mantendo essa pastosidade partidária, mas com inflação menor, com o Estado melhor dimensionado, com a tutela militar mais discreta.» A inflação baixou de início mas já voltou aos níveis em que estava até quase o fim do governo Sarney. Em caso de fracasso, previu Faoro, restaria a Collor falar diretamente às massas, apelando para «um cesarismo caricato que é muito brasileiro». Numa perspectiva histórica, isso poderia apontar para um paralelo com o Getúlio Vargas de 35 ou, no caso de o presidente conseguir sólido apoio militar, com 37. Neste 91, Faoro constata que a segunda alternativa é menos provável, porque a direita brasileira já não parece seduzida pelo discurso golpista: «Se não há a obediência à lei, pelo menos defende-se a idéia de que o Estado precisa de Direito.»

A lupa de Faoro procura esmiuçar a esquerda brasileira com o mesmo olhar crítico. Em 90, ele calculou que o PT e o PDT ampliariam suas bancadas legislativas, mas dificilmente conseguiriam conquistar governos estaduais na mesma proporção dos votos de Lula na eleição presidencial. Especificamente sobre o PT, via como problema crucial o estabelecimento da democracia como valor universal, não apenas retórico, o que implicaria renegar o discurso de que as liberdades individuais são apenas burguesas. Em outras palavras, o partido deveria abrir-se para a discussão sobre o socialismo real travada em todo o mundo. A julgar pelo que Faoro diz na entrevista deste ano, isso ocorreu em apenas alguns setores do PT: o antagonismo ideológico entre suas correntes internas estaria paralisando o PT, enquanto seu comando nacional não consegue impor uma liderança e uma linha de ação. Mas a situação do PT não seria muito pior do que a de outros partidos de oposição ao governo federal. Segundo Faoro, a esquerda brasileira perdeu suas bandeiras tradicionais e não encontrou outras para substituí-las.

P — Este Governo Collor sofre que tipo de problema?

R — O governo tem um problema prematuro: em menos de um ano, a avaliação que se pode fazer é de uma viabilidade difícil dentro do esquema de poder que está armado. É uma viabilidade que diz respeito ao plano a que se propôs — que é um plano de objetivos mas não de meios, e que de meios se serve de qualquer coisa —, e também envolve os mitos que esse governo criou, modernização e outras coisas. Assim, o governo está se tornando inviável na montagem do seu dia-a-dia, e também não está sendo viável no apoio popular e político para seus planos, objetivos e mitos.

P — Mas o governo parece ter certeza que tem o apoio popular. Há, inclusive, o Ibope, que sempre se prontifica a fornecer dados destinados a mostrar esse apoio.

R — É, tem uma faixa de respostas dos entrevistados do Ibope, a chamada faixa regular, que serve para tudo. Quem não gosta do governo pode achar que regular é péssimo e quem gosta pode achar que regular é ótimo. Tem a faixa da indefinição que serve para todos os cálculos. Evidentemente o governo não é o que pensa ser. Não é um governo carismático, embora gostasse de ser. E eu acho que essa é a coceira que sofre esse tipo de governo, uma coceira bonapartista de querer mobilizar certos setores não organizados da sociedade, chamados de descamisados, para formar a sua platéia. Eu acho que aí é que está inclusive o perigo de uma eventual aventura para um governo sem apoios em setores organizados, sem apoios em partidos, entidades de classe, sindicatos — os chamados órgãos da sociedade civil — e sem apoio popular e que então vai buscar um suposto apoio popular de setores não organizados da sociedade.

Este governo não é carismático mas sofre uma coceira bonapartista

P — Há um ano, na sua análise anterior à posse de Collor, o sr. falava da possibilidade de esse governo modernizar a direita brasileira. O sr. diria hoje a mesma coisa?

R — Eu ainda mantenho isso, ao menos em parte. O que é que a direita, há dois anos, pensava quando havia uma dificuldade de governabilidade? Pensava em ato institucional, em golpe de Estado, qualquer coisa por aí. Hoje talvez pense a mesma coisa, mas o discurso é outro. Se não há a obediência à lei, pelo menos defende-se a idéia de que o Estado precisa de Direito.

P — Mas não falta quem pretenda antecipar a reforma constitucional?

R — Mas a reforma constitucional é formalmente uma maneira legal de alterar a ordem jurídica.

P — Agora, a proposta de antecipação, a rigor, não é só de setores conservadores. O PSDB também propõe.

R — É uma coisa curiosa, porque está prevista a revisão cinco anos depois da Constituição, em 93. Mas vamos fazer um parêntese para distinguir entre revisão e emenda. O que começou a se propor, como balão-de-ensaio, foi emenda. Agora já se fala em revisão, quer dizer, em antecipar aquela revisão de 93 que teria de ser precedida, conforme a Constituição, embora em artigo diferente, por um plebiscito. Então se fala em antecipação, mas não no plebiscito, o que não deixa de ser estranho. É um detalhe talvez relevante, que mostra que alguma coisa está em jogo, mais do que a reforma. Obviamente, quando o governo fala em reforma não será para diminuir poderes do

presidente da República, nem para diminuir a competência da União.

P — Será para acabar com a inflação?

R — Acabar com a inflação com esse tipo de reformas significa quase um golpe. Dispensar o funcionalismo, extinguir empresas fora do molde jurídico, quer dizer, aí não se trata de uma reforma constitucional, é um projeto de ditadura.

P — O sr. disse que mantém somente em parte as suas previsões de modernização da direita brasileira. Somente em parte por quê?

R — A direita está constrangida a ficar dentro da lei. Agora, o que eu imaginava não aconteceu: é que a direita fosse para o centro. A direita Collor continua uma direita cada vez mais definida como direita, o que também leva a suspeitar que ela se mantém próxima dos métodos antigos, os métodos tradicionais da direita.

P — O que é esse centro, no Brasil?

R — O que havia no tempo da ditadura militar? Havia duas coligações, uma contra e uma a favor. Nós éramos bons e eles maus, e reciprocamente. Havia uma polarização, não havia a possibilidade da intermediação dos extremos ou da intermediação das demandas políticas. O centro é que faz essa intermediação entre setores utópicos e setores anacrônicos, ambos muito atuantes na sociedade.

P — O centro no Brasil não está muito à direita?

R — O centro vai à direita ou vai à esquerda. O problema é grave quando o centro deixa de ser centro e passa a ser centrão, e à direita, ou quando deixa de ser centro e vai para a esquerda, quer dizer, quando volta a polarização. Se o governo Collor apresentasse um esquema aceitável para a sociedade, provavelmente o centro já seria uma realidade hoje. A última eleição mostrou um eleitorado ansioso por

Fazer reforma constitucional para acabar com a inflação é golpe

soluções de centro. Ele desprezou a esquerda, que foi a que teve uma vitória moral no segundo turno da eleição de 89. Diga-se que o resultado final foi anômalo, porque obviamente a eleição estava definida para o Lula. Eu acho que entraram fatores anormais de última hora. Entrou uma inundação de dinheiro, entrou um dilúvio de propaganda e não faltou sequer a torpeza, que tirou deste governo a possibilidade de um crédito de confiança, no momento em que ele tomou posse manchado ou tísido com processos ilegítimos, indignos ou imorais.

P — O pecado original.

R — É um pecado original e esse parece que nem o batismo lava, ou não tem conseguido lavar até aqui, quer dizer, deixou um ressentimento na sociedade.

P — *Se o governo conseguisse levar adiante um plano aceitável, tanto nos fins quanto nos meios, a sociedade poderia talvez ter tido uma posição diferente, apesar do pecado original.*

R — Poderia. Mas o governo, de saída, cometeu uma agressão constitucional, e com isso mostrou algo mais grave do que a própria agressão, mostrou como constitucionalmente o País está desarmado diante de golpes dessa magnitude.

P — *Esse governo, fora do Parlamento, pretende ter o apoio dos descamisados. Quer dizer, aposta no fisiologismo do Congresso.*

R — Existe uma oferta para o Congresso, para o clientelismo do Congresso. Se o governo acabar com o funcionalismo profissional terminando com a estabilidade — que é no Brasil, tradicionalmente, a forma de manter a pessoa no emprego enquanto bem servir —, ele fará a sua maior oferta de clientelismo, de 200, 300 mil cargos, para dividir com 500 congressistas.

P — *Estaria na verdade dourando a pílula, que é o desejo de fazer determinadas reformas na Constituição?*

R — É uma maneira de liquidar com a possibilidade de uma reação. Isto é o máximo de civilização que se pode admitir na direita. Antigamente ela usava a violência, hoje ela usa a corrupção. O progresso que ela fez é esse.

P — *Atrás do jogo de cena da reforma estaria a questão da reeleição?*

R — É bem possível que esse delírio freqüente a cabeça do presidente Collor, e provavelmente não passaria só pela cabeça dele. É muito difícil o presidente da República, no dia em que assume a faixa, não pensar no outro período. Agora, vejam como há risco nessa reforma constitucional. Eu já vi esta cena representada antes. Onde começaram as dificuldades graves para o governo Vargas? Foi quando Danton Coelho e outros começaram a lançar a campanha «Libertemos Vargas», «Libertemos Getúlio». Quando vieram as dificuldades graves para o governo Goulart? Foi com a proposta de reforma constitucional que se pretendia fazer, ou na legalidade ou «na marra». E qual foi a dificuldade grave que resultou na renúncia do Jânio? Foi o momento em que ele pediu poderes de emergência, ou insinuou poderes de emergência, baseado em uma sugestão antiga de Carlos Lacerda. Então esta é uma pedra em que Collor pode tropeçar.

P — *O sr. acha que a Constituição tem de ser mexida?*

R — No sentido exatamente oposto àquele que quer o governo. O que nós temos visto é que as violências ou ilegalidades ou inconstitucionalidades foram praticadas

**A direita, que antes usava a violência,
agora usa a corrupção**

com as medidas provisórias. Esta é a coisa que teria de ser reformada.

P — *Mas isso uma emenda faz.*

R — Faz, mas teríamos aí uma emenda de confronto de poder contra poder e o que a gente tem visto é que o Congresso não tem nenhuma disposição e nenhum meio de ser organizado para alterar essa Constituição elevando os seus poderes.

P — *Isto significa que o governo não sofre maiores riscos, ainda que tenha um plano inviável?*

R — Bem, a ineficiência deslegitima qualquer governo e este é um governo que caminha para a ineficiência. A ineficiência nos seus objetivos e a ineficiência como governo nacional. A legitimação ou deslegitimação vem daí. Agora, deve-se dizer que contra os abusos da Presidência a Constituição só tem soluções teóricas, não tem soluções práticas. Não existe solução constitucional. Existiriam eventualmente soluções institucionais, como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. Quando o presidente é fraco, ou vacila, o Congresso cresce. Verifica-se o chamado «congressismo», que é o achado de um cientista político que depois foi presidente da República, Wilson. Ele era professor de Direito e Ciência Política e observou: no momento em que o presidente se enfraquece, o Congresso cresce. A nossa experiência mostra coisa diferente, e também é uma saída institucional e não constitucional, que é o crescimento dos governadores. Não de todos os governadores, daqueles governadores que, como dizia o dr. Borges de Medeiros, levam seus Estados «per se». Nós vimos isso na crise de 61. Os governadores, liderados por um, conseguiram evitar provavelmente um golpe de Estado, até no caso uma vacância de poder. Vimos em 64 os governadores atuarem também na dificuldade do presidente, infelizmente para o lado errado. Foram os governadores que abriram o caminho para o golpe de 64. E nós vimos essa fórmula falhar depois com o golpe dos cinco anos a Sarney, um presente dos governadores. Se eles deram, poderiam deixar de dar também.

P — *Curiosamente sem o apoio de Collor, então governador do Estado de Alagoas.*

R — Pois é, hoje deve estar agradecidíssimo a esses ex-colegas.

P — *Agora, quais governadores da safra nova podem agigantar-se no contexto?*

R — Eu não sei quais os governadores, eu sei quais os Estados. Eu acho que o Estado de São Paulo, evidentemente se quiser pode ter voz, é um Estado que preenche aquele requisito do dr. Borges Medeiros, é um Estado «per se». O Rio de Janeiro pode também, dada a liderança que conquistou. Minas Gerais deve também ter essa possibilidade, e o governador do Rio Grande do Sul, se não tiver bastante equilíbrio, também pode achar que está nesse time. O de Pernambuco, provavelmente, se não tiver o juízo perfeito, pode imaginar, o da Bahia também. São as pirâmides.

P — *E os partidos? Digamos, o PT, que refluiu nas últimas eleições. Que papel pode desempenhar neste momento?*

R — O PT atravessa um eclipse, provocado pelas dificuldades internas, que são imensas, aquela guerra de grupelhos que imobilizam a direção do partido e paralisam qualquer liderança. Eu acho que é o problema mais grave do PT. E em segundo lugar, em consequência disso, ele não conseguiu organizar a oposição. O que se está notando é que a oposição vai para o centro, para um centro-esquerda, com o Brizola, com os tucanos, com um setor do PMDB. Já o PT fica num limbo utópico. Pode ressurgir em uma grande crise e pode não ressurgir mais, também.

P — *Que acha da idéia do governo paralelo do PT?*

O PT atravessa um eclipse, a guerra de grupelhos paralisa sua direção

R — Sempre existe um governo paralelo quando há oposição. Não é uma ficção parlamentarista. No governo Sarney, existia um governo paralelo. Quem diria que o governador de São Paulo não era um governo paralelo? Agora, o governo paralelo não está tendo apoio porque ele é frágil como expressão popular.

P — *Resumindo, o governo está sendo deslegitimado por sua própria ineficiência, mas nem por isso corre maiores riscos de sobrevivência.*

R — Você não tem um Congresso capaz de um impeachment, você não tem um Supremo Tribunal capaz de reconhecer ou de evitar que o governo use de artifícios para que não se chegue ao impeachment. Ou seja, não se tem aqui uma solução civil, como a Constituição americana tem. Os meios institucionais de que nós falamos, de crescimento do Congresso ou dos governadores, também são duvidosos. Enfim, sobra sempre a velha hipótese, o golpe militar. Agora, o golpe militar, como substituição de poder, é pouco crível hoje em dia. O modelo 64 é muito improvável, quase impossível que se repita. Sobra o modelo interventivo. Infelizmente acho que essa possibilidade há. Essa fronteira entre grupo de pressão e intervenção militar é muito frágil, é muito tênue na vida política brasileira. Então, essa possibilidade existe, como existiu, por exemplo, para os cinco anos do Sarney. Recentemente, o ministro da Justiça de Sarney, à época, Paulo Brossard, contou a reunião que teve no ministério. Chamou os líderes partidários e disse: o Sarney não aceita os quatro anos e não vai para o Supremo. Então o ministro da Justiça atual, Jarbas Passarinho, à época líder do PDS, explica agora: bem, frente a uma ameaça institucional, eu cedi. O que, aliás, é muito característico das elites nacionais. Diante de um tiro de festim o sujeito adere antes que haja um tiro de verdade. Houve, nesse período do Sarney, um golpe militar, cuja fronteira é sempre muito indefinida. Eu acho que a ameaça de solução militar conforme o modelo interventivo não está afastada, mesmo porque essa corte que o chefe de governo faz aos militares não deve ser por amor à farda, nem para

consolá-los das dificuldades financeiras. Então pode ser até que a proposta da reforma constitucional ou emenda acabe sendo acompanhada de uma pressão militar.

P — *A pressão se daria necessariamente a favor do presidente Collor?*

R — Se a reforma é do Collor, pode ser a favor do Collor. Pode ser contra também, se a situação piorar e houver uma imobilização do Congresso e dos governadores.

P — *A favor de Collor significa pressão militar no sentido de conferir ao presidente maiores poderes.*

R — Maiores poderes, sim. É um plano tipo Jânio Quadros, o plano frustrado dele. Poderes de emergência ou como quer que se chame.

P — *E contra Collor?*

R — Fazendo o que se fez já uma vez, criando-se um impeachment à brasileira. Forçando o Congresso a declarar o impeachment fora do figurino constitucional, porque dentro do figurino constitucional não há condição.

P — *Nesse capítulo das relações com os militares, uma observação factual: o Collor foi o primeiro presidente a não comparecer à cerimônia da Praia Vermelha comemorativa da chamada Intentona Comunista, em novembro passado.*

Sem a bandeira do anticomunismo, os militares vivem uma crise de identidade

R — Esse aspecto é muito significativo, não pela ausência de Collor à cerimônia. É que o mundo realmente mudou, não tem mais sentido o anticomunismo. Provavelmente essa cerimônia deve até constranger as Forças Armadas, que estão à procura de outras bandeiras, ou outra ideologia, ou outros objetivos.

P — *O inimigo é outro?*

R — O inimigo morreu, mas a crítica historiográfica a 35 tem sido, ultimamente, muito vigorosa. Não sobrou pedra sobre pedra. A tal Intentona, e outras tolices mais, é gente morta dormindo e uma série de mitos que se inventaram. Este, talvez, seja um elemento de falta de coesão entre eles. Eles não têm mais essa bandeira anticomunista, a direita não tem, também. Então, como justificar seu papel? O papel profissional, evidentemente esse continua e eles o terão sempre. Mas onde está o papel político?

P — *É previsto constitucionalmente, eles são os tutores das instituições.*

R — Os militares têm um papel profissional muito interessante a cumprir e às vezes desempenham muito bem esse papel. Mas algo leva-me a ser quase obsessivo contra a presença militar. É que sempre que existe uma indagação sobre o papel político dos militares, a base democrática do País, que é a soberania popular, fica em risco. Então o apelo é dirigido fora da soberania popular,

que é uma maneira de equacionar as coisas antidemocraticamente.

P — *Eles dirão que isso é paranóia dos civis.*

R — Eles se acham responsáveis pelo País, pela vida política, quando não são. O responsável pela vida política é o povo brasileiro, é o cidadão. Fundamental seria tornar os políticos responsáveis. No momento em que os políticos não podem apelar mais para as Forças Armadas, eles têm de apelar para si próprios. Quer dizer, caberia aos próprios políticos achar a solução. Este é, em todo caso, um momento de grande indefinição, donde a sua gravidade. É o momento em que as Forças Armadas estão sofrendo uma crise de identidade. Elas se imantaram no anticomunismo e o anticomunismo deixou de ser bandeira. Agora têm de achar o papel delas antes de atuar politicamente e se não há possibilidade de atuação é porque não acharam o papel. Os militares não sabem se vão ser profissionais, se vão preparar-se para a guerra, se vão preparar-se para combater o PT, se prendem o Lula ou o Maluf. Eles não sabem o que as Forças Armadas são, hoje. É realmente uma crise grave para eles.

P — *Qual seria o estopim de um movimento militar intervencionista? A favor ou contra o Collor, o que o precipitaria?*

R — Se eles fossem chamados, poderiam chegar a reprimir movimentos populares, saques etc. Por esta via eles passariam de repressores a formuladores da política.

P — *Na entrevista de um ano atrás nós abordamos a questão do ocaso do comunismo no Leste europeu e agora pouco falamos do assunto.*

R — Acho que, talvez desde o Tratado de Viena, o mundo não tem um império único. Nós estamos dentro de uma ordem mundial impensável há dois anos, a ordem de um império único, o que traz uma reformulação de todas as políticas internas, inclusive a política militar, a política industrial, as políticas de relações sociais. Um historiador que teve muito sucesso e depois deixou de ter, Arnold Toynbee, falou do comportamento do mundo diante de um império único. Ele dizia: há um momento em que

Voltamos à ordem do império único. Devemos reestudar o império romano

a minoria, que ele chamava de criadora, imanta toda a periferia e a periferia procura imitar Roma, procura ser um cidadão romano, mesmo longe das margens do Tibre. No momento em que essa minoria criadora deixa de ser criadora e passa a ser uma minoria dominante, ela sofre dois desafios, um do seu proletariado interno, outro do seu proletariado externo. Esse império único começou a sofrer o desafio do proletariado externo. Quando você tem um movimento tipo muçulmano, xiita ou iraquiano, trata-se de um desafio do proletariado externo, talvez menos eficiente do que aquele que estava atrás do Danúbio no Império Romano, ou atrás do Eufrates. E há também, o proletaria-

do interno, no qual nós estamos incluídos. O proletariado interno não é o pobre nem o nascido sem nobreza, ou o nascido não romano. É aquele que tinha uma situação e a perdeu com a instalação do império único. O nosso raciocínio tem de ser montado a partir da idéia de que o império único realiza sua primeira ação importante no Golfo Pérsico. Eu não me lembro de nada parecido. O império resolve fazer, e faz, e leva o mundo todo ou ao silêncio ou à colaboração.

P — *A guerra no Golfo Pérsico não põe em xeque o império único?*

R — Não põe em xeque. Mostra que esse império único é desafiável. A Inglaterra, depois do Tratado de Viena, vencido Napoleão, passou a ser um império único. Não quer dizer que não tenha sido contestada. Foi, na Ásia, na África, foi contestada em muitos lugares. Acontece que ela tinha um poder tal que a contestação era ineficiente. Foi preciso chegar à Segunda Guerra para que ela perdesse definitivamente essa posição de império único. Então a Terra se dividiu. Agora voltamos ao império único, temos uma equação diferente. Talvez a gente tenha de voltar a estudar o Império Romano, como é que foram as coisas naquele período.

P — *Voltando ao Brasil: consta que o sr. presente a chegada de uma revolução mística.*

R — Você vê Nossa Senhora aparecendo em toda parte, gente rezando aí à vontade. E os orixás andam soltos por aí.

P — *Dona Zélia invoca Iemanjá.*

R — Essa chamada modernização, que é um modelo passivo de submissão da população, é ela no momento que quer acertar o passo do Terceiro Mundo pelo do Primeiro, importa produtos acabados. Esta é a modernização nossa, da importação. Não da tecnologia, nem da formação de cientistas. Ela se aproxima muito pouco do pombalismo, do Marquês de Pombal, o estadista português que começou importando professores. A nossa traz o produto acabado. É o oposto de uma modernização do tipo japonês, ou do tipo alemão. São as duas únicas, talvez, que tenham sido vitoriosas como modernizações. As outras foram movimentos passivos e assim mesmo com seqüelas terríveis. Então esse tipo de modernização do gênero que parece se pretender por aqui, hoje, se faz acompanhar de uma franja de mito e uma franja ideológica supersticiosa que às vezes vicia todo o processo para achar que isto é o melhor, que aquilo é indiscutível, quando modernizações, como a do Japão e a da Alemanha se deram, e se deram pela via de seus intelectuais ou de seus técnicos, que vieram de fora ou foram estudar fora, elas se deram sempre na base do ceticismo, que é o começo de toda sabedoria, e não deste dogmatismo místico que está aí. Eu acho que essa modernização pretendida no Brasil é tão mítica como o sonho daquelas tribos africanas que cultivavam o mito de que ia

chover dinheiro e então destelharam as casas. Nós estamos mais ou menos na linha de outra tribo africana, que achava

Nossos sonhos de modernização se parecem com os de uma tribo africana

que os mortos iam voltar, donde pavimentou a estrada do cemitério. Esse lado mítico, essa maneira de pensar pouco racional e mais mágica, é talvez capaz de explicar fenômenos que a gente está assistindo. O País dá a impressão de ter enlouquecido ou ter ficado devoto de uma hora para outra. Ou várias coisas ao mesmo tempo. Quer dizer, o Padre Cícero voltando triunfalmente, o Antônio Conselheiro carregado pelo São Sebastião.

P — Isso prova o quê, basicamente? Que estamos esperando provavelmente uma intervenção divina?

R — Esse tipo de modernização passiva apela para a intervenção divina, no momento em que apela para o mito, para o milagre, para a magia.

P — Mas o anseio de modernização, em si, é legítimo.

R — Acho que a modernização pretendida por Collor é a integração ao mundo. Seria um programa teoricamente aceitável, os meios é que são absurdos.

P — Na prática, o que vemos é um plano de combate à inflação, e ponto.

R — Combate à inflação inclusive com o desmantelamento de toda a economia nacional havida como artificial.

P — O grande problema do Brasil não seriam as bolsas de estudo?

R — Eu sempre sustentei isso, que o risco é proporcionado por aqueles que vão aprender nos Estados Unidos com professores entediados. As piadas que eles ouvem lá transformam em dogmas aqui. Então dá isso que está se vendo aí. Mancebos e mancebas aplicando as coisas como se estivessem descobrindo a ciência, quando os professores deles, lá fora, estão cheios de dúvidas, às vezes não acreditam em nada daquilo.

P — E dona Zélia pode perder seu posto?

R — Pelos meus cálculos, ela já está fora do governo. Ou se não estiver fora do governo, ela tira o governo daí. Ou é um, ou é outro.

P — O que significaria a saída da ministra Zélia?

R — Provavelmente uma política mais realista, sem essa ênfase dogmática ao combate à inflação, na qual se leve em conta também o desenvolvimento do País e a possibilidade de que a recessão pode ser inaceitável ou indigerível para o povo brasileiro.

P — Isso não conduziria a uma melhora da situação do governo Collor?

R — Seria uma melhora, pelo menos temporária. Mas qualquer que seja o desenvolvimento da situação, temos de

considerar que a capacidade de sobrevivência dos grupos dirigentes no Brasil é realmente inesgotável. De resto, estamos entrando mesmo em um período de recessão. É provável também que os novos governadores tenham um acerto qualquer com o governo, e isso também adia soluções e desfechos.

P — Nesse caminho, que País será este na virada do século?

R — Eu sempre ouço dizer que se houver alguma coisa aqui os Estados Unidos não deixam, mas pode ser que na virada do século a gente seja uma espécie de Somália. Na Somália está havendo guerra civil, golpe.

P — É impressionante como a oposição, no Brasil, está inerte. A luta anti-recessão é a única bandeira das forças que se opõem ao governo.

R — É uma reflexão que a gente tem de fazer. Eu acho que o fenômeno mundial desorganizou todos os esquemas mentais e políticos. A gente estava preparado para pensar com um lado e com outro lado e não é mais assim. Saiu da mão da oposição, da eventual oposição, a bandeira das reivindicações de conteúdo socialista.

P — Por que a oposição no Brasil se mostra incapaz de defender a idéia de que os avanços do capitalismo se deram em função das pressões sociais? Quer dizer, o capitalismo chegou ao seu estágio atual, na Europa sobretudo, porque, de alguma maneira, ele se tornou socialista.

**Ou o governo tira a Zélia, ou ela tira o governo.
É um ou outro**

R — Nós somos incapazes de entender que a democracia ultrapassou o liberalismo. Nós estamos lutando aqui por bandeiras liberais completamente velhas. Cumprir a Constituição. Controle de constitucionalidade. Supremo funcionando. Congresso atuando. Ainda estamos discutindo Montesquieu, divisão dos poderes. Agora, evidentemente, o socialismo deixou de galvanizar, mas o problema que o socialismo queria enfrentar está aí, e se agravou. Então, teoricamente, nós deveríamos ter uma esquerda mais vigorosa agora do que em 89, quando se disputou o segundo turno da eleição presidencial. Porque a faixa de cidadãos que têm dificuldade de emprego, até de comer, essa aumentou drasticamente. Sim, teoricamente a oposição deveria ter aumentado. Agora, a oposição também não sabe o que fazer.

P — Por incapacidade? Por falta de clareza?

R — Por falta de clareza. Porque vivemos em torno do que acontece lá fora. País periférico é isso mesmo. É como no Leste europeu, viviam em função de Moscou. Aqui nós vivemos em função do mundo. Nós não somos egocêntricos.

P — Somos altruístas.

R — Fazemos parte do ego do outro.

P — Então, só nos resta o pessimismo?

R — Acho que ser otimista aqui é uma tremenda irresponsabilidade, uma maneira de achar que essa miséria está muito bem, que os dirigentes são esclarecidos, iluminados. Quer dizer, é uma forma de conformismo que tem alguma coisa de canalha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B: Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do PC do B, manifesto inicialmente uma primeira impressão sobre esse pacote — mais uma medida provisória que deixa toda a Nação brasileira pasma e que segue um curso já conhecido da nossa população. Obviamente, uma medida dessa importância merece análise minuciosa, o que nós, do ponto de vista partidário, faremos em um prazo muito breve. Por enquanto, posso dizer que essa medida provisória sela mais um arrocho salarial de grande magnitude na vida dos trabalhadores brasileiros. Hoje o salário está extremamente defasado. O congelamento pela média dos últimos 12 meses e um período de recessão aprofundam de forma brutal o arrocho salarial neste País. É fácil instituir a livre negociação com um salário extremamente arrochado e num período de recessão, com milhões de brasileiros desempregados. E quando os trabalhadores aparecem nas portas de fábricas também é fácil colocar o Exército no lugar deles.

Por outro lado, os aumentos estrondosos dos preços em geral, combustíveis, tarifas públicas, luz, água etc., sem dúvida vão levar a uma diminuição do consumo no mercado interno, aprofundando ainda mais a recessão. Essa é a lógica natural; mas, infelizmente, a propaganda do Governo proclama que seria justamente o contrário.

Agora é o caso de se perguntar qual o tratamento dado pela medida governamental ao capital estrangeiro. O Governo deixou de pagar a dívida externa? Houve alguma medida nesse sentido? Nenhuma. Pelo contrário, o tratamento dado ao capital estrangeiro nesse pacote é no sentido de garantia ou abrir mais ainda as importações. É justamente a proposta dos Estados Unidos, levada ao GATT. E o que está inserido nessa proposta, inclusive, visa a garantir o aumento do índice de nacionalização de 15% para 30%, visa a diminuir os impostos, diminuir a competitividade, propiciando a desnacionalização da nossa indústria e facilitando enormemente a entrada do capital estrangeiro no País, não de forma a produzir, gerar emprego, mas sim de espoliar mais ainda e explorar os nossos trabalhadores.

Sr. Presidente, tenho certeza de que os segmentos organizados da sociedade, especialmente o movimento sindical, não ficarão calados diante de mais essa ofensiva contra o nosso povo, contra os trabalhadores brasileiros. Sem dúvida, os trabalhadores darão resposta a esse plano de arrocho, nunca visto na nossa História. Seguramente

estão criadas as condições para a greve geral neste País. É a única forma de os trabalhadores se unirem contra esse plano que garante a recessão, a desnacionalização da indústria, a internacionalização da economia e prejuízos graves para nossa população. Acho que esse é, sem dúvida, o conteúdo mais forte dessa medida e é o que deve ser repudiado por todos nós.

Em nome do PC do B, trago inicialmente essa primeira impressão, mas na segunda-feira, através de uma análise mais minuciosa, pretendo expor aqui uma posição mais definida sobre o assunto.

Sr. Presidente, tomei conhecimento, pelo jornal «Folha de S. Paulo», da denúncia de uma concorrência fraudulenta no Distrito Federal. Trata-se da licitação para a contratação de uma empresa de publicidade. Acho que o Governo começa mal. Essa é a tática do Governo Collor, que contratou sem concorrência a empresa de publicidade encarregada de sua campanha. Isso foi denunciado publicamente. Acho que esta Casa merece uma explicação por parte do Governo do Distrito Federal.

Agora temos uma Câmara Legislativa no Distrito Federal, e a bandalheira acabou. Fazer esse tipo de licitação sem o aval desta Casa é muito perigoso. Não quero afirmar aqui que ocorreu alguma irregularidade, mas existe uma denúncia, pois o jornal anunciou com antecedência quem ganharia a concorrência. Por isso, encaminho ao Sr. Presidente um pedido de explicações, que a Câmara Legislativa merece receber. Depois disso, aí sim, poderemos posicionar-nos sobre o assunto. Não quero dizer que tenha sido fraudulento, mas é preciso que esta Câmara receba explicações sobre essa denúncia de fraude, porque, se ela se confirmar, então o Governo Roriz começa muito mal. Não quero fazer prejulgamento, mas espero que o Governo encaminhe uma explicação a esta Casa sobre o que aconteceu com essa concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Com a palavra a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB — Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago hoje denúncia publicada pela «Folha de S. Paulo» e comunico que estou encaminhando o pedido de informações que o companheiro Agnelo Queiroz mencionou.

Brasília tem uma nova história, e o papel do Legislativo é fazer leis e fiscalizar o Executivo. Trata-se apenas de uma denúncia, mas temos de apurá-la com muita responsabilidade. Nossa obrigação, neste primeiro momento, é pedir informações, para depois tomarmos as devidas providências.

Preocupa-me o caso, porque teremos licitações caríssimas, para grandes investimentos, e se começarmos desse jeito, estaremos colocando em risco a credibilidade do Governo do Distrito Federal, o que não seria bom nem

para nós nem para Brasília, que elegeu, de forma muito bonita, o primeiro Governador do DF.

Esta a minha primeira colocação.

Hoje tenho uma razão muito especial para subir à tribuna: efetivamente termino meu mandato de Deputada Federal e de Constituinte. Venho, mais uma vez, agradecer à população de Brasília pelo voto de confiança, em mim depositado, e, de certa forma, fazer uma prestação de contas do meu mandato parlamentar na condição de Deputada e de Constituinte.

O que de mais importante conquistamos, foi a representação política para Brasília. Sabemos das pressões e das forças ocultas, que sempre houve, para que Brasília não tivesse sua representação, e esta foi uma luta dos partidos, das lideranças de Brasília e dos Parlamentares eleitos em 1986.

A participação na Assembléia Nacional Constituinte, confesso a V. Exas., foi a mais rica e mais bonita experiência que tive em toda a minha vida, até mesmo, pelo fato especial de que, entre 559 parlamentares, apenas 25 mulheres escreveram a Constituição do Brasil.

Ouvimos muitas críticas à nossa Constituição, mas o que faltou foi sua regulamentação, através de leis complementares. Isso comprometeu um pouco nosso trabalho, porque o povo brasileiro não viu o resultado final da Constituinte.

Já se fala agora, na antecipação da revisão constitucional. Acredito que será um processo de aperfeiçoamento, contando com a colaboração da sociedade brasileira, para desenhar o futuro do País nesta linha democrática e participativa que desejamos.

Meu trabalho na Constituinte foi avaliado por Brasília, e o resultado foi a renovação do meu mandato, agora na qualidade de Deputada Distrital.

V. Exas. acompanharam a campanha feita no Brasil inteiro, contra os políticos, contra o Congresso Nacional. Todos imaginávamos que não teríamos a confiança do povo. Qual não foi minha surpresa ao ver meu nome, mais uma vez, sendo indicado para fazer parte de uma Câmara Legislativa!

Outra coisa que ouço muito — e o nobre Deputado Peniel Pacheco o disse no seu último discurso — é que tenho experiência. — Sempre alguém diz isso.

Estamos começando, em Brasília, uma nova etapa que nada tem a ver com a experiência que vivi como Constituinte no Congresso Nacional. Lá era Brasil, era outro universo, enquanto a Câmara Legislativa é Brasília, é Ceilândia, é Lago Paranoá, é Brazlândia, Planaltina, são os assentamentos, é Samambaia. É um universo bem diferente.

Há pouco, numa entrevista, me perguntaram qual a grande diferença. Respondi que é como trabalhar na NASA e depois ir trabalhar em São José dos Campos. Isso

não significa que o que se faça em São José dos Campos seja pequeno. Pelo contrário, é o começo de uma conquista, até espacial. A Câmara Legislativa é o primeiro passo para a consolidação efetiva da autonomia política e das ações democráticas no Distrito Federal.

Dizem que o natural é começar-se a carreira política como Vereador, depois Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República, e que estou fazendo o caminho inverso. Enquanto uns estão subindo, estou descendo.

Não entendem que não se trata de descer, mas de recomeçar com uma nova história em nossa cidade. Confesso a V. Exas. que não tenho a pretensão do poder pelo poder. Gosto, sim, do poder, mas para resgatar as dívidas sociais do nosso País. Por isso, luto e sempre lutarei.

Quero dizer a V. Exas. que estou no mesmo barco, como marinheira de primeira viagem, aprendendo e errando como qualquer um.

Naquilo em que eu puder colaborar, porque já tive certa experiência, para que a nossa Câmara Legislativa não seja ridicularizada, criticada, estou à disposição. Não venho aqui como professora, para ensinar, mas como amiga, para, juntos, refletirmos sobre a forma de buscar o melhor caminho para Brasília.

Agradeço as palavras sobre minha experiência. Talvez eu tenha passado uma página, esteja lição à frente, pois vivi a experiência da Constituinte, na qualidade de Deputada Federal. Entretanto, confesso que me sinto como V. Exas. Estamos no mesmo barco, repito, e temos o mesmo ideal de construir uma sociedade mais justa, mais humana, realizando nosso trabalho para o bem de Brasília e do nosso povo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA:

**Folha de S. Paulo
1º/02/91**

Folha antecipou resultado de concorrência no Distrito Federal

**Gustavo Krieger
Da Sucursal de Brasília**

Os resultados da concorrência pública que escolheu as agências de publicidade que atenderão o governo do Distrito Federal em 1991 já eram conhecidos uma semana antes da abertura das propostas. No dia 23 de janeiro a Folha publicou um anúncio cifrado na página 1-8 do caderno Classifolha, revelando que a concorrência seria vencida pelas agências MPM, Ratto e SR, Publicitá, Stylus e Propag. As propostas só foram oficialmente abertas e julgadas nos dias 29 e 30 de janeiro.

A concorrência foi disputada por 20 agências, divididas em cinco grupos. Cada grupo representava um conjunto de secretarias de Estado e órgãos públicos do governo de

Joaquim Roriz, que seriam atendidos pela agência vencedora. O anúncio publicado pela Folha antecipou em uma semana os vencedores.

No dia 19 de janeiro, quanto as agências ainda entregavam suas propostas ao governo de Brasília, a Folha recebeu a informação de que os vencedores já estariam definidos. A redação do jornal publicou então um anúncio sob o título cifrado de «F-19», que significava «Fraude-91». No anúncio, os cinco grupos foram identificados como «séries».

A MPM, vencedora do grupo I, foi identificada através das iniciais do nome Mário Pereira Mendes. Esta agência, que fez a campanha eleitoral do governador Joaquim Roriz, disputou com as agências Artplan e Setembro Propaganda. Ela vai cuidar das contas do gabinete do governador, três secretarias de Estado, dois departamentos e uma fundação.

No grupo 2 o vencedor foi um consórcio formado pelas agências Ratto e SR, que no anúncio tiveram seus nomes grafados inversamente como Ottar e RS. Elas disputavam a licitação com a agência Forum Propaganda e outro consórcio, formado pelas agências Atual, DQV, e D&M.

A vencedora do grupo 3 foi a agência Publicitá Propaganda e Marketing, que no anúncio teve o primeiro nome invertido para Aticilbup. Ela disputou a indicação com outras cinco pretendentes (Cannes, Know How, Adag, consórcio Almap/BBDO e o consórcio formado pelas agências Walter Thompson e Grupo Jovem).

No grupo 4, a Stylus (que no anúncio é identificada pela grafia inversa Sulyts), venceu a DPZ. No grupo 5 concorreram seis agências e a vencedora foi a Propeg (que no anúncio surgiu com o nome inverso de Geporp). Ela venceu as agências VS Escala, Rino Publicidade, Oficina de Comunicação, OM&B e Expressão Brasileira de Propaganda. A disputa foi «muito grande», segundo o presidente da comissão, Paulo César de Ávila e Silva.

A concorrência não teve propostas de preço. Cada agência apresentou propostas de trabalho para a área que disputava, e o julgamento foi subjetivo. No grupo 2, o consórcio formado por Ratto e SR empatou com a agência Salles nos dois primeiros critérios (vídeo e mídia impressa) e venceu no exame da proposta de mídia em rádio.

Folha de S. Paulo

1º/02/91

(Pg. 1ª)

FOLHA ANTECIPA DECISÃO DE CONCORRÊNCIA NO DF

O resultado da concorrência pública que escolheu as agências de publicidade que atenderão o governo do Distrito Federal em 91 era conhecido uma semana antes da abertura das propostas, revela Gustavo Krieger. No dia 23 passado, a Folha publicou anúncio cifrado, com os nomes das cinco agências que saíram vencedoras. As propostas

só foram abertas e julgadas nos dias 29 e 30. O secretário de Comunicação do DF, Fernando Lemos, afirma que não tem intenção de investigar a hipótese de fraude.

Promoção F-19

Série 5 - Geporp; Série 4 - Sulyts; Série 3 - Aticil Bup; Série 2 - RS e Ottar; Série 1 - Mário Pereira Mendes.

Fac-símile do classificado publicado na Folha no último dia 23

Licitação não será apurada

Da Sucursal de Brasília

O secretário de Comunicação Social do governo do Distrito Federal, Fernando Lemos, disse ontem que não pretende investigar a possibilidade de fraude na licitação que escolheu as agências de publicidade que atenderão o governo em 1991.

Fernando Lemos foi informado pela reportagem da Folha de que o resultado da licitação havia sido antecipado uma semana antes, mas disse que «nada ameaça a lisura da licitação». Ele diz que «não seria muito difícil advinhar o resultado de uma concorrência como esta».

Lemos diz que o processo da licitação foi iniciado no governo anterior. O governador então era Wanderlei Valim, que foi vice do atual governador, Joaquim Roriz (PTR). O secretário de Comunicação Social declarou que a comissão de licitação «é do mais alto nível».

Lemos tentou justificar a escolha das agências de publicidade afirmando que «todas têm grande experiência no atendimento ao governo ou um currículo que as recomenda». Segundo o secretário de Comunicação Social, «não há nenhuma razão objetiva para que o governo determine uma investigação sobre a licitação».

O presidente da Comissão de Licitação, Paulo Cesar de Ávila e Silva, disse à Folha que «não há nenhuma dúvida sobre a honestidade deste processo de concorrência».

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Convido o nobre Deputado Fernando Naves para secretariar a Mesa.

Há sobre a mesa projeto de resolução da Mesa Diretora, a cuja leitura peço ao Sr. Secretário que proceda.

— O Sr. Secretário Fernando Naves procede à leitura do projeto de resolução, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022 DE 1991

Aprova a 1ª reformulação do detalhamento da dotação orçamentária de Cr\$ 5.600.300.000,00 consignada no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991.

Art. 1º Fica aprovada a 1ª Reformulação do detalhamento da dotação orçamentária no valor de Cr\$ 5.600.300.000,00 (cinco bilhões, seiscentos milhões e

trezentos mil cruzeiros) consignada no elemento 4.1.3.0. — Investimento em Regime de Execução Especial, do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1991 na forma seguinte:

3.1.1.0 — Pessoal	2.240.000.000,00
3.1.1.3 — Obrigações Patrimoniais.....	896.000.000,00
3.1.2.0 — Material de Consumo...	560.000.000,00
3.1.3.1 — Remuneração de Serv. Pessoais.....	60.000.000,00
3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos.....	1.150.000.000,00
3.2.8.0 — Contribuição para formação do Patrimônio do Serv. Público.....	4.300.000,00
4.1.2.0 — Equipamentos e Mat. Permanente.....	640.000.000,00
4.2.5.0 — Aquisição de Tít. Representativos de capital já integralizados	50.000.000,00
TOTAL	5.600.300.000,00

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Resolução visa suplementar recursos na atual dotação para pagamento de pessoal eventual, que se tornou insuficiente para cobrir estes gastos, face a Resolução nº 001/91, desta Casa e Ato da Mesa nº 001/91.

O cumprimento da prefalada Resolução fica na dependência da aprovação do presente Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra à Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero referir-me às medidas econômicas. Sobre esse assunto o Partido dos Trabalhadores fará uma reunião com sua diretoria, no sábado à tarde, para avaliar globalmente a conjuntura. Assim, firmará sua posição, sobre a qual faremos um pronunciamento na próxima semana.

Grosso modo, endossamos o que já foi dito pelos companheiros Pedro Celso e Agnelo Queiroz, em seus pronunciamentos.

Outro assunto que me traz à tribuna é a campanha lançada nesta semana pelo Governador Joaquim Roriz, intitulada «Nossas Crianças».

Foi com muita surpresa que ontem, ao sairmos da Câmara Legislativa, tivemos a notícia de que no Centro de Triagem de Taguatinga havia uma rebelião de crianças, que estavam sendo espancadas pela Polícia Civil. Solicitamos aos companheiros Eurípedes Camargo e Pedro Celso que fossem até lá, porque o Deputado Geraldo Magela e eu tínhamos outro compromisso: uma reunião do partido.

Os companheiros que lá estiveram detectaram que realmente a semana que começou com essa campanha fechou de forma muito negativa, em decorrência do fato acontecido no Centro de Triagem. Parece-me que a intenção do Governador Joaquim Roriz é instalar uma sindicância, o que pedimos seja feito realmente. Constatamos que uma das crianças — um adolescente, para ser mais precisa — foi duramente espancado, e mais, que a rebelião se deu em consequência do acúmulo de crianças que estão sendo depositadas no Centro de Triagem.

O Sr. Governador está querendo tirar os menores das ruas para que realmente se pense que algo está sendo feito. Mas não será acumulando crianças em pequeno espaço físico que se vai contornar a situação do menor e do adolescente em Brasília.

Há também a crise gerada em função da exoneração da diretora do Centro pela atual Secretária, Dra. Maria do Barro. Não sei quais os motivos que levaram à demissão da diretora. No entanto, a revolta foi motivada pelo excesso de crianças no local e pela demissão da diretora.

Os companheiros Pedro Celso e Eurípedes Camargo estiveram lá e na próxima semana, certamente, deverão dar maiores detalhes sobre o acontecido. O que sabemos é isto: houve a exoneração, a revolta, e algumas crianças realmente saíram machucadas do incidente — pelo menos uma delas foi espancada pela Polícia Civil.

Outra questão que abordaremos de maneira bastante breve, é a relativa à posse, hoje, da nova Câmara Federal. Hoje, dia 1º de fevereiro, toma posse o novo Congresso Nacional, às 15h, em plenário aberto. Acho que todos podemos nos sentir convidados para essa solenidade.

Devo dizer que eu, particularmente, espero alguma coisa deste novo Congresso.

Sras. e Srs. Deputados, companheiros da assistência e da imprensa, hoje, 1º de fevereiro, toma posse o novo Congresso.

Quero aqui saudar, os novos Deputados e Senadores e desejar-lhes um bom trabalho.

São muitas as responsabilidades que recaem sobre esse novo Congresso. Entre elas, a revisão constitucional marcada para 1993 e a elaboração de leis complementares necessárias ao cumprimento da Carta de 88.

Os Deputados que ora tomam posse têm também a responsabilidade de co-gerir o País neste momento bastante delicado da vida nacional.

Findos os rompantes dos primeiros meses de governo, quando o Sr. Fernando Collor brincou de mocinho, pousou para fotos, andou de jet-ski, arrochou salários e demitiu funcionários com a mesma sem-cerimônia, com a desculpa de combater a inflação, surge de volta o País real: inflação de 20%, e mais, desemprego e recessão sem precedentes.

O novo Congresso tem como primeira tarefa a de se confirmar enquanto poder autônomo. Pois, uma vez que

continue o uso indiscriminado de medidas provisórias, como vem sendo feito, o Presidente legislando com a edição reiterada desse instrumento, o Congresso simplesmente inexistente, porque as medidas provisórias são um verdadeiro AI-5.

O recurso da medida provisória, usado de maneira discricionária e indiscriminada, simplesmente anula o Poder Legislativo, fere a Constituição no princípio da equivalência dos Poderes.

Com a instalação da nova Legislatura no Congresso, uma ameaça paira sobre o País. E essa, se concretizada, trará mais estragos para a Nação. Esses estragos estão, já na avaliação do Sr. Presidente da República, no fim da estabilidade do servidor público, na inexistência de limites para edição de medidas provisórias, no fim do ensino público gratuito.

Vou citar, aqui, algumas das alterações que serão propostas em 1993 ou antecipadamente, como bem disse a Deputada Maria de Lourdes, com a mudança na Constituição. Espero que a mudança venha para melhorar. Mas a idéia do Sr. Presidente da República, para mim, não contempla esse espírito aqui colocado. Uma delas é a da ampliação do prazo de validade das medidas provisórias, com definição de assuntos, possibilidades de reedição e seus limites. Tabelamento de juros: supressão do tabelamento de juros de 12%. Estabilidade no emprego: perda da estabilidade para os servidores públicos, garantia contra demissão imotivada. Jornada de trabalho: alteração da jornada de trabalho de 44 horas; jornada proporcional ao grau de risco. Aposentadoria: não haveria mais aposentadoria por tempo de serviço, mas sim por idade; neste caso, para mulheres aos 60 anos e para homens aos 65 anos. Isso significa, por exemplo, o seguinte: é impossível um professor lecionar com essa idade. Trata-se de profissão extremamente desgastante. Até com menos idade o professor não teria condições de executar perfeitamente as tarefas profissionais. O mesmo ocorreria com outras tantas profissões, se essa medida realmente fosse aprovada, como é intenção do Presidente Collor, pelo Congresso. Reforma agrária: alterar critérios de desapropriação das terras improdutivas. Provavelmente para piorar os poucos critérios que existem. Reforma tributária: repassar aos Municípios e Estados encargos com educação, saúde e outros serviços. Educação: fim da gratuidade em todos os níveis. Isto significa acabar com o 2º Grau. Esta é uma das intenções do Governo Federal. E mais: isentar apenas os que não puderem pagar; mensalidade proporcional à renda familiar. Saúde: alterar o valor da contribuição das empresas, proporcional ao faturamento, ao invés de ser por empregado. Empresa nacional: mudança na definição do conceito.

Chamo a atenção da bancada do Distrito Federal, particularmente daqueles que defendem o Governo — às vezes incondicionalmente — para a gravidade desse assunto.

Numa cidade onde uma parcela enorme da população é constituída de funcionários públicos e seus dependentes, tal política traria ainda mais desestabilização.

Um mandato popular não é uma dádiva dos que detêm o poder, mas uma forma de melhor defender justamente os que não têm poder. E é necessário usá-lo nesse sentido e não para angariar favores. As conseqüências de tal desvio podem ser irreparáveis.

A nós, Deputados Distritais, cabe assegurar o que de mais avançado está na Constituição, transformando em artigos de nossa Lei Orgânica. Cabe também o controle de perto dos Parlamentares federais quanto a essas negociações.

Daqui, desta Câmara Legislativa, estaremos acompanhando de perto a ação do novo Congresso, prontos a colaborar com ele e também a criticá-lo, quando isso se fizer necessário, lembrando que a ele cabe defender soberanamente os interesses populares, consolidando o Estado democrático e evitando o avanço do neoliberalismo populista e entreguista do Sr. Collor.

Ao novo Congresso cabe a revisão constitucional, nos termos já previstos no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, em 1993, e não em 1991, como quer a prepotência dos banqueiros e industriais, representada na figura do Sr. Fernando Collor.

À população do Distrito Federal, por estar mais próxima do Congresso Nacional, cabe fazer pressão, enviar cartas, telegramas, procurar os Deputados em seus gabinetes e cobrar deles uma posição a respeito, bem como exigir a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Assim, companheiros, saúdo os empossados hoje, desejando que eles realmente não envergonhem a Nação, melhorem a Constituição e não endossem as propostas do Sr. Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra ao Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PTR) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo pretende apurar a denúncia apresentada pela Deputada Lúcia Carvalho. Tão logo a comissão chegue ao final dos seus trabalhos, traremos a esta tribuna as informações.

O Executivo se interessa em apurar, em levantar os fatos, para que situações como essa, quando o Governo pretende tirar das ruas crianças e adolescentes, não venha a ocorrer mais no Distrito Federal.

Quanto à denúncia aqui trazida pelo companheiro Agnelo Queiroz — por sinal, muito bem colocada — feita pelo jornal «Folha de S. Paulo», também cabe ser apurada. Confesso que dela tomei conhecimento da mesma maneira que a Deputada Maria de Lourdes Abadia e todos os demais colegas, ou seja, pela imprensa. Consultarei as pessoas envolvidas e responsáveis pelo fato e trarei aqui, com toda a liberdade de Deputado, de pessoa humana,

exatamente o que ouvir deles. Não afirmo que trarei na segunda, terça ou quarta-feira, mas prometo que aqui o assunto voltará a ser discutido, pois denúncias como essa devem ser apuradas. Logo que tenha uma posição correta a propósito do fato, conversarei pessoalmente com o Governador e trarei a posição de S. Exa. até esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, caros colegas, neste fim de semana, portanto sábado e domingo, o PCB realizará o Encontro Nacional da Unidade Sindical, que terá como premissa não apenas a questão da defesa do trabalho, dos salários, mas também a da democracia e da afirmação de uma sociedade progressista e democrática.

Esse encontro será realizado na Contag a partir das 9h.

Houve um colega que demonstrou interesse pelo movimento Unidade Sindical.

Aproveito a oportunidade, para convidar todos aqueles que inscrevem como prioritária em seus mandatos a defesa do trabalhador a comparecerem a esse encontro. Seria uma grande honra para nós receber os companheiros, a partir das 9h, na sede rural da Contag.

Agora, Sr. Presidente, falarei sobre o que aconteceu no Centro de Recuperação e Triagem — CRT. Eu estava lá e pude verificar um clima de quase rebelião, de total intranquilidade entre as crianças que lá se encontravam.

Impressionou-me o fato de a Polícia Militar ser chamada com a finalidade de realizar uma vistoria nas instalações do Centro de Recuperação e Triagem, sob o argumento, segundo os que a convocaram, de haver armas, tóxicos e todo tipo de ilegalidade nos alojamentos das crianças.

Evidentemente, a presença da força policial deflagrou uma onda de rebeldia — quero deixar claro que isso nada tem a ver com o comportamento dos policiais — e gerou um estado de rejeição.

As razões talvez sejam mais profundas, e devemos avaliá-las.

É do conhecimento de V. Exas. que o Estatuto da Criança estabelece normas pedagógicas diferenciadas, inovadoras, inclusive, no tratamento dos menores abandonados e dos meninos de rua.

Esse Estatuto passou a ser aplicado pela nova administração do CRT, com características bastante interessantes.

A Secretária que recentemente assumiu a direção do CRT, decidiu abrir as portas a todas as crianças de rua, para que possam ser alimentadas e instaladas. Esta atitude deu margem à acomodação, naquelas instalações, de uma superpopulação que não passou sequer por uma triagem. Assim, qualquer criança, sem que se submeta a pelo menos

uma entrevista, tem o direito de ali instalar-se, até definitivamente.

Isto ocorreu concomitantemente à entrada de um novo grupo de administradores, que lá se instalou sem promover sequer uma reunião com os antigos dirigentes.

A anterior diretoria daquele Centro foi destituída dos cargos sem que houvesse um processo de transição, entre a antiga e a nova administração.

Crianças de 8 a 16 anos são carentes de apoio e de afeto. Quando a antiga equipe com a qual essas crianças se relacionavam foi destituída, quebrou-se a relação que lhes dava segurança.

Paralelamente à substituição da anterior diretoria e à abertura das portas do CRT, sem qualquer critério, houve a entrada da força policial, o que provocou um clima de revolta, de protesto, de brigas absolutamente indiscriminadas.

A Secretária de Desenvolvimento Social, Dra. Maria do Barro, em que pese toda a sua reconhecida qualificação para o trato das questões sociais, comete um erro que está a olhos vistos, para quem quiser conhecer esse problema. Há um estado de rebelião, de intranquilidade, de quebra-quebra do patrimônio social e de rompimento de todo um trabalho de dezenas de anos que vinha sendo realizado. Basta dizer que uma criança grávida, com 11 anos, foi colocada à força dentro do camburão da PM.

Quero mais uma vez frisar que não estou denunciando qualquer arbitrariedade cometida pela força policial, mas o tipo de situação se criou naquela casa.

Queremos aqui marcar o nosso protesto efetivo.

A Secretária Maria do Barro tem de encaminhar essas questões de forma mais cuidadosa, no mínimo porque o trato com crianças exige uma grande responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

Pediria aos Srs. Deputados que se ativessem ao tempo regulamentar de 5 minutos.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os assuntos, ventilados, que ganharam a maior repercussão hoje na Câmara Legislativa não podem passar em branco num pronunciamento do Bloco Solidariedade. Há três questões fundamentais: a primeira, o plano econômico do Governo Federal. Embora saibamos que não estamos na Câmara dos Deputados, sabemos das implicações que este plano trará às famílias, aos trabalhadores, à vida da população do Distrito Federal.

Apresentamos, em nome do Bloco Solidariedade, nossa preocupação quanto aos critérios que serão adotados pelo Governo Federal e também pelas instituições do Distrito Federal, na fiscalização do citado congelamento.

Preocupa-nos se o Governo adotará a postura de fiscalizar os salários, provocando o congelamento salarial e não conseguindo conter o congelamento dos produtos, provocando, portanto, maiores perdas no poder aquisitivo da, já tão sofrida, classe trabalhadora.

Em segundo lugar, preocupa-nos também a questão do menor no Distrito Federal. Sabemos da implantação de leis federais que serão adaptadas aos Municípios e também ao Distrito Federal. Temos até em tramitação nesta Casa, um projeto do Deputado Gilson Araújo, que prevê a implantação de uma política, com a criação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

De sorte que nós, também estamos preocupados com esta questão e gostaríamos de ver, da parte do Governo do Distrito Federal, uma ação efetiva, coibindo abusos, se eles estiverem acontecendo.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, queremos parabenizar de público, a atitude do Líder do Governo na Câmara Legislativa, Deputado Maurílio Silva, quando, desta tribuna, com muita personalidade política, nos informa que estará buscando informações e detalhamentos a respeito da denúncia publicada pela «Folha de S. Paulo», em relação à licitação, à concorrência para a publicidade do Governo.

Elogiamos o Deputado, não porque *a priori* estejamos concordando em que a denúncia seja verdadeira. Não se trata disso. Poderá ser ou não, mas ela terá de ser averiguada, todos temos de concordar, porque se o Governo não tem o que temer, não pode também evitar que a denúncia seja apurada, nos seus mínimos detalhes.

Queremos também enfatizar que o Legislativo tem a prerrogativa de acompanhar, e falamos em fortalecimento do Legislativo, não apenas internamente a evolução dos fatos, mas inclusive em nossa relação com a sociedade e com os outros Poderes.

Concordamos com a posição do Líder do Governo e nos somamos à voz daqueles que aqui trouxeram a mesma preocupação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e público em geral, o que nos preocupa, hoje, com relação ao menor, é observar que infelizmente existe irresponsabilidade por parte dos adultos. Por quê? Os adultos se colocam atrás de uma cortina composta por menores, usando-os como escudos, para tirar proveito disso.

Sabemos muito bem que a delinquência do menor é promovida pelos adultos, que não têm honestidade suficiente para tomar partido e ser responsáveis por seus atos. Colocam o menor como isca e, na hora de lhe prestar atendimento, fogem da responsabilidade.

Os menores são induzidos a tomar certas atitudes, já que não poderão ser penalizados, por não responderem pelos seus atos. Com isso os menores ficam cada dia mais desgastados, comprometidos. A sociedade deveria ser responsável por eles. Infelizmente, não o é.

O nobre Deputado Carlos Alberto citou um fato. Disse ter conhecimento de que os menores são usados até quando ocorrem demissões, por exemplo. Quando querem tirar proveito de algo que contrariou seus interesses particulares, ou quando não conseguem seu intento, colocam os menores para promover baderna, quebra-quebra, enfim, uma série de coisas, a fim de conseguirem evitar sua demissão dos empregos. Temos conhecimento de que tais atitudes são tomadas.

Os organismos policiais, de segurança, infelizmente, já estão desgastados, pois os adultos colocam as crianças como escudo e elas não respondem pelos seus atos. É uma situação de calamidade que vivemos hoje com relação ao menor. Temos uma preocupação muito grande por causa disso.

Deveríamos promover um trabalho no sentido de responsabilizar os adultos quando usam as crianças como escudo. Começamos a criar condições para que haja atendimento aos menores, evitando que os adultos fiquem impunes. A responsabilidade dos adultos é muito grande, maior do que a das crianças. A sociedade tem de promover o bem-estar da criança, fazendo alguma coisa para evitar a situação de irresponsabilidade dos adultos.

É um assunto de que deveremos cuidar com muito carinho, para que as crianças não fiquem desprotegidas e os organismos de segurança não fiquem desprestigiados e desgastados perante a imprensa por causa da irresponsabilidade dos adultos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Passamos ao horário destinado ao Grande Expediente. Cada orador disporá de 20 minutos na tribuna, podendo conceder apertes. Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não me causa surpresa a denúncia apresentada pela «Folha de S. Paulo» de hoje. Não fazemos nenhum juízo sobre se ela é ou não procedente. A «Folha de S. Paulo» tem um passado nesse tipo de denúncia, principalmente no tocante à licitação para a construção da Ferrovia Norte-Sul, na qual foi comprovada fraude.

Hoje, com a notícia da divulgação do resultado da licitação, indicando as empresas que prestarão serviço de publicidade ao Governo, a «Folha de S. Paulo» faz idêntica denúncia. Eu me solidarizo com a Deputada Maria de

Lourdes Abadia e estarei também enviando pedido de explicação ao Poder Executivo, para que, depois de dadas as informações possamos entender o que realmente aconteceu e, se for o caso, tomar outras medidas.

Porém, isso não é novidade para nós. Fatos como esse são controlados pela força do Poder Executivo, desde o primeiro Governo do Sr. Joaquim Roriz, tendo continuidade no Governo do Sr. Wanderley Vallim. Poderíamos dizer que a denúncia o comprova. O mais lamentável, Sras. e Srs. Deputados, é que, segundo o mesmo jornal, o Sr. Fernando Lemos, Secretário de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal, tendo sido informado de que a «Folha de S. Paulo» já tinha denunciado a fraude, se limitou a dizer que não pairava nenhuma dúvida sobre o processo e que então não caberia questioná-lo, que nada faria.

É de se lamentar tal atitude de um Secretário de Governo. Desde que não tenha nada a temer, suspenderia de imediato a divulgação dos resultados e apuraria o ocorrido, porque foi informado antes de a «Folha de S. Paulo» publicar a matéria.

Nada custaria tentar esclarecer tal fato, uma vez que o jornal mostrava, inclusive, como é que tinha sido feita a denúncia. Deveria apurar tal acusação e naturalmente, se comprovada, responsabilizar aqueles que divulgaram tal denúncia.

A nós não causa nenhuma surpresa toda essa denúncia, toda essa situação, porque sabemos que uma das empresas vencedoras é exatamente aquela que fez a campanha do Governador eleito.

Será uma simples coincidência? Essas coincidências, já as temos visto muito, ao longo dos anos, elas foram acentuadas com a corrupção desenfreada da época do regime militar, que veio para restabelecer a moralização. Então, tudo isso não nos causa estranheza. É possível que alguém esteja surpreso. Não nos surpreendemos; apenas veio mais cedo do que esperávamos. Exatamente 31 dias depois da posse começou o castelo a desabar.

O Governo tem de tomar uma atitude severa neste sentido, não pode deixar para se manifestar daqui a 10 ou 20 dias. Ele tem responsabilidade sobre os fatos denunciados e, portanto, tem de adotar uma postura enérgica, imediata, não pode ficar postergando. E nós, da Câmara Legislativa, temos de acompanhar isso *pari passu*.

Ouç a nobre companheira Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Nobre colega Geraldo Magela, quero solidarizar-me com V. Exa. e com a Deputada Maria de Lourdes Abadia pelos pronunciamentos, agora feios de forma mais completa, e dizer que licitação pública é um dos calos de qualquer administração e um dos aspectos em que esta Câmara Legislativa vai ter de intervir. Tenho notícias de como são desenvolvidas as licitações na Fundação Educacional para construção e reforma de escolas. Quero tornar isso público e depois até

fazer um pedido formal a esta Casa. Tivemos conhecimento de que até o ano passado as licitações da Fundação Educacional para construção e reparo de escolas eram feitas da seguinte maneira: até 5 milhões, não havia licitação, ou seja, quando tinha de fazer um reparo, a Fundação apenas escolhia uma empresa para fazer a obra. De 5 a 50 milhões, também não havia licitação, ou seja, a Fundação fazia uma tomada de preços e escolhia a firma que iria construir. Acima de 50 milhões — e esse valor já era para construção de escolas, e não para simples reformas — aí, sim, havia licitação. Mas, já se conhecia previamente quem iria ganhar essa licitação, porque há um cartel estabelecido no ramo da construção, em Brasília, na medida em que, por exemplo, cinco pessoas aqui são donas de construtoras. Essas pessoas se reúnem antes da apresentação da carta e, se a obra fica orçada em 90 milhões, um apresenta 90, outro, 95, outro, 100, outro, 105. É claro que já se sabe quem vai ganhar. E esse ganhador de agora não será o que apresentará o menor preço na próxima licitação, ou até vai receber alguma coisa dos outros que ficaram de fora na vez anterior. Então, Sr. Deputado, acho que temos de esclarecer nesta Casa não apenas o fato denunciado na matéria publicada, pois o Governo do Distrito Federal precisa mostrar de forma transparente como se realizam as licitações em todo o serviço público do Distrito Federal. Este é o momento de começarmos a fazer denúncias e exigir transparência do Governo. Esta Casa não tem só o dever de fazer leis, mas de cobrar dignidade e moralidade por parte do Executivo. Então, solicito que essa denúncia que acabo de fazer seja registrada nos Anais desta Casa. Eu a tenho guardada desde o ano passado, e me foi feita por pessoas que realmente não tinham outros motivos para me relatar o fato. Acho que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos de exigir que os critérios para a realização de licitações sejam alterados, mas, antes disso, que o Governo do Distrito Federal encaminhe a nós um relatório sobre licitações já feitas em todas as áreas, não só na de publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Para atender ao pedido da nobre Deputada, de que a denúncia seja registrada nos Anais da Casa, é preciso que a faça por escrito, por favor.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Através da gravação e da taquigrafia, já foi registrada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Não, isso tem de ser feito por escrito. A matéria assim o exige.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, concluindo, devo dizer que estranho, aí, sim, o fato de haver uma pré-seleção. Sei que o Governo Federal já inaugurou esse processo, mas essas histórias a respeito das atitudes do Sr. Presidente da República, dos seus apoiadores e da maioria dos seus componentes não são indicativo de moralidade, não são indicativo de transparência.

Então, muito estranho que o Governo do Distrito Federal esteja adotando a prática de pré-selecionar com quem

vai trabalhar, bem como que dessas empresas indicadas como vencedoras — salvo algum engano, que posso reparar, caso não esteja sendo preciso — uma única seja de Brasília e todas as outras sejam de fora. Além do mais, com isso estaríamos privilegiando mercados de trabalho que não são de Brasília.

Assim, como a companheira e nobre Deputada Maria de Lourdes, encaminhamos à Mesa um pedido de esclarecimentos ao Secretário de Comunicação Social do Distrito Federal, e faço um apelo para que seja respondido o mais rapidamente possível. Ao mesmo tempo, também apelo para o Líder do Governo, o nobre companheiro Maurílio Silva. Sabemos como estas questões costumam ser tratadas. Uma vez denunciadas, costumam cair no esquecimento. Caso o Governo não tenha nenhuma responsabilidade sobre os fatos denunciados, que nos responda o mais rapidamente possível e adote medidas necessárias ao restabelecimento da moralidade pública. Se isso acontecer, se os responsáveis forem punidos, estaremos ocupando esta tribuna inclusive para tecer elogios pela atitude tomada. Do contrário, podem esperar, seremos opositores intransigentes, críticos ferrenhos de tais medidas, porque elas contrariam o interesse da população — e com isso não podemos concordar, de forma alguma.

Ouçó o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Nobre Deputado Geraldo Magela, é muito preocupante essa matéria da «Folha de S. Paulo». Estamos solidários com o pronunciamento de V. Exa. até porque o Líder do Governo, Deputado Maurílio Silva, já se colocou à disposição de todos nós, à disposição da Câmara, para trazer um posicionamento com relação ao assunto. Pelo que conhecemos do Deputado Maurílio Silva, não só como Líder, mas como pessoa, temos certeza de que S. Exa. trará os esclarecimentos necessários, no mais curto tempo possível. Disso temos certeza. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MAGELA — Também temos essa expectativa, nobre Deputado Fernando Naves, inclusive, somos testemunhas do comportamento do nobre Líder do Governo nesta Casa, e não temos dúvida de que S. Exa. se empenhará pessoalmente para obter os esclarecimentos pedidos. Além do mais, estamos iniciando o trabalho do Legislativo e o Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal, vem de um governo em que não havia o costume de dar satisfações, não tinha um Legislativo para fiscalizá-lo, não tinha um Legislativo ao qual devia submeter suas proposições. Mas agora tem. Aliás, tenho tido uma posição crítica com relação à postura do Governo diante do Legislativo. Melhor dizendo, acho que o Executivo tem adotado a postura de ignorar o Legislativo, como se não existissemos. Acredito que isso possa ser superado. A postura do Líder do Governo pode até contribuir neste sentido.

O pedido que faço é para que S. Exa. nos traga os esclarecimentos o mais rapidamente que puder, para que possamos, inclusive, encerrar essa questão, de modo a que

não paire sobre nenhuma das Secretarias do Governo qualquer tipo de dúvida. Se isso continuar ocorrendo, daqui a pouco se estenderá sobre todo o Governo, que perderá a credibilidade que tanto tem com relação ao Legislativo quanto com a população.

Ouçó o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Nobre Deputado, agradeço a V. Exa. a oportunidade de me manifestar pessoalmente e como Líder, em nome da bancada do PDT. Devo dizer que é ponto essencial para nós que os assuntos de governo transcorram a nível de transparência. Estamos aqui para aplaudir o gesto equânime, o gesto razoável, de tal maneira que se possa dizer com clareza à comunidade o que acontece na Câmara Legislativa e também no Executivo. Isto principalmente em se tratando de publicidade, porque a publicidade é a alma da comunicação. Ora, se a própria comunicação é contratada em bases escusas, isso pode levar a lamentáveis equívocos ou interpretações malévolas da parte de pessoas inescrupulosas. Não gostaríamos que a comunidade pensasse que estamos aqui descumprindo o nosso papel, afinal, aqui estamos para colaborar com o Governo, e esperamos que a comunidade veja esse entrosamento mais perfeito do Executivo com o Legislativo.

O SR. GERALDO MAGELA — Concedo aparte ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Nobre Deputado Geraldo Magela, acredito que as práticas que envolvem as licitações são bastante conhecidas, não só no Governo local, mas no Poder Executivo em geral, principalmente quando se colocam grandes somas de recursos públicos, recursos evidentemente retirados do nosso sofrido povo, um povo constituído, na sua maioria, de pobres e miseráveis. Sabemos que essa é uma das questões até de caráter cultural na administração pública brasileira. Fiquei muito satisfeito com a opinião, com o posicionamento do Líder do Governo, quando manifesta que essa questão deva ser esclarecida. Então, acho que nós, da Câmara Legislativa, devemos exigir, no primeiro incidente do gênero, não só no primeiro Governo, no primeiro Executivo eleito, mas no primeiro Poder Legislativo eleito, que essa questão seja apurada exemplarmente, de modo a provocar uma ruptura com essas práticas antigas.

Não gostaria de culpar «A», «B» ou «C». Quero olhar para o futuro, e, olhando para o futuro, acho que a Câmara Legislativa tem uma grande contribuição a dar a esta cidade. O exemplo de transparência na utilização de recursos públicos é uma das melhores contribuições, e a mais efetiva que podemos dar.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MAGELA — Concluo, Sr. Presidente, reafirmando que nossa intervenção tem exatamente este sentido, o de tornar todos os atos, seja do Executivo, seja do Legislativo, transparentes para a população.

Naturalmente, confirmadas as denúncias, espero que tenhamos condições de influenciar na anulação da licitação, para que se proceda a outro tipo de licitação, a fim de que se possa atender aos interesses maiores da população. É o que quero deixar registrado. Na parte da tarde encaminharei ofício à Mesa, solicitando que sejam pedidos os esclarecimentos necessários ao Secretário de Comunicação Social, Sr. Fernando Lemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras, e Srs. Deputados, não poderia deixar de mencionar os fatos ocorridos desde a tarde de ontem até a manhã de hoje. A nossa ausência se deveu a estarmos envolvidos com algumas categorias de servidores públicos, sobretudo aquela da Companhia Nacional de Abastecimento, em fase de formação.

Ontem abordamos a direção da empresa, que está em processo de negociação, desencadeado junto ao Líder do Governo e ao Secretário da Agricultura, no sentido de que parte do patrimônio público vinculado à Cobal possa ser transferido ao Governo Federal, bem como seus servidores, que estariam sendo demitidos.

Na oportunidade, fomos informados de que seria necessário um contato pessoal do Sr. Secretário da Agricultura com o presidente dessa empresa, Dr. Mauro Mosqueiro, para alinhar um processo de negociação.

Para surpresa nossa e de nossa categoria, no início da tarde fomos informados de que as listas de demissões da empresa já estavam em curso e havia data certa para o processo de demissão ser concluído.

Naturalmente, a reação foi imediata por parte dos trabalhadores daquela empresa, e aliás, muito justa. Atendendo a reivindicações dos companheiros, buscamos uma entrevista com o presidente da empresa, o qual, lamentavelmente, se recusou a atender aos trabalhadores, apenas nos recebendo em seu gabinete.

Sr. Presidente, é lamentável que um comportamento como esse, resquício do autoritarismo, ainda persista nesta República. Não podemos silenciar diante desse quadro. Primeiro, porque é um desrespeito àqueles que estão vivendo de seu salário e estão em processo de negociação de melhorias.

Cabe ressaltar, para que os nobres pares tenham conhecimento, o curso dessa nova empresa nos últimos meses. Ao mesmo tempo em que se demite, contratam-se, em São Paulo, assessores — diga-se de passagem, o termo mais correto seria «consultores» — ganhando salários exorbitantes. E até há uma forma de gratificação aos diretores que foram recentemente demitidos. Entretanto, a empresa alega não ter recursos financeiros para pagar as demissões,

e o grande volume delas está justamente naquelas categorias de menor remuneração.

Além disso, Sr. Presidente, cobramos da direção da empresa sua omissão e responsabilidade diante da corrupção ali havida, recentemente divulgada pelo jornal «O Globo», quando então a empresa Wadel tentou, no final do Governo Sarney, cobrar indevidamente alguns bilhões de cruzeiros, na forma de complementação de fretes de grãos, realizados entre a área de fronteira agrícola e os grandes centros de consumo.

Através da denúncia dos trabalhadores, o projeto de extrair do Erário volumosas importâncias foi arquivado. O atual Presidente da República, Collor de Mello, entrou no circuito e mandou suspender o pagamento. Passados alguns meses, o projeto e a tentativa dessa empresa de tirar do Erário essa chamada complementação voltou à tona, e a nova diretoria, alegando que não poderia evitar esse pagamento, simplesmente encaminhou-o ao Banco do Brasil.

Os próprios funcionários do Banco do Brasil, entendendo ser escandaloso o pagamento daquela importância, assumiram o ônus de não efetuar-lo, ocasião em que a Procuradoria do Ministério da Economia, entrando no circuito, proibiu o pagamento. Mas, Sr. Presidente, aí temos um fato evidente e inescrupuloso: a diretoria da CNA já havia endossado pagamento indevido de bilhões de cruzeiros. É mais um ato de corrupção do Governo Federal, agora mascarado nesse pacote em forma de congelamento de salários.

É claro que o Partido dos Trabalhadores não poderia se omitir. E hoje, pela manhã, a bancada do PT que toma posse nesta tarde está reunida para apresentar à sociedade de Brasília e à sociedade deste País um posicionamento político, já para ser adotado na semana seguinte.

Deixo registrada nossa observação sobre o lamentável posicionamento do Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, Sr. César Maia, ao endossar esse pacote que extrai do trabalhador seus parques salários. Mas, Sr. Presidente, a oposição neste País tem sido subtraída ao longo de sua trajetória. Espero que aqueles que continuam na trincheira da oposição não se furtem ao seu papel.

Registro, também, Sr. Presidente, a posse, ontem, da nova diretoria da Associação dos Engenheiros Florestais do Distrito Federal, que se pronunciou no sentido de acompanhar nossos trabalhos e contribuir para a elaboração da Lei Orgânica, cujo estudo em breve iniciaremos.

Sr. Presidente, na manhã de hoje, trago a preocupação que temos referente à área de ciência e tecnologia. Neste pronunciamento, gostaria de dar início ao processo de discussão que pretendo desenvolver na próxima semana.

A competitividade econômica de uma sociedade e o bem-estar individual de seus cidadãos dependem cada vez mais do adequado domínio e da capacidade de produção de conhecimento. Desenvolvimento sócio-econômico e de-

envolvimento científico e tecnológico são duas faces do mesmo desejo humano de luta pelo bem-estar da sociedade. De um lado, desenvolvimento sócio-econômico sem o respaldo dos conhecimentos científicos e tecnológicos se transforma em tecnocracismo, cujas consequências são historicamente conhecidas na sociedade brasileira. Por outro lado, ciência e tecnologia desvinculadas das necessidades concretas da sociedade se transformam em puro diletantismo pessoal, passando o acúmulo do conhecimento a ser o único objetivo das atividades de geração do conhecimento científico.

É ainda importante considerar que as políticas de desenvolvimento sócio-econômico e as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico são melhor definidas na medida em que seus atores, ou seja, pesquisadores e representantes dos diversos segmentos da sociedade, interagem no estabelecimento de prioridades. Em outras palavras, desmistifica-se o conceito de ciência e comprova-se a importância do saber popular, em benefício do bem-estar da sociedade. Ainda se pode afirmar, dentro do mesmo argumento, que é através da participação dos diversos segmentos da sociedade que se evita o domínio do saber científico e tecnológico, em proveito exclusivo dos grandes grupos econômicos, típicos do capitalismo selvagem característico do desenvolvimento brasileiro.

No Brasil, os investimentos em ciência e tecnologia por parte do Estado não passam de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB), comparados com os 3% do Japão; a participação do setor privado, de 8% dos lucros, comparados com 72% do Japão; temos 400 pesquisadores, comparados com 6.000 pesquisadores japoneses por milhão de habitantes (dados da OCDE — Estudo Internacional). Em decorrência dos índices indicativos do subdesenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil, o CNPq define algumas metas-desafio para o período 1990-2010: elevação da participação do setor privado, de 8% para 15% da ampliação da massa crítica de pesquisadores e cientistas de 400 para 1.200 pesquisadores por milhão de habitantes, ampliação de pesquisas voltadas para as necessidades técnico-científicas e econômico-sociais do País; organização institucional e ação coordenadora do Estado, tanto na área de fomento quanto na de pesquisa e, particularmente, na articulação das instituições de pesquisas e desenvolvimento com as exigências tecnológicas das empresas; e definição de mecanismos de regulação que estabeleçam as condições e regras de atuação de cada agente do sistema de ciência e tecnologia.

No Distrito Federal, a necessidade de maior importância a ser dada pelo Governo do DF à área de ciência e tecnologia é historicamente comprovada; não simplesmente em amparo à ciência e tecnologia de forma desatrolada da realidade sócio-econômica do DF, mas sobretudo de apoio a uma ciência e tecnologia atrelada às particularidades da Região Geoeconômica do Distrito Federal. É necessário dar um basta aos planos de desenvolvimento que, dissociados de maiores conhecimentos científicos e tecnológicos, deterioram o meio ambiente — o solo, a água,

o clima, a vegetação. Gera doenças infecto-contagiosas, mata pelo uso de agrotóxicos altamente lucrativos para as indústrias agroquímicas, gera problemas educacionais, gera problemas de saúde pública em geral, e gera ainda as desigualdades de renda.

Sobretudo, dar um basta à política de desenvolvimento e de interesse dos grandes grupos econômicos, em detrimento do bem-estar da população em geral; sobretudo dar um basta à política de politiqueros que trazem em seu íntimo a indiferença pelo estado de miséria, de desnutrição, de fome, de pobreza quase absoluta das regiões periféricas de Brasília.

A título de exemplo de pesquisas econômicas e socialmente importantes para o Distrito Federal, citam-se as atividades de biotecnologia relacionadas com o controle biológico. Técnicas mais eficientes de seleção de genótipos resistentes ou tolerantes a pragas e doenças podem conduzir a menor vulnerabilidade genética e a maior oferta de cultivares e raças adaptadas e produtivas.

Por outro lado, a caracterização, isolamento e síntese de princípios ativos relevantes no controle biológico deverão permitir a produção de compostos eficientes e menos danosos ao meio ambiente.

Ressalte-se ainda o grande potencial de produção de soros e vacinas mais eficazes do que os atuais. A importância que o Governo do Distrito Federal venha a dar ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Distrito Federal será de fundamental importância para o desenvolvimento mais igual, mais socialmente responsável, mais humanitário para a terra em que vivemos.

Mas isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente será possível na medida em que tanto cientistas como representantes dos diversos segmentos da sociedade possam contribuir democraticamente no estabelecimento de prioridades para o Distrito Federal.

Assim, esperamos que no Distrito Federal possa haver mais justiça, mais igualdade, que os equipamentos de pesquisa e o valor dos pesquisadores sejam apreciados neste Governo.

Sr. Presidente, para concluir nossa intervenção, pedimos a atenção dos nobres Parlamentares desta Casa, sobretudo daqueles que hoje se colocam na perspectiva de apoio ao Sr. Governador Joaquim Roriz, para a situação do desenvolvimento científico e tecnológico no Distrito Federal. Jamais teremos um processo de industrialização equilibrado, que respeite o meio ambiente, integre a comunidade e principalmente absorva a mão-de-obra, que não passe por um profundo apoio à ciência e à tecnologia. O processo de industrialização nunca, em país algum, em local algum foi possível sem um grande apoio à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e sobretudo aos pesquisadores, hoje lamentavelmente alienados neste País, em especial do processo decisório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Convidamos os Srs. Deputados para a sessão extraordinária de segunda-feira, às 10h.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1991

ABERTURA

PEQUENO EXPEDIENTE

COMUNICADOS DA MESA

- Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “Dispõe sobre a apreciação das proposições na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, em nome do PT.

- Referência ao assassinato do líder camponês, Expedito Ribeiro de Souza.
- Menção ao pacote econômico do Governo Federal.
- Considerações acerca das matérias publicadas nos jornais sobre esta Casa Legislativa.
- Apresentação, à Mesa Diretora, de ofício que solicita a ampliação do serviço de divulgação e imprensa junto aos órgãos de comunicação.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do Bloco Solidariedade.

- Solicitação de registro, nos Anais desta Casa do artigo do jornalista Roberto Seabra, intitulado “Câmara ganha espaço político com dificuldade”.

COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PCB)

- Comentários sobre o Plano Collor II e as possíveis consequências da recessão no Distrito Federal.

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA (PTR)

- Manifestação de apoio ao projeto “Anjo da Guarda”, que está sendo implementado pelo Governo do Distrito Federal.
- Sugestão para que a Mesa Diretora assine convênio com a Ação Social do Planalto em prol das crianças carentes.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Comentários sobre a morte de mais um sindicalista no Estado do Pará.
- Apresentação de requerimento que “Solicita ao Secretário de Transportes do Distrito Federal informações sobre os resultados da auditoria realizada no Caixa Único do Sistema de Transportes Coletivos do Distrito Federal”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Comentários sobre questões relativas ao último pacote econômico denominado “Plano Collor II”.

DEPUTADO TADEU RORIZ (PSC)

- Manifestação de apoio às reivindicações dos moradores da Quadra 502, da cidade-satélite de Samambaia.

DEPUTADO MAURÍLO SILVA (PTR)

- Informação sobre as negociações dos rodoviários com o GDF.
- Referência à situação do menor carente no Distrito Federal.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PC do B)

- Protesto contra o assassinato do sindicalista e militante do PC do B, Expedito Ribeiro de Souza, na cidade de Rio Maria, no Estado do Pará.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Convocação de Sessão Extraordinária, logo após esta.

ENCERRAMENTO

- Convocação de sessão extraordinária, a realizar-se após esta.
-

Ata da 21ª Sessão Ordinária, em 04 de fevereiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães, Pedro Celso, Benício Tavares

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso, Benício Tavares

Às 15 horas e 20 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **Benício Tavares** (PDT)
- Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
- Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
- Deputado **Fernando Naves** (PDC)
- Deputado **Geraldo Magela** (PT)
- Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
- Deputado **Padre Jonas** (PDT)
- Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
- Deputado **José Edmar** (PSL)
- Deputado **José Ornellas** (PL)
- Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
- Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
- Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
- Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
- Deputado **Pedro Celso** (PT)
- Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
- Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
- Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
- Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
- Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — «Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Benício Tavares, que dispõe sobre a apreciação das proposições na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências.»

(DOCUMENTO INEXISTENTE)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Convido o Sr. Deputado Pedro Celso a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Convido o Sr. 3º Secretário, Deputado Benício Tavares, para secretariar a Mesa.

Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

1. Carlos Alberto
2. Rose Mary Miranda
3. Pedro Celso
4. Wasny de Roure
5. Tadeu Roriz
6. Maurílio Silva
7. Agnelo Queiroz

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabou de ser editado o Plano Collor II. Mais uma vez foge-se de um debate mais profundo para se estabelecer uma nova política de renda na sociedade brasileira, e os perdedores são os trabalhadores, os assalariados.

O atual processo inflacionário acelerado deveria receber, para reorientação de política de governo, alterações que não fossem recessivas. Dever-se-ia aplicar uma política em que, sendo capaz de ampliar o poder de compra e de promover a retomada do crescimento, uma vez mais escolheu-se como principal perdedor o assalariado. É preciso ser implantada neste País uma política de renda que, dentro de uma equação geral de rendas, permita que os dois principais perdedores — o assalariado e o Governo, quem diminuída a sua arrecadação bruta — passem a ser os principais ganhadores. Por outro lado, os lucros e o envio de rendimentos para o exterior necessitam ser penalizados. Haveria, assim, inequivocamente, uma reorientação na política econômica. Entretanto, não é bem o que estamos presenciando.

Com relação à recessão, agora vamos abordar as suas consequências no Distrito Federal.

Recente estudo da Federação das Indústrias de Brasília constata uma tendência que todos já conhecíamos e que precisa, de alguma forma, ser minimizada, para que o Distrito Federal não pague um preço mais alto do que devem pagar os demais Estados brasileiros: a desaceleração das atividades econômicas, em função da crise que vem-se abatendo sobre o País e que também é reflexo direto das medidas adotadas pelo Governo Collor em março do ano passado. Segundo previsões da Fibra, a queda acumulada da produção industrial em Brasília, de março de 1990 a março deste ano, deverá chegar a 8,9%, redundando, certamente, em mais desemprego, em mais miséria e contribuindo para o esvaziamento ainda maior dos cofres públicos locais.

Se tomarmos o período de janeiro a outubro, sempre de acordo com a Fibra, verificaremos que a queda das atividades industriais foi maior que nos demais Estados brasileiros: atingiu 10,77%. Só o setor de vestuário e calçados, que aos poucos vinha ganhando importância no conjunto das atividades econômicas da cidade, caiu, no mesmo período, 19,26%.

É interessante notar como a desaceleração da economia atinge, primeiro, a capacidade de produção das empresas, para se transformar, depois, em desemprego aberto, provavelmente. De janeiro a outubro de 1990, houve um aumento no pessoal ocupado na indústria de 2,72%, mas, em compensação, o número de horas trabalhadas decresceu exatos 36,13%. Obviamente, a ociosidade das empresas aumentou — a Fibra fala em 30% no período anunciado — as suas taxas de lucro caíram e entramos o ano de 1991 com uma perspectiva um tanto sombria.

Todos sabemos que a crise econômica brasileira tem um caráter estrutural, e os seus reflexos mais diretos hoje guardam relações profundas com as opções de política adotadas durante o regime militar, o Governo Sarney e, mais presentemente, o Governo Collor. O chamado Brasil Novo, entretanto, deu contribuições decisivas para o aprofundamento da crise: aplicou uma política de esvaziamento das empresas estatais enquanto pólos de investimentos, demitiu milhares de funcionários públicos e até o momento não conseguiu atingir duramente o setor mais parasitário de nossa economia — O financeiro. Ao contrário, em todas as políticas adotadas pelo Palácio do Planalto os trabalhadores continuaram sendo escolhidos como perdedores.

Já citamos o caso da Eletronorte. O fechamento das agências do Banco do Brasil afeta claramente nosso Entorno. Quanto a isto, o Presidente da Mesa remeteu nosso requerimento ao Sr. Governador, no qual solicitamos que a questão do Banco do Brasil — uma das empresas que mais contribuiu para o desenvolvimento deste País — seja tratada a nível governamental. Naquele expediente pedimos

uma ação adequada para o Entorno, a fim de que as agências do Banco do Brasil não sejam fechadas. Mas agora estamos diante de um processo de mobilização diferenciado.

Este quadro de desemprego que se aprofunda exige cada vez mais uma ação enérgica do Governo de Brasília para incrementar as atividades econômicas, envolvendo a agroindústria, a indústria propriamente dita e o comércio, que também teve suas vendas diminuídas em 30%.

Precisamos de planos de curto e médio prazos para a geração de empregos e também de um projeto estratégico que possa transformar o Distrito Federal em um pólo científico, tecnológico e cultural.

A opção de Brasília apenas como cidade administrativa ou como apêndice de Goiás já está ultrapassada. Brasília é uma metrópole, continuará sendo a capital do País, e, nesta condição, precisa também se transformar em centro de desenvolvimento econômico por excelência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Com a palavra a nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem-se falado muito sobre as crianças carentes e desamparadas que perambulam pelas ruas e locais de maior movimento do Plano Piloto e cidades-satélites, aqui desta tribuna. E, invariavelmente, todos nós prontamente apartamos nossos companheiros com palavras de incentivo e apoio. Enquanto isso, estas crianças continuam pelas nossas ruas, roubando, matando, convivendo com as drogas e sendo submetidas às mais diversas humilhações, agressões e até abuso sexual por parte dos adultos.

É bem verdade que colegas de Parlamento já apresentaram propostas a esta casa no sentido de dar um basta neste quadro que envergonha a todos, tanto como cidadãos Brasileiros quanto como seres humanos, pois sabemos tratar-se de uma questão que, infelizmente, não é privilégio do Distrito Federal e sim uma situação nacional.

A questão é fruto da pobreza crescente do povo brasileiro, pois antes de chegarmos à situação do menor abandonado e jogado à sua própria sorte nas ruas, com toda certeza, um pai de família ficou desempregado, sem condições de dar o conforto e o sustento aos seus dependentes, gerando uma total desagregação familiar.

Mas não é só esta casa que tem manifestado preocupação e interesse em resolver as questões ligadas ao menor abandonado. O Governador Joaquim Roriz tem realizado, desde os primeiros dias de governo, ações voltadas para o amparo do menor, cumprindo as determinações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, que entrou em vigor desde o início de outubro último, e, paralelamente a isso, tem buscado junto à Secretaria do Trabalho o aumento da oferta de empregos do Distrito Federal. Nessa linha, o Governador Joaquim Roriz já está implementando o Projeto Anjo da Guarda, incentivando empresas e pessoas

a apadrinharem meninos e meninas de rua, dando-lhes educação, carinho e o encaminhamento para uma vida profissional.

Imediatamente, ao saber lamentável incidente da semana passada, quando as internas do Centro de Recuperação e Triagem, em Taguatinga, promoveram depredações das instalações do CRT, o Governador Joaquim Roriz determinou a criação de uma comissão de sindicância para apurar as irregularidades, numa demonstração clara de que a questão do menor é a prioridade número um do seu programa de governo.

Dentro desta filosofia de governo, me sensibilizou muito a iniciativa concreta do Presidente da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS), Nelson Tadeu Filippi, que, seguindo as propostas preconizadas pelo Projeto Anjo da Guarda, empregou dezenove menores nos diversos setores da empresa, desempenhando funções de *office-boy*. Para isso, a SHIS assinou um convênio com uma entidade de apoio ao menor, o Centro Salesiano do Menor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegou o momento de deixarmos de lado os projetos que, mesmo bem intencionados, levaram algum tempo para dar resultados. Como iniciativa concreta, para pelo menos darmos o exemplo às empresas privadas e outros órgãos públicos, desejamos propor à Mesa desta Casa que assine um convênio com a Ação Social do Planalto, instituição que tem mostrado, ao longo dos anos, dedicação e honestidade no atendimento ao menor no Distrito Federal, para que alguns menores sejam encaminhados às dependências desta Câmara para desenvolverem pequenas tarefas, tais como trabalhos de *office-boys*, auxiliando a mesa, as comissões e aos próprios gabinetes. Eles poderiam trabalhar também como engraxates, devidamente uniformizados e autorizados pela direção desta Casa.

Em troca, a Câmara poderia lhes garantir a alimentação, vale-transporte e uma ajuda de custo, no valor que a lei estabelece, para que eles possam, de forma sadia e produtiva, dar uma pequena contribuição nas despesas de suas casas. Faço este apelo, Sr. Presidente, à Mesa, para que ela se pronuncie de forma rápida sobre a viabilidade da proposta. Sabemos que apenas alguns menores serão beneficiados. Mas a quantidade não importa, o que vale é o mérito da iniciativa desta Casa, que servirá de exemplo para muitos.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que através de pequenas ações, como esta que estamos propondo hoje, e que já são experiências em plena execução em outros órgãos, poderemos colaborar de forma prática para tirar os menores abandonados das ruas, dando-lhes a chance e a oportunidade de serem cidadãos honestos no futuro e crianças no presente, com dignidade e respeito.

Falamos da tribuna, apresentamos projetos, mas é tomando iniciativas como estas, dando oportunidade tam-

bém para que crianças possam trabalhar nesta nossa Casa, que realmente estaremos valorizando esses menores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Passo a Presidência ao Deputado Benício Tavares, enquanto faço uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui reforçar uma denúncia já veiculada pelos meios de comunicação. Lerei, para que conste dos Anais desta Casa, matéria publicada sobre a morte de mais um sindicalista, no Estado do Pará, assassinado com três tiros:

SINDICALISTA É MORTO COM TRÊS TIROS NO PARÁ

Foi assassinado sábado com três tiros, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (PA), Expedito Ribeiro de Souza, de 43 anos. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, Expedito vinha sendo ameaçado e chegou mesmo a ser procurado pessoalmente por pistoleiros. Pelo depoimento de testemunhas, ele foi morto às 21h30, quando voltava para sua residência.

Desde abril do ano passado existe no Ministério da Justiça um relatório alertando sobre o aumento dos assassinatos na cidade, que incluía entre os ameaçados de morte o líder Expedito Ribeiro. Entre os mortos listados no relatório estão os líderes sindicais Ronan Rafael Ventura e Brás Antonio de Oliveira, assassinados no dia 3 de abril do ano passado e os irmãos Paulo e José Canuto, filhos de João Canuto Neto, também assassinado.

Pelo que se vê, há uma sequência de mortes. O Ministro da Justiça já tinha conhecimento de que tais fatos poderiam acontecer de novo. Providências não foram tomadas. Assim, os crimes, os assassinatos de líderes de trabalhadores rurais que já vinham acontecendo ampliaram-se depois da instalação da Nova República.

Sabe-se que a impunidade é a maior fomentadora para que mortes desse tipo continuem a ocorrer.

No ano passado foi montado um grande circo para o julgamento dos assassinos de Chico Mendes. No final, os criminosos e os mandantes estão numa prisão que não oferece segurança alguma. A própria imprensa já denunciou este fato. Enquanto isto, outros crimes permanecem sem solução, e as mortes de lideranças sindicais, de trabalhadores rurais continuam e, repito, providências não são tomadas. Acreditamos ser nossa obrigação nos pronunciarmos sobre este assunto, por estarmos vivendo uma verdadeira guerra civil neste País, com tantas mortes de trabalhadores rurais.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 035/91

(Do Deputado Pedro Celso)

Solicita ao Secretário de Transportes do Distrito Federal informações sobre os resultados da auditoria realizada no Caixa Único do Sistema de Transportes Coletivos do Distrito Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., na forma do inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 11 da Resolução nº 49, de 1990, também do Senado Federal, seja solicitada ao Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal, Marcelo Perrupato, a adoção das providências abaixo relacionadas, relativamente à auditoria realizada no Caixa Único do Sistema de Transportes Coletivos do Distrito Federal:

I — Remessa do processo administrativo de licitação para realização da auditoria, formalizado de acordo com o Art. 31 e seus incisos, do Decreto-Lei nº 2.300, de 21.11.86;

II — Encaminhamento dos relatórios com as respectivas conclusões da auditoria realizada.

JUSTIFICAÇÃO

No final do ano de 1990, os meios de comunicação divulgaram que uma auditoria externa feita no sistema de custeio dos transportes coletivos do Distrito Federal (Caixa Único) constatou várias irregularidades na gestão e administração dos seus recursos. Apesar dos fatos noticiados, o assunto acabou sendo abafado e a população de Brasília não teve mais notícias sobre os resultados da auditoria.

Os freqüentes aumentos na tarifa dos transportes coletivos do Distrito Federal sempre são acompanhados pela justificativa de déficit no Caixa Único, portanto, é necessário acompanharmos com vigor sua administração e zelar pelo uso devido do dinheiro dos usuários.

É importante destacar que em 1989/1990 foram constantes as denúncias na imprensa de fraudes no Caixa Único, em benefício das empresas privadas que operam no Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal.

Esperamos, por parte da Mesa e dos nossos digníssimos Pares, o cumprimento do Regimento e o imediato envio ao Secretário dos Transportes desta importante iniciativa, que tem respaldo na função fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, que cabe a esta Casa Legislativa exercer.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 1991.

Deputado Pedro Celso (PT/DF)

Meu objetivo, ao encaminhar este requerimento de informações, é tentar esclarecer como funciona o chamado Caixa Único do Sistema de Transportes Coletivos do Dis-

trito Federal à grande maioria da população e até mesmo a nós, Parlamentares, especialmente a mim, que sou homem dos transportes. Os dados que temos são insuficientes para ficarmos esclarecidos.

Assim, esperamos passar à opinião pública o que realmente está acontecendo, para que se verifique se as denúncias procedem ou não, enfim, — é importante que o Secretário dos Transportes nos envie o mais rapidamente possível os relatórios sobre a auditoria realizada no ano passado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Passo a Presidência para o companheiro Deputado Pedro Celso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT) — Sr. Presidente, companheiro Deputado Pedro Celso, nobres Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos, nesta tarde, de fazer um pequeno comentário sobre algumas questões suscitadas em função do último pacote econômico, denominado Plano Collor II.

Com o novo pacote econômico, o Governo Collor aprofunda ainda mais as possibilidades de aumento da crise econômica e social, a níveis inimagináveis no País.

Enquanto toda a sociedade permanece angustiada, desde o início deste Governo, na expectativa de posturas que viabilizem acordos duradouros entre as forças sociais, a equipe econômica, sozinha, anuncia mais uma peça sectária e reacionária ao povo brasileiro. Ao invés do caminho do entendimento social, opta-se, mais uma vez, pela individualidade visionária e prepotente de que o Governo tudo pode, inclusive contrariar as leis e a Constituição. Mas não é bem esse o caso. De fato, o que interessa é observar que a decepção de amplos setores da sociedade torna o plano, desde já, uma fantasia, pois o crédito da população no plano é parte fundamental para ele dar certo.

Se houve desprezo pela opinião pública, balizador indiscutível dos interesses da população, o que esperar quanto aos reais beneficiários desse plano?

A simples indicação de que os Tribunais do Trabalho poderiam abrandar o quadro recessivo, determinando o pagamento integral do IPC aos trabalhadores a partir de março de 1990, pela inconstitucionalidade das medidas provisórias sobre salário, motiva o novo plano, aprofundando a compreensão salarial.

Não há a intenção de debelar a crise sócio-econômica nacional. Não há um plano estratégico que impeça a retomada rápida da explosão dos preços. Em resumo, não existe um plano; existe um remendo que pretende conservar uma parte que no todo ninguém sabe qual é, mas desconfia que não servirá ao bem da maioria do povo.

Alguns pontos deste pacote devem ser ressaltados: em primeiro lugar, os princípios econômicos:

(1) Crescimento da incerteza na economia brasileira. Um plano econômico, para dar certo, tem de ser um plano em que acreditar no plano faça parte do plano, José Paulo Cavalcante, «Jornal do Brasil», 3.2.91).

(2) Desperdício de vontade política e determinação canalizados para acabar com a indexação e não com a inflação.

(3) Dimensão da inconstitucionalidade. O congelamento de preços e salários fere os artigos constitucionais de números 170 (inciso IV) e 174 (Ives Gandra e Celso Bastos, em entrevista à «Folha de S. Paulo» de 2.2.91, página B-3).

Em segundo lugar, as questões objetivas, ressaltados pelo DIAP:

a) Os salários foram congelados pela média, enquanto os preços tiveram uma «trégua» temporária, mas com base nos valores praticados no dia 30 de janeiro. Estes valores correspondem ao dia de pico dos preços neste mês.

b) Os assalariados perdem depois da recomposição média a ser paga em fevereiro, o direito a reajustes automáticos, ainda que pela média. Em lugar do Fator de Recomposição Salarial (reajuste pela média dos últimos 12 meses), que já era ruim, vem a «livre negociação». Serão permitidas apenas duas negociações ordinárias por ano, uma em julho — a nova data-base de todos os trabalhadores — e outra em janeiro de cada ano.

c) O salário mínimo foi fixado em Cr\$ 15.895,46, sem qualquer previsão de futuros reajustes automáticos.

d) O aumento médio de 50% nas tarifas e serviços públicos essenciais aos trabalhadores, como energia elétrica, combustíveis, telefone, transporte coletivos, correios, praticamente anulam a recomposição a ser recebida pelos empregados no salário de fevereiro.

e) Os aposentados e pensionistas não tiveram assegurados o Plano de Custeio e de Benefícios, nem qualquer previsão de reajuste de seus vencimentos.

f) Os servidores públicos ficaram sem qualquer recomposição salarial ou política de futuros reajustes. Receberão apenas o reajuste de 81% sobre o salário de dezembro, que se refere à sua data-base, que é no mês de janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Com a palavra o nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste fim de semana estive na Cidade Satélite de Samambaia, onde participei da reunião da Associação dos Moradores da QE-502. Samambaia é a cidade onde obtive expressiva votação e onde ainda mantenho um comitê para atender às reivindicações daquela comunidade.

Como todos sabem, Sr. Presidente, Samambaia é a satélite caçula do Distrito Federal. Quando de sua implantação, foi bastante criticada a forma como foram assentadas as famílias. Hoje posso dizer com certeza que em torno de 200 mil pessoas ali vivem. Em dezembro, completou um ano de existência, apesar de todas as críticas feitas quanto à infra-estrutura dos assentamentos. Mas o Sr. Governador tem tomado várias providências no sentido de atender às reivindicações daquela comunidade. Foram instalados, ali, por exemplo, dez centros comunitários; recentemente foi licitada a construção de cinco escolas para atender às crianças e adolescentes. Foram também instaladas nove quadras de esportes nas Quadras 501, 407, 431, 408, 410, 118, 415, 417 e 127, e um centro urbano de lazer, apesar de todos os problemas existentes.

Inclusive, Sr. Presidente, fiz questão de anotar outras reivindicações da comunidade, como um ônibus circular, que não existe ainda dentro da cidade para atender aos moradores nos seus deslocamentos para outras quadras ou até à escola mais próxima. Falta de água realmente ainda existe. Há quadras que ficam dois e até três dias sem água nos chafarizes instalados, isto acrescido do problema da falta de conscientização da população, que ainda depreda os chafarizes existentes, de forma selvagem. De qualquer modo, vou encaminhar ofício à CAESB para que tome as providências cabíveis, porque água é o que não pode faltar numa cidade.

Outro problema que aflige aquela população é a falta de «orelhões». Telefones não existem em Samambaia, há apenas uma linha telefônica na administração regional. Outra reivindicação é uma agência do SINE, da Secretaria do Trabalho, para cadastramento de pessoas desempregadas. Também o caminho do SLU tem passado poucas vezes nas quadras. Há solicitação ainda no sentido da formação de hortas e creches comunitárias, para atender às mães e pais de família que não têm onde deixar as crianças quando vão para o trabalho.

Veja, Sr. Presidente, que todas essas são reivindicações justas, legítimas, que eu, como Deputado e representante daquela comunidade, posso endossar e tenho o maior interesse, dada a boa votação que lá obtive, em resolver. Sei que já existem projetos de infra-estrutura na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e projetos que a curto prazo poderão sanar esses problemas. Vou solicitar, então, através de ofícios às Secretarias competentes, o pronto atendimento a essas reivindicações, o que virá atender aos anseios da população e devolver-lhe a tranquilidade.

Mas posso garantir a todos que aquele povo, apesar das dificuldades e dos problemas existentes, está feliz. Tem seu pedaço de chão e a dignidade restabelecida, porque não vive sob o terror do pagamento do aluguel.

Só quem já pagou aluguel sabe o que significa para o trabalhador, no fim do mês, ter de tirar 30, 50 e até 80% do salário para pagar o aluguel. É um dinheiro que não tem volta, um dinheiro que não representa investimento. Ape-

sar disso, podemos ver que há uma grande felicidade nos corações daquelas pessoas humildes que ali estão, apesar dos problemas da falta de água ou esgoto. Elas estão felizes. Senti isso muito de perto, pois participei, no sábado à tarde, de um encontro da comunidade da Quadra 502.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurílio Silva

O SR. MAURÍLIO SILVA (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho hoje grande preocupação com os rodoviários. Em dias anteriores, ouvimos aqui a palavra do Deputado Pedro Celso em favor desses trabalhadores. Procuramos, como já foi dito, colaborar no sentido de achar uma solução para o problema.

Depois de muitas negociações, chegamos a um acordo, pelo qual os rodoviários receberiam 50% em fevereiro, 34% em março e 15% em abril. Isto atenderia plenamente à classe e certamente facilitaria o entendimento final. Toda essa conversa aconteceu na quarta-feira à noite, ficando o acerto final para sexta-feira à noite. Infelizmente, esse novo pacote do Governo Federal inviabilizou a assinatura dos entendimentos, da proposta feita pelo Governador Joaquim Roriz, conforme acertado com o Sindicato dos Rodoviários.

Hoje estamos aqui para comunicar que o Governo está enviando nesta tarde um grupo de pessoas da área para conversar com as autoridades responsáveis pelo Ministério da Economia, com a finalidade de pedir uma autorização especial que viabilize a proposta anteriormente feita e acertada com os rodoviários.

Quero aproveitar a oportunidade para elogiar o comportamento dos rodoviários diante da situação criada. O companheiro Pedro Celso, que vem se ocupando deste assunto, tem sido muito compreensivo, especialmente neste momento em que o Governo do Distrito Federal quer cumprir o que propôs, mas tem dificuldade legal para fazer valer aquilo que foi acertado. Penso que amanhã teremos novidades a respeito, e tão logo isto ocorra estaremos aqui para comunicar aos rodoviários e ao companheiro Pedro Celso o resultado dessas gestões.

Quero aproveitar também para comentar o problema da criança, que nos últimos dias vem sendo debatido aqui.

No dia 21 de janeiro tínhamos 600 crianças menores trabalhando e vivendo com famílias. Dessas, 100 eram atendidas na Ação Social do Planalto, onde recebiam alimentação adequada, sendo 30 com idade superior a 14 anos. Essas foram encaminhadas à Granja das Oliveiras, e dentro de 8 dias a partir daquela data mais 30 serão encaminhadas, das quais 10 com saúde comprometida; 4 meninas têm algum problema que depende de análise mais profunda; 10 deverão ser encaminhadas à Fundação Essê-

nia, desde que a mesma concorde em baixar o preço, o custo final. Temos outros 10 que, infelizmente, são marginais, e precisam de tratamento especial. A Secretaria de Desenvolvimento Social está cuidando particularmente desses 10.

Foi encaminhado, através de telegrama, pedido à Novacap no sentido de aproveitar os menores que tenham condições de trabalhar, e isto está sendo atendido na medida do possível.

Mas, recentemente, ouvimos em plenário, no pronunciamento de um companheiro, a acusação, ou, no mínimo, a observação, de que menores e adolescentes têm sido usados como jogada de *marketing*. Desejo dizer que essa não seria a melhor jogada, até porque é depreciativa e causa algumas dificuldades. Esclareço que houve problema no CRT, sim, e o Governador Joaquim Roriz determinou a apuração de tais fatos. O que ocorreu a princípio, foi o seguinte: no CRT existiam 54 monitores, mais alguns auxiliares e mais 110 funcionários para cuidar de 108 crianças. V. Exas. não de convir em que alguém precisava sair. Quando se propôs retirar alguns, houve levante, houve problemas pelo que lamentamos profundamente. Mas o Governo está apurando os fatos e certamente os responsáveis serão punidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na noite do último sábado, mais uma liderança dos trabalhadores rurais do Pará foi atingida pela fúria assassina dos pistoleiros contratados pelo latifúndio e pela facista organização União Democrática Ruralista, a famigerada UDR. Expedito Ribeiro de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no Pará, é o sexto militante do meu partido, o PC do B a ser assassinado naquele Município.

A região tem-se caracterizado como uma terra sem lei, onde o banditismo está no comando da situação. A omissão dos Governos estadual e federal tem incentivado a ação dos pistoleiros contratados pelos latifundiários ligados à UDR.

No dia 18 de abril do ano passado, o Deputado Haroldo Lima, Líder do PC do B na Câmara dos Deputados, enviou correspondência ao então Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, pedindo proteção para o sindicalista Expedito, que já estava ameaçado de morte pelos latifundiários locais.

Na correspondência, o Líder do PC do B lembrou que a região guarda a história de diversos crimes contra a vida de lideranças dos trabalhadores rurais e de todos os que se destacam na defesa da reforma agrária e na denúncia dos crimes cometidos pelo latifúndio. Um dos exemplos citados pelo Líder comunista foi a morte do Deputado Estadual

Paulo Fonteles, membro da direção regional do PC do B no Pará e advogado de posseiros e de trabalhadores rurais. Fonteles chegou a denunciar a existência de uma lista de pessoas ameaçadas de morte pelo latifúndio. O seu nome, Sr. Presidente, estava entre os listados. Logo depois a ameaça foi cumprida. O mesmo aconteceu com o Deputado Estadual pelo PSB do Pará, João Batista e, também, com o sindicalista e militante do PC do B, João Canuto.

No dia 20 de abril, dois dias após o envio da correspondência ao Ministro, o seu chefe de Gabinete, Inocêncio Mártires Coelho, enviou resposta noticiando a remessa da denúncia à Procuradoria Geral de Justiça do Pará e à Secretaria de Segurança do mesmo Estado. Três dias depois, pistoleiros raptaram os irmãos Paulo, de 18 anos, Orlando, de 22 anos, e José Canuto, de 30 anos, os três filhos de João Canuto, presidente do Sindicato Rural de Rio Maria e dirigente do PC do B do Pará, assassinado em 1985. Expedito, agora assassinado, sucedeu João Canuto na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

Os assassinos apresentaram-se aos três irmãos como sendo agentes da Polícia Federal, o que fez com que eles não resistissem ao rapto. Algemados, foram levados num carro Gol de cor clara e, no Município de Xinguara, nas proximidades da Fazenda Rio Vermelho, sumariamente executados. Orlando conseguiu sobreviver depois de correr cerca de 15 quilômetros na mata, ferido por dois tiros. Orlando é Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e membro do Diretório Municipal do PC do B. Os seus irmãos também eram membros do PC do B.

Com a morte de Paulo e José somaram quatro as mortes de militantes do PC do B em Rio Maria, somente naquele mês de abril.

Apoiados na impunidade, os mesmos latifundiários cometeram, no ano passado, três assassinatos, ceifando a vida de Felipe, Juscelino e José Fernandes — três lideranças dos trabalhadores rurais de Xinguara. No mesmo Município de Rio Maria dois militantes do PC do B foram mortos ano passado: Braz Antônio de Oliveira e Ronan Rafael Ventura. Nenhum destes crimes mereceu a atenção e a investigação necessárias da Polícia do Estado.

Convocados pelo Deputado Haroldo Lima as lideranças do PCB, PT, PDT, PSB e PSDB, estiveram reunidos com o então Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, para denunciar os assassinatos de José e Paulo Canuto de Oliveira. O Ministro comprometeu-se com o envio da Polícia Federal para investigar o caso e dar garantia de vida a Expedito Ribeiro de Souza e a Carlos, cunhado de José e Paulo, que também havia recebido ameaça de morte. Esteve também na reunião o pároco de Rio Maria, Ricardo Rezende, que apresentou ao Ministro diversas denúncias sobre as ameaças sofridas pelas lideranças de trabalhadores rurais na região.

Orlando Canuto de Oliveira, único sobrevivente da chacina de Rio Maria, também deveria receber proteção especial da Polícia Federal. Ele estava internado em hospital de Belém, onde deveria submeter-se a operação no braço, que foi quebrado por um dos dois tiros que levou antes de fugir do local do crime.

Apesar da promessa do Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, de dar garantia de vida aos sobreviventes do massacre ocorrido em abril no Município de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, Orlando Canuto de Oliveira e Carlos, seu cunhado, continuaram sendo procurados por pistoleiros a soldo dos latifundiários da região. O hospital onde estava internado Orlando Canuto foi invadido pelo pistoleiro Aprígio Soares Menezes, contratado para matá-lo.

No dia 7 de junho, o Deputado Haroldo Lima, Líder do PC do B na Câmara dos Deputados, enviou nova correspondência ao Ministro Bernardo Cabral requerendo não apenas garantia de vida para os ameaçados, mas «urgentes providências no sentido de que se faça justiça na região, de que se localizem e punam os culpados e de que cessem, assim, as ameaças reiteradas e absurdas de que estão sendo vítimas setores populares, camponeses e políticos daquela região».

Na nova carta enviada ao Ministro, o Deputado Comunista, além de um histórico sobre os bárbaros assassinatos promovidos pelo latifúndio e pela UDR na região, lembrou o caso da Vereadora Socorro Gomes, do PC do B de Belém, hoje eleita Deputada Federal, que apesar de ter seu nome na «lista dos marcados para morrer», recebeu comunicação do Delegado Fábio Caetano de que lhe retirava a proteção policial. O que só veio confirmar a suspeita dos ameaçados da convivência da polícia estadual com tantos crimes impunes e obscuros. A então Vereadora Socorro Gomes, após o anúncio da retirada dos policiais que lhe davam proteção, passou a receber novas ameaças.

Vejam, portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, o absurdo a que se chegou neste País: a garantia da liberdade de organização partidária e o direito de lutar por um pedaço de terra para plantar são tratados a bala. Mais do que isto, o Governo Federal omite-se de forma vergonhosa e o Governador do Estado do Pará, Sr. Hélio Gueiros, simplesmente é uma marionete nas mãos assassinas dos mandantes da UDR.

Quero aqui, neste momento, render minhas homenagens a estes bravos combatentes do povo que deram suas vidas em defesa da reforma agrária. Em especial quero homenagear o poeta, camponês e comunista Expedito Ribeiro de Souza, última vítima dos pistoleiros pagos pela UDR.

Reafirmo aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu compromisso e o do meu partido com a luta pela reforma agrária, repudio a ação desta organização nazista intitulada UDR e, tenho certeza, a execução da reforma agrária será uma vitória do povo brasileiro, que não vai ficar a vida inteira submetido à opressão sanguinária de

meia dúzia de proprietários de terra organizados e armados como força paramilitar. O povo pobre e oprimido que hoje morre saberá, amanhã, enterrar seus inimigos e guardar na memória os seus mártires.

Para nós é um peso muito grande ver mais um companheiro morto pelas mãos assassinas da UDR, essa entidade paramilitar que continua à solta, assassinando impunemente. Essa é uma das maiores barbaridades que existem neste País. É uma verdadeira guerra, que temos de repudiar.

Por isso mesmo, quando aqui se falou da possibilidade de a UDR ter uma sala nesta Casa, considerei um absurdo muito grande permitirmos uma coisa dessas, pois a cada dia que passa se prova a ação assassina dessa entidade.

Por isso, essa entidade paramilitar não devia existir. Isto, então, seria a democracia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Terminado o Pequeno Expediente, passaremos às

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇA

Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero solidarizar-me com os companheiros Pedro Celso e Agnelo Queiroz pelos pronunciamentos em relação à morte de mais um líder camponês, patrocinada pela violência da UDR e de tantos latifundiários deste País.

Quero também dizer que pacote como este que saiu também são assassinos, porque lesam os trabalhadores e os levam à morte, diariamente, pois não têm como suprir a necessidade de prover a alimentação e a sobrevivência de sua família. Cada dia mais este Governo provoca o assassinato coletivo dos trabalhadores brasileiros.

Então, mais do que o assassinato dos líderes rurais, os planos econômicos também têm dizimado, dia a dia, milhares de trabalhadores.

Outro assunto que me faz usar este espaço de Comunicações de Liderança são as matérias publicadas em relação à Câmara Legislativa, que ora abordam aspectos positivos, ora fazem comentários a respeito dos que aqui se encontram. Realmente, há nos editoriais críticas por tabela, por informação de fatos que *in loco* não se têm observado, enquanto outras dizem bem dos Parlamentares, no sentido de nos ajudar a desenvolver nossos trabalhos.

Quero citar aqui, de público, que está de parabéns o jornalista Jair de Farias que, no «BsB-Brasil», vem constantemente tendo uma postura crítica, porém está sempre por

aqui, discutindo conosco e nos incentivando a mudar muitas posturas, muitas posições.

Vários editoriais do «Correio Braziliense», do «Jornal de Brasília» e do «BsB-Brasil», sem assinaturas, razão pela qual não posso citar os nomes dos autores, foram bastante proveitosos.

Matérias de diversos parlamentares, como Salviano Guimarães, Maurílio Silva, Peniel Pacheco e outros, foram publicadas, relatando o comportamento da Câmara Legislativa.

Também ontem, no «Bsb-Brasil», Paulo Kramer publicou uma matéria muito importante sobre a Câmara Legislativa. Dr. Roberto Seabra, jornalista do «Correio Braziliense», que sempre está conosco, houve um artigo muito bem escrito. Se eu tivesse tempo, faria a leitura de alguns trechos, para mostrar que se trata de pessoas que acompanham nosso dia-a-dia. No entanto, tenho a reclamar de alguns, como de Eduardo Balduino, do «Bsb-Brasil», que publicou matéria sob o título «Uma Questão de Humildade», mas ele realmente não tem a menor humildade no trato com os Parlamentares.

Diante dessas questões, encaminho ofício à Mesa solicitando que use suas prerrogativas e, através da Secretaria de Imprensa já constituída — temos uma repórter para isso — cuide um pouco mais da imagem desta Casa. E vou mais longe: que se utilize dos meios de comunicação para aquilo que poderíamos até chamar de utilidade pública, isto é, ocupar espaço nos jornais diários, na televisão, nas rádios, para informar que existimos, que temos várias tarefas, que a Câmara Legislativa foi constituída a partir do dia 1º de janeiro e que se localiza em determinado endereço.

O Buriti todo mundo vê, o Parlamento Federal todo o mundo vê, mas esta Câmara, extremamente mal localizada, sequer é vista pela população que passa pela rodoviária e vem ao Plano Piloto.

O «Bsb-Brasil» é um jornal que, diga-se de passagem dedica todos os dias uma página à Câmara Legislativa. No entanto, é o único, e é o de menos popularidade ante os leitores. Portanto, eu gostaria que tomássemos uma providência no sentido de utilizarmos esse recurso.

Quero ler o teor do ofício que vou entregar à Mesa:

OFÍCIO Nº LC 010/91 — I

Exmo. Sr. Presidente, diante da necessidade do acompanhamento por parte da população dos trabalhos da Câmara Distrital;

Tendo em vista últimas pesquisas que dão conta de um grande desconhecimento do que vem sendo feito nesta Casa;

A fim de que se divulguem amplamente os trabalhos dos Parlamentares do Distrito Federal;

Solicito à Mesa da Câmara Distrital seja ampliado o serviço de divulgação e imprensa junto aos órgãos de comunicação: rádio, televisão, jornais e outros, inclusive com a utilização do mecanismo do «Serviço de Utilidade Pública» das emissoras.

Solicito ainda que a Câmara Distrital crie um serviço de esclarecimento à população nos moldes do SIACI — Serviço de Atendimento ao Cidadão do GDF, onde qualquer pessoa poderia se informar sobre qualquer aspecto do trabalho legislativo, como projetos em andamento, estrutura da Casa e outros.

A potencialização dos serviços já existentes e a criação de novos visa ao fortalecimento e afirmação deste poder recém-constituído junto à população, razão pela qual espero imediatas providências da Mesa.

Atenciosamente,

Deputada Lúcia Carvalho
Líder do Partido dos Trabalhadores

Ao Exmo. Sr. Presidente da Mesa

DD. Deputado Salviano Guimarães

NESTA

Tenho certeza de que muitos companheiros — inclusive observei isto quando ocupei a tribuna pela manhã — endossam essas solicitações. Não podemos ficar à mercê do comentário desse ou daquele jornalista, que interpreta nossa ação desta ou daquela maneira. O que me surpreende nessas matérias, de maneira geral, é que algumas são elogiosas e abrangem todos. Mas quando são críticas, também caem em cima de todos nós. Eu, muitas vezes, não vesti a carapuça nem dos elogios nem das críticas. Creio que temos feito nossa obrigação. No entanto, estamos desarmados aqui, com o corpo aberto, prontos para receber críticas e elogios. Acho que isto é democrático. No entanto, temos de informar à população de Brasília o que realmente temos feito, quais as atividades desempenhadas até agora.

Então, quero solicitar mais uma vez que os companheiros leiam a matéria «Câmara ganha espaço político com dificuldade». O que está escrito aqui, sem elogios e também sem críticas maiores, é realmente o retrato desta Casa, com todos os seus defeitos e com toda a nossa vontade de ir para a frente. É uma matéria pequena, porém, esta sim, humilde, sem a pretensão que os grandes críticos tivessem inclusive de desrespeitar e sujar a imagem desta Casa, sequer conhecida, segundo pesquisa da MSC, por 85% a 90% da população, que não sabem que existimos ou por que existimos. Por isto faço esta solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há identidade entre o assunto que a Deputada Lúcia Carvalho

acabou de abordar e aquele sobre o qual vou pronunciar-me.

Muito oportunamente, S. Exa. referiu-se ao que desejamos enfatizar, inclusive trouxe para ser transcrito nos Anais desta Casa artigo em que o jornalista Seabra faz uma criteriosa avaliação das nossas atividades, digna de ser registrada para a história da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Peço permissão para fazer a leitura do referido texto e solicito sua posterior inserção nos Anais da Casa.

Diz o título: «Câmara ganha espaço político com dificuldade.»

É verdade que temos dificuldades, porque não dispomos de verbas para publicidade, o que nos permitiria conquistar uma fatia maior do espaço da imprensa, como acontece, com grande magnitude, com os outros poderes, principalmente o Poder Executivo, que utiliza verbas públicas para obter mais espaço de publicidade, e tem inclusive publicidade gratuita — aliás, gratuita em parte, porque o espaço pago compensa a matéria grátis.

Leio, Sr. Presidente:

«Apesar de todas as dificuldades iniciais, como falta de infra-estrutura, inexperiência legislativa e ausência de um regimento interno apropriado, a Câmara Legislativa conseguiu, no seu primeiro mês, superar algumas expectativas. A primeira delas — sem dúvida a mais importante — foi ter conseguido conquistar um espaço político, antes ocupado pela Comissão do DF no Senado e, em parte, pelo GDF.

Aqueles que imaginaram que os «calouros» do Poder Legislativo (à exceção da Deputada Maria de Lourdes Abadia) iriam se perder no deslumbre da estréia enganaram-se: em um mês a Câmara apresentou dezenas de projetos de lei, criou uma CPI para investigar a política de terras do DF, montou comissões e, agora, prepara-se para discutir seu regimento interno.

É verdade que alguns tropeços aconteceram, como a contratação excessiva de funcionários por livre provimento, tanto para os gabinetes como para a Mesa, e a nomeação de parentes, que, em alguns casos, foram exemplos de nepotismo, com a contratação de filhos, esposa e irmãos. O suposto («e destaco aqui a palavra «suposto») «trenzinho de alegria», desengatado a tempo, e depois reengatado com alguns vagões a menos», (acho que deveríamos, depois, avaliar esta informação, porque não sei se estes vagões estão transitando hoje na Casa, seria até interessante que isso fosse devidamente esclarecido) «acabou demonstrando que o Legislativo local não está imune aos vícios do setor.

Outra falsa expectativa em torno da recém-criada Câmara Legislativa era a de que os Deputados Distritais naufragariam na tentativa de tornar-se um poder independente, e que seriam facilmente atropelados pelo Executivo. O primeiro mês vem mostrando o contrário: de simples

novidade, a Câmara Legislativa tornou-se um misto de Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores, acumulando funções e servindo de palco para todo tipo de reivindicações de classes como sindicalistas, artistas, moradores de assentamentos etc.»

O artigo continua, mas vou ater-me aos aspectos citados, enfatizando que, neste momento, essas reflexões são indispensáveis.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

CORREIO BRAZILIENSE 2.02.91

Câmara ganha espaço político com dificuldade

Apesar de todas as dificuldades iniciais, como falta de infra-estrutura, inexperiência legislativa e ausência de um regimento interno apropriado, a Câmara Legislativa conseguiu, no seu primeiro mês, superar algumas expectativas. A primeira delas — e sem dúvida a mais importante —, foi ter conseguido conquistar um espaço político, antes ocupado pela Comissão do DF no Senado e, em parte pelo GDF.

Aqueles que imaginaram que os «calouros» do Poder Legislativo (à exceção da deputada Maria de Lourdes Abadia) iriam se perder no deslumbre da estréia enganaram-se: em um mês a Câmara apresentou dezenas de projetos de lei, criou uma CPI para investigar a política de terras do DF, montou comissões e, agora, prepara-se para discutir seu regimento interno.

É verdade que alguns tropeços aconteceram, como a contratação excessiva de funcionários por livre provimento, tanto para os gabinetes como para a Mesa, e a nomeação de parentes, que, em alguns casos, foram exemplos de nepotismo, com a contratação de filhos, esposa e irmãos. O suposto «trenzinho da alegria», desengatado a tempo, e depois reengatado com alguns vagões a menos, acabou demonstrando que o Legislativo local não está imune aos vícios do setor.

Outra falsa expectativa em torno da recém-criada Câmara Legislativa, era a de que os deputados distritais naufragariam na tentativa de tornar-se um poder independente, e que seriam facilmente atropelados pelo Executivo. O primeiro mês vem mostrando o contrário: de simples novidade, a Câmara Legislativa tornou-se um misto de Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores, acumulando funções e servindo de palco para todo tipo de reivindicações de classes como sindicalistas, artistas, moradores de assentamentos etc.

DESCASO

Para a deputada Lúcia Carvalho (PT), líder do partido de maior bancada na Câmara, as «coisas caminharam», apesar do descaso do governo anterior, que não se preparou para receber o Legislativo: «Entregaram um prédio com instalações precárias e pronto, tivemos que nos virar.

Durante todo o mês, trabalhamos sem material de escritório, com poucas linhas telefônicas, e sem estrutura burocrática», revelou. Ela lembra que, desde 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, o GDF sabia que deveria montar uma estrutura mínima de apoio para a Câmara, e, no entanto, só entregou o prédio na véspera da posse e, mesmo assim, depois de muitas pressões.

Apesar disso, a Câmara conseguiu apresentar 43 projetos de lei, 21 resoluções e 33 requerimentos. Entre eles, alguns projetos importantes, como os que fixam vários assentamentos urbanos; que estabelecem eleição direta para a escolha dos administradores regionais; que criam incentivos fiscais aos empresários que apoiarem financeiramente projetos culturais da cidade e o que pede uma Secretaria de Justiça para o Distrito Federal.

Também o «Bsb-Brasil» publica uma pesquisa realizada pela MSC, já citada pela Deputada Lúcia Carvalho, que mostra como a população está encarando o nosso trabalho, a nossa atuação.

É importante para nós termos a humildade de reconhecer quando não estamos sendo suficientemente claros, objetivos, na contemplação dos anseios da sociedade nesta Câmara Legislativa. Essa humildade é o mínimo que se pode esperar de homens que se propuseram realizar um trabalho em favor de uma comunidade.

Há que se destacar também que reiteradas vezes temos usado esta tribuna, pelo que somos constantemente apoiados por vários companheiros, para pedir que a Câmara Legislativa busque sua plena autonomia e levante a bandeira de seu fortalecimento, até porque a sociedade de Brasília espera de nós exatamente isto.

Neste fim de semana, ao fazer uma série de palestras num encontro realizado numa cidade satélite, surpreendi-me com a consciência política das pessoas que dele participavam, em especial de um cidadão idoso que tinha dificuldades para se expressar, em decorrência, evidentemente, de falta de instrução, mas falava com muita clareza a respeito do verdadeiro papel dos homens públicos, mostrando conhecimento político excepcional, inexistente em outras cidades brasileiras. Brasília é uma cidade politizada. Se o Legislativo se enfraquecer, a população vai cobrar de nós, porque espera que o Legislativo cumpra exatamente o seu papel.

Nós, do Bloco Solidariedade, juntamente com os partidos e com todos os blocos que compõem esta Casa, precisamos nos revezar neste trabalho de reciclagem permanente, a fim de que a Câmara possa cumprir seus reais objetivos.

• Mais uma vez faço esta conclamação, e peço que o Sr. Presidente autorize a transcrição desta mensagem do jornal «Correio Braziliense» nos nossos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Se mais algum Líder desejar usar da palavra no horário de Comunicações de Lideranças, que se manifeste.

Convido o Sr. 2º Secretário, Deputado José Ornellas, para ler a redação final de dois projetos que aprovamos, em primeira votação, no período da manhã, a fim de serem submetidos à segunda votação.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, na segunda-feira a praxe e não haver votação. V. Exa. comunicou ao Plenário que faríamos isto hoje?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Esses dois projetos foram votados na Sessão Extraordinária, no período da manhã. Agora é necessário aprovarmos a redação final. Lembramos, inclusive, que um deles trata do pagamento aos funcionários. Portanto, é extremamente importante, para que não se ultrapasse o prazo legal para o pagamento dos funcionários, votarmos imediatamente. É um apelo que faço.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, uma questão de ordem. Poderíamos transformar esta sessão ordinária em extraordinária. Minha preocupação é no sentido de fazer valer o Regimento Interno do Senado. V. Exa. tem autoridade para transformar esta sessão em extraordinária e começar a votação, pois, a não ser assim, temo que esta se inviabilize.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Lembro aos Srs. Deputados que não temos *quorum* para a votação no

momento. A proposta que está sendo discutida na Mesa é no sentido de que, terminado o Grande Expediente, encerramos a sessão e convoquemos, imediatamente, uma sessão extraordinária para votarmos a alteração orçamentária. Convoco os Srs. Deputados que estão, neste momento, em seus gabinetes para virem ao Plenário votar, sob pena de os funcionários não terem seu pagamento realizado em prazo legal.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Sr. Presidente, qual seria o horário da sessão extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Logo após o Grande Expediente.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Quantos estão inscritos para falar no Grande Expediente?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Há três inscritos, os Deputados Carlos Alberto, Benício Tavares e Agnelo Queiroz. Os Deputados Agnelo Queiroz e Carlos Alberto acabam de retirar suas inscrições, restando apenas, o Deputado Benício Tavares, que não está presente.

Nada mais havendo a tratar damos por encerrada a presente sessão. Convocamos uma Sessão Extraordinária para daqui a dez minutos.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1991

ABERTURA

ORDEM DO DIA

- ITEM 1 — Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35, de 1991, de autoria do Executivo local, que «Cria cargos de Professor de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências».
- Parecer favorável do Relator da CCJ, Deputado Carlos Alberto. APROVADO por votação simbólica.
- Parecer favorável da Relatora da CAS, Deputada Lúcia Carvalho. APROVADO por votação simbólica.
- Parecer favorável do Relator da CEOF, Deputado Aroldo Satake. APROVADO por votação simbólica.
- Votação do projeto em 1º turno. APROVADO com 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.
- ITEM 2 — Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 10, de 1991, de autoria do Deputado Benício Tavares, que «Proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa, e dá outras providências». APROVADO por votação simbólica.
- ITEM 3 — Discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1991, de autoria do Deputado Benício Tavares, que «Proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa, e dá outras providências». APROVADO por votação simbólica.
- ITEM 4 — Discussão e votação do Requerimento nº , de 1991, que «Solicita tramitação conjunta, em regime de urgência, dos Projetos de Lei nºs 5 e 7, de 1991», que «Dispõe sobre a criação dos serviços funerários do Distrito Federal, e dá outras providências». APROVADO por votação simbólica.
- ITEM 5 — Discussão e votação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 5, de 1991, de autoria da Deputada Maria de Lourdes Abadia e do Projeto de Lei nº 7, de 1991, de autoria dos Deputados Eurípedes Camargo e Agnelo Queiroz, que «Dispõe sobre a criação dos serviços funerários do Distrito Federal, e dão outras providências».
- Concedido prazo aos Relatores da CCJ, CEOF e CAS para emissão de parecer.
- ITEM 6 — Discussão e votação, em turno único, em regime de urgência, do Projeto de Resolução nº 22, de 1991, de autoria da Mesa Diretora, que «Aprova a primeira reformulação do detalhamento da dotação orçamentária de cinco bilhões seiscentos milhões e trezentos mil cruzeiros, consignada no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991».
- Parecer favorável do Relator, Deputado José Ornellas. APROVADO por votação simbólica.
- Votação do Projeto em turno único. APROVADO com 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

ENCERRAMENTO

Ata da 6ª Sessão Extraordinária, em 04 de fevereiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso

Às 10 horas e 30 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **Benício Tavares** (PDT)
- Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
- Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
- Deputado **Fernando Naves** (PDC)
- Deputado **Geraldo Magela** (PT)
- Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
- Deputado **Padre Jonas** (PDT)
- Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
- Deputado **José Edmar** (PSL)
- Deputado **José Ornellas** (PL)
- Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
- Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
- Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
- Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
- Deputado **Pedro Celso** (PT)
- Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
- Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
- Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
- Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
- Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

ORDEM DO DIA

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura da pauta da sessão de hoje.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — «Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 035, de

1991, em regime de urgência, oriundo da Mensagem Governamental nº 003, de 1991, que cria cargos de Professor de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.»

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito ao Deputado Carlos Alberto que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dando seguimento ao exame dessa matéria que trata de assunto relevante para a educação no Distrito Federal, basicamente a criação de cargos de «Professor de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal», esclareço que o projeto amplia em 1.500 os cargos de professor nível 1, em 200 os cargos de professor nível 2 e em 100 os cargos de professor nível 3. Consideramos, entretanto, que essa ampliação ainda não contempla a totalidade necessária. Mas o projeto se reveste de caráter plenamente constitucional. Portanto, o parecer do Relator da Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito à Deputada Lúcia Carvalho que proceda à leitura do parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Parecer nº de 1991.

PROJETO DE LEI DO DF Nº 35/91

Cria cargos de Professor de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

AUTOR: Governador Joaquim Roriz

RELATORA: Deputada Lúcia Carvalho

I — RELATÓRIO

Através da iniciativa em epígrafe, o ilustre Governador Joaquim Domingos Roriz propõe a criação de cargos de Professor da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional

do Distrito Federal, ampliando para 1.500 (um mil e quinhentos) os cargos de Professor nível 1, 200 (duzentos) os cargos de Professor nível 2, e, 100 (cem) os cargos de Professor nível 3. Finalmente, dá provimento aos mesmos na forma da legislação específica.

Em sua justificação, alega o autor a carência atual desses profissionais na Fundação Educacional, além de ressaltar a demanda de matrículas na rede oficial, em face do alto custo do ensino cobrado pelas escolas particulares.

Dado o regime de urgência, cabe-nos, agora, analisar a matéria e pronunciar parecer.

Por ser conhecedora da área a que se destina o projeto e por entender que o mesmo está sendo apresentado pelo Executivo em decorrência de uma solicitação nossa, através de Ofício nº 001/91, encaminhado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, somos por sua aprovação, com a seguinte ressalva:

— No artigo 1º, onde especifica cargos e quantidade, observamos que o número estabelecido de 100 (cem) professores nível 3 — que possui licenciatura plena para áreas específicas, (Comunicação, Matemática, Física, Química, Biologia, etc...) com ação dirigida para a faixa de 5ª série do 1º Grau até 3ª série do 2º Grau — não está corretamente dimensionado, pois a carência é enorme. Isto ocasiona, principalmente aos alunos de 2º Grau, constantes atrasos em seus currículos, colocando-os em desigualdade de condições com os alunos das escolas particulares.

Por ter sido apresentado em regime de urgência, o referido projeto não possibilitou a apresentação de emendas visando à ampliação do número de vagas, uma vez que, para tal, se faz necessário aprovar a dotação orçamentária pelo Conselho de Política de Pessoal — CPP.

Mas, uma vez que, em entendimentos com o Líder do Governo na Câmara Distrital, ficou patente a concordância de Sua Excelência o Governador Joaquim Roriz com a ampliação do número de vagas de 100 (cem) para 500 (quinhentas) vagas, no nível 3 solicitamos do GDF o envio imediato do projeto dispondo sobre a referida ampliação.

Assim, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35/91.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 1991.

Deputada Lúcia Carvalho
Líder do Partido dos Trabalhadores

Concluirei, Sr. Presidente.

É importante dizer, com relação aos professores nível 3, aqueles que atuam no 2º Grau, que há uma política nacional para que o Governo tome conta do ensino básico, da 1ª a 8ª séries, o que, de certa forma, esvazia o 2º Grau. Desejamos que isto não aconteça no Distrito Federal, para que o ensino continue sendo uma obrigação do Governo.

Refiro-me tanto ao ensino de 1º como ao de 2º Grau. Portanto, são justificáveis as 500 vagas.

Tive informação de que foram solicitadas 600 vagas, depois reduzidas para 100. Na realidade, a carência está dependendo da ampliação com 500 vagas.

Aproveito a presença do Deputado Maurílio Silva para manifestar meu apelo no sentido dessa ampliação. Inclusive o Sr. Leonel Paiva já afirmou que o Governo está de acordo. Portanto, desejo que essa ampliação se torne realidade.

Nosso parecer é favorável, diante desse acordo político.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —

Com a palavra o Deputado Aroldo Satake para apresentar o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador.) — «Parecer nº 02, de 1991, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a mensagem nº 003, de 1991. Projeto de Lei nº 35, de 1991, que cria cargos de Professor de carreira do Magistério Público do Distrito Federal, do quadro de pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.

O maior patrimônio de uma nação é formado pelos recursos humanos.

De nada valem as enormes potencialidades deste País, seja pelas riquezas minerais ou hídricas, sem a mente criadora e a mão empreendedora do homem.

As ações do Governo inerentes ao setor educacional estão norteadas pelo princípio de que a educação é o maior fator de alavancagem para o desenvolvimento econômico e social de um país.

Não existem dúvidas quanto à premente necessidade, no Distrito Federal, de se procurar garantir as condições de funcionamento das unidades escolares, expandir das matrículas e ampliar as oportunidades educacionais. A iniciativa é do Governo do Distrito Federal, que colocará as verbas necessárias à cobertura dos dispêndios. Assim, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 035, de 1991.

Sala de reuniões, 02 de fevereiro de 1991.

Deputado Aroldo Satake
Relator.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Em votação os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos.

Os Srs. Deputados que concordarem com a aprovação dos pareceres queiram permanecer como estão.

Aprovado.

Em discussão o projeto.

Em votação o projeto.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados. Os que forem a favor da aprovação

queiram dizer «sim». Os que forem contrários, manifestem-se pelo «não».

(O Sr. Primeiro Secretário, Pedro Celso, procede à chamada nominal)

(FOLHA DE VOTAÇÃO INEXISTENTE)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — O projeto foi aprovado em primeiro turno com 18 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do segundo item da pauta desta sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — Votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 010, de 1991, de autoria do ilustre Deputado Benício Tavares, que proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Em discussão o projeto.

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordarem com a aprovação do projeto queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura da redação final do projeto ora aprovado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) —

RESOLUÇÃO Nº , DE 1991

Proíbe portar armas, de qualquer espécie, nas dependências da Câmara Legislativa e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

RESOLVE:

Art. 1º É proibido portar armas, de qualquer espécie, em todas as dependências da Câmara Legislativa.

Parágrafo único — O disposto no «caput» deste artigo não se aplica às pessoas que, por expressa imposição legal, só possam exercer as respectivas atividades profissionais, no âmbito desta Casa, portando armas, nem àquelas designadas para prestar segurança pessoal a autoridades nacionais ou estrangeiras, desde que seja comunicado, por escrito, à Administração da Câmara Legislativa com antecedência mínima de quarenta e oito horas, indicando o número e o nome dos servidores destacados para este fim.

Art. 2º A não observância do disposto no «caput» do art. 1º trará como consequência ao seu infrator a apreensão da arma, dando-se ciência ao Presidente da Mesa, que adotará as providências legais pertinentes.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1991.

Deputado Salviano Guimarães
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Em discussão a redação final do projeto de resolução.

Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a redação final do projeto queiram permanecer como estão.

Aprovada.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do item 4 da pauta.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — Requerimento para tramitação conjunta, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, dos Projetos de Lei nºs 005 e 007, de 1991, em regime de urgência, dispondo sobre a criação dos serviços funerários do Distrito Federal e determinando outras providências.

REQUERIMENTO Nº , DE 1991

Nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução nº 49, de 1990, requeremos tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 005 e nº 007, de 1991; de Autoria, respectivamente dos Deputados Maria de Lourdes Abadia e Agnelo Queiroz, por versarem matéria correlata, dispondo sobre a criação dos serviços funerários e administrativos dos cemitérios e dando outras providências.

Sala das Sessões,

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Em discussão, o requerimento.

Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a aprovação do requerimento, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 005 e 007, permaneçam como estão.

Aprovado.

Esta Presidência designa o nobre Deputado Geraldo Magela para proceder à leitura do parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e a nobre Deputada Rose Mary Miranda para proceder à leitura do parecer pela Comissão de Assuntos Sociais.

Trata-se do Projeto de Lei nº 005, de 1991, e do Projeto de Lei nº 007, de 1991, que dispõem sobre a criação dos Serviços Funerários do Distrito Federal — SFDF, e determinam outras providências.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, designado Relator pela Comissão de Constituição e Justiça, procederei à leitura dos Projetos de Lei nºs 005 e 007, o primeiro de autoria da Deputada Maria de Lourdes Abadia — PSDB, e o segundo de autoria do Deputado Eurípedes Camargo e do Deputado Agnelo Queiroz. Apresento, então, os relatórios:

PROJETO DE LEI Nº 005 DE 14 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a criação dos Serviços Funerários do Distrito Federal — SFDF e determina outras providências.

Autora: Deputada Maria de Lourdes Abadia — PSDB

Relator: Deputado Geraldo Magela

I — RELATÓRIO

Cuida o referido projeto de lei da necessária regulamentação dos serviços funerários e administração dos cemitérios do Distrito Federal.

De conformidade com a proposição da nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia, os Serviços Funerários do Distrito Federal, criados pela lei supracitada, ficam sob a responsabilidade da PAS — Proteção e Ação Social, que executaria os serviços funerários e administraria os cemitérios do Distrito Federal, tendo por justificativa o fim da «comercialização da morte e exploração dos sentimentos humanos».

II — VOTO DO RELATOR

A matéria, que entendemos ser da maior relevância, por seu evidente caráter humanitário, deve ser apreciada com acuidade por esta Casa, em face das implicações sociais que envolvem o trato de questão da delicadeza e complexidade que é a morte de um ser humano.

Ainda no ano passado, a comunidade do Distrito Federal já vinha se afligindo com as notícias veiculadas pela imprensa, dando conta do avançado processo de privatização dos Serviços Funerários do Distrito Federal, o que, se consumado, resultaria em que a grande maioria da população do Distrito Federal passaria a viver, literalmente, «sem ter onde cair morto».

Assim, pois, é louvável a iniciativa da ilustre Deputada, que dá mostras de sua preocupação com as questões sociais que atingem o conjunto da nossa sociedade.

Entretanto, o projeto em tela, nos seus aspectos técnicos, vale dizer, jurídico-formais, é inviável, por inconstitucional e antijurídico.

Com efeito, a proposta atribui à PAS — Proteção e Ação Social, a responsabilidade na execução dos Serviços Funerários e Administração dos Cemitérios do Distrito Federal.

Ocorre que, sendo a PAS uma «sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira», conforme estabelecido em seu Estatuto, no seu artigo 1º, e mais, no todo de sua normatização, se caracteriza como uma entidade assistencial, de natureza privada, ou seja, não se insere na estrutura organizacional do Estado, em qualquer dos seus órgãos de política social ou assistencial.

Assim, como entidade assistencialista, a PAS pode evidentemente integrar em diversos campos atividades sociais de responsabilidade do Estado, mas não ter para si as atribuições determinadas no projeto em apreço.

Deste modo, dada a natureza jurídica da PAS, não cabe ao Poder Legislativo, ou mesmo ao Executivo, impor ações e atividades àquela sociedade civil legalmente constituída pela manifestação de vontade dos seus associados.

Diante dos fundamentos aqui elencados, opinamos pela inconstitucionalidade e antijuridicidade do projeto, à luz do disposto no artigo 5º, inciso VIII da Constituição Federal, que veda a interferência estatal no funcionamento das associações, impondo-se, portanto, o arquivamento do projeto ora apreciado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 007 DE 1991

Dispõe sobre criação dos serviços funerários e administrativos e dá outras providências.

Autores: Deputados Eurípedes Pedro de Camargo — PT e Agnelo Santos Queiroz Filho — PC do B

Relator: Deputado Geraldo Magela — PT

O Projeto em epígrafe trata de matéria que apreciamos anteriormente — serviços funerários e administrativos dos cemitérios do Distrito Federal.

Pela proposta dos ilustres Deputados acima nominados, cabe ao Governo do Distrito Federal a gestão dos serviços funerários e administrativos dos cemitérios, definindo ainda em que consistem os mesmos, que são de utilidade pública e sem fins lucrativos.

De acordo com o proposto no detalhado Projeto, «os serviços funerários e a administração dos cemitérios serão executados pela Fundação de Serviço Social, podendo ser firmados convênios com entidade de assistência social, sem fins lucrativos, indicada, de comum acordo, pela Fundação de Serviço Social e o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social e Orientação Profissional do Distrito Federal — SENALBA», ficando a cargo da Fundação de Serviço Social a execução dos serviços arrolados, enquanto não for escolhida a entidade conveniada, sendo vedada a exploração dos mesmos serviços por empresas privadas.

Por fim, o projeto cuida dos recursos financeiros necessários à consecução daqueles serviços, para determinar o repasse das verbas à entidade com a qual tenha sido firmado o referido convênio, sendo que as receitas próprias dos cemitérios serão gastas exclusivamente com sua manutenção.

Tal projeto, feito lei por esta Casa, vigerá até a definitiva regulamentação da matéria na futura Lei Orgânica do Distrito Federal.

VOTO

Conforme já registramos, quando da apreciação do Projeto de Lei nº 005/91, de autoria da nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia-PSDB, a questão em apreço é da maior relevância e ganhou destaque perante a sociedade em face das reiteradas notícias veiculadas pela imprensa, informando sobre o processo de privatização dos Serviços Funerários do Distrito Federal.

Querem os Deputados Eurípedes Camargo e Agnelo Queiroz, pelo projeto comum, que os serviços funerários e a administração dos cemitérios do Distrito Federal sejam dever do Estado, que para tanto pode inclusive firmar convênios com entidades de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tudo como forma de coibir que a vida humana, ao seu final, seja torpemente mercantilizada, o que, lembramos, é também preocupação da Deputada autora do projeto que versa sobre a mesma matéria.

Assim, assegura-se a não-intervenção estatal, atendendo, portanto, ao preceito constitucional (art. 5º, inciso VII da CF) e garante-se à população o atendimento deste serviço, que, como sabemos todos, é imprescindível, não podendo por isso tornar-se objeto de concorrência do mercado.

Relativamente à participação de entidades assistenciais, na forma citada, registra ainda a proposta a participação de uma entidade de classe, qual seja, o SENALBA, sindicato que reúne os profissionais ligados àquelas atividades.

Relevando aqui a validade e significação do dispositivo proposto, gostaríamos apenas de modificá-lo, por aditamento, para estabelecer expressamente que, não sendo viabilizado o citado acordo Governo-Senalba, para romper o impasse, seja atribuída a decisão, quanto à escolha da entidade assistencial ao Conselho Deliberativo da Fundação de Serviço Social do Distrito Federal, nos termos da Emenda ora apresentada.

Por derradeiro, gostaríamos apenas de assinalar o caráter provisório da eventual lei, se aprovada nesta Casa, na forma regimental, pois que, acertadamente, entendemos, o projeto propõe a discussão e resolução da matéria, aí sim, definitivamente, quando da elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Dada então a conformidade do projeto com a Lei Maior, bem como sua sintonia com legislação ordinária, sua boa técnica legislativa, e ainda, no seu mérito, a ade-

quação da proposta com a tradição do Distrito Federal, que sempre teve seus serviços funerários administrados pelo Governo, através da Fundação de Serviço Social, opinamos pela aprovação do projeto.

Brasília, 05 de fevereiro de 1991.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 005, DE 1991

Dispõe sobre a criação dos serviços funerários do Distrito Federal — SFDF, e determina outras providências.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao Art. 2º o seguinte parágrafo, que será numerado como terceiro:

§ 3º Não havendo acordo entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social e Orientação Profissional do Distrito Federal — Senalba, a entidade de que trata o «caput» deste artigo será escolhida pelo Conselho Deliberativo da Fundação de Serviço Social do Distrito Federal.»

JUSTIFICAÇÃO

O oportuno projeto prevê a gestão democrática dos serviços de que cuida, envolvendo assim o sindicato dos empregados que desenvolverão os serviços funerários e a administração dos cemitérios do Distrito Federal.

No entanto, é de se prever a ocorrência de um impasse entre Governo e entidade sindical, que não deve prejudicar a eficiência e qualidade dos serviços à comunidade.

Assim, não sendo viabilizado um acordo entre a FSS e o Senalba, quando da indicação de entidade assistencial sem fins lucrativos para execução dos citados serviços, a escolha deve ser feita pelo Conselho Deliberativo daquele órgão governamental, que, sendo colegiado, não se expõe a pressões e interesses que não os de bem atender a toda a comunidade do Distrito Federal.

Brasília, 5 de fevereiro de 1991.

Deputado Geraldo Magela
Partido dos Trabalhadores

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito à Deputada Rose Mary Miranda que proceda à leitura do parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Tendo em vista ter recebido agora a incumbência de relatar esse projeto, que considero de muita importância, peço à Mesa me conceda o prazo de meia hora, para que eu não cometa nenhuma injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Prazo concedido.

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acho que todos esses projetos que envolvem Orçamento deveriam ser examinados também pela Comissão de Assuntos Econômicos. Este, em especial, mexe no Orçamento.

A pergunta que faço é a seguinte: já existem no Orçamento de 1991, recursos financeiros para que esse projeto seja implementado, ou há necessidade de, em consequência disso, fazermos alguma alteração no Orçamento do Distrito Federal?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Srs. Deputados, atendendo à solicitação do Deputado José Ornellas, a Mesa designa o Deputado Aroldo Satake para proceder à leitura do relatório do projeto em discussão, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito um prazo de meia hora para elaborar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Prazo concedido.

Está suspensa a sessão por meia hora, para que o Sr. Relator apresente seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está reaberta a sessão.

Solicito ao nobre Deputado Satake que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito adiamento da votação por 24 horas, em vista da complexidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedido.

Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em face do adiamento da votação da matéria, requeiro a reapresentação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedido.

O item VI da pauta será retirado para exame e aprovação preliminar da Mesa. O projeto constante do item VI precisa necessariamente ser aprovado preliminarmente pela Mesa; portanto, está retirado de pauta.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Pedro Celso, que proceda à leitura do item VII da pauta.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — Apreciação, em regime de urgência, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 022/91, de autoria da Mesa Diretora, que aprova a primeira reformulação do detalhamento da dotação orçamentária de cinco bilhões, seiscentos milhões e

trezentos mil cruzeiros, consignada no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Mesa incluiu na Ordem do Dia, em regime de urgência, o Projeto nº 022/91 e solicita ao Plenário a dispensa de votação em dois turnos para o mesmo, especificamente.

Em discussão. Há solicitação da Mesa para que esse projeto seja apreciado e aprovado em turno único. O projeto trata da reformulação do detalhamento da dotação orçamentária, consignada no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991.

Presto o seguinte esclarecimento: para que possamos fazer o pagamento dos funcionários que já estão trabalhando nos gabinetes, é necessário que o Plenário aprove a reformulação que trata da remuneração de serviços pessoais, que era de dez milhões e passou a ser sessenta milhões. Foi feita uma reformulação no orçamento, retirando-se a quantia de uma rubrica e passando-se para outra, porque não teríamos, sem isso, o recurso financeiro necessário para procedermos ao pagamento referente aos doze primeiros dias de serviço prestados pelos funcionários que já estão trabalhando na Casa.

Então, considerando a necessidade urgente de pagamento desse pessoal, a Mesa solicita que o Plenário aprove este projeto, hoje, em um único turno.

Em votação. Os Srs. Deputados que concordarem em que o presente projeto seja apreciado em um único turno, queiram permanecer como estão. Aprovado.

Passaremos ao exame do mérito da matéria.

Solicito ao Deputado José Ornellas que apresente seu parecer sobre o projeto.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — (PL. Sem revisão do orador.) — Srs. Deputados, o parecer é simples, uma vez que o Sr. Presidente acabou de explicar ao Plenário o significado do projeto.

Vale acrescentar, porém, que nessa rubrica, «Remuneração de Serviços Pessoais», havia apenas uma verba de dez milhões de cruzeiros, já que tinha sido previsto que teríamos de pagar, por serviços prestados, aos funcionários dos nossos gabinetes. Com isso, os dez milhões são insuficientes. O que estamos propondo? Retirar da rubrica 3.1.3.2 — «Outros Serviços e Encargos» — porque não se pode pagar por esta rubrica — e passar 50 milhões de cruzeiros para a rubrica «Remuneração de Serviços Pessoais» 3.1.3.1, retirando exatamente do 3.1.3.2 «Outros Serviços e Encargos».

Assim, não sobrecarregamos as rubricas «Pessoal», «Investimentos», «Regime de Execução Especial», nem «Equipamentos e Material Permanente», e, sim, a parte de serviços gerais, em que possivelmente vamos ter algumas sobras, tendo em vista que a Casa já decidiu que contrata-

remos diretamente pessoal de vigilância, serviços gerais e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Em votação, o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados, que forem favoráveis à aprovação do parecer do Relator, queiram permanecer como estão. Aprovado o relatório e o parecer do Relator.

Em discussão. Em votação o projeto.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. 1º Secretário, Deputado Pedro Celso, procede à chamada nominal.)

(FOLHA DE VOTAÇÃO INEXISTENTE)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães): — O projeto de Resolução nº 022, de 1991, está aprovado com 22 votos favoráveis e nenhum contrário.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão extraordinária.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1991

ABERTURA

ORDEM DO DIA

- ITEM 1— Discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1991, de autoria da Mesa Diretora, que «Aprova a primeira reformulação do detalhamento da dotação orçamentária de cinco bilhões seiscentos milhões e trezentos mil cruzeiros, consignada no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991». APROVADA por votação simbólica.
- ITEM 2 — Discussão e votação da redação final do Projeto de Lei nº 35, de 1991, de autoria do Executivo local, que «Cria cargos de Professor de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências». APROVADA por votação simbólica.

ENCERRAMENTO

Ata da 7ª Sessão Extraordinária, em 4 de fevereiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso

Às 16 horas e 45 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **Benício Tavares** (PDT)
- Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
- Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
- Deputado **Fernando Naves** (PDC)
- Deputado **Geraldo Magela** (PT)
- Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
- Deputado **Padre Jonas** (PDT)
- Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
- Deputado **José Edmar** (PSL)
- Deputado **José Ornellas** (PL)
- Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
- Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
- Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
- Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
- Deputado **Pedro Celso** (PT)
- Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
- Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
- Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
- Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
- Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —

Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura da Resolução do Detalhamento da Dotação Orçamentária.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) —

RESOLUÇÃO Nº DE 1991

Aprova a 1ª Reformulação do Detalhamento da Dotação Orçamentária de Cr\$ 5.600.300.000,00 consignada no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a 1ª Reformulação do detalhamento da dotação orçamentária no valor de Cr\$ 5.600.300.000,00 (cinco bilhões, seiscentos milhões e trezentos mil cruzeiros) consignada no elemento 4.1.3.0 — Investimento em Regime de Execução Especial, do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1991 na forma seguinte:

3.1.1.0 — Pessoal	2.240.000.000,00
3.1.1.3 — Obrigações Patrimoniais.....	896.000.000,00
3.1.2.0 — Material de Consumo.....	560.000.000,00
3.1.3.1 — Remuneração de Serv. Pessoais.....	60.000.000,00
3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos.....	1.150.000.000,00
3.2.8.0 — Contribuição para formação do Patrimônio do Serv. Público.....	4.300.000,00
4.1.2.0 — Equipamentos e Material Permanente	640.000.000,00
4.2.5.0 — Aquisição de Tit. Representativos de capital já integralizados.....	50.000.000,00
TOTAL.....	5.600.300.000,00

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Em discussão a reformulação da dotação orçamentária desta Câmara Legislativa.

Em votação. Os Srs. Deputados, que concordarem com a aprovação da redação final, queiram permanecer como estão.

Está aprovada a Redação Final.

Segundo item da pauta: Redação Final do projeto de lei que cria cargos de Professor da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do mesmo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) —

LEI Nº DE 1991

Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, os cargos de

Professor a seguir mencionados, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Quantidade	Cargo	Nível
1.500	Professor	1
200	Professor	2
100	Professor	3

Art. 2º O provimento dos cargos de que trata o artigo anterior dar-se-á na forma da legislação específica.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de Fevereiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães).— Em discussão a Redação Final da matéria que acaba de ser lida.

Em votação. Os Srs. Deputados, que estiverem de acordo com a Redação Final, queiram permanecer como se encontram.

Aprovada a Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 05 DE FEVEREIRO DE 1991

ABERTURA

PEQUENO EXPEDIENTE

COMUNICADOS DA MESA

- Projeto de resolução, de autoria do Deputado Gilson Araújo, que «Dispõe sobre a identificação funcional dos Deputados e servidores da Câmara Legislativa».
- Projeto de lei, de autoria do Deputado Benício Tavares, que «Concede transporte gratuito a pessoa portadora de deficiência física, sensorial e mental, e dá outras providências».

COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, em nome do PT

- Crítica à postura de alguns parlamentares diante do Plano Collor II.
- Manifestação contra o pacote econômico e, especialmente, contra o congelamento de preços.
- Solicitação à Mesa Diretora de elaboração de declaração de inconstitucionalidade do Plano de Governo, em nome da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE, em nome do PTR

- Transmissão do apelo da comunidade do Gama referente às taxas cobradas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).

DEPUTADO FERNANDO NAVES, em nome do PDC

- Explanação das necessidades de infra-estrutura e de fixação definitiva da comunidade da Vila do Varjão.

COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO GILSON ARAÚJO (PTR)

- Análise da questão do metrô e do transporte de passageiros por kombis de lotação.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PL)

- Apresentação de projeto de lei que «Isenta do pagamento de Imposto Territorial Urbano e das taxas pelo fornecimento de água e energia elétrica as entidades assistenciais e beneficentes, declaradas de utilidade pública do DF».

DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PCB)

- Comentários sobre a concessão ilegal de terras públicas administradas pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e sobre a iniciativa do Deputado José Edmar em constituir uma CPI.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Registro de apresentação à Mesa Diretora de requerimento solicitando o comparecimento da Comissão constituída pela NOVACAP a esta Casa, para apurar as causas do desabamento do Ginásio Nilson Nelson.
- Manifestação contra a implantação da «raspadinha» pelo Governo do Distrito Federal.
- Solicitação de registro, nos Anais da Casa, do artigo publicado no «Jornal do Guará», intitulado «Líderes protestam contra leiga no CDS».

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PST)

- Defesa do congelamento de preços como parte importante do Plano Collor II.
- Apelo ao Governo do Distrito Federal para a não liberação do aumento do preço das passagens.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PDT)

- Pronunciamento sobre a questão habitacional da população de baixa renda do DF.
- Apresentação de requerimento solicitando informação ao Governo do DF sobre programas existentes ou em elaboração, para atendimento aos inquilinos de fundo de quintal.
- Registro da nota do Sindicato dos Assistentes Sociais (SENALBA) que pede transparência nos atos da administração pública.
- Apresentação de requerimento que «Solicita criação de CPI para apurar os fatos que deram origem à rebelião no Centro de Recuperação e Triagem de Taguatinga».

ORDEM DO DIA

ITEM 1 — Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 005/91, de autoria da Deputada Maria de Lourdes Abadia, que «Dispõe sobre a criação dos serviços funerários do DF (SFDF) e determina outras providências». (Obs.: Em tramitação conjunta com o PL nº 007/91, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz).

- Concedido prazo ao Relator da CCJ para emitir o parecer.

ITEM 2 — Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora, que «Estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos Deputados Distritais, e dá outras providências».

- Concedido prazo ao Relator da CCJ para emitir parecer.

GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PC do B)

- Comentários sobre a matéria publicada no «Jornal BsB-Brasil» intitulada «Falta boa vontade aos funcionários do Hospital Regional do Gama para prestar bom atendimento à população».

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PSL)

- Comunicação à imprensa da transferência do seu pronunciamento sobre as declarações dos Srs. Ariston e Ludgero, da Fundação Zoobotânica, para amanhã.

ENCERRAMENTO

Ata da 22ª Sessão Ordinária, em 05 de fevereiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães, Tadeu Roriz

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Benício Tavares

Às 15 horas e 20 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
- Deputado **José Edmar** (PSL)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **José Omellas** (PL)
- Deputado **Benício Tavares** (PDT)
- Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
- Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
- Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
- Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
- Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
- Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
- Deputado **Pedro Celso** (PT)
- Deputado **Fernando Naves** (PDC)
- Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
- Deputado **Geraldo Magela** (PT)
- Deputado **Rose Mary Miranda** (PTR)
- Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
- Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
- Deputado **Padre Jonas** (PDT)
- Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
- Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
- Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passamos à primeira parte do

PEQUENO EXPEDIENTE

Há sobre a mesa projeto de resolução de autoria do Deputado Gilson Araújo, acatado pela Mesa.

Solicito ao Sr. 3º Secretário que proceda à leitura da proposição que acabo de anunciar.

O SR. 3º SECRETÁRIO (Benício Tavares) — Projeto de Resolução do Deputado Gilson Araújo que «Dispõe sobre a identificação funcional dos Deputados e Servidores da Câmara Legislativa».

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027 DE 1991

(Do Dep. Gilson Araújo)

Dispõe sobre a identificação funcional dos Deputados e servidores da Câmara Legislativa.

Art. 1º Os Deputados e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal terão Carteiras de Identificação funcional expedidas por esta Casa.

Art. 2º Serão diferenciadas as Carteiras de Identificação dos Deputados, devendo constar as prerrogativas constitucionais inseridas no § 1º do artigo 53 da Constituição Federal.

Art. 3º O prazo para a expedição das Carteiras é de 30 (trinta) dias, à contar da data da publicação desta Resolução.

JUSTIFICATIVA

A presente Resolução justifica-se pois a identificação funcional dos Deputados e servidores constitui-se numa medida administrativa, além de facilitar o acesso dos servidores nas dependências desta Casa.

Sala das Sessões, em 5 de fevereiro de 1991.

Gilson Araújo
Deputado Distrital

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Projeto de lei de autoria do Deputado Benício Tavares.

O SR. 3º SECRETÁRIO (Benício Tavares) —
«Projeto de lei de autoria do Deputado Benício Tavares que concede transporte gratuito a pessoas portadoras de deficiência física, sensorial e mental e dá outras providências».

PROJETO DE LEI DO D.F. Nº 046 DE 1991

(Do Deputado Benício Tavares)

Concede transporte gratuito às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental e dá outras providências.

A Câmara Legislativa decreta:

Art. 1º As pessoas portadoras de deficiências físicas, sensoriais ou mentais, bem como seus acompanhantes, quando comprovadamente necessários, terão direito a passagem gratuita, nos transportes, coletivos dessa capital.

§ 1º Os deficientes a que se refere o artigo anterior, bem como seus acompanhantes, deverão encaminhar às Secretarias de Desenvolvimento Social e de Transportes os documentos comprobatórios de sua condição, para que seja expedida a respectiva carteira de TRANSPORTE GRATUITO.

§ 2º Os acompanhantes dos deficientes somente poderão se valer do benefício da gratuidade, quando, efetivamente, estiverem assistindo aos mesmos.

§ 3º Da carteira de transporte deverão constar o órgão examinador e a carteira do portador.

§ 4º A habilitação para o recebimento do benefício, de que trata o diploma, será feita pelos seguintes órgãos, apreciada igualmente, na oportunidade a necessidade ou não de acompanhante: Fundação Educacional do D.F., Fundação Hospitalar do D.F., INAMPS ou instituição particular especializada.

JUSTIFICAÇÃO

O Governo do G.D.F. com a edição dos Decretos 11.776 de 23/08/89 e 12.221 de 15/02/90, atendeu a uma antiga aspiração dos deficientes físicos sensoriais e mentais, concedendo-lhes o direito ao transporte gratuito nos coletivos urbanos, dessa capital.

Acontece, no entanto, que as medidas em tela são transitórias e os beneficiários das mesmas se vêm, constantemente, obrigados a perlongar secretarias e gabinetes, com imenso esforço e sacrifício, para conseguirem prorrogá-los.

A proposição que ora submetemos à apreciação e ao senso de justiça dos eminentes colegas visa, justamente, a dar um pouco mais de tranqüilidade a essa sofrida faixa de nossos concidadãos. O benefício defluente de lei só será renovado por outro diploma, o que esperamos não venha a acontecer, tendo em vista, o acerto e a total procedência da benesse que ora se postula.

Contamos, ante os argumentos expendidos, com o decidido apoio dessa Casa para aprová-la.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 1991.

Benício Tavares
Deputado Distrital

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Não há mais expediente sobre a Mesa.

Oradores inscritos no

PEQUENO EXPEDIENTE:

1. Gilson Araújo
2. Jorge Cauhy
3. Carlos Alberto
4. Wasny de Roure
5. Peniel Pacheco
6. Benício Tavares

Concedo a palavra ao Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos de imprensa, falarei hoje sobre transporte. Enquanto se analisa com a comunidade a questão do metrô, adotam-se providências oportunas: eu diria mesmo mais que oportunas: racionais.

Está na ordem do dia desta cidade a regularização do transporte de passageiros por kombis de lotação. Uma nova alternativa de transporte coletivo que vem ganhando a confiança da população. Assunto que, portanto, merece toda a nossa atenção.

Representantes do segmento estão hoje nas dependências desta Casa para reivindicar um tratamento urgente na regularização do novo serviço, pois, como explicam, além de ser de relevante interesse da comunidade, é também fator de geração de empregos.

Consideramos a reivindicação justa, e nos perfilamos nesta luta, solicitando inclusive o apoio dos meus Pares. A aspiração dos *kombeiros* está afinada com a meta do Palácio do Buriti de abrir espaço para pequenos operadores, para, assim, oferecer maior cobertura de linhas em relação às áreas atendidas, principalmente nos novos assentamentos. Nossa intenção, nosso desejo é que haja rapidamente melhoria na qualidade de vida de nosso sofrido público usuário de transportes coletivos.

É óbvio a necessidade de novas alternativas de transportes para atendimento em localidades e horários especiais, como escolas noturnas, áreas rurais, ou nos setores habitacionais de baixa densidade de demanda.

Em anos de atividades, as kombis-lotação mostraram ser uma alternativa correta. Muito interessante. É um transporte eficiente, rápido e que custa o mesmo preço ou até menos que o cobrado nas linhas convencionais de ônibus, que tanto angustiam a população do Distrito Federal, por não atenderem com o mínimo de conforto, preços e regularidade.

Basta, por exemplo, experimentar tomar um ônibus no Cruzeiro com a intenção de chegar à Esplanada dos Ministérios. Depois de um grande exercício de paciência, e umas três horas de viagem, chega-se ao destino. Ora, sinceramente, isso é incompatível com as exigências do trabalho e do trabalhador. Perder quase meio dia num simples deslo-

cimento é um acinte. O usuário do sistema tradicional de transportes públicos não agüenta mais ônibus parado em terminais, filas e viagens demoradas.

O passageiro exige uma outra resposta, negando-se a continuar financiando um sistema obsoleto. A alternativa que vem provando, na prática, eficácia é a de veículo de lotação, e não se pode negar esta transformação social moderna. Uma outra modalidade, a do serviço de táxi, é absolutamente antieconômica. A nosso ver, mais e mais a população se afasta desse serviço, em função do seu preço. Quem, em plena recessão, pode-se dar ao luxo de pagar, na bandeira 1, Cr\$ 1.200,00 por uma corrida de cinco ou seis minutos, entre, por exemplo, a nossa Câmara e o Cruzeiro? Trata-se, evidentemente, de um serviço útil, indispensável até, mas inacessível a mais de 90% da população.

A alternativa racional que nos resta, no momento, é o serviço de lotação, kombis-lotação ou de qualquer outro veículo apropriado para isso. Além dos evidentes benefícios que vem trazendo ao público usuário, é ainda uma fonte de geração de empregos para motoristas demitidos das empresas de ônibus por causa da desativação das linhas que serviam aos Ministérios. Gera também empregos para menores na função de cobradores. Ameniza, portanto, o triste quadro local de desemprego.

Junto com a regularização da nova modalidade de transporte público, é preciso que, obrigatoriamente, o Departamento de Concessões e Permissões faça uma rigorosa fiscalização nos veículos, no sentido de aferir e melhorar o nível de segurança e de conservação. Há muitas kombis que estão rodando fora dos requisitos mínimos.

A participação desse serviço de lotação no cenário viciado dos transportes locais é alentador, e mostra, de uma maneira bem evidente, que a abertura do setor para pequenos empresários converte-se rapidamente numa resposta nova, eficaz e criativa. Que vai ao encontro de soluções modernas para o grave desequilíbrio que há hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres colegas, apresento hoje os seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº 047 DE 1991

Isenta do pagamento de Imposto Territorial Urbano e das taxas pelo fornecimento de água e energia elétrica entidades assistenciais e beneficentes, declaradas de utilidade pública do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto Territorial Urbano e das taxas pelo fornecimento de água e energia elétrica

entidades assistenciais e beneficentes, declaradas de utilidade pública do Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Jorge Cauhy
Deputado Distrital

JUSTIFICATIVA

Isentar uma entidade assistencial de uma taxa ou imposto, que representam verbas revertidas para a comunidade, é permitir-lhe auxiliar um pouco mais justamente os componentes carentes da mesma comunidade; e de forma direta, objetiva, exatamente a finalidade dessas instituições.

A quantia que as organizações assistenciais gastam com Imposto Territorial Urbano, água e energia elétrica, representa ínfima fração da arrecadação do Governo do Distrito Federal e do faturamento das estatais fornecedoras. Entretanto, nos limitadíssimos caixas daquelas casas de caridade, equivale a significativa parcela.

Deve-se considerar que a recessão atinge a todos, de uma forma ou de outra. Diminuem os donativos, mas aumentam os necessários.

E entre os valores doados e o que efetivamente pode ser transformado em auxílio aos pobres existe o inevitável custo operacional das instituições de auxílio, majorado continuamente pela elevação dos preços de bens e serviços.

Deve o Estado amenizar tais gastos, reduzindo-os da parcela que lhe caberia, ato de elevada e indiscutível relevância social.

Reservamos essas isenções para as instituições declaradas de utilidade pública pelo Governo do Distrito Federal, como uma forma de conceder o benefício àqueles reconhecidos pelos órgãos oficiais como efetivos e perenes colaboradores com a nossa população.

Motivo pelo qual apresentamos Projeto de Lei visando a isentar do Imposto Territorial Urbano, e fornecer gratuitamente água e energia elétrica as entidades assistenciais declaradas de utilidade pública do Distrito Federal.

Sala de Sessões, de fevereiro de 1991.

Jorge Cauhy
Deputado Distrital

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — (PCB. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Diretor-Executivo da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, Ludgero Monteiro Correia, em entrevista concedida ao «Jornal de Brasília», na edição que circulou hoje, negou que a instituição, ao longo dos anos, tenha

autorizado concessões ilegais de terras públicas, beneficiando especuladores da área imobiliária ou pessoas que tivessem o objetivo apenas do lazer e não da produção. Esta colocação do Presidente da Zoobotânica aparece justamente em um momento importante, quando esta Casa prepara-se para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito cuja competência será a de fazer um levantamento sistemático das concessões e compatibilizá-las com a sua função social, conforme prevista desde a implantação do Distrito Federal.

Considero ser positivo quando Ludgero Monteiro Correia vem a público comprometer-se com os princípios da moralidade e até admitir que quaisquer funcionários porventura vinculados a práticas irregulares serão punidos, após inquérito administrativo. A Fundação Zoobotânica, enquanto empresa pública responsável pelo disciplinamento fundiário do Distrito Federal, não pode continuar eternamente sob suspeita e, por isso, acredito que tanto a Comissão Parlamentar de Inquérito quanto a Comissão de Regularização Fundiária, que estão vinculadas à Secretaria de Agricultura e Produção, exercerão papel fundamental para que a cidade possa definitivamente ganhar uma política transparente, voltada para a democratização das terras em Brasília e para o aumento da produção agropecuária local.

Lembro a esta Casa que na semana passada encaminhei ofício ao Governador Joaquim Roriz, solicitando que à Comissão de Regularização Fundiária fossem incorporados representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do DF, do Instituto Brasileiro de Estudos Rurais e da Associação Brasileira de Reforma Agrária — Seção DF.

O PCB — e acredito que esta Casa também — não tem qualquer tipo de interesse em colocar sob suspeita a Fundação Zoobotânica enquanto instituição, pois, na nossa opinião, ela deverá continuar tendo papel estratégico em todas as questões vinculadas à problemática fundiária. Ela possui uma ampla memória, e a sua desmoralização implicará, exatamente, contribuir para o fortalecimento daquelas posições que pretendem privatizar as terras sob controle do GDF, hoje avaliadas em 60% de todo o Território do Distrito Federal.

Somos contra os desvios constatados, da política de concessão ora em andamento. Muitas chácaras e terrenos hoje têm apenas destinação de lazer, mas não podemos desconsiderar que as terras públicas contribuem mais decisivamente para produção agropecuária local que as terras sob domínio privado. Já citamos um dado preocupante nesta casa: 7% das propriedades privadas detêm 68% das terras que não são administradas pela Zoobotânica. Portanto, qualquer política fundiária criteriosa e voltada para o futuro deve dispor que toda terra privada, não cumprindo a sua função social, seja imediatamente incorporada ao patrimônio do GDF. Não podemos permitir a consolidação de latifúndios em Brasília.

A correta iniciativa do Deputado José Edmar, propondo a constituição de uma CPI, ajudará a colocar em pratos limpos a política fundiária em Brasília. Com os resultados dela teremos tudo para começar a consolidar uma eficiente política agrícola no Distrito Federal, criando um modelo exemplar para todo o resto do País.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres Deputados companheiros de luta, encaminharei à mesa requerimento para que a comissão recentemente constituída pela Novacap para apurar as causas do desabamento do Ginásio Nilson Nelson compareça a esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo brasileiro, e até mesmo este Plenário, em sua curta existência, já está acostumado a ouvir críticas a planos e diretrizes econômicas, à elevação do custo de vida e ao aumento de impostos. Eu mesmo, em recente pronunciamento, ao lado de outros companheiros Deputados, manifestei meu repúdio ao mais novo pacote econômico do Governo Federal.

Desta forma, sabemos que em hipótese alguma seria aceita nos presentes dias qualquer sobretaxa a qualquer produto ou serviço para aumentar a arrecadação dos cofres do GDF. Tenho certeza de que, se o Governador nos enviasse hoje um projeto para aumento de impostos que recaísse sobre o trabalhador assalariado, esse seria imediatamente rejeitado por unanimidade nesta Casa. No entanto, nobres companheiros, este Governo prepara um golpe, uma artimanha na qual pouquíssimas pessoas estão preparadas para não cair. Trata-se de uma loteria distrital.

Vivemos num sistema capitalista, onde a exploração do homem pelo homem é apregoada de diferentes formas, e esta é uma delas. No Brasil, os jogos de azar são um dos principais males, responsável pelo aprofundamento da pobreza, da miséria e da desgraça de muitos, através do apregoamento e da propaganda da ilusão e da falsa esperança. O brasileiro, hoje, é obrigado a viver de esperança, a se alimentar da esperança de um dia ter alimento e, assim, torna-se uma presa fácil a cair em qualquer armadilha que lhe apresenta a esperança como isca.

No Brasil, hoje, existe a Loteria Federal, as loterias estaduais, a Loteria Esportiva, a Loto, a Loto II ou Sena, e o jogo do bicho, amplamente difundido no País e que alimenta diversas fortunas, através da exploração da classe pobre. Não bastasse isso, começam a surgir as loterias instantâneas, ou «raspadinhas», patrocinadas por alguns governos estaduais para arrecadarem mais recursos.

Esse exemplo de exploração, típico do capitalismo e do subdesenvolvimento, não pode ser seguido pelo Distrito Federal, que tem tudo para ser uma das unidades da Federação com melhor qualidade de vida. O aumento de arrecadação aos cofres públicos tem de ser acompanhado

de medidas que gerem desenvolvimento e não de mais tributos disfarçados de esperança de riqueza.

Neste país das contradições, onde os cassinos e o jogo em geral são proibidos por lei, não podemos permitir que o Governo do Distrito Federal implante a «raspadinha», como anunciou recentemente o Secretário de Finanças.

Sr. Presidente, trago para registrar nos Anais desta Casa recente artigo publicado por um jornal simples, mas que demonstra o seu compromisso com a comunidade, o chamado «Jornal do Guará», na edição divulgada há dias nesta Casa. É um artigo da página 23, sob o título «Líderes protestam contra leiga no CDS». Essa preocupação é bastante séria, o que me faz ler este artigo:

LÍDERES PROTESTAM CONTRA LEIGA NO CDS

O loteamento dos cargos públicos em pagamento para quem trabalhou na campanha eleitoral está provocando um caso de revolta nas lideranças comunitárias do Guará, contra a improvável substituição da assistente social Sérvola Madeleine Costa por Marli Porto Montel, ex-coordenadora do comitê eleitoral de Roriz em Taguatinga.

Marli seria uma indicação pessoal do Governador sem a participação da Secretária de Serviços Sociais Maria do Barro e nem da diretora executiva da Fundação de Serviço Social, Lúcia Bittar. As lideranças alegam que a nova indicada não tem qualquer experiência na área de serviço social, além da participação na distribuição de lotes nas QEs 42 e 44, quando foram denunciadas várias irregularidades.

«Além de ser um desrespeito à categoria de assistente social, o fato também desrespeita a população que é ignorada na indicação para um cargo tão importante, principalmente após a conquista da autonomia política para Brasília», reclama a líder comunitária Ana Maria Lemos, que trabalha como voluntária em projetos de interesse do CDS.

Segundo Ana Maria, a nova diretora do CDS concluiu em dezembro o segundo grau «e também não tem qualquer experiência com o serviço social ao contrário da Sérvola que fez um excelente trabalho».

O presidente da Associação de Moradores do Guará, Samuel Santana — conhecido como candidato pelo PSDB a Deputado Distrital — também critica a troca «principalmente porque não haveria outro critério a não ser o político, e nesse caso a população sairia perdendo, porque estaria sendo trocada uma pessoa competente por outra que sabemos que não tem a mesma capacidade.» A mesma crítica faz o presidente do Conselho Comunitário do CDS, Eloisio Santos, para quem «não há termos de comparação entre as duas, porque trabalhei como voluntário no assentamento junto com Marli e não acredito que ela tenha condições de assumir o CDS». Arthur Aguiar, da AMG, considera «um desrespeito aos assistentes sociais e ao povo do Guará uma indicação dessas».

NEM FSS SABE

A Diretora Executiva da Fundação de Serviço Social, Lúcia Bittar, a quem o CDS está diretamente subordinado, garantiu ao Jornal do Guará que nada sabia sobre a indicação de Marli e nem havia sido consultada sobre o assunto. «Não a conheço, e por isso, não posso fazer qualquer avaliação», disse constrangida a diretora da FSS ao afirmar também que a prerrogativa da indicação para os CDS são da secretária Maria do Barro e do Governador Joaquim Roriz.

Marli, que foi uma das chefes de comitê eleitoral de Roriz em Taguatinga, mostrou-se surpresa com a reação dos líderes, que segundo ela mostraram-se seus amigos durante o trabalho de assentamento. «Procurei fazer o melhor, trabalhei quase todos os dias até duas horas da manhã, e tenho certeza que fiz um bom trabalho», explica ela, garantindo que «vai mudar a opinião de todos eles quando começar a trabalhar».

Marli Montel prestou serviço durante cinco meses no programa de assentamento no Guará como funcionária contratada da Novacap à disposição da Administração Regional. Indicada pelo ex-administrador regional, Alexandre Gonçalves para representar a Administração no processo, ela recebeu hora extra por todo o período que trabalhou além de sua carga horária e foi quem sugeriu pontuar os fiscais com 40 pontos e possibilitou que quase todos eles fossem contemplados com lotes mesmo sendo vários deles solteiros».

Para esclarecer os que não conhecem, FSS é Fundação do Serviço Social.

Faço este registro, infelizmente, porque se trata de prejuízo para a comunidade do Distrito Federal, não porque tais casos tenham ocorrido apenas no Guará, mas por estar em fase de ocorrência em diversas cidades satélites. Sobre esse assunto, pretendo fazer outros pronunciamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias, usando do tempo destinado a Comunicações de Lideranças, falamos sobre nossas preocupações em relação ao Plano Collor II, recentemente implantado.

Hoje, sem mudar de opinião, venho fazer a defesa do Plano, exatamente na sua parte mais vulnerável, o congelamento de preços.

O «Jornal de Brasília» traz matéria intitulada: «Tarifa de ônibus deverá subir». Há poucos dias, as tarifas de ônibus sofreram aumento de até 50%, em alguns casos, dando uma média de 39,32%. Passados apenas alguns dias, desde 27 de janeiro, vêm novamente os empresários com sua

investida para aumento dos preços das passagens de ônibus.

A alegação que os empresários usam para justificar sua iniciativa é o exemplo das Prefeituras de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Curitiba e de Porto Alegre, onde, no período de anúncio do Plano, os Prefeitos autorizaram os aumentos nas tarifas de ônibus causando prejuízos ainda maiores aos trabalhadores. Diga-se de passagem que algumas dessas Prefeituras são dirigidas por membros de partidos que defendem os trabalhadores.

Portanto, quero fazer a defesa da parte mais vulnerável do Plano, exatamente o congelamento de preços. O congelamento dos salários é facilmente verificado através de computador e, assim, há impossibilidade de aumentá-los, mas em relação aos preços — que atingem todos os cidadãos — o Governo, muitas vezes, não tem controle.

Gostaríamos de fazer um apelo, desta tribuna, porque acreditamos que o Governo do Distrito Federal, sensível às reivindicações populares, não poderá autorizar esse aumento, sob pena de sacrificar, ainda mais, os já combalidos salários em função das dificuldades econômicas e do arrocho salarial por que passa o trabalhador deste País.

O «tarifaço» determinado pelo Governo já foi um duro golpe nas economias dos trabalhadores e, agora, não se pode admitir, no Distrito Federal, aumento de passagem de ônibus como tentativa de, segundo dizem os empresários, compensar o aumento de preços dos combustíveis, repassando, portanto, ao usuário um compromisso que uma empresa deve ter quando se propõe a operar na iniciativa privada. Os empresários sabem que, ao adentrarem no campo desta iniciativa, correm o risco de obter lucros ou de arcar com perdas; poderão, portanto, auferir lucros ou, até mesmo, enfrentar dificuldades a ter despesas.

Com o Caixa Único, essa dificuldade tem sido superada, porque praticamente, ao longo dos últimos anos, os transportes coletivos do Distrito Federal não têm trazido prejuízos para as empresas que aqui operam.

O Caixa Único tem procurado suprir deficiências alegadas pelos empresários, que quase sempre têm a totalidade dos recursos supridos por esta modalidade.

Desejariamos hipotecar nossa solidariedade ao Governo do distrito Federal, no sentido de que não autorize o aumento dos preços das passagens de ônibus, sob pena de vermos a nossa população do Distrito Federal, já com inúmeras dificuldades, ter de enfrentar ainda mais este problema. A população desta cidade deseja locomover-se livremente, transitar pela cidade com dignidade. Este direito acabará sendo cerceado devido ao elevado preço das passagens de ônibus.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na seqüência do programa do GDF de distribuição de lotes à população de baixa renda, registra-se o retorno das chamadas invasões, com 300 novas famílias não precisando de mais de um dia para juntar-se ao antigos moradores do local. É a própria imprensa que indica exatamente aquele programa como estímulo à retomada do problema, na medida em que estimula novas imigrações.

É evidente que um parlamentar com o meu compromisso não viria a esta tribuna para condenar o atendimento às populações humildes nas suas necessidades de moradia. Mas não posso abrir mão do direito de criticá-lo, privilegiando hoje a questão da prioridade de atenção governamental.

Durante a recente campanha eleitoral, tive oportunidade de observar mais atentamente — o que deve ter ocorrido com quase todos os integrantes desta Casa — a dimensão do problema dos inquilinos em Brasília. Indiretamente, é uma das preocupações que levaram o Deputado José Edmar à convocação da CPI das chácaras. Afinal, esta é uma das suas principais motivações políticas. Perguntava-me repetidamente a razão pela qual, diante de tantos lotes distribuídos, não achava sequer um barraco de fundo de quintal desocupado em Brasília. Ao contrário, constatava que o mercado mantinha tais aluguéis em alta, tal a demanda sobre eles.

A situação dos inquilinos voltou a me ocupar na semana passada, quando participei do dinâmico programa radiofônico «o povo e o Poder», dirigido pelo radialista Marcelo Ramos, na Rádio Capital. Os inquilinos, decisivamente, permanecem esquecidos. Há prioridade para o programa de distribuição de lotes, voltado marcadamente para os moradores de invasões. É muito difícil, reconheço, falar-se em justiça, no particular com relação a que grupo deve ser atendido antes, mas não resta dúvida de que os inquilinos sentem-se abandonados, inclusive porque, inversamente aos moradores de invasões, sofrem o peso sucessivo dos aluguéis, onerando seus minguados salários.

Estive com inquilinos, também presentes à Rádio Capital, que chegaram a ser atendidos com lotes. A entrega, porém, foi suspensa à última hora, quando todas as formalidades já estavam cumpridas. Hoje, se voltarem a ser alcançados, terão inclusive o terceiro ônus, apenas considerados os custos com certidões negativas de cartórios.

Parece incrível, mas a mera consulta às seções de classificados dos jornais locais já evidencia um aspecto irônico do fato: Os preços dos aluguéis vão empurrando os inquilinos cada vez mais para locais afastados, premidos pela especulação imobiliária. Como o programa de distribuição de lotes, em muitos casos, não distribuiu moradias, mas posses, já existem colunas específicas de ofertas em assentamentos, como, por exemplo, Samambaia. Ou

seja, trabalhadores humildes, inquilinos há muito tempo, pagam hoje aluguel a ex-invasores — a menos que tenham sido aquinhoados com lotes pessoas que já tinham onde morar.

A situação é terrível e se agrava, pois mesmo o congelamento determinado pelo novo pacote econômico para salários e preços não atinge os aluguéis. Atendendo ao compromisso da minha consciência, à imposição dos fatos e ao que prometi durante aquele programa de rádio, estou encaminhando requerimento de informações para que o GDF nos informe sobre os programas estabelecidos e os em execução, se há, voltados para os inquilinos brasileiros.

Quero aproveitar para apresentar o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 039, DE 1991
(Do Deputado Benício Tavares)

Solicita seja encaminhado ao Governador Joaquim Roriz requerimento de informação sobre programas existentes ou em elaboração para atendimento, com oferta de moradia, aos inquilinos de fundo de quintal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no inciso X da Resolução 157 do Senado Federal, que se digne adotar as providências necessárias para a informação à Câmara Legislativa pelo Senhor Governador Joaquim Roriz sobre os programas em andamento ou elaboração no âmbito do Governo do Distrito Federal para atendimento, com oferta de moradias, aos inquilinos de habitações localizadas nos fundos de quintais ou que representem, de alguma forma, o parcelamento de terrenos.

JUSTIFICAÇÃO

Embora o Governo do Distrito Federal tenha empreendido amplo programa de distribuição de lotes residenciais em vários assentamentos, a demanda por unidades habitacionais revela-se um dos mais sérios problemas do Distrito Federal.

A parcela desassistida atualmente é formada principalmente por inquilinos que residem de forma precária em fundos de quintais e subunidades de terrenos, com este fim, parcelados.

Pela importância do problema e como é constante a cobrança de prementes soluções aos integrantes da Câmara Legislativa, esperamos contar como indispensável apoio para que tais informações sejam prontamente requeridas.

Benício Tavares
Deputado Distrital

Aproveito também a oportunidade para registrar nota que me foi entregue pelo Sindicato dos Assistentes Sociais

— Senalba, em que pedem a transparência nos atos da administração pública. Faça a leitura de um de seus parágrafos.

«A atuação irresponsável da Secretaria de Desenvolvimento Social, ao transformar o CRT — unidade capacitada para o acompanhamento e triagem de crianças e adolescentes em situação de abandono — em um depósito de crianças e adolescentes que têm a rua como única opção de moradia e sobrevivência, fez com que situações de rotina da unidade se transformassem em caso de polícia.»

Diante disso, Sr. Presidente, venho apresentar a esta Casa solicitação no sentido de se criar uma CPI para apurar os fatos que deram origem à rebelião acontecida no Centro de Recuperação e Triagem de Taguatinga, no sentido de esclarecer toda e qualquer dúvida que tenha transparecido no caso.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO DE CPI Nº 038, DE 1991
(Do Deputado Benício Tavares)

Solicita criar CPI para apurar os fatos que deram origem à rebelião acontecida no Centro de Recuperação e Triagem de Taguatinga.

Senhor Presidente.

De conformidade com o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, vimos requerer à V. Exa., a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser integrada por sete Deputados Distritais, com o prazo de duração de sessenta dias, para apurar:

1 — Os fatos que deram origem à rebelião acontecida no Centro de Recuperação e Triagem de Taguatinga, na presença de funcionários e da própria Secretária de Desenvolvimento Social, Dra. Maria do Barro.

2 — Os fatos conexos, seus antecedentes, e as circunstâncias passadas e presentes que dificultam ou impedem a adoção de soluções eficazes para resolver a questão do menor desassistido no DF.

Benício Tavares
Deputado Distrital

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Passa-se aos

COMUNICADOS DE LIDERANÇAS

Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, quando da edição do Plano Collor II, vários Parlamentares colocaram aqui seu posicionamento, ainda que superficialmente, contra as medidas adotadas pela Medida Provisória nº 295, editada pelo Presidente da

República. Não só o Partido dos Trabalhadores, mas a maioria dos partidos e mesmo a população fizeram e continuam fazendo a avaliação das medidas. Por isso muito me admira termos aqui alguns Parlamentares que ousam vir a esta tribuna defender o indefensável, porque o próprio «Correio Braziliense», órgão que veicula principalmente os pontos de vista governamentais, estampou hoje matéria sob o título «Protestos fazem Governo reduzir preços congelados». É o «Correio Braziliense» que dá destaque àquilo que estamos sentindo no dia-a-dia.

Então, é preciso fazer uma reflexão um pouco mais profunda a propósito do significado desta medida, principalmente em se tratando de preços e salários, as duas grandes contradições do programa. Acho que temos de abordar o assunto da forma menos apaixonada possível, mas, ao mesmo tempo, temos de ter a coragem de dizer que esse plano, imposto por um Governo que não consegue mais contornar suas dificuldades, está tornando este País realmente ingovernável. Mostra uma incapacidade a toda prova, pois uma das medidas que ele negou que tomaria, pelo menos até recentemente, em suas declarações, era a do congelamento. E qual não é a nossa surpresa diante do fato consumado, principalmente para nós, donas-de-casa. Eu, por exemplo, fiz compras na quinta-feira, e os preços que paguei eram muito inferiores aos da tabela. Acho que qualquer pessoa que frequenta mercados sabe muito bem que o congelamento decretado pelo plano beneficia, sim, mas não ao bolso do trabalhador, pois dá uma reserva de até 70% de reajuste de preços aos comerciantes. É claro que o Jumbo, o Carrefour, as empresas multinacionais estão aplaudindo esse plano, pois eles estão com uma reserva. E os salários? Os salários não tiveram o mesmo tratamento, estão congelados. Ou melhor, a eles vai ser dada uma recuperação pela média dos últimos 12 meses, através de uma tabela extremamente complicada, que até mesmo os hábeis sindicalistas têm dúvida sobre como utilizar.

Esta é a forma de fazer realmente o equilíbrio da sociedade, de redistribuir aquilo que está acumulado? É a pergunta que lanço a todos os companheiros. E o que mais faz ele de negativo em relação aos salários? Desdobra a data-base dos trabalhadores em dois períodos, janeiro e julho. Ora, em se tratando de categoria como a minha, por exemplo, nós estamos em recesso em julho, e em férias coletivas em janeiro. Outras categorias, como a dos servidores do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, também estão de recesso nesse período. Todos sabem que esses são período de imobilidade, e não há quem consiga fazer qualquer tipo de acordo coletivo que satisfaça ou traga algum benefício.

Então, esse tipo de conduta só vem mostrar, mais uma vez, que não foi de boa fé que se atendeu à nossa reivindicação no sentido de desdobrar a data-base única de 1º de maio em duas, janeiro e julho, porque são os períodos em que praticamente todos os trabalhadores brasileiros apro-

veitam para descansar, pelo menos grande parte dos trabalhadores.

Assim sendo, é muito importante que possamos gritar aos quatro cantos que é impossível aplaudir esse tipo de congelamento.

Outro ponto que queria colocar refere-se ao reajuste das tarifas de ônibus autorizado pela Prefeitura de São Paulo. O aumento foi de 17.3%, enquanto a elevação das tarifas públicas promovida pelo pacote chegou até 79%, como foi o caso dos Correios e também da tabela da Sunab, que teve aumentos de preço de 69.9%, e há uma previsão de aumento generalizado de preços de combustíveis e tarifas de ônibus para o próximo mês. Então, temos de colocar as coisas nos devidos lugares quando se tenta coibir o reajuste das tarifas de ônibus em São Paulo.

A verdade é que esse plano ataca frontalmente acordos já conquistados pelos funcionários públicos. Vamos examinar aqui um exemplo: cento e oitenta mil trabalhadores da Previdência Social fecharam recentemente acordo através do qual recebem gratificações. Pois bem, com essa medida adotada agora, eles perdem 80% dessas vantagens. Para não ir mais longe, aqui mesmo o Sindicato dos Rodoviários recebeu uma belíssima proposta há dois dias. Acho até que isto já tinha alguma relação com o plano que seria editado. Agora não existe mais essa proposta, ou seja, o plano não bloqueou o reajuste, ou até o concedeu aos empresários, mas bloqueou, sim, conquistas anteriores dos trabalhadores, e também bloqueou propostas que iam ser examinadas.

Agora um denúncia. Sabiam V. Exa. que os militares não são atingidos pelos cortes do Governo, pois permanecem com suas gratificações? Não é mesmo, nobre Deputado Fernando Nunes? Acho que V. Exa. não deve apoiar a medida, pois só os militares teriam esse tipo de privilégio.

Há ainda o caso dos DAS. O que é DAS? É aquela gratificação dada aos assessores imediatos. Os DAS tiveram, pelo plano, um reajuste de 150%, enquanto as gratificações para os demais servidores, como é o caso dos da Previdência, foram cortadas; quer dizer, não é um enxugamento da máquina pública, é um privilégio aos assessores, que tiveram seus DAS ampliados em 150%. Várias entidades, entre elas a direção nacional do PT, estão entrando com ações de declaração de inconstitucionalidade. Tivemos notícias de que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi das primeiras a tomar essa medida em relação ao Plano Collor II.

Solicito, pois, à Mesa, através do Sr. Presidente, que avalie a possibilidade de esta Casa tomar a mesma atitude, ou seja, pedir seja declarada a inconstitucionalidade desse plano, que realmente não beneficia o conjunto da classe trabalhadora, mas sim uma minoria, os empresários e aqueles que sempre tiveram as benesses de governos autoritários.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Manoel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos recebido, com frequência, apelo por parte de vários seguimentos da comunidade, e mais recentemente da Miniprefeitura do Gama, no sentido de interceder junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição — ECAD, órgão encarregado da arrecadação de direitos autorais, para verificar a viabilidade de reduzir, caso não seja possível isentar, os valores das taxas cobradas.

Sabemos das dificuldades que passam as entidades beneficentes e comunitárias, os órgãos de classe, as sociedades de utilidade pública e outros do gênero para sobreviver. Grande parte delas não dispõem de arrecadação permanente e, por isso mesmo, se vêem na contingência de encontrar meios que possibilitam angariar recursos para atendimento a suas mais prementes necessidades. Entre esses meios, é freqüente a realização de festas dançantes, onde a execução de músicas está presente. E para que isso aconteça há necessidade do pagamento dos direitos autorais pela execução musical.

Isso não seria nada demais se as taxas cobradas pelo ECAD não fossem aviltantes. Os valores cobrados são excessivamente altos, de tal forma que absorvem considerável parcela da arrecadação dos eventos. Fomos informados de que em alguns casos, quando a arrecadação é muito baixa, a receita é insuficiente para cobrir as despesas com ECAD. É um absurdo que isso esteja acontecendo, pois entidades sem fins lucrativos, como as associações comunitárias, deveriam estar isentas da taxa. Se isso não acontecesse, em última instância deveriam ter seus valores reduzidos, para que tais entidades não fossem punidas com taxas de tamanho vulto.

Não somos contrários à cobrança dos direitos autorais. Somos testemunhas da situação de penúria que vivem muitos autores musicais. Lamentamos que, enquanto as taxas assumem valores escorchantes, cobrados sem dó nem piedade de todos quanto executam números musicais em atividades festivas, os seus beneficiários passam dificuldades. Não pretendo, aqui, pelo menos neste momento, tratar da problemática dos direitos autorais, talvez em outra oportunidade o assunto seja alvo de uma análise mais aprofundada. O que quero, neste instante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é chamar a atenção da sociedade, principalmente da entidade arrecadadora, para a cobrança que está sendo efetuada.

Fazemos aqui um apelo ao bom senso. Solicitamos ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição — ECAD, que verifique a possibilidade de adotar, para com as entidades sem fins lucrativos, mormente aquelas de cunho comunitário, nova política de valores, para com isso permitir que os eventos possam ser programados com maior frequência, beneficiando, desta maneira, a todas as partes.

Pedimos à Mesa desta Casa que encaminhe àquela entidade nossas preocupações e almejamos que, ao tomar conhecimento, venha o ECAD, adotar medidas menos punitivas para aqueles que para sobreviver necessitam realizar atividades festivas e, por isso mesmo, pagar direitos autorais.

A questão dos eventos culturais em Brasília tem sido, Sr. Presidente, uma temática de discussão permanente.

Ninguém pode reunir-se em lugar algum e muito menos festejar sequer o aniversário, porque se tem de pagar uma taxa, que, como dissemos, é exorbitante. Esse fato vem inibindo, de certa forma, que entidades culturais, filantrópicas, realizem eventos beneficentes e procurem, através deles, tirar dividendo para sustentar suas entidades.

Apelamos para a Mesa e ao Plenário para que encaminhem, cada um, uma solicitação ao ECAD para que se revejam as taxas cobradas. Em vários casos, recomendamos, se possível, a isenção das taxas, para que órgãos filantrópicos, entidades sem fins lucrativos, tenham a possibilidade de realizar suas festas, suas brincadeiras.

Sr. Presidente, era o que tinha para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou nesta tribuna em nome do Grupo União, do Varjão. O Grupo, através de seu líder Cristiomário de Sousa Medeiros, veio procurar-nos para que fizéssemos um pronunciamento, desta tribuna, informando o que lá existe e quais as necessidades do Varjão.

Hoje, existe no Varjão uma escola que ministra curso primário, até a sexta série, uma creche que atende a crianças de até seis anos e um posto de saúde que ainda não é suficiente para o atendimento à comunidade.

O Varjão hoje está necessitando de uma escola que complete todo o 1º grau, de melhor atendimento na área de saúde, de agência de correio, de posto policial, de área de esporte e lazer. O transporte ainda é deficiente, porque é servido por uma linha que vem do Paranoá.

Reivindicam também participação no grupo executivo de fixação, criado pelo GDF, no que até agora não foram atendidos.

A área de assentamento para o Varjão será de 50 ha. Isso é suficiente apenas para os lotes.

Já existe um projeto tramitando na Câmara, como todos sabemos, para fixação definitiva da área.

A comunidade possui apenas um orelhão, e reivindica mais orelhões, por ser a demanda de aproximadamente seis mil pessoas.

Além disso, fazem um convite a todos os Deputados — a todos que puderem comparecer — é à comunidade em geral, para um encontro, na próxima quinta-feira, às 10h,

em frente ao posto de saúde, a fim de tomarem conhecimento da realidade da Vila do Varjão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais Comunicações de liderança passamos à

ORDEM DO DIA

Discussão e votação, em primeiro turno, dos Projetos de Lei nº 005 e 007, de 1991.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra, o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estão em minhas mãos os pareceres, já concluídos, sobre os Projetos nº 005 e 007. Tenho todas as condições, como integrante da Comissão de Constituição e Justiça, de proceder à leitura dos mesmos.

No entanto, uma comissão de Deputados Distritais composta pelos Deputados Agnelo Queiroz, Eurípedes Camargo, Maria de Lourdes Abadia e Maurílio Silva, este último, Líder do Governo, esteve hoje com representantes do Executivo, ocasião em que chegaram a alguns acordos a respeito do projeto ora em discussão.

Inclusive, estaríamos apresentando nesta sessão um substitutivo, mas fomos procurados por esses Deputados e, em face dos novos dados resultantes do acordo entre os representantes do Executivo autores do projeto e o líder do Governo, solicito a V. Exa., Sr. Presidente, adiamento por mais 24 horas para apresentação do parecer, uma vez que eu só soube da reunião no início desta sessão. Desta forma, não tive condições de colocar nos meus pareceres e no substitutivo que ora apresentaria o resultado desses acordos.

Acredito que seria prejuízo para esta Casa e para o Legislativo esses acordos não serem atendidos no substitutivo que vamos apresentar.

Solicito a V. Exa. a concessão de mais 24 horas para a apresentação de nossos pareceres, já incluindo as conversações de hoje pela manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, membros da Mesa, companheiros parlamentares, gostaria de também trazer nosso apoio a essa iniciativa do Deputado Geraldo Magela, pois diz respeito a assunto de alta importância para a comunidade como um todo. Trata-se de morte para os vivos, se não forem bem tratados, e de vida para os mortos, que esperam a ressurreição ao passar desta vida para o além.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Mesa acolhe a solicitação e concede o prazo por 24 horas.

Item II da Ordem do Dia: discussão e votação, em 1º turno, de projeto de resolução da Mesa Diretora.

Solicito ao Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que designe relator para emitir parecer sobre o projeto.

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaríamos de, com a anuência de V. Exa., pedir vistas deste processo e um prazo de trinta minutos, para que possamos conversar a respeito do assunto principalmente com as lideranças partidárias.

Como se trata de matéria disciplinar, ou seja, vai disciplinar a agilização dos trabalhos desta Casa, e tendo em vista que abre um precedente que poderia ser perigoso para a Câmara Legislativa, gostaríamos de antes de o parecer ser apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, ter oportunidade para tentar um acordo de lideranças e viabilizar a aprovação da matéria que, sem dúvida, é de grande importância para todos nós, tendo em vista que haverá de suprir o segundo turno das votações, o que me parece apenas consumação do óbvio.

Então, pediria que V. Exa. nos concedesse um prazo de trinta minutos ou até que suspendesse a sessão, se fosse o caso, para discutirmos essas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, minha intervenção, como Líder do PT, é também nesse sentido, só que com uma observação: não sei se uma interrupção de apenas trinta minutos será suficiente. Embora eu tenha certeza de que o projeto da Mesa visa a agilizar os trabalhos, temos de ponderar que os interstícios entre o 1º turno e o 2º, que não têm sido usados pela Casa, são momentos de reflexão para vermos se o projeto é ou não viável, se devemos ou não aprová-lo, ou se ele ainda é passível de emendas. Isso não temos feito. As matérias que se votam em dois turnos são para ratificar o óbvio, como disse anteriormente meu colega Líder do Bloco Solidariedade.

Como a matéria envolve um posicionamento político maior, apenas a suspensão por trinta minutos não seria suficiente. No caso, proporia uma reunião dos Líderes com a Comissão de Constituição e Justiça, para ser emitido o parecer.

Como estamos com nosso Regimento Interno em elaboração, em andamento, talvez isso nem justificasse, embora tenha certeza de que a intenção é a melhor possível por parte da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas observações.

Em primeiro lugar, na Comissão de Constituição e Justiça, hoje, tivemos a oportunidade de nomear o Relator para dar parecer ao projeto que disporá sobre o Regimento Interno desta Casa. Deverá ser apresentado um substitutivo que virá a plenário e conterà toda a regulamentação de aspectos vinculados à tramitação de projetos e toda espécie de iniciativas que tivermos nesta Casa.

Em segundo lugar, quero mencionar a questão da própria urgência. Verificamos que, durante todo este período, temos votado os projetos em regime de urgência. Esse processo não me parece regular. Precisamos acabar com essa prática, por motivos de ordem histórica, regimental, processual e até mesmo para haver maior transparência. Precisamos amadurecer, nos nossos debates, nas nossas discussões, a questão da votação em segundo turno.

Realmente, surpreende-me que a matéria esteja em regime de urgência.

Solicito um esclarecimento ao Sr. Presidente, a fim de que verifique se existe requerimento de urgência para tal matéria, já que dele não tomamos conhecimento.

Era esta a informação que gostaria de obter, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Conforme solicitação feita anteriormente pelo Deputado Peniel Pacheco, a Mesa concede vista ao projeto por 30 minutos e, para tanto, suspende a sessão por igual período.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista que não houve acordo de Lideranças para apreciação da matéria de que vamos tratar nesta sessão, solicito que a Mesa encaminhe o assunto à Comissão de Constituição e Justiça, atendendo aos prazos estabelecidos pelo Regimento, considerando-se ainda que a matéria não foi acompanhada de requerimento de urgência.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V. Exa. a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há um assunto que está agitando um pouco nossa Casa e sobre o qual desejo ouvir uma explicação pública da Mesa. Trata-se do pagamento aos funcionários desta Câmara Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Atendendo à solicitação do Deputado Peniel Pacheco, chamo a plenário os Deputados Pedro Celso, Tadeu Roriz, Benício Tavares e José Ornellas.

Vou prestar esclarecimentos e espero que esses Deputados, que são membros da Mesa, me corrijam em eventuais lapsos.

É preciso que todos os funcionários desta Casa, especialmente os que ocupam cargos de confiança nos gabinetes dos Srs. Deputados, entendam, em primeiro lugar, que a Mesa não pode tomar decisão alguma sem antes ouvir o Plenário, e o Plenário se manifestar através de projetos de resolução que autorizem a Mesa a tomar as providências administrativas necessárias para o andamento dos projetos e da própria administração da Casa.

Os Deputados tomaram posse no dia 19 de janeiro. No dia 2, elegeram a Mesa e, a partir de então, esta Mesa já começou suas atividades de organização da Casa.

Foram apresentados dois projetos de resolução, sendo o primeiro o de nº 001, que cria os cargos em comissão dos gabinetes, estabelecendo inclusive os salários dos respectivos funcionários.

Entretanto, a criação desses cargos não possibilitava à Mesa proceder às nomeações. Foi apresentado outro projeto de resolução, de nº 006, que autorizava a Mesa a fazer essas nomeações e a suprir a Casa do mínimo de funcionários necessários a que se desse andamento ao processo administrativo de organização da Casa, de tal maneira que a 1ª Secretaria tivesse um Diretor de Recursos Humanos; a 2ª Secretaria, um Diretor de Administração; a 3ª Secretaria, um Diretor Legislativo, e que fossem admitidos outros funcionários necessários. Precisávamos não apenas alistar o nome dos funcionários, mas também fazer as folhas de pagamento com esses nomes e providenciar as nomeações.

Os gabinetes dos Deputados tomaram então a providência de enviar à Mesa, para nomeação, os nomes dos funcionários e o cargo que cada um ocuparia nos gabinetes.

A partir desse instante, tivemos alguns problemas burocráticos, e até legais, para efetuar o pagamento, já que não poderíamos fazê-lo em folha, como imaginávamos, porque a resolução que tratava da matéria foi aprovada e publicada apenas no dia 14 de janeiro. Portanto, só a partir desse dia poderíamos nomear todos os funcionários.

O período compreendido entre o dia 12 e o dia 14 teria de ser pago de outra maneira, e a maneira legal encontrada foi por meio de uma folha de serviços prestados.

Desse modo, tivemos de elaborar duas folhas de pagamento, uma de serviços prestados e outra normal, na forma que todos conhecemos, a de contracheque e o depósito em banco.

A partir daí, passamos a receber indicações dos Srs. Deputados e a proceder às nomeações, as quais, para terem validade, devem ser publicadas no «Diário Oficial». A Presidência ficou aguardando a publicação, tendo de ir várias vezes ao «Diário Oficial» levando a nomeação de um ou dois funcionários, pois as indicações não haviam chegado a tempo no Gabinete da Presidência, tendo os funcionários do Gabinete trabalhado muitas vezes até 10, 11h da noite para datilografar essas nomeações, deixando tudo em ordem.

Feitas e publicadas as nomeações, poderíamos, a partir daí, fazer os cálculos dos pagamentos com os descontos exigidos por lei. Isso foi feito para que pudéssemos obter o montante do valor a ser destacado, a fim de que o banco fizesse o pagamento.

A saída do dinheiro da Secretaria da Fazenda para a conta da Câmara Legislativa também tem de ser autorizada pela Casa, com base nas resoluções tomadas pela própria Câmara.

O Presidente solicitou que o Secretário da Fazenda autorizasse o crédito desse montante na conta da Câmara Legislativa. Após o crédito, o banco faz o pagamento individualmente, destacando o valor correspondente a cada funcionário.

É evidente que aconteceram atrasos. O processo burocrático, principalmente no que diz respeito ao manuseio de dinheiro, é muito lento. Aqui temos o testemunho dos funcionários que trabalharam, da Diretoria de Recursos Humanos, da Diretoria Administrativa, do Gabinete do Presidente, dos motoristas que levaram as folhas para o «Diário Oficial». Obtivemos a colaboração do próprio pessoal que trabalha no «Diário Oficial» do GDF, que nos está emprestando uma página para publicação dos nossos atos. Tivemos a contribuição de todos para agilizar esse processo.

Esperávamos fazer o pagamento ainda hoje, mas a transferência do dinheiro, por problemas também burocráticos, não permitiu que o fizéssemos. Inclusive o BRB gostaria de ter efetuado o pagamento de todos os funcionários, em dinheiro, na data de hoje.

Assim sendo, pedimos a compreensão de todos os funcionários que estão servindo aos gabinetes, pois estamos passando por uma fase inicial, não dispomos de todos os funcionários de que necessitamos. Esperamos que todos entendam as nossas dificuldades e saibam que, em momento algum, a Câmara Legislativa teve interesse em atrasar o pagamento. Procuramos pagar-lhes o mais cedo possível. Passado esse primeiro instante, vencidas essas dificuldades iniciais, acreditamos que já no mês de fevereiro todos receberão na data certa, com folha de pagamento, com contracheque, de forma que a Casa possa caminhar normalmente em seu processo de instalação. Sendo, assim, a Mesa pede compreensão a todos os Srs. Deputados, a todos os funcionários da Casa, que vão estar trabalhando

conosco durante uns quatro anos, a fim de que entendam essas dificuldades iniciais, para que continuemos trabalhando harmonicamente.

Recebemos informação de que o BRB fará o pagamento a todos os funcionários amanhã. Ainda vamos manter contato, ao sair daqui, com a gerência do BRB, com sua diretoria. Porém, foi-nos garantido que o pagamento será feito amanhã.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, assumo o compromisso de empenhar-me para que os salários sejam pagos amanhã, pois, para os Srs. Deputados, é extremamente desconfortável terem recebido e verem que nossos companheiros, aqueles que trabalham conosco nos gabinetes, não receberam seus salários. Isto cria uma certa disparidade entre os que trabalham na Casa.

Esperamos que essas dificuldades sejam solucionadas o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, são relevantes os serviços que todos os funcionários desta Casa têm prestado aos gabinetes parlamentares. Eu até diria que, por extensão, alguns deles estão desempenhando algumas funções que seriam da responsabilidade de contratados por concurso para prestar serviço à Câmara Legislativa, devido à insuficiência de funcionários. O trabalho deles é tanto ou mais importante do que o dos próprios Deputados, porque, enquanto estamos aqui viabilizando que propostas sejam aprovadas no plenário, eles estão dando sustentação fundamental a todos nós, no trabalho que desenvolvem nos gabinetes.

Sr. Presidente, em outra oportunidade já levantamos a preocupação com as dificuldades para se definir claramente quando seriam feitos os pagamentos e quantos dias os funcionários receberiam pelo trabalho prestado. Agora surgiu um questionamento a propósito de que receberiam apenas quatorze dias do mês de janeiro, pelo menos numa primeira etapa. Sinceramente, creio que, se isso for feito, significará desmoralização para nós, Deputados, que temos nesses funcionários o apoio para nossas tarefas parlamentares. Portanto, não podemos desmerecê-los.

Sr. Presidente, desejo saber de V. Exa. se o salário será pago integralmente e desde o dia 1º de janeiro. Pela explicação de V. Exa., ficamos sabendo que haveria um interstício entre 1º e 14 de janeiro, data em que a lei teria sido aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Esclarecerei a V. Exa.

O pagamento será feito em duas etapas. A primeira etapa corresponderá ao pagamento por serviço prestado no período compreendido entre 1º e 12 ou 13 de janeiro. Esta será a primeira etapa do pagamento. Não poderíamos

pagar aos funcionários sem eles estarem nomeados, e não poderíamos nomeá-los sem que a Casa baixasse resolução autorizando-nos a fazê-lo. Essa resolução só foi publicada no dia 14. Então, relativamente a esse período, eles receberão por serviço prestado, de acordo com o salário estabelecido. A partir dessa data, e até o fim do mês, já receberão como funcionários devidamente fichados na Casa, com carteira, mediante contracheques, isto é, como funcionários normais.

O que não posso, agora, neste instante, é garantir que os dois pagamentos serão efetuados amanhã. Agora, a garantia que temos é de que até sexta-feira sairá a segunda parcela. Portanto, todo o pagamento será feito nesta semana, em duas parcelas.

O SR. PENIEL PACHECO — Desculpe-nos, Sr. Presidente, por esta colocação. Preocupamo-nos porque acreditamos que os trabalhadores não trabalham em parcelas, mas cumprem integralmente o horário que lhes é exigido.

Fazemos, Sr. Presidente, pedido à Mesa para que se empenhe no sentido do pagamento integral, se isto for possível. Não se trata de transferir responsabilidade nem de jogo de «empurra». A Mesa é um colegiado. A responsabilidade é geral, de todos os membros da Mesa. Por isso pedimos o empenho de todos para que os funcionários recebam integralmente o pagamento. Gostaria de ver esse empenho.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Deputado, todos vão receber integralmente o pagamento. O problema que temos é que não podemos pagar um salário correspondente a um período em que eles ainda não estavam nomeados. Daí o pagamento em duas parcelas, uma como serviço prestado e outra já como funcionários. O pagamento como funcionários demanda feitura de contracheques. Talvez por isso haja pequeno atraso. O pagamento mediante contracheque vai ser feito com valor integral, descontado o adiantamento feito.

Temos de entender que esse pagamento tem de, obrigatória e legalmente, ser dividido, neste mês, em duas parcelas. Não há como ser diferente.

Com a palavra o Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há uma preocupação que não é só minha, de uma única pessoa ou de um só grupo, e, sim, da Casa inteira. Fiz uma pergunta. E dizem por aí que a pergunta inteligente leva em seu bojo a semente de uma resposta oportuna, adequada. Nada mais adequado do que nossos funcionários saberem que haveria um último esforço da Mesa em cogitar essa visão da Casa no seu todo. Não obstante essa distinção do período de 2 até 14, quando não haviam sido nomeadas as pessoas, e depois do dia 12 até o final do mês, pergunto se não haveria a possibilidade de esse pagamento diversificado ser integralizado no mesmo dia.

Perguntamos, simplificando a sugestão do nobre Deputado Carlos Alberto, se não há a possibilidade de se unificar esse pagamento com essa dualidade, ou diversidade de forma de pagamento, no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não há por que atrasar ainda mais, pois não há condições de fazer o pagamento dos dois dias normais sem um procedimento burocrático que é necessário, porque o pagamento por serviço prestado tem um tipo de desconto e o outro pagamento tem um outro tipo de desconto. Então, não é possível. Se formos tentar unificar, atrasaremos ainda mais o pagamento, ou pelo menos o adiantamento da primeira parcela.

O SR. PADRE JONAS — Fiz essa pergunta em nome de muitos servidores da Casa que gostariam de ter uma resposta.

Queria também fazer presente — Parlamentares desta Casa que de fato, em nenhum momento, percebemos alguma falha da Mesa em busca dessa solução. Tanto é verdade que nós, Deputados, temos um documento assinado — e há duas semanas isso é motivo de negociação — no sentido de que, caso esse pagamento não saísse, entraríamos com esse processo em requerimento de urgência, mas o mesmo não foi devolvido com a segurança, a certeza de que haveria uma resposta. Caso esse pagamento não seja efetuado até amanhã, sinto-me na obrigação, em nome dos 20 Deputados, de entrar com esse requerimento novamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, temos acompanhado com os funcionários dos nossos gabinetes a aflição que têm passado por não receberem seus salários.

A informação que eles tiveram inicialmente foi de que no dia 1º, sexta-feira, já teriam condições de sair daqui com pelo menos parte do salário recebido e que a segunda parcela provavelmente, ontem ou hoje, estaria sendo paga. Infelizmente nem a primeira foi paga.

Somos testemunhas de que a Mesa está tentando resolver este problema, inclusive fazemos este registro da tribuna.

Queremos deixar registrada a nossa solidariedade de todos os funcionários, e entendemos que é legítima qualquer forma de luta que empreenderem para receber os seus salários em dia, porque muitos pais e mães de família dependem desse salário para sobreviver, inclusive, com seus filhos.

Faço uma resposta concreta à Mesa, no sentido de que aprecie a proposta, na reunião de quinta-feira, no sentido de que, a partir do mês de fevereiro, os salários dos funcionários sejam pagos no mesmo dia do pagamento dos salários dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Isso é o normal e é o que vai acontecer nesta Casa, estando ela no seu funcionamento normal, porque não tem sentido haver dias diferenciados para pagamento de funcionários e Deputados. E, se assim fosse, os funcionários deveriam receber antes dos Deputados.

Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reforçar em esclarecimento feito pelo próprio Presidente desta Casa em relação às dificuldades que estamos enfrentando.

Houve uma discussão muito grande entre os membros da Mesa Diretora, tentando encontrar uma forma para pagar doze dias para os funcionários que hoje trabalham em nossos gabinetes. Todas as fórmulas jurídicas foram exaustivamente discutidas, até que se encontrou um meio de fazer o pagamento. Não se sabia como fazê-lo, até que se chegou a um consenso.

Depois de várias consultas jurídicas, decidiu-se que o pagamento seria feito através da rubrica Prestação de Serviços. No entanto, verificou-se que em tal rubrica constante do Orçamento aprovado para esta Casa não havia verba suficiente para efetuar o pagamento aos funcionários. Havia a necessidade de se transferir recursos de outra rubrica. Somente ontem, foi aprovado projeto de resolução — aliás, por unanimidade, ninguém se pronunciou contra — transferindo valores de uma rubrica para a outra referente à prestação de serviços. De forma que já solucionamos o problema do pagamento da prestação de doze dias de serviço pelos funcionários dos nossos gabinetes. No entanto, os ofícios de autorização só foram enviados hoje.

Neste momento, há um servidor da 2ª Secretaria junto à Secretaria da Fazenda tentando liberar o dinheiro, a fim de transferi-lo para o BRB. Inclusive, hoje pela manhã, nos reunimos com o Gerente e o Subgerente do BRB, no gabinete da 2ª Secretaria, a fim de estudar esta questão.

O assunto ainda está emperrado na liberação dos recursos por parte da Secretaria da Fazenda. Por que isso acontece? Porque esta Casa não votou seu próprio Orçamento e não pode manipulá-lo sem autorização daquela Secretaria, por estar totalmente vinculado ao Governo do Distrito Federal. Assim, é preciso transferir o dinheiro para a Câmara Legislativa.

Sabemos que é preciso transferir essas verbas para acabarmos de uma vez com essa dependência da Secretaria da Fazenda e tornar o processo mais ágil. Este assunto precisa ser resolvido.

Dou total apoio aos funcionários no seu direito legítimo de receberem seu pagamento. No entanto, está sendo muito discutida a questão do atraso e da vinculação com o pagamento feito aos Deputados Distritais. Vários Parlamentares expuseram sua posição referente ao assunto.

Hoje pela manhã, numa reunião com uma comissão de funcionários no meu gabinete, uma servidora me perguntou por que os subsídios dos Deputados já haviam sido pagos e os salários dos funcionários não. Eu expliquei à companheira que, apesar de não estar totalmente de acordo com o fato de o nosso pagamento ter saído antes, o nosso caso era diferente. Fomos eleitos em 3 de outubro de 1989, diplomados em 18 de novembro e empossados em 1º de janeiro deste ano. Ou seja, a situação jurídica dos Deputados estava completamente resolvida, o que não ocorria com os funcionários, cujo projeto de resolução com a lotação dos gabinetes só foi votado no dia 12 de janeiro deste ano.

Este é um problema que precisa ser também esclarecido.

Outra questão que se está levantando é sobre o fato de se pagar de uma só vez. Este é o primeiro pagamento que esta Casa vai efetuar. Assim, há uma série de dificuldades. Os funcionários começaram a trabalhar conosco e sabem que, quando aqui chegamos, não havia nenhuma infra-estrutura. Afinal, estamos construindo esta Casa para organizá-la fisicamente. É preciso entender que este mês é diferente e reconhecer as dificuldades. Com certeza, no mês de fevereiro não acontecerão tais problemas, pois já teremos a experiência do mês de janeiro acumulada. O problema já estará resolvido. Os projetos que tinham de ser votados pelo Plenário já o foram, inclusive as discussões políticas sobre a lotação dos gabinetes, a estrutura da Casa, a remuneração e tudo o mais, foram superadas.

Portanto, precisamos apenas vencer a parte burocrática neste mês. Repito que a parte política já está vencida. Apenas precisamos vencer a parte burocrática. No mês que vem será mais simples.

A outra questão, como disse, que estão discutindo é sobre o caso de se pagar uma parte agora e outra depois. É melhor agir dessa forma. Caso contrário, o pagamento demoraria ainda mais. Fazer o pagamento integral, dos trinta dias, demandaria mais tempo para resolver o problema. Assim, entendo que é melhor receberem os catorze dias amanhã e o restante será pago até sexta-feira. Vamos tentar antecipar. Para tanto, já tivemos uma conversa com o Gerente do BRB, hoje, que se dispôs a apressar o quanto possa esse pagamento. Ocorre que o Banco do Brasil, para liberar verbas para o BRB — segundo informações do Gerente do BRB da 516 Norte, Dr. Agur Oliveira Lopes — demora quarenta e oito horas. Ele conseguiu diminuir esse prazo de transferência para facilitar o pagamento.

Assim, considero de bom alvitre, para não prejudicar ainda mais os servidores, que eles recebam a primeira parcela amanhã e até sexta-feira receberão o restante.

Compreendemos os apelos, mas também há toda uma burocracia a vencer.

A dificuldade maior ocorre porque o nosso Orçamento, o Orçamento da Câmara Legislativa, depende da assinatura

ra do Secretário da Fazenda do Distrito Federal. Trata-se de um aspecto constitucional, a respeito do qual agora nada podemos fazer. O Orçamento da Câmara Legislativa, para 1991, foi aprovado no ano de 1990, e em 1990 não existia a Câmara Legislativa. É uma dificuldade prática para a qual, no momento, não há solução.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Já há solução.

O SR. PEDRO CELSO — Se há solução, melhor, já que não dependeremos de assinaturas de Secretários do Palácio do Buriti.

Portanto, esclarecemos que se as dificuldades já são grandes, querendo modificar a forma de pagamento, corremos o risco de piorar a situação. Assim, volta a frisar que é melhor receber a primeira parcela amanhã e o restante até sexta-feira; caso contrário, o prejuízo será ainda maior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Sr. Presidente, parabéns o nobre Deputado Pedro Celso, que fez uma exposição bastante clara e calma sobre o grande problema que estamos vivendo.

V. Exas. sabem que, em primeiro lugar, houve o problema da definição de como pagaríamos aos funcionários desta Casa. Depois disso, a 1ª Secretaria passou a organizar a folha de pagamento. Essa folha não é muito fácil de ser preparada, porque é necessário fazer um tipo de desconto completamente diferente daqueles que normalmente são registrados com os pagamentos dos funcionários. Neste caso, o funcionário teria de ser pago por serviços prestados à Casa.

Precisamos alterar o Orçamento para que isso acontecesse. Terminamos esse trabalho ontem. Depois disso, a folha de pagamento foi fechada. Inclusive, cerca de quinze funcionários não haviam aberto conta no BRB — Banco de Brasília, e a folha de pagamento tem de vir com o registro do número da conta de cada um dos funcionários. A folha ficou pronta hoje e foi levada ao Governo do Distrito Federal. Agimos da mesma forma como fizemos para os Deputados Distritais.

Hoje, ao chegar o documento à Secretaria de Planejamento, notou-se que realmente o procedimento não deveria ter sido aquele. O empenho e a autorização de pagamento feitos para Deputados estão sendo refeitos. Por quê? Porque o crédito não é da Câmara Legislativa, como disse o nobre Deputado Pedro Celso; é da Secretaria de Planejamento. Então, quem autoriza e faz a nota de empenho, de autorização de pagamento, é a Secretaria de Planejamento. Este é o grande problema.

Houve erro no pagamento dos Deputados Distritais, porém, eles aceitaram. Solução: as notas de empenho e autorização de pagamento estão ficando prontas hoje, de

acordo com a promessa feita pelo Secretário de Planejamento — Sr. Paulo Victor Rada Rezende. Amanhã, iremos à Secretaria da Fazenda, que já está com tudo acertado, para liberar os recursos para o BRB — Banco de Brasília.

Amanhã, faremos o pagamento, porém, a 1ª Secretaria tem de entregar a folha de pagamento, porque senão não haverá tempo para preparar a nota de empenho, a autorização de pagamento, para que se possa pagar na sexta-feira.

A 1ª Secretaria nos garantiu que a segunda folha de pagamento estará pronta a tempo. Sendo assim, iremos pagar na sexta-feira.

O problema dos recursos já foi estudado. Em face das dificuldades que enfrentamos hoje, estamos tomando as medidas necessárias para que este crédito passe para nós, Sr. Presidente. Para isso, vamos ter de fazer uma lei, aprovar um crédito especial e enviar ao Governo. Há uma tramitação, e talvez demore uns dez dias para que possamos realmente agilizar o processo, porque, neste caso, a nota de empenho e a autorização vão seguir daqui diretamente para o BRB — Banco de Brasília.

É preciso que os nossos funcionários estejam conscientes de que estamos fazendo todo o esforço para resolver o problema que diz respeito a eles. Temos interesse em ver os funcionários bem e não temos nenhum interesse em vê-los sem receber seus salários. Estamos tentando o máximo para que isso não aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Quero fazer um esclarecimento, ainda em função do que foi dito pelo Deputado Agnelo Queiroz. É que todos os Deputados e funcionários reconhecem o esforço daqueles servidores lotados nos gabinetes dos membros da Mesa, dos Deputados Pedro Celso, Tadeu Roriz, José Ornellas, Benício Tavares e no meu próprio gabinete. Muitos desses funcionários trabalharam este mês muito mais no interesse coletivo do que no interesse particular, no sentido de que a Casa pudesse trabalhar. Todos são testemunhas do esforço que esses funcionários fizeram para que pudéssemos agilizar os trabalhos desta Casa.

Passamos, em seguida, ao

GRANDE EXPEDIENTE

Convido o Deputado Tadeu Roriz a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Convido o Deputado Agnelo Queiroz a fazer uso da palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de pedir a atenção dos companheiros Deputados para uma questão da maior importância, que esta Casa não pode deixar passar em branco. Trata-se de matéria publicada no jornal «BsB Brasil» sobre a visita do Secretário da Saúde, Jofran Frejat, ao Hospital Regional do Gama. A

notícia tem como manchete: «Falta boa vontade aos funcionários do Hospital Regional do Gama para prestar bom atendimento à população». E começa a discorrer sobre o que falta no Hospital do Gama. A bem da verdade, devo dizer aos companheiros Deputados e à imprensa a quem falta boa vontade, porque não podemos continuar a ver a saúde pública no Distrito Federal sendo tratada com levianidade e demagogia, da forma como vem sendo feito. E vou dizer por quê. Na matéria, o Secretário repete que faltam seringas, luvas, medicamentos, profissionais da saúde, faltam anestesistas, ortopedistas, cirurgiões.

Quero dizer claramente a todos os companheiros que não é da responsabilidade dos hospitais regionais adquirir esse material que já está em falta. Não é por descaso ou má vontade dos profissionais de saúde que ali trabalham que tais fatos acontecem, pois essa é uma responsabilidade da Secretaria de Saúde. O Secretário diz receber informações de pacientes que se sentem muito desconfortáveis no Pronto Socorro do Hospital.

Quero esclarecer aos companheiros que o Pronto Socorro do Hospital do Gama foi reformado, no ano passado, sem ajuda da Fundação Hospitalar, contando apenas com o auxílio da comunidade do Gama e dos comerciantes. Se fosse depender da Fundação Hospitalar, estaria funcionando com metade do espaço físico em que hoje funciona. Obviamente, isso precisa ser melhorado, mas o Pronto Socorro do Hospital do Gama não tem um espaço físico maior, o que deve ser atribuído à responsabilidade da Secretaria de Saúde.

O Secretário alega que aparelhos comprados há quatro anos ainda não foram instalados. Isso é um atestado de incompetência, pois é da Secretaria a responsabilidade pela instalação dos equipamentos adquiridos. O Secretário deveria ter visitado o banco de sangue, onde existe um aparelho comprado no meio do ano de 1989, em plena administração do Governador Roriz. A fundação comprou sete aparelhos desses, ao custo de um milhão e duzentos mil dólares, mas eles nunca funcionaram. Tenho comigo todo esse processo, e vou levantar aqui o assunto oportunamente, a fim de que seja averiguado o que aconteceu. Tenho para mim que se trata de um caso de clara corrupção. Ora, onde não existe lençol, esparadrapo, luva etc. compraram sete aparelhos pelo valor de um milhão e duzentos mil dólares? E se não foram usados é porque não eram imprescindíveis naquele momento. Portanto, foram comprados, isto sim, para propiciar comissão, «caixinha», os conhecidos 10%.

O que o Secretário deveria ter feito era ir lá visitar o laboratório do Hospital do Gama e ver se é culpa de algum profissional de saúde o fato de o aparelho não estar instalado.

Ouçó o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — Companheiro Agnelo Queiroz, é bastante oportuno o pronunciamento de V.

Exa. Só tenho a lamentar o momento em que o faz, porque se tivéssemos aqui o Plenário lotado, este assunto seria o mais empolgante. Bem sabemos da situação caótica em que se encontra a área de saúde, e isso é de responsabilidade, inclusive, do atual Governo, que foi Governo no passado recente e não cuidou desse setor. Pelo contrário, jogou-o na situação em que está. E muito estranho vir agora o Secretário de Saúde jogar a responsabilidade sobre as costas dos profissionais de saúde, que foram, inclusive, os que mais denunciaram o sucateamento desse setor no Distrito Federal. Até parece que alguém está em campanha eleitoral, não sabemos se para agora, porque, a não ser a eleição para administradores regionais — que vamos aprovar aqui — não há outra eleição à vista. Pode ser que o Secretário de Saúde até queira ser eleito para alguma administração regional. Gostaria que V. Exa. trouxesse esse assunto à pauta em outra reunião, quando tivéssemos o Plenário cheio e todos os Deputados pudessem transformar esse tema no assunto do dia, como ele realmente merece.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Ouçó o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Colega Agnelo Queiroz, é exatamente no Hospital do Gama que surge um movimento no sentido da privatização. Vamos ter a oportunidade, e creio que o próprio Deputado irá abordar isto, de discutir a privatização dos hospitais da rede pública. A lógica é muito simples; começa exatamente com o desmando administrativo, depois se argumenta que o setor público é ineficiente, incapaz de atender à população e, num terceiro momento, propõe-se a privatização, impedindo que a grande maioria do povo deste País, constituído de pobres e miseráveis, possa ter acesso a um serviço público que é o elemento básico da democracia.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Gostaria de dizer ao Deputado Geraldo Magela que trarei isso inclusive de forma sistematizada, para uma discussão mais global em torno da saúde.

Mas não poderia furtar-me de abordar especificamente o problema do Hospital do Gama, porque trabalhei lá durante vários anos e conheço o esforço dos seus funcionários.

O Hospital do Gama atende a 1.200 pessoas por dia, do Distrito Federal e Entorno. Imaginem V. Exas. o que é atender a um tal volume de pessoas sem as mínimas condições. Como disse no início, quem compra material não é o médico, quem faz reforma não é o médico, quem contrata não é o médico que lá está trabalhando, e sim a Secretaria de Saúde. Lá no Gama se trabalha sem área física adequada, sem dispor de lençóis e de medicamentos essenciais. Quando se quer operar um paciente, não se pode fazê-lo, por não haver anestesista de plantão. Ora, isso tudo não é da responsabilidade dos profissionais de saúde que ali trabalham.

Pelo contrário, aqueles que ali estão trabalham na base do sofrimento, e muitas das denúncias feitas todos os dias ocorrem, às vezes, por este motivo. A população está chateada, e com razão — o serviço é de péssima qualidade. Temos de dizer por que ele é de péssima qualidade. É porque o Governo do Distrito Federal não dá a menor atenção à saúde pública em Brasília. Isso é que deve ser colocado.

Digo, mais uma vez, a V. Exa. que a prova de que o assunto não é tratado de forma a corrigir os problemas do Hospital do Gama é que o Secretário de Saúde demitiu o diretor do hospital, homem eleito para o cargo, comprometido com a defesa da saúde pública, querido pelos funcionários e pela comunidade. A verdade é que, a despeito das dificuldades e deficiências que existiam, o hospital funcionava e era elogiado inclusive pela comunidade do Gama, porque se fazia um esforço coletivo muito grande para isso. O que fez o Sr. Secretário de Saúde? Ao invés de dar condições de trabalho a esse diretor, ele o substituiu por um dos seus, para descontentamento de toda a comunidade, porque esse cidadão há mais de vinte anos só conhece a radiologia do hospital, e daí para a rua, não conhece a sua estrutura, tampouco se envolve com a saúde pública, nem tem dedicação exclusiva.

Este mesmo Secretário que critica os funcionários colocou uma chefe de enfermagem reconhecidamente incompetente, pessoa que tem até processo no Corem, o conselho da categoria. Essa designação se deu à amizade, ao apadrinhamento, e não é dessa forma que se deve tratar a saúde pública. Esses fatos não vêm à tona, nem em jornais, porque é muito fácil arranjar um bode expiatório ou apontar um profissional, mesmo sem considerar que esses funcionários trabalham em péssimas condições, atendem a um número enorme de pessoas, em um hospital que tem grande quantidade de pacientes, em uma cidade que tem elevado índice de violência, além do fato de ser atendido ali todo o pessoal do Entorno. Isso ocorre diariamente. E lá se praticam operações noites e noites. Ora, não é justo responsabilizar esses profissionais por tudo que lá ocorre.

A imprensa, estou certo, dará oportunidade de resposta a essa matéria. Posso dizer ao Sr. Jofran Frejat que a melhor forma de resolver esses problemas é dar-se prioridade à saúde. Que S. Exa. faça, de fato, visitas e veja as falhas, a fim de melhorar os serviços prestados e incorporar a população do Distrito Federal ao programa de administração da saúde pública.

Essa é a melhor atitude a tomar por quem administra a saúde, por quem a gerencia. Por enquanto, a forma adotada exclui a participação da população, a eleição de diretores. A eleição seria a melhor maneira de se saber quem está, de fato, comprometido com a defesa da saúde pública e quem é apenas puxa-saco, capacho de Secretário de Saúde.

Acho que essa é uma forma limpa e transparente de abordagem, sem intenções preconcebidas. Já vimos que o tipo de intervenção que está ocorrendo se baseia um pouco na escola do Sr. Alceney Guerra, serve apenas para fazer *marketing*, através de uma tentativa de desmoralizar o serviço público para depois poder privatizar, como colocou o nobre Deputado Carlos Alberto.

Então, companheiros, trago aqui, em primeira mão, essas questões. Trarei, inclusive, sistematizada a denúncia que aqui fiz sobre os aparelhos, a falcatrua. É importante que o Governo apure o fato, para dizer o que está fazendo com os aparelhos. Comprou sete aparelhos que não são utilizados em nenhum hospital. Só há um Hospital do Gama, que até hoje não foi utilizado, pois não tem «kit», não há treinamento de pessoal para usá-lo. Seguramente foi comprado por outros interesses, por corrupção. Isso é que está entranhado na Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Isso deve ser atacado, para melhorar-se a saúde pública no Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra porque tenho de dar um esclarecimento à imprensa que está cobrindo os trabalhos desta Casa.

Hoje queria rebater alguns pronunciamentos feitos pelos Srs. Ariston e Ludgero, no dia 2 deste mês, publicados no «Jornal de Brasília» de hoje, sob o título «Zoobotânica nega concessão irregular de terras rurais».

Atendendo a inúmeros pedidos de companheiros, dado o adiantado da hora, quero pedir à imprensa que me desculpe por adiar para amanhã este pronunciamento.

Portanto, amanhã debatarei as colocações feitas pelo Sr. Ludgero, da Fundação Zoobotânica.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Gostaria de consultar o Plenário sobre o encerramento da sessão.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Tem a palavra o nobre Deputado Manoel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Gostaria de propor que a pauta de inscrição fosse mantida para amanhã, porque senão haverá prejuízo para quem já se inscreveu.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Acatada a sugestão de V. Exa., Sr. Deputado.

Devido ao adiantado da hora, declaro encerrada a presente sessão.

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

Sumário

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 06 DE FEVEREIRO DE 1991

ABERTURA

PEQUENO EXPEDIENTE

COMUNICADOS DA MESA

- Projeto de Lei nº 068, de 1991, de autoria do Executivo local, enviado ao Senado Federal.
- Requerimento de autoria da Deputada Rose Mary Miranda, que «Requer providências para celebração de convênio com a Proteção e Ação Social — PAS, para aproveitamento de crianças e adolescentes na execução de pequenas tarefas nas dependências da Câmara Legislativa».
- Emenda ao Projeto de Lei que «Dispõe sobre criação de serviços funerários e administrativos dos cemitérios, e dá outras providências», e requerimento de urgência urgentíssima.

COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO FERNANDO NAVES, em nome do Bloco Progressista

- Comentários sobre a sonegação fiscal no Distrito Federal.
- Sugestão ao Governador do Distrito Federal de não reduzir o número de fiscais e promover um sistema de acompanhamento para evitar subornos.

DEPUTADO JORGE CAUHY, em nome do Bloco Liberal Progressista

- Parabenização ao Deputado Edmar Pireneus pela passagem de seu aniversário.
- Pronunciamento sobre a necessidade de se modificar o Estatuto do Menor e do Adolescente.
- Apelo aos parlamentares desta Casa para apresentação de projetos que solucionem o problema do menor.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE, em nome da Bancada do PTR

- Enaltecimento da decisão do Governador do DF de pressionar a «Operação Verão» para começar pela cidade-satélite do Gama.
- Afirmção da importância da ligação asfáltica entre o assentamento de Santa Maria e a cidade do Gama nos próximos dias, conforme anunciado pelo Governador do DF.
- Solidarização ao Deputado Jorge Cauhy na questão da busca de soluções para os problemas da criança abandonada.
- Leitura da ementa do requerimento de autoria da Deputada Rose Mary Miranda que trata do convênio com a Proteção e Ação Social — PAS, e pedido de apoio da Casa para esta questão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, em nome da Bancada do PT

- Congratulação à Comissão de Constituição e Justiça pela escolha do Deputado Fernando Naves para relatar o Regimento Interno desta Casa.
- Afirmção da necessidade inquestionável da participação do movimento popular na elaboração do Regimento Interno.

DEPUTADO PADRE JONAS, em nome do PDT

- Solidarização às palavras do Deputado Jorge Cauhy ao parabenizar o companheiro aniversariante, Deputado Edimar Pireneus.

- Comentários sobre as consequências das mudanças econômicas na vida dos trabalhadores.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do Bloco Solidariedade

- Exposição das condições desfavoráveis, quanto à remuneração e rotatividade que afetam a classe dos datiloscopistas e solidarização à profissão pelo Dia do Datiloscopista comemorado ontem.
- Parabenização ao Deputado Edimar Pireneus, pela passagem de seu aniversário.

COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO JOSÉ EDMAR CORDEIRO (PSL)

- Apresentação de projeto de lei que «Dispõe sobre horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal, e dá outras providências».
- Denúncias de irregularidades na distribuição de terras no Distrito Federal.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PCB)

- Referência ao assentamento dos moradores do Acampamento da Telebrasil.
- Críticas à política habitacional do Distrito Federal.
- Manifestação de solidariedade à paralisação dos servidores da Universidade de Brasília.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Apresentação de requerimento que solicita o comparecimento a esta Casa da comissão constituída pela Novacap para apurar o desabamento do Ginásio Nilson Nelson, ocorrido durante a posse do Governador do Distrito Federal, para relatar o que já foi apurado.
- Denúncias de irregularidades contra as famílias do Acampamento da Telebrasil.

DEPUTADO AROLDO SATAKE (PDS)

- Apresentação de requerimento que solicita a retirada do Projeto de Lei nº 027/91, de sua autoria.
- Apresentação de projeto de lei que trata da criação do Conselho de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do DF e de projeto de lei que trata da criação da Escola Técnica de Brasília.
- Apelo ao Sr. Governador Joaquim Roriz para evitar o sucateamento do Colégio Agrícola de Brasília.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE (PTR)

- Comentários sobre a crise do transporte coletivo do Distrito Federal.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT)

- Relato de repercussão junto à imprensa, de pronunciamento proferido pela Deputada, referente à necessidade de a Câmara utilizar melhor os meios de comunicação para divulgar suas atividades.
- Alusão ao encontro com a Rádio Cultura FM para concretizar a proposta de prestação de serviços da Rádio para a Câmara Legislativa do DF.
- Apresentação de ofício para encaminhamento à Secretaria de Educação que solicita ao GDF a apresentação de dados específicos sobre a situação das escolas públicas e do ensino no GDF.

ORDEM DO DIA

ITEM ÚNICO — Discussão e votação, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 005 e 007, de 1991, de autoria, respectivamente, dos Deputados Maria de Lourdes Abadia, Agnelo Queiroz e Eurípedes Camargo. RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DOS AUTORES.

GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Apresentação de requerimento de voto de censura ao capitão da Polícia Militar do Mato Grosso, Edy Bospo.

- Afirmação da responsabilidade dos Deputados na questão da melhoria das condições do abastecimento de água do DF.
- Esclarecimento sobre sua posição a respeito da chacina de três assaltantes ocorrida em Mato Grosso.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PST)

- Apresentação de Projeto de Resolução nº 028, de 1991, que «Cria a Comissão Especial da Criança e do Adolescente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências».

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Anúncio da presença, no Plenário desta Casa, do Deputado Federal Sigmaringa Seixas.

COMUNICADO DA MESA

- Informação ao Plenário sobre as medidas tomadas para o pagamento dos funcionários da Casa.

ENCERRAMENTO

Ata da 23ª Sessão Ordinária, em 06 de fevereiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães, Tadeu Roriz

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Benício Tavares, Pedro Celso

Às 15 horas e 20 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo Queiroz** (PC do B)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **Benício Tavares** (PDT)
- Deputado **Carlos Alberto** (PCB)
- Deputado **Cláudio Monteiro** (PDT)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Eurípedes Camargo** (PT)
- Deputado **Fernando Naves** (PDC)
- Deputado **Geraldo Magela** (PT)
- Deputado **Gilson Araújo** (PTR)
- Deputado **Padre Jonas** (PDT)
- Deputado **Jorge Cauhy** (PL)
- Deputado **José Edmar** (PSL)
- Deputado **José Ornellas** (PL)
- Deputada **Lúcia Carvalho** (PT)
- Deputado **Manoel de Andrade** (PTR)
- Deputada **Maria de Lourdes** (PSDB)
- Deputado **Maurílio Silva** (PTR)
- Deputado **Pedro Celso** (PT)
- Deputado **Peniel Pacheco** (PST)
- Deputada **Rose Mary Miranda** (PTR)
- Deputado **Salviano Guimarães** (PFL)
- Deputado **Tadeu Roriz** (PSC)
- Deputado **Wasny de Roure** (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, o Projeto de Lei nº 68, oriundo do Poder Executivo, enviado ainda ao Senado Federal, mas encampado pela Mesa.

Solicito ao Sr. 3º Secretário que proceda à leitura do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 068/91

(Do Deputado Aroldo Satake)

Dispõe sobre a Política do Desporto no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DECRETA:

Art. 1º É dever do Distrito Federal fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados os preceitos do artigo 217 da Constituição Federal e mais os seguintes:

I — incentivo ao desporto escolar, ao lazer e às atividades desportivas comunitárias, definindo, através do seu órgão competente, normas disciplinadoras para sua organização e funcionamento;

II — o desporto escolar se desenvolverá a partir da educação física curricular, com matrícula obrigatória, em todos os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal, contribuindo, na formação do educando, para o exercício da cidadania;

III — o exercício de funções em órgãos colegiados oficial com atuação em matéria desportiva, seja federal ou estadual, inclusive Justiça Desportiva, assim como a convocação para integrar representação desportiva estadual não-profissional, será considerado de relevante interesse, e os servidores públicos e empregados, nestas condições, terão abonadas suas faltas, computando-se como de efetivo serviço o período de permanência e de duração da convocação;

IV — a distribuição e repasse dos recursos públicos estaduais às entidades e associações desportivas far-se-ão com base em critérios estabelecidos em lei, que levará em conta o número de atletas assim organizados;

V — o esporte terá seu planejamento, normatização e fiscalização, com concentração de recursos, coordenados por um único órgão estadual, o qual terá sob sua responsabilidade a construção e conservação de instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto;

VI — garantir às pessoas portadoras de deficiência as condições à prática de educação física, de esporte e lazer.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Não podemos mais ignorar a importância do desporto na formação do cidadão. São de domínio público os milhares de casos de menores desamparados e delinquentes juvenis que encontraram no esporte o reingresso na sociedade e o sucesso pessoal, com alguns alcançando títulos e reconhecimento mundial. Em todas as modalidades esportivas são muitos os campeões de hoje que se tornaram desportistas seguindo os bons exemplos dos atletas famosos do passado. Até mesmo os cientistas já reconhecem a prática desportiva como o melhor tratamento na recuperação dos viciados em tóxicos e portadores de várias doenças cardiovasculares. Os educadores já comprovaram ser o esporte o melhor incentivo para criança no estudo.

Por tudo isso e para se fazer justiça aos desportistas de nossa cidade, dirigentes de federações e clubes, técnicos e professores de educação física e atletas em geral que, desde a fundação de nossa cidade estado, sem nenhum amparo legal, com sacrifícios de toda ordem, fizeram maior a imagem de nossa capital e de nossa população, perante o país e o mundo, apresento este projeto de lei que pretende estabelecer uma política adequada a tão importante segmento da sociedade.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1991.

Deputado Aroldo Satake

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Passamos ao período destinado ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

1. José Edmar
2. Carlos Alberto
3. Wasny de Roure
4. Aroldo Satake
5. Manoel de Andrade
6. Lúcia Carvalho

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, primeiramente, apresentar projeto de lei que dispõe sobre horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 049/91

(Do Deputado José Edmar)

Dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 1º Faculta a abertura dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal a funcionar 12:00 horas diárias.

§ 1º Os estabelecimentos comerciais terão dois turnos divididos das 6:00 horas corridas ficando o horário de início a critério do comerciante.

§ 2º Fica vedado a participação dos trabalhadores nos dois turnos, salvo acordos ou convenção coletiva.

Art. 2º O estabelecimento comercial que não optar pela abertura prevista no artigo anterior funcionará nos seguintes horários:

I — das 8:00 às 18:00, de segunda à sexta-feira;

II — das 8:00 às 12:00 horas aos sábados.

Art. 3º Mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, firmado entre os sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais e econômicas, poderá ser fixado horário diverso do estabelecido nos artigos 1º e 2º deste projeto.

Art. 4º Se os funcionários tiverem uma jornada de trabalho de 6 (seis) horas corridas, ficará livre o funcionamento dos seguintes comércios:

I — Estabelecimentos comerciais localizados no Aeroporto, nas estações rodoviárias e ferroviárias de Brasília

II — Hotéis e similares

III — Hospitais e similares

IV — Farmácias e drogarias

V — Padarias e confeitarias

VI — Restaurantes, bares, sorveterias e similares

VII — Cinemas, teatros, boites e casas de diversões públicas

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

José Edmar
Deputado Distrital

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem a finalidade de facultar o funcionamento dos estabelecimentos comerciais do DF em 12:00 horas corridas, dividindo seu funcionamento em 2 turnos ininterruptos. Com isto, tivemos a preocupação de atender a aspiração da classe trabalhadora, reduzindo assim sua jornada de trabalho de 48:00 horas semanais para 36:00 horas semanais, sendo uma proposta acima daquilo sonhado pela classe.

Estamos beneficiando também a sociedade, que adquirirá novos horários para suas compras, evitando assim o corre-corre de última hora dos cidadãos. Com isso engarrafamentos, filas enormes, locais muito cheios, deixarão de existir tirando das pessoas um nervosismo angustiante, que prejudica a saúde dos mesmos.

Outros que também serão beneficiados, sem dúvida nenhuma, será a classe empresarial, pois terá os seus estabelecimentos com as portas abertas por um período de tempo bem maior, inclusive aos sábados, o que acarretará um aumento de receita nos seus estabelecimentos. Além do mais este funcionamento é facultativo aos empresários, pois se acharem essa maneira inviável optarão pelo funcionamento normal.

Diante do exposto submeto aos meus nobres colegas o presente projeto contando com a colaboração de todos para sua aprovação.

Srs. Deputados, tentarei dizer em cinco minutos o que planejei dizer ontem, em vinte minutos, e não o fiz em decorrência de pedido dos companheiros.

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, apresentei à Mesa requerimento visando à guarda, por parte do Executivo, do arquivo do Departamento de Terras Rurais, e enviei ao Governador carta solicitando o afastamento temporário do Sr. Ariston Drumonte até a apuração dos trabalhos da CPI, em decorrência de denúncias que nos chegam, com fortes indícios de favorecimento ilícito por parte desse funcionário.

O «BsB Brasil» de 2 de fevereiro publicou matéria em que o Sr. Ariston Drumonte reagia à denúncia de distribuição ilegal de lotes. Segundo Ariston Drumonte «as acusações do Deputado estão relacionadas com a Colônia Agrícola Bernardo Sayão». Isso prova, mais uma vez, que o Sr. Ariston Drumonte não está só sendo denunciado pelo que apresento agora; já foi intimado antes a prestar declarações, quando citado no caso de assentamento da Colônia Agrícola Bernardo Sayão.

Também foi publicado no dia 5 de fevereiro no «Jornal de Brasília», matéria sob o título «Zoobotânica nega concessões irregular de terra», na qual o Sr. Diretor Executivo da Fundação Zoobotânica, Ludgério Monteiro, ressalta algumas coisas que considerei desastrosas: «Tudo isso não passa de denúncia vazia». Conclamo os companheiros a refletirem sobre o que é denúncia vazia, quando temos em Brasília, e a imprensa tem divulgado, um clamoroso e vexatório assentamento agrícola.

Portanto, não poderia ser vazia, mesmo porque ele próprio, o Sr. Ariston Drumonte, já concordou em que haveria outros inquéritos sobre concessão irregular de terras.

Mais adiante, o Sr. Ludgero Monteiro também disse: «Isto me cheira a irresponsabilidade».

Srs. Deputados, irresponsabilidade seria, a meu ver, eu ter conhecimento de tais fatos e não apresentá-los em plenário nem pedir a constituição da CPI.

Ele declarou, também, que todo o material do arquivo está sendo computadorizado e jogado em disquetes. Eu também tive essa informação e, por isso, pedi a guarda desse arquivo. Ao saber que está sendo jogado em disquetes, fiquei com receio de que também essas informações fossem atiradas fora. E são informações que nos interessam.

São descabidas as declarações do Sr. Ludgero Monteiro ao jornal, que noticia o seguinte:

«Ludgero ressalta que novas concessões e arrendamentos estão proibidos desde o ano passado. Ele explica que um decreto do então governador Wanderley Vallim passou a disciplinar a matéria e definiu que cessão de terras do DF só através de licitação pública. O decreto foi publicado no dia 19 de abril e, segundo o diretor da Fundação Zoobotânica, a partir daí 'nem um centímetro de terra do governo foi arrendado. Isso eu posso garantir'».

Isso é mentira. Há menos de noventa dias a Cimfel cercou uma área, a primeira, no caminho de Taguatinga para cá, na Estrutural. Não faz mais de noventa dias. São mentirosas as declarações que deu a esse jornal.

Diante das declarações do Sr. Ludgero Monteiro Correia, dadas no dia 28/01/91, ou seja, segunda-feira, e reiteradas as mesmas declarações no jornal «BsB» de hoje, tenho o dever de ocupar esta tribuna e conclamar os meus nobres colegas a que não deixemos esta Casa ser desrespeitada por quaisquer cidadão ou autoridade, pois estas têm o dever jurídico e ético de defender a Constituição e as instituições constituídas.

Há alguns dias, o Deputado Peniel Pacheco ocupou esta tribuna e defendeu o Poder Legislativo. Segundo o nobre Deputado, «falta paixão pelo trabalho legislativo, coleguismo e solidariedade entre os Deputados na defesa de suas prerrogativas». Quero lembrar ao ilustre Parlamentar que a paixão se consolidará se colocarmos os nossos discursos democráticos em prática. O povo está cansado de ouvir e ler as coisas filosofadas pelas nossas autoridades. A sociedade espera de nós uma ação urgente na defesa dos direitos daqueles que estão excluídos do direito, os da classe desfavorecida. Solidariedade deve existir não só com os Parlamentares, mas principalmente com a sociedade, já que esta tem os olhos voltados para o nosso comportamento nesta egrégia Casa. E por falar em solidariedade, temos o dever e a obrigação moral de sermos solidários com os chacareiros da Vila São José, que, antes das eleições, não tinham nenhuma autoridade para defender seus interesses, mas hoje têm a nós, que além de representá-los iremos defendê-los.

Pois bem, Srs. Deputados, como é de conhecimento de todos, esta Casa instaurou a CPI com a finalidade de apurar

as ilegalidades do projeto Águas Claras, e outros, portanto, fiquei surpreendido ao ouvir a autoridade em epígrafe dizer que a FZDF fará uma fiscalização mais precisa para detectar quais os chacareiros que não estão produzindo, e a estes será dado um novo prazo para que possam desenvolver a atividade agrícola, com a qual, segundo o Diretor, eles continuarão nas chácaras.

Com tais alegações, estamos atentos para os falsos agricultores, ou seja, aqueles que irão usar do subterfúgio de fazer um plantio com a finalidade de adquirir o domínio de suas mansões.

Declarações como essa, Sr. Presidente, ferem a autonomia dos poderes. Ao ser usado esse expediente, entendo que está havendo um desrespeito a este Poder. Até pela sensatez o Poder Executivo tem de esperar a apuração e a conclusão da CPI.

Estou convicto de que a terra para o verdadeiro agricultor é como a água para o peixe. Sem ela, ele não vive. O verdadeiro camponês depende da terra e sem ela também não sobrevive. Sabemos as dificuldades que o homem do campo passa, pois foi esquecido por nossas autoridades.

O homem do campo é o oposto destes falsos agricultores que estão nas Águas Claras como pseudo-agricultores. É de salientar que estes em um ano construíram suas mansões com belas piscinas, saunas, campo de futebol etc., enquanto que os pobres dos camponeses que ali residiam foram expulsos de suas chácaras por estes e por pseudo-autoridades que não vivem e nem dependem da terra.

Diante do exposto, venho pedir, aos nobres Deputados a convocação a esta Casa do Sr. Ludgero Monteiro Correia, para prestar esclarecimentos sobre o assunto supramencionado, a fim de tomarmos as providências devidas, pois a CPI ainda nem havia saído publicada no «Diário Oficial do DF» — saiu hoje — «e o senhor mencionado acima já chegou ao veredito do que fazer e como fazer».

Era só o que tinha para o momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos estão informados a propósito da questão do Acampamento da Telebrasil. Há poucos dias estive aqui uma comissão de moradores solicitando o urgente assentamento daquela área.

O «Jornal de Brasília», em sua edição de hoje, anuncia que o Governo do Distrito Federal deu um prazo de setenta e duas horas para cerca de trezentas famílias deixarem o Acampamento da Telebrasil, sob pena de remissão compulsória. O porta-voz do GDF já se refere à existência em Brasília de uma indústria de invasão, aliás, termo muito utilizado no período da ditadura, quando não se tinha

nenhum interesse em resolver os graves problemas de moradia de milhares de cidadãos então acomodados em barracos miseráveis e mesmo debaixo de pontes.

Estamos vivendo um clima de muitas dificuldades, em face do agravamento do crime econômico e social. O Plano Collor II tenta, numa perspectiva de projeto neoliberal, superar esta situação. Mas, é um plano que também indica que estas crises, econômica e social, podem transformar-se em crise política.

Sabemos que evitar o que aconteceu, por exemplo, em São Paulo, na Vila Socialista, não depende apenas do desejo ou da vontade de uma ou duas lideranças. Fatos como aquele refletem exatamente — essa situação de crise econômica e social. Esses acontecimentos, que às vezes provocam verdadeiras batalhas campais, ocorrem exatamente em face do clima que compõem o cenário em que hoje vivemos.

Certamente — e Brasília não poderia escapar deste flagelo — os aproveitadores, os especuladores de toda hora estão aí presentes para se beneficiar. Mas, não acredito que trezentas famílias como um todo possam ser acusadas deste comportamento. No fundo, a recente invasão do Acampamento Telebrasil, já apelidada de Invasão do Iraque, continua a refletir o grave problema de moradia existente em nosso País, e que em Brasília, a despeito dos assentamentos colocados em prática por Joaquim Roriz, ainda tem uma dimensão a ser considerada.

Quando pensamos em solução dos problemas de moradia, não podemos, evidentemente, imaginar que seja possível solucioná-los apenas com base nos assentamentos, particularmente na Capital da República. Toda política habitacional conseqüente tem de ser coerente com o que se processa a nível nacional, com uma política fundiária também de âmbito nacional, com a retomada do crescimento econômico, enfim, com um conjunto de fatores que efetivamente permitirão a solução definitiva desses problemas.

A solução para o problema habitacional não pode ser dada isoladamente, apenas por um governo, mas deve ser produto de uma política nacional, integrada, e que combine a reestruturação fundiária nacional com uma sólida política de crescimento e de geração de novos empregos. Esta mesma lógica deve ser aplicada a Brasília: sem uma política habitacional que esteja combinada com o crescimento econômico, uma política de emprego e o desenvolvimento do Entorno, as invasões se sucederão e se converterão em constantes focos de tensão política. Fazer assentamentos é uma política correta, mas esta atitude, apenas, é insuficiente.

Brasília precisa, e urgentemente, de uma opção decisiva pela industrialização, com destaque para o pólo científico, tecnológico e cultural.

Vários colegas já têm abordado desta tribuna a questão da industrialização. Entretanto, há diversas maneiras para

industrializar. Brasília é a capital da República, não mais somente a capital administrativa, mas uma grande metrópole, com dois milhões de habitantes, onde não há empregos. Os serviços nas estatais estão diminuindo por força da conjuntura, das circunstâncias, da política do Governo Federal. Evidentemente, industrialização tem de ser capaz de gerar renda. Renda é sinônimo de emprego. É impossível gerar emprego sem haver renda. Por isso; o produto elaborado pelo processo de industrialização deve ser de alto valor agregado, que, na moderna industrialização, só é possível obter em indústrias de ponta, com alto teor de tecnologia. Brasília, para ser um pólo tecnológico avançado, tem de ser um pólo científico expressivo. É impossível Brasília realizar essa tarefa sem que o Governo Federal esteja também nela empenhado. A tarefa de transformar Brasília num, pólo científico, tecnológico e cultural exige investimentos. Quando se fala em investimentos, não se pode pensar, num momento como este, apenas naqueles espontâneos, que surgem da iniciativa privada. Então, o papel do Estado, mais uma vez como responsável pelo desenvolvimento e pela superação das injustiças, da exploração, da pobreza, claramente terá de ser desempenhado na Capital Federal mais uma vez.

Entendemos que a Capital Federal deve ser uma espécie de modelo para o País, e para isto é necessário que haja empenho do Governo Federal, assim como do Governo local.

Sr. Presidente, isso ocorre concomitantemente com toda uma situação de agravamento da problemática social de Brasília.

Sr. Presidente, quero aqui, ainda, prestar minha solidariedade aos servidores da Universidade de Brasília, que ontem decidiram realizar uma paralisação de advertência por 36 horas. Os funcionários da UnB conseguiram na justiça a incorporação da antiga URP aos salários, retroativa a fevereiro de 1989, mas até agora o Ministério da Educação vem se negando a cumprir a sentença. Então, não se está falando de nada que não tenha sido concedido pela Justiça. Queremos que seja cumprida a decisão dos tribunais. Essa é uma questão que para nós significa democracia, sinônimo de avanço social, de sociedade civilizada, onde as leis são cumpridas.

Os servidores da UnB, como os seus professores, têm sido constantes vítimas das políticas de arrocho do Governo. Não se constrói uma universidade forte, um País com relativa autonomia nos campos científico e tecnológico, com salários de fome.

A criação desse pólo exige que a Universidade seja respeitada, não só a de Brasília. Falamos, hoje, em Universidade de Brasília porque seus servidores estão num momento de luta. Esta tarefa é também da Câmara Legislativa.

Muito obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Deputados, companheiros de luta, imprensa, companheiros presentes na galeria desta Casa, trago um requerimento de presença da comissão recentemente constituída pela Novacap para apurar o desabamento do Ginásio Nilson Nelson.

REQUERIMENTO Nº 060 DE 1991

Solicita à Mesa da Câmara Legislativa pedido à Novacap para que viabilize a presença da comissão formada para apurar as causas do desabamento do Ginásio Nilson Nelson.

Senhor Presidente,

Requeiro à V. Exa. que solicite ao coordenador da Comissão formada pela NOVACAP para apurar as causas do desabamento do ginásio Nilson Nelson a presença desta comissão junto à esta Casa para maiores esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos realizados.

Wasny de Roure
Deputado Distrital

O comparecimento dessa comissão e o seu relatório aos membros desta Casa são importantes, porque temos interesse em acompanhar as razões que levaram àquele desastre, que poderia ter tido consequências extremamente graves caso o ginásio tivesse sido aberto para receber a população que esteve presente na Praça do Buriti por ocasião da posse do Sr. Governador. Felizmente não houve ceifa de vidas, mas grandes possibilidades de assim ter ocorrido.

Desejo ainda, Sr. Presidente, até em seguimento ao Deputado que há pouco nos antecedeu, trazer a denúncia da atividade terrorista da Terracap ao abordar famílias já desprovidas de condições dignas de habitação, no Areal, e que além disso tiveram sua lona de cobertura raptada por uma empresa pública, o que deixou em situações bastante agravadas aquelas seis famílias, sobretudo três delas, que tiveram ainda surrupiada uma lona que era a sua fonte de proteção.

Deixo aqui essa denúncia, que confirma o agravamento da guerra camuflada que está ocorrendo no Acampamento da Telebrasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminho à Mesa requerimento com o seguinte teor:

«Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do disposto no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do

Projeto de Lei nº 27/91, de minha autoria, ora em apreciação na Comissão de Constituição e Justiça.

Justificativa: substituição de terminologia no texto do mesmo.»

REQUERIMENTO Nº 040/91

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Legislativa do DF.

Nos Termos do Disposto no artigo 256, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Projeto de Lei nº 027/91, de minha autoria, ora em apreciação na Comissão de Constituição e Justiça.

JUSTIFICATIVA

Substituição de terminologia no texto do mesmo.

Sala de Sessões, 06/fevereiro/1991.

Deputado Aroldo Satake

Encaminho à Mesa o projeto de lei da minha autoria que autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho de Política Agrícola Agrária e Fundiária do Distrito Federal e dá outras providências.

Encaminho também, outro projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Brasília e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 027 DE 1991

(Do Deputado Aroldo Satake)

Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Distrito Federal e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a criar o Conselho de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Distrito Federal.

Art. 2º O Conselho de que trata o Art. 1º desta lei será constituído paritariamente por representantes:

I — de órgãos do Poder Executivo ligados às áreas agrícolas de meio ambiente;

II — do Conselho Regional e Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CREA/DF;

III — do Conselho Regional de Economia;

IV — de entidades legalmente constituídas, ligadas à questão agrícola.

Parágrafo Único — O Conselho terá como Presidente o Secretário de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal.

Art. 3º Além de atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Agrícola, Agrária e

Fundiária, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo e do que estabelece a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, do Governo Federal, compete, em caráter permanente e deliberativo:

I — propor diretrizes, planos e programas de política agrícola, agrária e fundiária;

II — opinar sobre os pedidos de alienação ou concessão das terras públicas do Distrito Federal;

III — opinar acerca da proposta orçamentária da política agrícola, agrária e fundiária;

IV — criar comissões para acompanhamento e fiscalização de projetos de assentamento no território do Distrito Federal nos casos que julgar conveniente;

V — julgar a relevância, ou não, para o Distrito Federal dos projetos agroindustriais apresentados com vistas à alienação de terras;

VI — estabelecer os critérios que permitam a titulação definitiva de áreas integrantes de assentamentos rurais.

Art. 4º A concessão de terras públicas far-se-á mediante contrato, contendo, necessariamente, e sem prejuízo de outras estabelecidas pelas partes, cláusulas que disponham sobre:

I — exploração da terra diretamente pelo concessionário para cultivo ou qualquer outro tipo de exploração, em conformidade com a política agrícola e agrária e respectivos planos e programas;

II — comprovação por parte do concessionário de não ser proprietário ou possuidor, ainda que por interposta pessoa, de outro imóvel rural;

III — obrigação de residência permanente dos beneficiários na localidade em que se situar a área de objeto do contrato;

IV — manutenção das reservas florestais obrigatórias e observância das restrições do uso do imóvel, nos termos da lei.

§ 1º A concessão será, automática e sumariamente, rescindida, sem direito à indenização e retornando o direito do uso da terra ao Poder Público, ouvido o Conselho de Política Agrícola, Agrária e Fundiária sempre que, comprovadamente:

I — for descumprida qualquer cláusula contratual;

II — não forem observadas as prescrições constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais;

III — forem descumpridas as leis fiscais e trabalhistas.

Art. 5º É a Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal, mediante portaria do Secretário, autorizada a estabelecer condições, no prazo de 60 dias, para aplicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

No momento em que o Brasil passa por uma ampla reforma política e administrativa, nada mais justo que o segmento agrícola, agrário e fundiário do Distrito Federal participe efetivamente destas mudanças e que o faça através de órgão que conte com a participação de todos os setores envolvidos diretamente na questão, principalmente o produtor rural que vive o dia-a-dia do problema.

As soluções para os grandes e graves problemas do setor são urgentes e somente a participação da comunidade, através de um Conselho, trabalhando ombro a ombro com o Poder Público, poderá viabilizar resultados produtivos e a curto prazo.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 1991

Deputado Aroldo Satake

PROJETO DE LEI Nº 048, DE 1991

(Do Deputado Aroldo Satake)

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Brasília e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a criar a Escola Técnica de Brasília no Distrito Federal.

Art. 2º Caberá à Escola Técnica de Brasília manter cursos de nível médio e profissionalizante, que serão definidos pelas Secretarias de Educação, Planejamento, Indústria e Comércio, além da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central — Codeplan, com o objetivo de formar técnicos destinados ao atendimento das necessidades sócio-econômicas da região.

Art. 3º As despesas com a instalação e o funcionamento da Escola Técnica referida nesta lei correrão por conta de dotações a serem consignadas no orçamento do Governo do Distrito Federal, para os exercícios financeiros subsequentes à publicação desta lei.

§ Único. Os cargos, funções e empregos indispensáveis serão criados por lei, de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O maior patrimônio de uma nação é formado pelos recursos humanos. De nada adianta as enormes potencialidades deste País, especificamente do Distrito Federal, sem a mente criadora e a mão empreendedora do homem.

As ações do Governo inerentes ao setor educacional, deverão estar norteadas pelo princípio de que a educação é a maior fonte de alavancagem para o desenvolvimento econômico e social.

Com este projeto, esperamos que o Distrito Federal consiga superar a sua defasagem em relação ao restante do País, no momento em que dispuser de mão-de-obra qualificada para desenvolver os potenciais de nossa região.

A instalação dessa unidade de ensino contará com a difícil tarefa de estreitar os laços entre os mundos da educação e do trabalho, principalmente no que concerne, num futuro próximo, ao programa de industrialização do Distrito Federal.

Estou certo que os nobres Deputados, atentos à importância da matéria, apoiarão esta iniciativa, a qual é fundamental para o desenvolvimento do Distrito Federal.

Sala das Sessões, de fevereiro de 1991

Deputado Aroldo Satake

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

É muito constrangedora a pouca atenção dada ao setor agrícola nos últimos anos.

A falta de uma política agrícola, o esvaziamento dos órgãos responsáveis pelo estudo dos problemas do setor rural e linhas de créditos distorcidas por mau gerenciamento dos recursos destinados ao seu desenvolvimento formam o atual quadro que se apresenta num segmento de grande importância, que é o de produzir alimentos para a população e impulsionar, com a renda gerada, o desenvolvimento das indústrias de base.

No Distrito Federal vários planos de reforma administrativa tentaram esvaziar a Secretaria de Agricultura, via privatização da Ceasa/DF, que tem um papel preponderante na política de comercialização, abastecimento e armazenagem. Houve ainda a extinção da Emater, quando promoveram o encerramento da Embrater, e, mais recentemente, foi apresentada sugestão com vistas a fundir a atual Secretaria de Agricultura e Produção com a da Indústria e Comércio.

Felizmente, parece que tais idéias esfriaram nos gabinetes dos tecnocratas que acharam poder produzir alimentos atrás da Mesa.

Contudo, ao ler a reportagem publicada ontem na página 9 do jornal «BsB-Brasil», deparei-me com mais um caso de desprezo às questões rurais: o Colégio Agrícola de Brasília, sem servidores, pode paralisar suas atividades.

O referido estabelecimento de ensino foi embutido no plano de metas do Governo Juscelino Kubitschek e criado em 17 de fevereiro de 1959, com o objetivo de ministrar cursos regulares de colégio agrícola. Ministra também curso de 2º grau profissionalizante em agropecuária e economia doméstica.

Na verdade, o Colégio Agrícola de Brasília é mais que uma escola comum, instalada na zona rural. É um centro de desenvolvimento, atuando na formação de jovens da região e promovendo o crescimento integral do meio, através de ações comunitárias.

Os cursos do Colégio Agrícola são ministrados a moças e rapazes, com prioridade na seleção para os que vêm do campo. A adoção desse critério visa a assegurar a permanência do jovem no meio rural, evitando o êxodo para os centros urbanos. O conhecimento que eles obtêm nos cursos, porém, podem ser utilizados diretamente no meio rural ou a serviço de empresas públicas ou privadas nas cidades.

Desde 1978 o Colégio teve transferido seu controle para o Governo do Distrito Federal, incorporando-se à rede oficial de ensino.

Desde então nada foi feito com vistas a dotar o estabelecimento com pessoal próprio, quer pela regularização do pessoal pertencente ao quadro do MEC, quer pela transferência ou contratação de professores qualificados.

Louvo a iniciativa do Deputado Federal Osório Adriano, em buscar uma solução rápida para o problema, uma vez que, com a devolução de 62 servidores ao MEC, sendo 24 deles professores de formação especial, o Colégio Agrícola certamente não terá iniciado suas aulas no dia 25 próximo.

Desta tribuna, apelo para o Governador Joaquim Roriz, homem de tradição rural, no sentido de que seja resolvido este impasse, o mais brevemente possível, para que possamos evitar o desprezo, o esquecimento e o sucateamento de mais um órgão de fundamental importância para o desenvolvimento do setor rural.

Sr. Presidente, desejo ainda, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitar à Mesa, e em especial à 3ª Secretaria, a publicação da Ordem do Dia, com a antecedência mínima necessária para que os Deputados possam tomar conhecimento da matéria, evitando-se, assim, atropelos na votação, pelo desconhecimento, incorrendo às vezes em erro, legislando erroneamente em prejuízo da comunidade e de todos os setores a que corresponde a matéria.

A publicação se faz necessária inclusive para a apresentação de emendas no prazo determinado para o seu recebi-

mento, conforme o art. 122 e parágrafos do Regimento Interno do Senado Federal.

Muito obrigado.

Deputado Aroldo Satake

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao Deputado Manoel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa vinda a esta tribuna é para tecer alguns comentários a respeito do transporte coletivo da nossa Capital.

Quero chamar a atenção deste Plenário, da comunidade e da imprensa para a situação caótica dos nossos serviços de transporte público.

A despeito de as empresas de transporte coletivo alegarem que o alto custo da tarifa está intimamente ligado à disposição geográfica de Brasília, parece-me não ser um argumento correto, principalmente por observar, embora não desconheça esta causa, que tais empresas nada fazem para aumentar o número de passageiros a usarem seus ônibus.

Quero, desta tribuna, justamente testemunhar o descaso com que as empresas de ônibus vêm tratando a comunidade. E parece-me também que o caixa-único tem sido o grande obstáculo para que as empresas de ônibus cumpram o seu dever. E digo obstáculo porque as empresas trabalham por quilômetro rodado. A elas não interessa encher os ônibus, pois o custo de manutenção do veículo que roda vazio é muito mais barato.

Aproveitando esta deixa, a facilidade de o caixa-único pagar por quilômetro rodado, os empresários de ônibus permitiram que surgisse em Brasília uma corrida desesperada para o transporte alternativo, através de kombis-lotação. Isto para a cidade é um péssimo negócio porque o Governo paga, o Estado paga, a população paga e não tem a retribuição necessária de um transporte de boa qualidade.

Minha preocupação se resume na segurança e no bem-estar dos usuários e da comunidade. É freqüente se observar nos pontos de ônibus, nas estações e terminais rodoviários, razoável número de kombis fazendo o transporte coletivo que deveria ser feito pelas empresas concessionárias desse setor. E, ainda pior, colocando em risco a segurança dos usuários. E digo colocando em risco porque essas kombis que fazem lotação não dispõem das mínimas condições de segurança. A kombi, como é sabido e testado tecnicamente, não possui uma estrutura sólida que lhe permita circular com segurança. Hoje mesmo, conversando com vários motoristas de ônibus, diziam eles que muitas vezes não conseguem encostar nas paradas e desta forma atender aos usuários, porque grande parte delas estão ocupadas por kombis-lotação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção desta Casa para a grave crise que estamos vivendo na área do transporte coletivo de Brasília, e para o perigo

de o Governo, a qualquer pretexto, regularizar um serviço que em muitas cidades já foi banido. Trago como exemplo a cidade de Porto Alegre, que chegou a regulamentar o transporte de kombis-lotação e hoje o abandonou, por não se prestar ao atendimento da comunidade. Um dado importante é que tive oportunidade de constatar, de passagem pela expansão do Setor O, a presença de 18 pessoas dentro de uma kombi. Para mim isso é caso de polícia. O Código Nacional de Trânsito não permite que esse tipo de veículo faça transporte coletivo, por não oferecer as condições básicas de segurança. Precisamos dar um exemplo de modernidade aqui em Brasília e obrigar as empresas de transporte a cumprirem com seu dever, aumentando a frequência ou o número de viagens dos coletivos nas ruas de nossa cidade. Mais um apelo que faço é no sentido de que, no período da noite, precisamente depois das 24 hs, esses ônibus permaneçam em atividade, porque os trabalhadores de restaurantes, hotéis e similares ficam muitas vezes duas a três horas sem transporte, pois as empresas de ônibus que deveriam realizar este trabalho não o fazem. Talvez o Estado não tenha sido suficientemente fiscalizador para obrigar o setor do transportes coletivos a melhor atender aos seus objetivos.

Srs. Deputados, o desempenho do setor de transporte público tem de ser repensado, pois em Brasília já é um caso de polícia. Precisamos tomar nesta câmara as providências necessárias para mudar a fisionomia e a qualidade deste transporte, que poderia ser um exemplo para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães.) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que todos os companheiros aqui presentes, imprensa e público, tiveram conhecimento do pronunciamento feito por nós quanto à necessidade de a Câmara utilizar melhor os veículos de comunicação, inclusive para noticiar as próprias atividades e fazer um trabalho educativo junto à comunidade.

Esse pronunciamento teve boa repercussão junto à imprensa, com vários trechos publicados, de modo que tivemos um retorno positivo.

A Rádio Cultura-FM esteve em contato comigo pela manhã, pois deseja fazer esse serviço de utilidade pública para a Câmara. Amanhã, às 9hs, vamos ter um encontro com representantes da Rádio Cultura-FM, ao qual estarei presente, porque propus a matéria, e também, com a Assessoria de Imprensa, pois acredito que é Maria Félix que deverá tratar desse assunto. Na verdade, só estamos dando o pontapé inicial e comunicando aos Parlamentares que nosso pronunciamento já teve retorno por parte da imprensa. Aproveito para parabenizar a Rádio Cultura-FM pela iniciativa, esperando que outras estações também de

grande audiência, como a Globo, queiram prestar esse serviço de utilidade pública.

Srs. Deputados, li hoje artigo do nosso companheiro, aqui presente, Jair Farias, «A Câmara e a Pesquisa». Devo dizer que concordo com muitas de suas afirmações, inclusive com a de que nós, Parlamentares, só vamos ser reconhecidos pela comunidade na medida em que tivermos uma atuação realmente dirigida para a votação de projetos que correspondam aos interesses dessa comunidade. Concordo igualmente em que não serão propostas de requisição de tempo na TV e no rádio para promover os trabalhos do nosso Legislativo que resolverão os problemas de imagem desta Casa. A esse respeito tomei a liberdade de responder à crítica diretamente a ele, e a minha resposta a essa observação foi o pronunciamento da Rádio Cultura-FM.

Assimilei a outra parte da crítica e acho que está correta quanta a nossa atuação, mas sabemos da importância desse trabalho junto à imprensa.

Outro ponto que quero abordar é a situação das escolas. Tenho comigo um ofício, que será encaminhado à Secretaria de Educação, sobre o déficit na escola pública. Em contato com as entidades sindicais, tanto com o Sindicato dos Professores, como com o dos auxiliares, fizemos uma avaliação da atual situação e chegamos a algumas conclusões.

Nove escolas novas serão construídas, para o que o MEC está repassando 850 milhões de cruzeiros. Ora, vamos ter, já aprovada, a lotação de mais 1800 professores no quadro permanente, com ampliação já prevista de mais 500, conforme negociações com o Governo. Com base nesses dados, concluímos que é necessária a ampliação também do quadro de servidores, de merendeiras, de vigias etc.

O entendimento, hoje, até para retificar erros cometidos anteriormente, é no sentido de que escola não se faz somente com professores. Não é possível deslocar, por exemplo, de Samambaia os poucos servidores que lá trabalham e redistribuí-los por essas novas escolas que estão sendo criadas. Assim sendo, no ofício a que me referi e que, encaminharei à Secretaria de Educação, solicito que S.Exa., o Sr. Secretário quando vier à Comissão de Assuntos Sociais, logo após o carnaval, inclusive para dar um depoimento.

OFÍCIO Nº LC 006/91 — E

Brasília, 6 de fevereiro de 1991.

Exma. Sra. Secretária,

Dando continuidade a nossa solicitação de melhoria no atendimento educacional no Distrito Federal, expresso no Ofício 001/91, desejo declarar que as 1.800 (mil e oitocentas) vagas oferecidas contemplam apenas parcialmente às necessidades.

Diante então da demanda de alunos para 1991 vimos, pelo presente, solicitar a V.Exa. medidas no sentido de ampliar o quadro de profissionais do ensino, auxiliares e técnicos da Rede Pública.

Entendemos que as 1.800 (mil e oitocentas) vagas cuja aprovação foi submetida à Câmara Distrital são insuficientes para atender à carência no setor.

Assim sendo, reiteremos o pedido de aumento no número de vagas, principalmente para o nível 3 das 100 (cem) já aprovadas, para mais 500 (quinhentos), conforme entendimento com o Líder do Governo.

Solicitamos, ainda, sejam criadas as vagas para auxiliares de ensino (merendeiras, serventes, vigilantes, pessoal de secretaria e outros), correspondentes ao aumento da rede física e de professores, uma vez que a presença desses profissionais é indispensável para o funcionamento das escolas.

O aumento de vagas para os técnicos de apoio, como psicólogos, orientadores educacionais, bibliotecários, nutricionistas, odontólogos e outros também se faz necessário, razão pela qual solicitamos de V.Exa. providências imediatas nesse sentido.

É do conhecimento público que haverá um grande número de aposentadorias no corpo da Fundação Educacional do Distrito Federal, em 1991, o que ocasionará a necessidade da contratação de mais profissionais. A fim de que não surjam no início do próximo ano letivo as mesmas deficiências que agora, proponho a elaboração de estudo sobre a real demanda de professores, auxiliares e técnicos, bem como a realização de concursos para o suprimento das vagas.

Pela ocasião de seu comparecimento à Comissão de Assuntos Sociais esperamos receber o detalhamento dos números referentes à demanda, ao quadro de professores e necessidades futuras.

Esperando contar com o compromisso de V.Exa. com a qualidade do ensino no Distrito Federal, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Lúcia Carvalho
Líder do Partido dos Trabalhadores

À Exma. Sra. Stella dos Cherubins

DD. Secretária de Educação do Distrito Federal

Nesta

Sobre o quadro da educação e das carências existentes no setor, traga também o quadro das atuais necessidades de pessoal, da infra-estrutura de auxiliares, serventes, vigias, porteiros, psicólogos, orientadores. Porque escola realmente não se faz só com infra-estrutura e professores. Como estamos tratando de um campo em que a demanda é grande, ratifico, através desse ofício, solicitação ao Governo do Distrito Federal para que complete esses dados na

próxima semana e avalie a possibilidade de analisar essa área como um todo. Acho que é dever meu me posicionar desta maneira. Houve uma falha de minha parte quando me pronunciei aqui apenas como professora, pois, mais que isso, tenho de representar o interesse dos trabalhadores em educação.

Portanto, vou encaminhar aos companheiros o ofício a que me referi, inclusive ao companheiro representante e Líder do Governo, Maurílio Silva, para que saibam o que estou solicitando à Secretaria de Educação, e que, de certa forma, é complementar àquele pronunciamento que fiz sobre vagas em escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Mesa deseja prestar alguns esclarecimentos ao Plenário, de modo que solicito ao Deputado José Ornellas que fale em nome da Mesa Diretora.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Julguei necessário informar ao Plenário as medidas que tomamos para o pagamento dos funcionários da Casa, em face dos acontecimentos de ontem.

O pagamento dos 12 dias de serviços prestados foi feito hoje em espécie. Quanto aos 18 dias restantes, o pagamento será depositado na conta dos funcionários amanhã à noite. O BRB fará amanhã a distribuição dos talões de cheque, para que as contas bancárias possam ser movimentadas. Os recursos para o pagamento desses 18 dias já estão disponíveis, a partir de hoje, no BRB. Não foi feito hoje porque não será em espécie, e sim mediante crédito em conta.

Nossa meta era pagar os funcionários até o dia 5. Realmente estamos pagando no dia 6, e no dia 7 é que colocaremos o restante nas contas. Digo a V. Exas. que isso só foi possível com grande esforço de alguns funcionários desta Casa, da coordenação existente entre a Secretaria de Recursos Humanos e a Secretaria da Infra-estrutura, nas pessoas de seus diretores, Dr. Edson Grossi e Dr. Alberto Barbosa.

Ressalto também a cooperação enorme que recebemos do Governo do Distrito Federal, nas pessoas do Secretário do Planejamento e do Secretário da Fazenda, tendo em vista, como foi explicado ontem, que o crédito ainda não é da Câmara Legislativa, e sim está vinculado à Secretaria do Planejamento.

Finalmente, posso manifestar a V. Exas. nossa satisfação por termos finalizado as providências que nos cabiam. E faço um elogio ao gerente do BRB, agência 516, Dr. Agur Lopes, e da nossa futura gerente do posto da Câmara Legislativa, Sra. Maria Lis, pela maneira como atuaram no caso.

São esses os esclarecimentos que achei necessário trazer ao Plenário, ao mesmo tempo em que conclamo os nobres colegas à união, de agora em diante, a fim de que possamos trabalhar puxando a corda para o mesmo lado, e não fiquemos com retaliações desnecessárias.

Este o apelo que faço neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo manifestar-me sobre minha convicção de que os Deputados José Ornellas, V. Exa., Sr. Presidente, o Sr. 1º Secretário Pedro Celso, bem como os demais membros da mesa, tudo fizeram no sentido de, responsavelmente, bem administrar esta Casa, neste momento de transição, de instalação que estamos vivendo. Quero ressaltar que as medidas tomadas foram adequadas, particularmente essa sobre os salários, que fala tão de perto à dignidade dos nossos servidores.

Manifesto minha satisfação pela solução encontrada, que, acredito, o foi no prazo mais curto possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Ainda para esclarecimentos, com a palavra o Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, informo a esta Casa e ao público em geral que estivemos hoje — o Sr. Presidente e eu — em audiência com o Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, ocasião em que solicitamos a S. Exa. o apoio daquela Casa para a cessão de funcionários para a área pela qual respondo.

Quero informar também que esse contato se deveu principalmente à necessidade de suprir a Casa de pessoal técnico gabaritado. Tão logo consigamos requisitar oficialmente essas pessoas, estaremos atendendo à solicitação dos Srs. Deputados no sentido de apresentar — isso possivelmente ocorrerá já na próxima segunda-feira, após o carnaval — a Ordem do Dia e outras matérias que se referem à minha Secretaria.

Acredito, assim, que teremos condições de suprir as Comissões com assessores gabaritados e pessoal qualificado para responder pela parte legislativa.

Isso ainda não tinha sido possível pelo fato de a Resolução nº 006, desta Casa, só ter sido aprovada há 8 dias, e a audiência com o Presidente Mauro Benevides ter sido marcada para hoje.

Com o contato de hoje, acreditamos que, logo após o carnaval, conseguiremos ter todo o pessoal qualificado na nossa Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Há sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Rose Mary Miranda.

Solicito ao Sr. 3º Secretário que proceda à leitura do mesmo.

O SR. 3º SECRETÁRIO (Benício Tavares) — «Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa, requiro a

V.Exa. que se dê providências junto à Mesa desta Casa para celebração de convênio com a Proteção e Ação Social — PAS — para aproveitamento de crianças e adolescentes na execução de pequenas tarefas nas dependências da Câmara Legislativa.»

REQUERIMENTO Nº 061/91

Excelentíssimo Senhor

Presidente da CÂMARA LEGISLATIVA

Requeiro a V.Exa. que dê providências junto à Mesa desta Casa para celebração de convênio com a Proteção e Ação Social — PAS, para aproveitamento de crianças e adolescentes na execução de pequenas tarefas nas dependências da CÂMARA LEGISLATIVA.

JUSTIFICAÇÃO

A CÂMARA LEGISLATIVA do Distrito Federal tem o compromisso com a nossa sociedade de dar exemplo na questão das crianças e dos adolescentes. Por isso, é fundamental que a Mesa desta Casa concretize a assinatura de um convênio com a Proteção e Ação Social-PAS, para a contratação de crianças e adolescentes que executariam pequenos serviços nas dependências da CÂMARA LEGISLATIVA. Com isso, as crianças e adolescentes teriam assistência, na forma de alimentação, vale-transporte e outros benefícios, além do recebimento de auxílio financeiro que seria fundamental para colaborar na melhoria da renda familiar, principalmente neste momento de crise econômica.

ROSE MARY MIRANDA
DEPUTADA DISTRITAL

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passamos às

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, há muito ouvimos falar sobre problemas ocorridos com relação à sonegação de impostos. Todos sabemos que a despesa coberta pela União é algo em torno de 70%.

Em 1968, precisamente na Seção de Bens Apreendidos e Documentação Fiscal da Secretaria de Finanças, existiam 46 funcionários. Hoje, na mesma seção, dado o aumento da população, deveria haver um número maior, mas na verdade há apenas 5 pessoas.

O Distrito Federal, do jeito que está, continuará sempre dependente da União, e cada vez mais sonegadores de impostos continuarão a se instalar aqui. Para se ter uma idéia, de cada 10 notas fiscais dadas por uma firma de Sobradinho, 9 são frias. Utilizam uma prancheta — aquela velha história da prancheta — que evita a cópia do carbo-

no, depois fazem a transcrição através de outro documento. E não vamos muito longe. Na própria Ceilândia sabemos que existe firma que trabalha com sistema de computador sofisticado: por exemplo, na nota fiscal para o freguês, para o consumidor, constam tantas latas de determinado produto — dez, vinte ou trinta latas — mas na via que fica para prestação de contas aparece somente uma. Do jeito que estamos vivendo, Sr. Presidente, o Distrito Federal vai chegar ao ponto em que os trabalhadores terão de pagar pelos impostos que as firmas não pagam. Os trabalhadores já estão pagando isso com o suor e o sacrifício do seu trabalho, além da baixa remuneração.

Não podemos deixar que as pessoas que representam as indústrias, o comércio varejista, remetam aos nossos gabinetes telegramas solicitando que os Deputados dêem mais apoio, atenção maior para essa área, se eles mesmos não têm a consciência — não todos; grande maioria, é bom frisar — de pagar seus impostos em dia. Já que não estão pagando bem seus funcionários, pelo menos seus impostos deveriam pagar; isso para evitar que o DF chegue à falência, e, do jeito que está, provavelmente isso acontecerá, porque os poucos que pagam não têm condições de dar sustentação financeira ao Distrito Federal.

Solicito ao Sr. Presidente e ao Sr. Deputado Maurílio Silva, Líder do Governo, que levem uma sugestão ao nosso Governador: em vez de reduzir o número de fiscais, que S. Exa. promova um sistema de acompanhamento, para que não ocorram fatos como os que vêm ocorrendo, como subornos, que levam os fiscais a não tomar as providências devidas. Muitas vezes, é mais fácil receber uma quantia pelo não cumprimento do dever, uma quantia paralela, do que receber aquela quantia honesta, paga pelos cofres públicos pelo bom desempenho de sua missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, em nome do Partido Liberal, quero abraçar nosso querido companheiro e colega Edimar Pireneus pela passagem de seu aniversário hoje. Peço a Deus que o ilumine, que S. Exa. seja sempre esta criatura belíssima, que tenha nesta Casa amigos que o prezam muito, e que, no decorrer do seu mandato nesta Câmara, faça sempre o trabalho sério que vem fazendo, refletindo para Brasília todo o seu pensamento de bondade, de amor e de trabalho. Parabéns a V. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho tido muita preocupação desde que se elaborou o Estatuto do Menor e do Adolescente. Depois que ele foi elaborado, as coisas ficaram pretas. Os menores passaram a ter mais liberdade e, em consequência, aumentou a marginalidade e a criminalidade. Tudo isso ocorre com plena liberdade.

A Primeira-Dama de Brasília pediu-me que colocasse dez adolescentes num albergue desativado. Eu não poderia

negar. Para lá levaram colchões, assistentes, cozinheiras, tudo para atender aos menores. O mais velho deles tem 17 anos.

Falar sobre almas mais crucificadas, mais tenebrosas seria pouco para dizer o que são esses meninos. É algo impressionante. Não pensam em outra coisa senão em roubar, destruir, massacrar. Conversar com eles não adianta. Para lá levaram cola, para cheirar. Sob o efeito da cola, quebraram a barbearia, quadros, cadeiras e mesas. Invadiram nosso almoxarifado. Destruíram sacos de arroz. Ao chamarmos a Polícia, disseram que não se pode tocar em menor.

Expliquei isso à Primeira-Dama. Levei esse fato ao conhecimento da Secretária Maria do Barro, que me prometeu tirar de lá esses menores. Mas não os tirou. Dona Maria do Barro tem 78 anos e poucos cabelos brancos. Do jeito que está a situação, não tenho dúvida de que ela ficará com a cabeça branquinha.

Não se agüenta mais. Os meninos não querem compreender a intenção do Governo de ampará-los. É uma barbaridade.

Peço aos nobres Deputados desta Casa que unamos nossos esforços, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, para encontrar uma solução para o problema do menor, em Brasília, a fim de tirá-lo da marginalidade. Não é possível continuar assim. Parece até que não há jeito de solucionar essa questão. Mas para tudo há jeito, pois para Deus nada é impossível. Precisamos encontrar imediatamente uma solução. É preciso modificar o Estatuto do Menor e do Adolescente, tirando-lhes um pouco da liberdade que lhes estamos dando. Ao reformular-se o Estatuto, poderá ser encontrada uma solução.

Estou reformando o prédio do albergue, para acolher 160 crianças, mas fiquei desanimado depois de presenciar as atitudes desses rapazes, que não têm equilíbrio, são totalmente marginalizados, bandidos de primeira categoria.

Tantos de V. Exas., Srs. Deputados, têm apresentado projetos maravilhosos. Aqueles que tiverem mais sabedoria, mais inteligência e capacidade que apresentem projetos para resolver o problema do menor. É preciso encontrar uma solução. Meditem, analisem, façam projetos e os apresentem nesta Câmara. Por caridade, peço que aqui se apresente um projeto para solucionar o problema do menor.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, para usar o tempo destinado às comunicações de Lideranças, indico o Deputado Wasny de Roure para falar pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do PT, congratulo-me com a Comissão de Constituição e

Justiça pela salutar decisão ontem tomada, ao escolher o Relator do Regimento Interno desta Casa.

Acredito que o Deputado Fernando Naves terá a responsabilidade de uma desafiadora missão, ao trabalhar conjuntamente com os demais Deputados e outros assessores na elaboração do Regimento, a fim de que, sobretudo, possamos ampliar o processo de democratização e participação da Mesa, bem como, em particular, para que haja participação popular na sua elaboração, pois ele regulará as atividades diárias desta Casa. Isto para nós é fundamental. Estamos bastante confiantes na capacidade política de V. Exa., Deputado Fernando Naves, em suas condições, inclusive intelectuais, para elaborar o Regimento, mormente em sua capacidade política de ouvir os segmentos que precisam ser ouvidos nesta Casa.

Ressaltamos, mais uma vez, a necessidade inquestionável da participação do movimento popular na elaboração do Regimento Interno.

O PT congratula-se com a comissão, em particular com o nobre Deputado, por essa missão extremamente responsável que S. Exa. tem de cumprir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Manoel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do PTR, queremos enaltecer a decisão do Sr. Governador Joaquim Roriz, de pressionar a Operação Verão, começando pela cidade-satélite do Gama. Esse trabalho foi bem recebido e parece-nos que há disposição de muito se fazer por aquela cidade, bem como, temos certeza, por onde passar a Operação Verão, por todo o Distrito Federal. Ela consiste na limpeza das ruas e becos, em tapar buracos, consertar galerias de águas pluviais etc.

Mas, o mais importante foi o anúncio feito pelo Sr. Governador de que, nos próximos dias, terá início a ligação asfáltica entre o assentamento de Santa Maria e a cidade do Gama, via fábrica Skol. S. Exa. assumiu também o compromisso de concluir a Avenida Contorno, naquela cidade. Para quem não sabe, a avenida não foi concluída em virtude da grande erosão que existe na Quadra 12 do Setor Sul. Com o trabalho de contenção da erosão, o Setor Sul do Gama ganhará inúmeros lotes, concluindo-se, assim, a Quadra 12 daquela satélite.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a bancada do PTR e, acredito, do Governo, este é um momento de muita alegria. O Governo Joaquim Roriz veio para resgatar as promessas e propostas de campanha. Trata-se do compromisso de fazer com que a imagem de Brasília tenha a sua verdadeira característica.

Sr. Presidente, agora vamos falar a respeito dos menores.

Como bem disse o Deputado Jorge Cauhy, esta Casa precisa acompanhar de perto e facilitar as soluções para equacionar a questão da criança abandonada.

O Deputado Jorge Cauhy conhece como ninguém o problema, porque lida com ele e sua entidade busca soluções para a questão social.

A propósito, a Deputada Rose Mary Miranda encaminhou requerimento à Mesa com o seguinte teor:

«Requeiro a V. Exa. que providencie junto à Mesa desta Casa celebração de convênio com a Proteção e Ação Social — PAS, para aproveitamento de crianças e adolescentes na execução de pequenas tarefas nas dependências da Câmara Legislativa».

Sr. Presidente, entendo que é importante que a Casa abrace esta causa dos menores abandonados, oferecendo, de certa forma, um ambiente de trabalho que propicie ocupação a esses menores que estão abandonados nesta cidade. É preciso, também, que assumamos, assim como fez o Governador Joaquim Roriz, o apoio a eles.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era o que tinha a dizer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, demais membros da Mesa, companheiros Parlamentares, a responsabilidade que assumimos só tem sentido quando percebemos os encargos da posição para a qual fomos escolhidos. Na qualidade de Líder do PDT, cargo para o qual fui escolhido pelo meu partido, associo-me às palavras do companheiro Jorge Cauhy, ao parabenizar o nosso companheiro aniversariante.

Sr. Presidente, à medida que o tempo vai passando, percebemos que as mudanças deveriam ser a expressão incontida de uma dinâmica favorável a uma visão positiva de novas conquistas. Entretanto nem sempre, lamentavelmente, isto acontece. Há muitas mudanças por mudança, que não passam de mudanças repetidas e cansativas. De nada adianta mudar por mudar. Quando, de fato, a mudança tem, no seu espírito, uma lei que justifica o princípio de alavancar para o positivo, estamos de acordo.

Vários jornalistas, nossos companheiros da área de comunicação, — que aqui ocupam acomodação não muito confortável para executar seu trabalho — me perguntaram o que o PDT está pensando a respeito do pacotão, ou que outro nome lhe queiram dar, econômico.

Quero deixar aqui Sr. Presidente, Parlamentares denodados pela causa comum do bem-estar da comunidade, que poderíamos dizer que a persistência, a constância, a permanência, essa frequência desenfreada de medidas provisórias traduz nada mais nada menos do que a ausência de um plano diretor que reflita as preocupações globais de uma comunidade nacional. Não se admite que um plano venha

à tona com esse pseudo congelamento e, depois de dois dias, a televisão e os jornais retratam a inconsistência da própria lista de produtos congelados. Quem vai explicar não explica nem se explica, porque começa a relutar ao invés de segurar no taco uma resposta à altura dos trabalhadores. Trabalhadores meus amigos, ouvintes do auditório, meus distintos e prezados Parlamentares, Mesa que dirige os nossos trabalhos, quem não trabalha não tem direito a comer, mas quem trabalha tem direito a comer e comer bastante para poder trabalhar melhor.

Esse é o pensamento da nossa bancada diante dessa realidade nua e crua, trazida à tona de maneira tão invulgar, sem sentimento, fria, num papel, numa lista, não deixando às claras esses penduricalhos de interesses de grupos e não olhando o faminto povo que está querendo crescer e dizer a que veio a esta Nação. Como é que vamos desenvolver uma Nação se o básico, o indispensável, o inadiável não chega à tona para que todos possam ter aquilo de que necessitam, como alimento, vestuário, saúde e educação?

Deixo aqui, meus amigos, diletos Parlamentares dessa causa comum, a preocupação da nossa bancada.

Muitas coisas gostaria de dizer. Muitas ainda me faltam apurar para trazer a esta Casa os argumentos definitivos. Deixo a minha admiração por esta Casa por nos acolher com essas idéias, por que estamos no tempo de mudanças positivas, altamente construtivas, para que a nossa população perceba por que estamos aqui, a que viemos, e até quando poderemos, com a participação dela, nesse início de discussão da Lei Orgânica, trazer à nossa comunidade um sinal verde para um futuro cheio de esperanças para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do Bloco Solidariedade, aproveitamos este momento de comunicação de lideranças para trazer à lembrança dos nobres Deputados com assento nesta Casa, uma profissão que tem sido muitas vezes menosprezada. Apesar da grandeza do seu trabalho, nem sempre tem sido lembrada e, muitas vezes, até mesmo desprestigiada.

Trata-se da profissão de datiloscopista, que ontem teve um dia marcado para as comemorações dessa classe de trabalhadores.

Sabemos, pelas inscrições rupestres, que desde o tempo do homem das cavernas havia a preocupação de se deixar marcas. Misturando argila e tinta, o homem gravou nas cavernas sinais que ficaram milenarmente registrados como símbolos de uma cultura iniciante, que até hoje pode ser analisada e revista pelos historiadores.

Na época de Jesus Cristo, já havia os sinetes, através dos quais, as autoridades — os imperadores, os reis — marcavam os seus documentos. No entanto, era também comum alguns documentos serem marcados com as impressões digitais daquele que emitia aquela documentação.

No ano de 1906, no Rio de Janeiro, um belga naturalizado argentino deu início a um trabalho de organização do processo de identificação, através da datiloscopia.

Hoje, em Brasília, segundo dados da Secretaria de Segurança, há cerca de 120 datiloscopistas, número bem aquém do que seria necessário para atender aos inúmeros casos que carecem de identificação criminal, especialmente usando este método.

Segundo estimativas da própria Secretaria de Segurança, cerca de 40% a 45% dos casos de crimes são desvendados através desse sistema.

Ocorre, entretanto, Sr. Presidente, que, em virtude dos baixos salários, da remuneração muito aquém do que um profissional digno merece, tem havido grande rotatividade nessa área. Os peritos que trabalham especialmente com essa técnica têm buscado outras alternativas profissionais, esvaziando o corpo de funcionários na área para atendimento das reais necessidades.

Ontem, como disse, comemorou-se o dia do Datiloscopista. Considerando que todos nós, homens de bem ou não — evidentemente não se tratando, no segundo caso, dos Deputados — ou seja, toda a civilização, todos os cidadãos necessariamente passam por esse processo de identificação, sendo, portanto, uma profissão que merece o respeito de todos nós, gostaria de deixar hipotecada nossa solidariedade a esta classe trabalhadora, justamente com a lembrança de que, por ser uma classe tão esquecida, muitas vezes, não tem sido reconhecido o seu trabalho.

Queremos aproveitar a oportunidade, já que estamos falando em data comemorativa, para parabenizar o Deputado Edimar Pireneus por estar comemorando mais uma data natalícia. Nós nos solidarizamos com o nobre colega, desejando que S. Exa. receba, não só neste dia, mas ao longo de toda sua existência, ricas bênçãos celestiais para que progrida em sua vida, enfim, para que, através da sua vida todos possamos receber — usando uma expressão bem popular — os fluídos da sua presença.

Parabéns, Deputado Edimar Pireneus.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais oradores inscritos para Comunicações de Liderança, passamos à

ORDEM DO DIA

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da matéria constante da Ordem do Dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, dos Projetos de Lei nºs 005 e 007 de 1991, de autoria, respectivamente, dos Deputados Maria de Lourdes Abadia, Agnelo Queiroz e Eurípedes Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao Deputado Eurípedes Camargo, pela ordem.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista acordo feito em relação a esta matéria, inclusive em plenário e junto ao Governo, propomos a retirada dos projetos. Logo em seguida, apresentaremos projeto cuja redação será o resultado do acordo que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Mesa acata a decisão do nobre Deputado e, assim, os projetos estão retirados da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, nobres pares desta Casa, trago em primeiro lugar um requerimento de voto de censura ao capitão da Polícia Militar do Mato Grosso, Edyr Bospo.

REQUERIMENTO DE VOTO DE CENSURA Nº 056, DE 1991

(Do Sr. Wasny de Roure)

Solicita seja feito voto de censura ao comportamento do capitão da PM de Mato Grosso Edyr Bospo.

Senhor Presidente:

No dia 23 de novembro último, ocorreu na cidade de Matupá, MT, a 700 quilômetros de Cuiabá a chacina de três pessoas.

Os três, que eram assaltantes, invadiram uma fazenda da região e acabaram encurralados pela polícia.

Refugiados na casa onde moram os proprietários da fazenda fizeram vários reféns.

Durante as negociações, que se prolongaram por uma noite inteira, centenas de moradores da cidade, revoltados, cercaram a casa.

Sem outra alternativa, os assaltantes, após a promessa do capitão da PM Edyr Bospo de que estariam à salvo dos populares, decidiram se entregar.

Os presos, entretanto, foram massacrados pela multidão que, entre gritos e aplausos, jogou gasolina nos assaltantes e queimou-os até a morte.

Conforme reportagem da revista «Veja» e imagens de um filme feito por um cinegrafista amador que foram transmitidas para todo o país, na última quinta-feira, pelo «TJ-Brasil», do SBT, um dos bandidos chegou a ser interrogado enquanto as labaredas consumiam seu corpo.

A falta de preparo da polícia e a ausência de justiça no Brasil, têm nos levados ao banco dos réus de organizações internacionais que se preocupam com os direitos humanos.

O horror do acontecido, impossível de ser descrito na sua intensidade real, foi acompanhado por um grande número de pessoas que se exultavam com as cenas.

Diante do significado de fatos dessa natureza e da sucessão de acontecimentos de se fazer justiça com as próprias mãos, justamente porque ninguém acredita na justiça deste país, é que solicito seja o presente requerimento aprovado pelo soberano Plenário, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Tudo que puder ser feito, por todos os segmentos da sociedade, para acabar com tais ignomínias, deverá merecer de nossa parte apoio irrestrito.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 1991.

Deputado Wasny de Roure.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito a atenção dos Srs. Deputados e jornalistas para o Sr. Deputado que se encontra na tribuna fazendo uso da palavra.

O SR. WASNY DE ROURE — Sr. Presidente, no dia 23 de novembro último, ocorreu na cidade de Matupá, Mato Grosso, a 700 quilômetros de Cuiabá, a chacina de três pessoas.

Os três, que eram assaltantes, invadiram uma fazenda da região e acabaram encurralados pela polícia.

Refugiados na casa onde moram os proprietários da fazenda, fizeram vários reféns.

Durante as negociações, que se prolongaram por uma noite inteira, centenas de moradores da cidade, revoltados, cercaram a casa.

Sem outra alternativa, os assaltantes, após a promessa do capitão da PM Edyr Bospo de que estariam a salvo dos populares, decidiram entregar-se.

Os presos, entretanto, foram massacrados pela multidão, que, entre gritos e aplausos, jogou gasolina nos assaltantes e queimou-os até a morte.

Conforme reportagem da revista «Veja» e imagens de um filme feito por um cinegrafista amador, transmitidas para todo o País, na última quinta-feira, pelo «TJ-Brasil», do SBT, um dos bandidos chegou a ser interrogado enquanto as labaredas consumiam seu corpo.

A falta de preparo da polícia e a ausência de justiça no Brasil têm-nos levado ao banco dos réus de organizações internacionais que se preocupam com os direitos humanos.

O horror do acontecido, impossível de ser descrito na sua intensidade real, foi acompanhado por um grande número de pessoas que exultavam com as cenas.

Diante do significado de fatos dessa natureza e da sucessão de acontecimentos em que se faz justiça com as

próprias mãos, justamente porque ninguém acredita na justiça deste País, é que solicito seja o presente requerimento aprovado pelo soberano Plenário, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Tudo o que puder ser feito, por todos os segmentos da sociedade, para acabar com tais ignomínias deverá merecer de nossa parte apoio irrestrito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho abordado diferentes assuntos desta tribuna, com objetivo que não é outro senão a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro e — por que não dizer? — do povo brasileiro. Melhoria de vida esta que não virá, temos certeza, sem a organização e conscientização da sociedade para participar das decisões sobre tudo que lhe diz respeito.

Hoje quero abordar um tema que trata da mais elementar necessidade para a sobrevivência de um ser humano: a água.

Contrariando o que muitos pensam, a água torna-se cada vez mais um produto raro, pelas inconseqüentes ações antrópicas que a poluem e pela falta de políticas voltadas para o homem integral, em todas as suas reais necessidades.

O abastecimento de água do Distrito Federal apresenta problemas de difícil solução, seja pela sua localização geográfica em áreas planas e elevadas, seja pela pequena disponibilidade de recursos hídricos em face das necessidades do crescimento do Distrito Federal.

De acordo com o último levantamento disponível, o atual sistema produtor de água no DF é suficiente para abastecer apenas 54% da população. E a situação tende a piorar.

Atualmente, o abastecimento do Distrito Federal é realizado por dois sistemas principais: Torto/Santa Maria e Rio Descoberto, que são responsáveis por cerca de 80% desse abastecimento, e outros pequenos sistemas e subsistemas.

O Sistema Torto/Santa Maria atende ao Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro e parte do Guarã.

O Sistema Rio Descoberto abastece Taguatinga, Ceilândia, parte do Gama e parte do Guarã.

Os pequenos sistemas e subsistemas representam os restantes 20% e abastecem Sobradinho, Planaltina, parte do Gama, Brazlândia e outros pequenos núcleos urbanos.

Boa parte da população do Distrito Federal está sujeita a racionamento, seja por problemas nos sistemas de captação, seja por motivo de estiagem. Com a entrada dos assentamentos interligados ao sistema existente, já deficitário, houve um agravamento.

O abastecimento de água nos assentamentos apresenta uma série de problemas, tais como: intermitência na distribuição de água, por deficiência da produção; inadequação do sistema distribuidor, que pode ser feito através de redes

provisórias para o abastecimento, por chafarizes ou por caminhão-pipa; perdas de água provocadas por mau uso dos chafarizes, que, muitas vezes, ficam abertos dia e noite, porque têm suas torneiras quebradas; qualidade da água, pelas precárias condições de higiene das latas utilizadas para transporte e depósito; filas nos chafarizes e transporte da água até as residências, quando, muitas vezes, mulheres grávidas são obrigadas a ficar na fila para pegar água e transportar as latas na cabeça.

A comunidade prefere pagar pela água encanada chegando até a sua residência a ter de carregá-la, mesmo sendo gratuita. A taxa mínima da água, hoje, é de cerca de Cr\$ 250,00, e uma lata d'água nos chafarizes, conforme denúncia pública vista na televisão, pode custar até Cr\$ 200,00.

Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, que, juntas, têm próximo de um milhão de habitantes, são abastecidas, praticamente, por dois subsistemas: Currais/Pedras e Rio Descoberto. Com isso, Taguatinga e Ceilândia recebem cerca de 50% do volume de água necessário, enquanto Samambaia recebe 16%. E mesmo esses 16% são recebidos através de chafariz, o que traz uma série de inconvenientes, tais como desconforto para o usuário, que busca a água em latas, com grande perda desse líquido. Além do mais, esta forma de abastecimento não produz qualquer receita para a Caesb, provocando sério prejuízo para esta empresa pública.

O Varjão, por exemplo, só agora receberá uma derivação da rede que irá servir ao setor de mansões do Lago Norte. E ainda assim, essa rede irá abastecer um reservatório de 50m³, o único existente no local, sabendo-se ainda que não há nenhum projeto de reservatório novo ou de rede de distribuição, pois as prioridades são Samambaia, Paranoá e Santa Maria, que têm um grande eleitorado.

Numa análise mais detalhada sobre algumas localidades, podemos perceber que em Planaltina por exemplo, existe intermitência no abastecimento; no período de estiagem, por deficiência da produção devida à redução da capacidade do manancial; e no período chuvoso, pelo fato de a qualidade da água não atender aos padrões de potabilidade. Em alguns assentamentos por deficiência de rede, a água chega somente à noite.

Em Sobradinho também há intermitência de abastecimento no período de estiagem, por deficiência de produção.

No assentamento Sobradinho II, o abastecimento é feito através de poços profundos, com distribuição por chafariz, e é deficiente.

Em Brazlândia também há intermitência de abastecimento no período de estiagem, por deficiência na produção de água e, no período chuvoso, em virtude de a qualidade não atender aos padrões de potabilidade.

No Gama os mananciais se encontram desprotegidos, sendo retirados de operação sempre que chove.

Em Santa Maria o assentamento é abastecido através de poços, com distribuição por chafariz e por caminhão-pipa, o que não supre a demanda necessária.

Em Ceilândia também existe intermitência de abastecimento, principalmente no período de estiagem, por deficiência da produção, reserva e distribuição. Existe projeto executivo para o sistema.

Em Samambaia há intermitência no abastecimento, por deficiência de redes de distribuição dos chafarizes, já que há inúmeras ligações clandestinas para os lotes, o que, evidentemente, não foi previsto no dimensionamento. Existe projeto executivo para o sistema de abastecimento de água (reservatório e rede de distribuição com ligação domiciliar), porém precisa ser acelerado.

Já existem vários trabalhos, encomendados pela CAESB, que enfocam os problemas do abastecimento de água no Distrito Federal e apresentam sugestões para solucioná-los, tais como: aumento da produção; proteção eficaz dos mananciais através de reflorestamento e recuperação da vegetação natural; proibição das araões e do uso de agrotóxicos próximos às APAs (áreas de proteção ambiental); melhoramentos dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, seja em válvula, instrumentos de medição, limpeza de reservatório ou viaturas; interligação de sistemas; perfuração de poços; incorporação de outros cursos d'água ao sistema ou construção da segunda etapa de obras do Sistema Rio Descoberto, o que dobraria sua vazão. Todas estas são possibilidades de melhoria que podem ser analisadas pelos técnicos da CAESB, levando-se em consideração não só as questões técnicas e econômicas, mas também institucionais e operacionais já que alguns dos mananciais em questão ficam fora dos limites do Distrito Federal. É fundamental também fazer assentamentos baseados em planos preestabelecidos, como o Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal — PEOT.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro aspecto importante a ser observado na distribuição de água é o tratamento equânime que deve ser dado para todo o Distrito Federal. Senão, vejamos:

o Plano Piloto e áreas adjacentes, com população pouco superior a 470.000 habitantes, recebem uma vazão de 2.317 litros por segundo, ao passo que Taguatinga, Ceilândia, Gama e Samambaia, com uma população de cerca de 1.200.000 habitantes, recebem uma vazão de 1.894 litros por segundo. Isto indica que enquanto no Plano Piloto cada pessoa recebe 425 litros de água por dia, naquelas cidades satélites cada cidadão faz jus a 136,4 litros por dia, ou seja, menos de um terço.

Ouç o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Nobre Deputado Wasny de Roure, quero congratular-me com V. Exa. pela preocupação no tocante ao abastecimento de água e sugeri — certamente no final de seu pronunciamento constará algu-

ma coisa semelhante a isso — que a própria CAESB faça o esboço do plano de abastecimento de água de Brasília para os próximos 10 ou 20 anos. Somos sabedores de que a CAESB tem um plano para a construção da barragem do Rio São Bartolomeu, com usina de tratamento de água e bombeamento, para incorporar aos programas já existentes. Eu, pessoalmente, morador de Brasília e da região de Formosa, desde o meu nascimento, pergunto por que não aproveitarmos os mananciais do Rio Maranhão. Sabemos que as bacias do Torto e Santa Maria têm deficiência de água no mês de agosto e setembro, época da escassez das chuvas. Sabemos que a distância entre a barragem de Santa Maria e o Rio Maranhão é de aproximadamente 40 km.

Portanto, se tivéssemos abastecimento da água do Rio Maranhão, nesses dois meses, supriríamos essa deficiência de água em Santa Maria. Mas tal plano nunca foi divulgado pela própria CAESB. Parece que há interesse de fazer o projeto de São Bartolomeu, o qual, sabemos, envolve milhões de dólares. Gostaria de incluir no pronunciamento de V. Exa. sugestão para que a CAESB nos exponha seus planos demonstrativos, logicamente técnicos, planos esses que são furtados ao nosso conhecimento, para que tivéssemos, ao menos, noção de como poderia ser esse abastecimento, a fim de balizar nosso posicionamento. Poderíamos questionar a equipe técnica da CAESB, que nos poderia tirar quaisquer dúvidas, dentre elas, essa que exponho a V. Exa. Parabenizo V. Exa. pela sua preocupação e pelo pronunciamento que ora faz.

O SR. WASNY DE ROURE — Acredito que o nobre Deputado apontou os aspectos prioritários, isto é, o diálogo e uma discussão preliminar com a CAESB no que diz respeito ao plano de ampliação de abastecimento da água no Distrito Federal.

Ouç o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Nobre Deputado Wasny de Roure, quero solidarizar-me com V. Exa. pela sua preocupação com relação ao assunto, e acrescentar algo mais. Por ter participado de levantamento em áreas da CAESB, sei que lá existem pontos de captação de água onde foram colocadas bombas, maquinaria de bombeamento de água para satisfazer às necessidades de abastecimento. Esses equipamentos estão jogados em diversos pontos que nem a CAESB conhece. Sabemos que ao lado do Lago Norte, nos fundos da Academia da Polícia Federal, existe um ponto de captação de água, onde a maquinaria está jogada, está sendo corroída pela ferrugem. Não existe alguém que possa dar manutenção a esse equipamento, não só nesse local, mas em diversos outros. Existem pontos da CAESB que deixam de fornecer água para a população porque pessoas os tomaram, desviando a água para satisfazer seus interesses particulares, abastecendo suas mansões. Existe tudo isso. A situação de Brasília é precária com relação ao abastecimento de água, porque os pontos que estão destinados à manutenção e ao fornecimento de

água não estão sendo aproveitados corretamente, como deveriam ser. O patrimônio público está jogado para ser corroído pela ferrugem, para ser danificado, jogado fora, e ninguém toma conhecimento disso. Pela falta de manutenção quem sofre são os que necessitam do regular abastecimento de água, no caso, os que pagam o alto preço da água. E o preço da água é alto porque eles descarregam todos os custos sobre a conta de água do usuário. Enquanto isso, não fazem a manutenção necessária, pois nem eles mesmos sabem onde estão os pontos, uma vez que pagam particulares para fazer levantamento para eles.

O SR WASNY DE ROURE — Ouço o Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY — Sr. Deputado, quero voltar ao princípio de sua fala, quando V. Exa. disse que três bandidos foram mortos, queimados. Sou totalmente contra a violência, não a aceito. Mas V. Exa. há de ver que esses bandidos vêm assaltando lares, sequestrando pessoas, levando crianças e deixando seus pais em pânico. V. Exa. acusa a Polícia, quando nem sabe bem o que aconteceu. A Polícia cumpre o seu papel.

É justo que V. Exa. esteja exaltado com a Polícia, que talvez não tenha cumprido seu dever, seu papel, mas devemos ver que os bandidos tentaram assaltar uma casa, fizeram reféns, e a população, exaltada, cercou-os e cometeu um ato criminoso, que não aprovo. Mas V. Exa. deve observar que nem sempre a Polícia age mal; geralmente age bem. Mas ninguém seguiu a multidão exaltada.

O SR WASNY DE ROURE — Quero lembrar ao nobre Deputado que em momento algum nosso voto de censura foi à Polícia Militar de Mato Grosso. Foi apenas com relação ao militar responsável pela área, que havia garantido aos assaltantes que seriam punidos na proporção de seus crimes, conforme determina a lei.

Entretanto, não posso concordar com um assassinato coletivo, pese o que pesar aos responsáveis. Estou apenas defendendo a legitimidade do cumprimento da lei e a responsabilidade do militar. Não estou, em momento algum, pedindo voto de censura para a Polícia Militar. Muito pelo contrário, quero defender uma Política que esteja amparando os direitos dos trabalhadores e de todos aqueles que estão sendo sacrificados.

Concluo, Sr. Presidente, meu pronunciamento que diz respeito à questão da água.

Diante das circunstâncias que a situação nos apresenta, é necessário que seja tomada uma decisão técnica, e não política, meramente para resolver, o mais breve possível, e pelo tempo mais longo possível, o problema de abastecimento de água no Distrito Federal.

Diante das circunstâncias que a situação nos apresenta, é necessário que seja tomada uma decisão que seja consequência de uma interação justa entre as questões técnicas e as questões políticas. Políticas, porque há necessidade da socialização de um bem natural de extrema necessidade; técnicas, enquanto temos de subsidiar essa política com

dados verdadeiros sobre a disponibilidade, a potencialidade, as reais necessidades e as formas de distribuição correta desse bem chamado água.

O Distrito Federal corre sério risco da falta de água, e tanto a CAESB quanto as autoridades sabem disso. Diversos estudos têm sido realizados e indicam o Rio Areias, o Rio Corumbá e o Rio São Bartolomeu como principais alternativas para a solução desses problemas.

Nesse sentido, Sr. Presidente e nobres Deputados, chamo a atenção desta Casa para sua responsabilidade pelo exame criterioso das três alternativas apresentadas: a do Rio Areias, a do Rio Corumbá e a do Rio São Bartolomeu. Que não seja privilegiado o esquema de interesse de empresários que há por trás disso, mas aquele que tem o apoio técnico no encaminhamento do processo.

E chamo a atenção, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para a responsabilidade que temos, enquanto Poder Legislativo, no acompanhamento e fiscalização desses estudos.

Brasília terá, ainda neste governo, de decidir sobre qual a sua opção para o abastecimento de água no DF, nos próximos 30 anos. E exigiremos a abertura de todos os dados em poder da CAESB, como o Relatório de Impacto Ambiental sobre a Barragem do São Bartolomeu, até hoje não divulgado. Exigiremos ampla discussão, com a sociedade, dessas alternativas, bem como que passe por esta Casa o debate sobre a adoção de uma política justa na distribuição de água.

Tudo isso, porque esperamos que algum dia, neste País, a justiça prevaleça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito ao 1º Secretário que tome assento à Mesa. Convidamos os Srs. Deputados Wasny de Roure, José Edmar, Edimar Pireneus, Gilson Araújo, Aroldo Satake, Cláudio Monteiro, Carlos Alberto, Agnelo Queiroz, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como seus suplentes, a permanecerem no plenário após o encerramento desta sessão.

Sobre a mesa projeto de lei e requerimento de urgência urgentíssima. Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — «Emenda ao Projeto de Lei que dispõe sobre criação de serviços funerários e administrativos dos cemitérios e dá outras providências.»

PROJETO DE LEI Nº 051/91

«Dispõe sobre a criação dos serviços funerários e administrativos dos cemitérios e dá outras providências.»

A CÂMARA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º São exclusivamente públicos os cemitérios do Distrito Federal, os quais serão administrados e organiza-

dos pelo Poder Público, podendo para isso manter convênios com outros órgãos da Administração Pública.

Parágrafo único. Considera-se administração e organização dos cemitérios, para efeitos deste artigo, os serviços de: sepultamento, exumação, confecção de sepulturas e campas, escrituração, controle, manutenção, vigilância, ajardinamento, limpeza e demais serviços correlatos prestados sem fins lucrativos.

Art. 2º O órgão público responsável pelos serviços funerários deverá colocar à disposição da sociedade, transporte, comercialização de urnas funerárias e demais serviços afins.

Art. 3º Fica autorizado o órgão público responsável pelo cumprimento desta Lei a adotar providências no sentido de manter os recursos materiais humanos existentes na atual estrutura.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos financeiros constantes do orçamento vigente e da receita dos preços e taxas estabelecidos no Código Tributário do DF (DL 82/66) e legislação específica.

Art. 5º Os serviços e atividades previstos nesta Lei são de utilidade pública.

Art. 6º No prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo adotará providências necessárias ao cumprimento deste diploma legal.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 1991.

Deputado Eurípedes Camargo — PT
Deputado Agnelo Queiroz — PC do B
Deputada Maria de Lourdes Abadia — PSDB

JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposição é consequência de acordo de liderança, em Plenário, que redundou em Requerimento de pedido de arquivamento dos Projetos de Lei nºs 005 e 007, de Autoria, respectivamente, dos Deputados Maria de Lourdes Abadia e Agnelo Queiroz.

A intenção do Projeto é devolver ao GDF os serviços funerários, o que constitui atribuições específicas do Estado pelo caráter de utilidade pública.

A transformação deste Projeto em norma jurídica por fim a uma das mais odiosas explorações comerciais, que agride o sentimento humano, o comércio de sepultamento.

Estas as nossas intenções.

EMENDA Nº , DE 1991 (De Plenário)

AO PROJETO DE LEI Nº DE 1991

Acrescente-se no art. 1º, *in fini* a frase:

«Art. 1º.....
ou entidades de assistência social, sem fins lucrativos»

JUSTIFICAÇÃO

Objetiva a presente Emenda permitir ao Governo, em entendendo necessário, estender fora dos limites dos órgãos da Administração Pública no intuito de melhor prestação dos serviços, utilizar-se de convênios com entidades de assistência social, sem fins lucrativos.

REQUERIMENTO Nº , DE 1991

Nos termos do disposto no art. 336, alínea «b», do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a Resolução nº 49/90, requeremos urgência para o Projeto de Lei nº , de 1991, que «Dispõe sobre os serviços funerários e administrativos dos cemitérios e dá outras providências».

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito aos Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos que designem os respectivos relatores para apresentarem pareceres sobre o projeto lido, no prazo de 24 horas.

Convido o Deputado Tadeuz Roriz para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Anuncio a V. Exas. a presença, neste plenário, do nobre Deputado Federal Sigmaringa Seixas. Para que os Srs. Deputados apresentem ao nosso visitante os cumprimentos, suspendo a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peniel Pacheco, pela ordem.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, indago a V. Exa. se está prevalecendo a determinação de ontem a propósito da transferência das inscrições do Grande Expediente para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Exatamente.

O SR. PENIEL PACHECO — Achava-me inscrito e desejaria fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mesmo sabendo que, às vezes, sou um tanto inoportuno, neste

Plenário, gostaria de usar do direito que me é assegurado pelo Regimento e de ter garantida a minha palavra, que, posso assegurar, não será delongada.

Temos ouvido, neste Plenário, muitas manifestações relacionadas com o problema da criança e do adolescente. Creio que este assunto está mexendo com todos nós, uma vez que se trata de uma questão da maior importância, não só para o Distrito Federal, como para todo o Brasil.

Recentemente, o Deputado Gilson Araújo apresentou projeto de lei, que se acha em tramitação nesta Casa, a propósito da Lei 8.069, da Presidência da República, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Hoje entendemos muitas das manifestações ocorridas neste Plenário sobre esta questão, cuja relevância enalteçamos. Em virtude disso, encaminhamos à Mesa Projeto de Resolução que cria, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, comissão especial da criança e do adolescente. Tem o seguinte teor:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028 DE 1991

Cria a Comissão Especial da Criança e do Adolescente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 1º Fica criada, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Comissão Especial da Criança e do Adolescente, que funcionará com as atribuições estabelecidas pelo art. 136 da lei 8.069, de 13 de julho de 1990 até a instalação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

Art. 2º A Comissão Especial será composta de 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, eleitos pelo Plenário, com mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º O local, dia e horário de funcionamento da Comissão Especial serão estabelecidos em sua 1ª reunião.

Art. 4º Após a posse do Conselho Tutelar, a Comissão Especial da Criança e do Adolescente continuará a existir, com a atribuição de fiscalizar o cumprimento da ação política do Governo do Distrito Federal para a criança e o adolescente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de Resolução tem por escopo criar, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Comissão Especial da Criança e do Adolescente, não somente para dar cumprimento ao imperativo constante da Lei nº 8.069, de 13.07.90, mas, sobretudo, para viabilizar as mudanças profundas e imediatas nas políticas públicas aplicáveis à infância e à juventude no DF.

Com efeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente criou, em boa hora, as condições legais para a formulação e execução de uma política social básica, se não revolucionadora, ao menos transformadora da estrutura imposta pela sociedade e pelo Estado àqueles aos quais aprendemos a chamar de «futuro do Brasil».

No dia 31 de maio de 1990, o Exmo. Sr. Presidente da República, ao fazer um pronunciamento perante todo o seu Ministério, anunciando à Nação que a criança e o adolescente passavam a ser prioridade absoluta do Governo, em parte assim se manifestou:

«Não podemos ser o Brasil dos 'pixotes'. ... O Brasil, enfim, tem de se conscientizar de que ou salvam-se as crianças ou perde-se o País».

Temos hoje cerca de 65 milhões de crianças e adolescentes com idade de até 19 anos, dos quais aproximadamente 40 milhões estão ao desamparo nas ruas, sem direito à saúde, ao lazer, a um lar e, portanto, sem direito a uma vida digna. Que futuro poderemos projetar para o Brasil diante dos números alarmantes de crianças analfabetas, desnutridas e abandonadas?

Os semáforos da Capital do Brasil se encarregam de provar a triste realidade que assola o País. Não é nossa pretensão fazer uma análise histórico-social dos problemas que afetam a infância e juventude brasileiras, mas tão somente buscar nos fatos a motivação para que possamos realizar um trabalho edificante e renovador.

Nossas crianças e adolescentes de hoje estão amadurecendo, em face da luta desigual pela sobrevivência. São milhões de pequeninos brasileiros a clamar por uma amanhã mais justa. Já perdemos muito tempo, mas não chega a ser tarde para procurarmos soluções alternativas em prol da humanidade, particularmente a bem do Brasil.

Entendo que a criação da Comissão Especial da Criança e do Adolescente, para desenvolver interinamente as atribuições do Conselho Tutelar, é a contribuição mínima que esta Casa pode dar, porquanto os recursos necessários à sua instalação só constarão da futura Lei Orçamentária a ser elaborada para o exercício de 1992. Vale dizer que, em não se criando uma Comissão Especial, o Conselho Tutelar só será uma realidade a partir do próximo ano.

É nosso inalienável dever lutar por melhores condições de vida para a criança e o adolescente. Em busca de melhores dias, espero que possamos deixar de lado nossas divergências político-ideológicas e trabalhar todos, sem exceção, pela imediata e efetiva proteção aos direitos fundamentais da infância e da juventude do Distrito Federal.»

Ouç o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Nobre Deputado, complemento as palavras de V. Exa. no tocante à quantidade de adolescentes em Brasília. Em 1989 fizemos um levantamento junto à Secretaria de Serviço Social. Agregamo-nos a clubes de serviços, ao Lyons, à Maçonaria, no intuito de conseguir o apoio dessas sociedades organizadas para de-

envolver um trabalho com os menores carentes de Brasília. Depois de mais de vinte reuniões no auditório do anexo do Burity, conclamando a sociedade a participar, e tendo como orador o Dr. Gonçalves Coelho, Juiz de Menores do Distrito Federal, encontramos números alarmantes. Eram cerca de 69.200 menores marginalizados. Havia quase 300 mil crianças carentes no Distrito Federal. Conseguimos também levantar a situação alarmante em que já se encontra a grande população de Brasília, em face dos assaltos. No Lago Norte, na QL 16, há uma casa, que não é bem uma residência, assemelha-se mais a uma penitenciária doméstica. Seus ocupantes vivem presos no seu interior. Ela tem paredes de 4m de altura, sem nenhuma janela, toda de concreto. Começamos a vislumbrar nossas residências de amanhã, quando seremos presos com nossas famílias. Na rua estarão os adolescentes, porque hoje, inconseqüentemente, não tomamos nenhuma providência para contê-los. Hoje me alegro ao ver o garoto Fabiano sendo adotado pelo Governador Joaquim Roriz. Tenho um vídeo em que ele, com 10 anos, preso na Delegacia de Menores, convivia com mais quatorze garotos, numa mesma cela, sem qualquer atenção da sociedade. Portanto, quando hoje vejo o Estatuto do Menor e do Adolescente, e as crianças na rua, livres, entendo que se deu um bom passo. Não conseguiríamos recuperar os menores culpando somente o Estado ou as organizações ligadas ao menor.

Temos de conclamar a sociedade para juntos tentarmos resolver o problema, porque sua magnitude é muito expressiva e não teremos outra alternativa senão a própria sociedade procurar se entender com esses desmandos, com essa irresponsabilidade civil, ao ter a sua família ultrajada por uma dessas crianças, tendo de se responsabilizar pela guarda delas. Portanto, V. Exa. tenha certeza de que estarei desenvolvendo o maior esforço para que possamos encontrar uma solução para esse problema. Informo a V. Exa. que esses clubes de serviço até hoje se encontram à disposição para ajudar. Informo, ainda, que a Colmeia, situada no Gama, hoje se encontra desativada, com quase 500 leitos, estando suas instalações depredadas. Por que isso? Falta de uma gerência do serviço social capaz de resolver o problema. Mas é hora de conclamarmos a sociedade a participar efetivamente da gestão do serviço social e atendimento ao menor. Talvez seja este o caminho. Quando toda a sociedade souber da gravidade desses problemas, poderemos fazer alguma coisa, até mesmo fazendo com que um membro da própria sociedade, ao adotar uma criança, possa ter dedução no Imposto de Renda. Portanto, coloco-me à inteira disposição de V. Exa., como já citei também ao Deputado Jorge Cauhy, quando do seu pronunciamento, e somo-me às suas preocupações, juntamente com as do companheiro Gilson Araújo, para que possamos encontrar uma solução e amenizar essa situação. Então, 80% das crianças, nossos jovens que se encontravam nas prisões, nas penitenciárias da Papuda, por exemplo, eram de rua. Temos de encontrar uma solução. Não vamos corrigir o menor prendendo-o; não vamos corrigir o homem levando-o para a cadeia. Talvez o único meio fosse

realmente educá-lo, ensiná-lo a trabalhar, a ser auto-suficiente. Talvez seja este o caminho. Parabenizo V. Exa. pelo discurso que proferiu. Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado José Edmar, reconheço a legitimidade e a sinceridade de suas palavras como fruto de interesse e dos sentimentos que tem pelas questões sociais. Reconhecemos o seu trabalho de longa data em favor das comunidades carentes e sabemos que a expressão de suas palavras é, na verdade, o espelho daquilo que V. Exa. pensa e de como age. Portanto, sinto-me gratificado pela participação positiva de V. Exa. neste nosso pronunciamento.

Concedo aparte ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Nobre Deputado Peniel Pacheco, em primeiro lugar, parabenizo a iniciativa de V. Exa. Entretanto, gostaria de manifestar algumas preocupações nessa área. Preocupa-me o projeto de V. Exa. Não que ele não seja bem-vindo, ou que não tenhamos disposição para endossá-lo. O que me preocupa é que com a dimensão desta Casa, e até mesmo por já termos uma Comissão de Assuntos Sociais, seja criada uma nova comissão. Preocupo-me na medida em que, de repente, estaremos criando um grande número de comissões — já uma segunda CPI está sendo articulada, e existe uma série de providências — e porque assunto de tão alta relevância possa estar sendo sacrificado pela impossibilidade de funcionamento de mais uma comissão que foi formada e que não está conseguindo viabilizar as suas reuniões. Inclusive, estou refletindo as minhas preocupações na comissão referente à estrutura desta Casa, da qual participo, mas em que infelizmente ainda não pudemos agilizar os trabalhos. Essa é a primeira preocupação.

Entretanto, associo-me a V. Exa. ao destacar sua preocupação, que também existe da parte de vários parlamentares, com a maneira como a questão do menor está sendo tratada no Distrito Federal. A melhor forma de trabalhar em benefício do menor não é simplesmente adotar uma criança, como fez, por exemplo, o Sr. Governador — embora considere a iniciativa louvável, numericamente é irrelevante. Na minha opinião, o Sr. Governador deveria seguir o caminho de fortalecer a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, bem como o Centro de Desenvolvimento Social, nomeando não mais pessoas pelo simples fato de terem estado vinculadas à sua campanha eleitoral, mas pessoas tecnicamente habilitadas a exercer a função. Assim, estaremos colaborando muito mais no Projeto da Criança do que adotando medidas paliativas, assistencialistas, dimensão que vem sendo dada à questão da criança. Percebemos, pelas denúncias que o Deputado Jorge Cauhy fez hoje, que o problema é de muita profundidade e está enraizado num processo educativo deformado. Precisamos recuperar e restaurar as instituições públicas, para, então, darmos espaço à dignidade da criança. Concluo meu aparte, nobre Deputado, ressaltando sua influência no meio da comunidade evangélica. Assim, gostaria de

conclamar o nobre Deputado a participar, para tomarmos uma atitude. A dimensão do problema é a nível nacional, não somente do Distrito Federal. O problema da criança, hoje, é tão gritante que a Igreja como um todo neste País não pode dele omitir-se. É preciso que ela abra suas portas, hoje abertas essencialmente aos domingos, para tratar desse problema, que não é meramente do Governo. Ele permeia toda a sociedade brasileira. A Igreja tem uma grande responsabilidade, neste momento, não apenas de prestar assistência, mas também de colaborar no processo educativo, apoiando a recuperação das nossas crianças, tornando-as pessoas saudáveis no processo de formação do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado Wasny de Roure, agradeço a V. Exa. sua participação em nosso pronunciamento com seu aparte, que sem dúvida muitas contribuições trouxe.

Gostaria de prestar um esclarecimento, Deputado Wasny de Roure, sobre o fato de estar apresentando este projeto. Concordo com V. Exa. a respeito das atribuições desta Casa, já demasiadas, em virtude da existência de outras comissões parlamentares de inquérito, da própria Comissão de Estruturação da Casa, da comissão encarregada da elaboração do Regimento Interno, cujo trabalho será exaustivo, e outras. Reconheço que, neste primeiro momento, talvez fosse até impossível constituir definitivamente esta comissão.

No entanto, trago à discussão este assunto, a fim de já começarmos a refletir sobre ele. Se o simples fato de eu apresentar esta proposição causar em todos uma preocupação maior em relação ao assunto, eu já me darei por satisfeito. Nós, Deputados Distritais, não somos representantes apenas dos maiores de dezoito anos, que votam, mas também somos responsáveis pela sociedade de amanhã, independentemente de serem nossos eleitores ou não.

Além disso, destaco com maior ênfase ainda a sua participação quando conclama as instituições religiosas,

evangélicas e as demais, a se unirem na solução deste problema. Poderíamos estender esta conclamação às várias organizações religiosas, que prestam um relevante serviço humanitário à causa da criança, e até a outros segmentos da sociedade.

É nossa obrigação conclamar essas entidades e até mesmo estimular o surgimento de novas instituições assistenciais. Através de ações comunitárias, considerando nosso sentimento cristão — uma vez que o Brasil tem a fama de ser o maior país cristão do mundo, em termos populacionais — nós nos poderíamos imbuir dessa responsabilidade que o cristianismo encerra e nos unirmos, a fim de resolver tais questões. Sabemos que ser cristão não significa apenas ser religioso, mas ser consciente da responsabilidade social que o cristianismo apregoa.

Solidarizo-me com V. Exa. pelas suas palavras. Oportunamente, faremos uma conclamação — e conto com o seu apoio — para juntos estarmos presentes nas solenidades dessas entidades, até mesmo junto às lideranças estabelecidas, pedindo maior empenho, a fim de minimizar — já que resolver a situação a curto prazo parece até um desafio inatingível — o problema. Acreditamos firmemente que poderemos minimizar o problema e paulatinamente reverter este quadro.

Assim, poderemos chegar à posição de nos honrarmos do futuro que o Brasil terá, com as crianças sendo tratadas de forma digna, tendo oportunidade de frequentar escola, ter emprego garantido, ter assistência em termos de saúde, enfim, acesso aos meios de trabalho, para que este País seja aquele Brasil grande que todos sonhamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, convocando a próxima ordinária para amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

ATO DA MESA DIRETORA Nº 037 DE 1995

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais e, de acordo com o contido no Memo nº 18/95 da Coordenação e Produção Gráfica,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de dar prosseguimento à publicação dos Anais da Câmara Legislativa.

Art. 2º O Grupo de Trabalho é composto dos seguintes servidores:

- Sebastião Luís Rocha dos Santos — Vice-Presidência
- Cláudio Antônio de Deus — Vice-Presidência
- Sandra Regina de Oliveira — Terceira Secretaria
- Mara Stella M. M. de Oliveira — Terceira Secretaria

Parágrafo único. A Coordenação dos trabalhos será exercida pelo servidor Nelson Pantoja, Coordenador de Editoração e Produção Gráfica.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Ato da Mesa Diretora nº 021/94 e demais disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 20 de março de 1995.

Deputado GERALDO MAGELA
Presidente

Deputado JOSÉ EDMAR CORDEIRO
Vice-Presidente

Deputado MANOEL DE ANDRADE
Primeiro-Secretário

Deputado EDIMAR PIRENEUS
Segundo-Secretário

Deputado PENIEL PACHECO
Terceiro-Secretário

ATO DA MESA DIRETORA Nº 130, DE 1995

Complementa o Ato da Mesa Diretora nº 037/95.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 205 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Delegar competência ao Grupo de Trabalho constituído pelo Ato nº 037/95 da Mesa Diretora, para adotar as seguintes providências em relação à publicação dos Anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

I — Atestar a inexistência de textos ou documentos.

II — Atestar a ilegibilidade de textos ou documentos.

§ 1º Deverão constar das sessões dos Anais as seguintes expressões indicativas, decorrentes de situações de anormalidade, identificadas nos originais:

- a) Texto ou trecho ilegível no original;
- b) Texto ou trecho incompleto no original;
- c) Documento inexistente;
- d) Documento ilegível;
- e) Documento extraviado;
- f) Texto complementado mediante pesquisa e recuperação;
- g) Folha de votação inexistente.

§ 2º Os membros do grupo de trabalho constituído pelo Ato da Mesa Diretora nº 037/95 farão a pesquisa e recuperação de informações de documentos, junto às áreas de documentação legislativa, arquivo, biblioteca, comissões, gabinetes e assessorias, órgãos externos, assim como do material disponível na Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário — arquivos e gravações — podendo proceder às alterações e/ou complementações que se fizerem necessárias nas notas taquigráficas e sessões como um todo.

§ 3º Esgotadas as medidas cabíveis no processo de recuperação, as tabelas, gráficos e quadros deverão ser publicados no estado em que se encontrarem.

Art. 2º Fica autorizada a publicação, em série específica, das sessões plenárias referentes à discussão e votação da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 3º O Grupo de Trabalho constituído pelo Ato da Mesa Diretora nº 037/95 passa a ter a seguinte composição, sob a presidência do primeiro:

- Nelson de Souza Pantoja — Vice-Presidência
- Sebastião Luís Rocha dos Santos — Vice-Presidência
- Cláudio Antônio de Deus — Vice-Presidência
- Sandra Regina de Oliveira — Terceira Secretaria
- Mara Stella Mignon Marques de Oliveira — Terceira Secretaria

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 13 de novembro de 1995.

Deputado GERALDO MAGELA

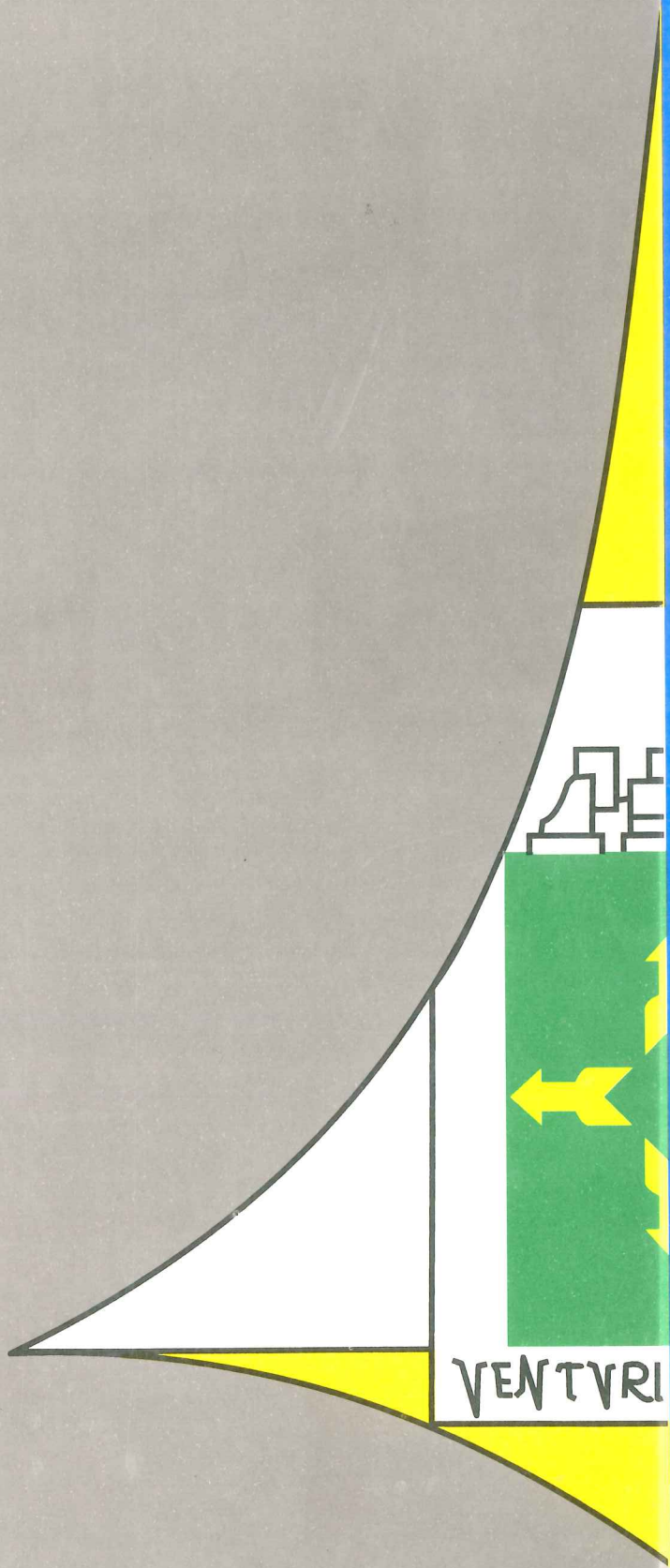
Presidente

Deputado JOSÉ EDMAR CORDEIRO
Vice-Presidente

Deputado MANOEL DE ANDRADE
Primeiro Secretário

Deputado EDIMAR PIRENEUS
Segundo Secretário

Deputado PENIEL PACHECO
Terceiro Secretário



VENTURI